



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

**Brasília – DF
2018**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n. 63, de 2010, da Decisão Normativa TCU n. 161, de 2017, e da Portaria TCU n. 65, de 2018.

Consolidação das informações sobre o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

**Brasília – DF
2018**

LISTAS

Lista de figuras

- Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados
- Figura 2 – Demonstrativo de execução do planejamento estratégico x impactos de projetos corporativos nas linhas de atuação
- Figura 3 – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) – 2016 x 2017
- Figura 4 – Outras Despesas Correntes (GND 3) – 2016 x 2017
- Figura 5 – Investimentos (GND 4) – 2016 x 2017
- Figura 6 – Sistema de governança da Câmara dos Deputados
- Figura 7 – Sistemática de gestão de riscos
- Figura 8 – Principais eventos apurados
- Figura 9 – Quantidade de pessoas atendidas – 2015 a 2017
- Figura 10 – Quantitativo de procedimentos anuais – 2015 a 2017
- Figura 11 – Série histórica de consumo de água em m³ – 1999 a 2017
- Figura 12 – Série histórica de energia elétrica em kWh– 1999 a 2017
- Figura 13 – Modelo central de compras
- Figura 14 – Situação das ações estratégicas do Peti
- Figura 15 – Objetivos e ações estratégicas do Peti – 2017
- Figura 16 – Detalhes do indicador “Variação de acessos aos serviços da CD construídos para a sociedade”
- Figura 17 – Detalhes do indicador “Percentual de acesso aos serviços do portal institucional a partir de dispositivos móveis”
- Figura 18 – Detalhes do indicador “Variação de acesso aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade”
- Figura 19 – Detalhes do indicador “Índice de satisfação dos gabinetes parlamentares, dos gabinetes de lideranças e dos órgãos da Mesa Diretora com os serviços de TIC”
- Figura 20 – Composição do portfólio de TIC
- Figura 21 – Critérios de priorização do portfólio de TIC
- Figura 22 – Análise qualitativa do portfólio de TIC
- Figura 23 – Resultado da pesquisa de satisfação com a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação
- Figura 24 – Mecanismos para gerenciamento de riscos de TIC
- Figura 25 – Riscos identificados, por categoria
- Figura 26a – Iniciativas de aproximação com a sociedade
- Figura 26b – Iniciativas de aproximação com a sociedade
- Figura 27 – Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC
- Figura 28 – Comparativo de despesas com material bibliográfico – 2017 x 2016
- Figura 29 – Distribuição dos solicitantes, por sexo – 2014 a 2017
- Figura 30 – Distribuição por faixa etária – 2014 a 2017
- Figura 31 – Distribuição por região – 2014 a 2017
- Figura 32 – Distribuição por escolaridade – 2017
- Figura 33 – Distribuição por ocupação – 2017
- Figura 34 – Interação da sociedade na Secom – 2017
- Figura 35 – Panorama das redes sociais vinculadas
- Figura 36 – Nota atribuída
- Figura 37 – Teor dos comentários
- Figura 38 – Visão geral do público-alvo – portal da Câmara dos Deputados
- Figura 39 – Cobertura da rede legislativa de TV
- Figura 40 – Cobertura da rede legislativa de rádio

Figura 41 – Rede legislativa de rádio e TV
Figura 42 – TV Câmara em números
Figura 43 – Câmara em números – Rádio, *Youtube* e Portal Câmara Notícias
Figura 44 – Eventos na Câmara dos Deputados – 2017
Figura 45 – Estoque – materiais de construção – composição
Figura 46 – Estoque – material de expediente – composição
Figura 47 – Atos potenciais passivos – contratos – composição
Figura 48 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição
Figura 49 – Pagamentos de RPNP
Figura 50 – Pagamentos de RPP

Lista de quadros

Quadro 1 – Informações sobre áreas estratégicas
Quadro 2 – Projetos corporativos 2017-2018
Quadro 3 – Processos impactados pelas principais entregas em 2017 do portfólio corporativo
Quadro 4 – Dotação inicial 2016 x 2017
Quadro 5 – Suplementações ou remanejamentos no mesmo GND ou entre GNDs
Quadro 6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação
Quadro 8 – Valores executados – dispensa de licitação 2017 x 2016
Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa
Quadro 10 – Ações orçamentárias – Obras
Quadro 11 – Execução da obra – bloco B do edifício Anexo IV
Quadro 12 – Execução da obra – Anexo V
Quadro 13 – Execução da obra – Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados
Quadro 14 – Execução da obra – reforma dos imóveis funcionais
Quadro 15 – Apartamentos – execução física
Quadro 16 – Execução da obra – Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais
Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados
Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados
Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados
Quadro 20 – Indicadores da estratégia
Quadro 21 – Situação dos PADs e sindicâncias instaurados e/ou em curso
Quadro 22 – Aplicação de penalidades em 2017
Quadro 23 – Previsão de aposentadorias para o período 2018-2021
Quadro 24 – Despesas de pessoal
Quadro 25 – Informações sobre as contratações de estagiários
Quadro 26 – Frota de veículos
Quadro 27 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos
Quadro 28 – Portal da Câmara dos Deputados
Quadro 29 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário
Quadro A1 – Comitês temáticos
Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão
Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores
Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2017
Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados
Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC
Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2013

Lista de tabelas

- Tabela 1 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados
- Tabela 2 – RPNP – por GND
- Tabela 3 – Composição do quadro de servidores ativos
- Tabela 4 – Quantitativo de servidores efetivos que entraram em exercício ou retornaram à atividade em 2017
- Tabela 5 – Quantitativo de vacâncias ocorridas em 2017 (exceto aposentadorias)
- Tabela 6 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados
- Tabela 7 – Distribuição da lotação efetiva
- Tabela 8 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD
- Tabela 9 – Quantitativo de servidores efetivos por faixa etária
- Tabela 10 – Concursos públicos vigentes e nomeações em 2017
- Tabela 11 – Quantitativo de aposentadorias em 2017
- Tabela 12 – Detalhamento das aposentadorias em 2017
- Tabela 13 – Idade média dos aposentados por ano de aposentadoria
- Tabela 14 – Quantitativos de beneficiários de pensão civil por período
- Tabela 15 – Beneficiários de pensão em 2017 – regime de proventos
- Tabela 16 – Quantitativo de servidores por nível de escolaridade (2015 a 2017)
- Tabela 17 – Programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral
- Tabela 18 – Acidentes de trabalho
- Tabela 19 – Atendimentos realizados
- Tabela 20 – Indicadores de absenteísmo 2006 a 2017
- Tabela 21 – Indicadores de absenteísmo por tipo de afastamento e categoria funcional
- Tabela 22 – Ações de educação financeira
- Tabela 23 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares
- Tabela 24 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica
- Tabela 25 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais
- Tabela 26 – Despesas com manutenção – imóveis funcionais
- Tabela 27 – Comitês de TIC
- Tabela 28 – Ações e decisões do Ceti e do CDTI
- Tabela 29 – Painel de indicadores do Peti – 2017
- Tabela 30 – Planejamento das ações de TI Verde
- Tabela 31 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD
- Tabela 32 – Dotação atualizada x despesas empenhadas – FRCD
- Tabela 33 – Destaques concedidos – FRCD
- Tabela 34 – Disponibilidades financeiras – FRCD
- Tabela 35 – Movimento da biblioteca – 2017
- Tabela 36 – Número de demandas atendidas, por tipo, em 2017
- Tabela 37 – Distribuição mensal das demandas LAI por macrotema
- Tabela 38 – Projetos do programa Plenarinho
- Tabela 39 – Programas permanentes de interação com o público
- Tabela 40 – Ações do programa Pró-Adolescente
- Tabela 41 – Deliberações expedidas pelo TCU no exercício de 2017
- Tabela 42 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores
- Tabela 43 – Relatórios de auditoria expedidos no exercício de 2017
- Tabela 44 – Relatórios de auditoria emitidos em exercícios anteriores
- Tabela 45 – Unidades gestoras consolidadas
- Tabela 46 – Tabela de vida útil e valor residual
- Tabela 47 – Registros contábeis – almoxarifado
- Tabela 48 – Procedimentos contábeis patrimoniais – Câmara dos Deputados
- Tabela 49 – Caixa e equivalentes de caixa

Tabela 50 – Limite de saque com vinculação de pagamento
Tabela 51 – Cota devolvida
Tabela 52 – Demais créditos e valores a curto prazo
Tabela 53 – Composição dos créditos por dano ao patrimônio de créditos administrativos
Tabela 54 – Outros créditos a receber e valores a curto prazo – composição
Tabela 55 – Infrações mais relevantes
Tabela 56 – Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores a curto prazo
Tabela 57 – Estoques – composição
Tabela 58 – Créditos e valores de longo prazo
Tabela 59 – Demais créditos e valores a longo prazo
Tabela 60 – Bens móveis – composição
Tabela 61 – Bens imóveis – composição
Tabela 62 – Conciliação do valor contábil
Tabela 63 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo – composição
Tabela 64 – Demais obrigações a curto prazo – composição
Tabela 65 – Depósito retidos de fornecedores
Tabela 66 – Garantias contratuais recebidas
Tabela 67 – Transferências e delegações recebidas – composição
Tabela 68 – Reavaliação de bens móveis
Tabela 69 – Classes de ativos reavaliados
Tabela 70 – Ganhos com desincorporação de passivos
Tabela 71 – Pessoal e encargos
Tabela 72 – Benefícios previdenciários e assistenciais
Tabela 73 – Serviços – detalhamento
Tabela 74 – Principais prestadores de serviços – pessoa jurídica – 2017
Tabela 75 – Transferências e delegações concedidas
Tabela 76 – Pessoal e encargos sociais – elementos de despesa empenhados e liquidados
Tabela 77 – Outras despesas correntes – elementos de despesa empenhados e liquidados
Tabela 78 – Despesas de capital – investimentos – elementos de despesa empenhados e liquidados
Tabela 79 – Execução de RPNP – exercícios anteriores
Tabela 80 – Cancelamento de RPNP
Tabela 81 – Execução de RPP – exercícios anteriores

Lista de siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE – Ação Estratégica
AGU – Advocacia-Geral da União
AH – Análise Horizontal
Amco – Almoxarifado de Material de Consumo
Ammed – Almoxarifado de Material Médico
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Aproge – Assessoria de Projetos e Gestão
Ascade – Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados
ASGP – Associação dos Secretários-Gerais de Parlamentos
ASO – Atestado de Saúde Ocupacional
ARP – Ata de Registros de Preços
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
Atran – Almoxarifado de Material de Transportes
AV – Análise Vertical
Aveu – Almoxarifado de Material de Vestuário e Uniforme

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
BDGC – Banco de Dados de Gerenciamento de Configuração
BF – Balanço Financeiro
BIB – Busca Integrada de Bibliografia
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
Calip – Coordenação de Auditoria de Licitação, Contratos e Patrimônio
CamaraNet – Portal Corporativo da Câmara dos Deputados na Intranet
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI – Central de Comunicação Interativa
CCont – Coordenação de Contabilidade
CD – Câmara dos Deputados
CDGOF – Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira
CDTI – Comitê Diretivo de Tecnologia de Informação e Comunicação
Ceam – Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais
Ceap – Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar
Cedi – Centro de Documentação e Informação
Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Cenin – Centro de Informática
Cesam – Centro Salesiano do Menor
Ceti – Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação
Cetec – Centro de Tecnologia Norte
CGE – Comitê de Gestão Estratégica
CGR – Comitê Gestor do Relacionamento
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CNE – Cargo de Natureza Especial
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Coarh – Coordenação de Auditoria de Recursos Humanos
Cobit – Control Objectives for Information and related Technology
Coati – Coordenação de Auditoria de Tecnologia de Informação
Coasp – Coordenação de Auditoria de Assuntos Parlamentares
Cohab – Coordenação de Habitação
Conle – Consultoria Legislativa
Coped – Comissão Permanente de Disciplina
CotasNet – Sistema de Controle de Cotas Parlamentares
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP – Coordenação de Participação Popular
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CSG – Comitê Setorial de Gestão
CSV – Comma-Separated Values
CTRAN – Coordenação de Transportes
DataCâmara – Serviço de Análise de Dados para Gestão
Deapa – Departamento de Apoio Parlamentar
Defin – Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Demed – Departamento Médico
Detec – Departamento Técnico
DF – Distrito Federal
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DG – Diretoria-Geral
Dileg – Diretoria Legislativa

Dirad – Diretoria Administrativa
Ditec – Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação
DOU – Diário Oficial da União
DPVAT – Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DRH – Diretoria de Recursos Humanos
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EC – Emenda Constitucional
ECM – *Enterprise Content Management*
EcoCâmara – Comitê de Gestão Ambiental
e-Contas – Sistema de Prestação de Contas do TCU
eDoc – Solução de Tramitação de Documentos Eletrônicos
e-Democracia – Portal criado para ampliar a participação social no processo legislativo
E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados
Enef – Estratégia Nacional de Educação Financeira
EPP – Empresa de Pequeno Porte
e-Pub – Electronic Publication
EPS – Educação Permanente em Saúde
Esaf – Escola de Administração Fazendária
EVC – Escola Virtual da Cidadania
FC – Função Comissionada
Fisccon – Fiscalização de Contratos Administrativos do Domínio da TIC
FRCD – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados
Funpresp – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
Gepo – Grupo de Exame Periódico Ocupacional
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
Gired – Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais
GitHub - Plataforma de Hospedagem de Código-Fonte
GND – Grupo de Natureza de Despesa
GPE – Grupos de Pesquisa e Extensão
GP – Gabinete do Presidente
GPS – Guia da Previdência Social
GRU – Guia de Recolhimento da União
Habit – Sistema de Habitação
Hackathon – Maratona de Programação
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDE-P – Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo
IDHAB – Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Iesp – Instituto de Estudos Sociais e Políticos
iGovTi – Índice de Governança de TI
Infoleg – Informações Legislativas
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas
IPOL – Instituto de Ciência Política
IPSAS – International Public Sector Accounting Standards
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISO – International Organization for Standardization
ITIL – Information Technology Infrastructure Library
JSON – JavaScript Object Notation
kWh – Quilowatt-hora
LabHacker – Laboratório Hacker
LAI – Lei de Acesso à Informação
LAF – Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras – Língua Brasileira de Sinais
Legisprev – Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTS – Licença para Tratamento da Própria Saúde
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCGR – Metodologia Corporativa de Gestão de Riscos
ME – Microempresa
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MPF – Ministério Público Federal
MOB – Projeto Mobilidade Sustentável
Nacop – Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
Nualc – Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos
Nuahr – Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos
Nuati – Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação
NR – Norma Regulamentadora
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
Paci – Plano Anual de Controle Interno
PAS – Programa de Avaliação Seriada
Peti – Plano Estratégico de TIC
PEC Gestão – Programa de Educação Continuada em Gestão
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação
PDF – *Portable Document Format*
PGP – Processo de Gestão de Projetos
PGR – Procuradoria-Geral da República
PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PJB – Parlamento Jovem Brasileiro
PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PL – Projeto de lei
PLIP – Projetos de Lei de Iniciativa Popular
PLP – Projeto de Lei Complementar
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMI – Project Management Institute
PMBOK – Project Management Body of Knowledge
PPA – Plano Plurianual
PAFC – Plano Anual de Fiscalização e Controle
Pratha – Programa de Avaliação e Tratamento da Hipertensão Arterial
Proa – Programa de Preparação para Aposentadoria
Prosat – Programa de Saúde no Trabalho
Pró-Ser – Programa de Valorização do Servidor
Qualis – Sistema Brasileiro de Avaliação de Periódicos
RA – Relatório de Auditoria
RAE – Reunião de Avaliação Estratégica
RAFC – Relatório Anual de Fiscalização e Controle
RH – Recursos Humanos
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a Pagar
RPNP – Restos a Pagar Não Processados

RPP – Restos a Pagar Processados
RRT – Registro de Responsabilidade Técnica
RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas
Secin – Secretaria de Controle Interno
Secom – Secretaria de Comunicação Social
Secor – Seção de Conservação e Restauração
Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Sefip – Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Sefti – Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
SGM – Secretaria-Geral da Mesa
Shis – Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada
Siele – Sistema de Informações Eleitorais
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
Sicod – Sistema de Controle de Débitos
Sigesp – Sistema de Gestão de Pessoal da Câmara dos Deputados
Sigmas – Sistema de Gestão de Material e Serviços da Câmara dos Deputados
Sileg – Sistema de Informação Legislativa
Siorc – Sistema de Gestão Orçamentária
SQN – Superquadra Norte
SQS – Superquadra Sul
SP – Secretário Parlamentar
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
Susep – Superintendência de Seguros Privados
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UIP – União Interparlamentar
UnB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva
XML – *Extensible Markup Language*
WMS – *Warehouse Management System*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	18
1.1 Finalidade e Competências.....	18
1.2 Organograma	18
1.3 Macroprocessos Finalísticos.....	21
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	23
2.1 Planejamento Organizacional.....	23
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	25
2.1.2 Estágio de implementação e resultados do planejamento estratégico	25
2.1.2.1 Integração entre projetos e processos	29
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	29
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados	29
2.2.1 Análise de dados e organização de informações gerenciais	31
2.3 Desempenho Orçamentário	31
2.3.1 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	32
2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores	32
2.3.2.1 Análise crítica.....	34
2.3.3 Informações sobre a execução das despesas.....	34
2.3.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação	35
2.3.3.2 Análise crítica das despesas por modalidade de contratação.....	36
2.3.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	37
2.3.3.4 Análise crítica das despesas por grupo e elemento de despesa	38
2.3.4 Suprimento de fundos.....	43
2.3.4.1 Análise crítica.....	44
2.4 Desempenho Operacional.....	44
2.4.1 Resultados dos trabalhos legislativos	44
2.5 Informações sobre Indicadores de Desempenho	45
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	48
3.1 Estrutura de Governança	48
3.1.1 Nível corporativo.....	48
3.1.2 Nível setorial	49
3.1.3 Comitês temáticos	49
3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos	49
3.3 Atividades do Sistema de Correição.....	51
3.3.1 Principais eventos apurados (Coped)	51

3.3.2 Principais resultados observados.....	51
3.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	52
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	55
4.1 Gestão de Pessoas.....	55
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	55
4.1.1.1 Composição da força de trabalho.....	55
4.1.1.2 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados.....	58
4.1.1.3 Concursos públicos e nomeações.....	59
4.1.1.4 Aposentadoria.....	61
4.1.1.5 Pensão civil.....	63
4.1.1.6 Capacitação e desenvolvimento de pessoas.....	64
4.1.2 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho.....	66
4.1.2.1 Atendimento médico.....	66
4.1.2.2 Programas voltados à saúde preventiva e laboral.....	67
4.1.2.3 Acidentes de trabalho.....	69
4.1.2.4 Doenças ocupacionais.....	69
4.1.2.5 Indicadores de absenteísmo.....	70
4.1.3 Demonstrativo das despesas de pessoal.....	71
4.1.4 Controles para mitigar riscos relativos a pessoal.....	73
4.1.5 Ações voltadas à valorização do servidor.....	73
4.1.5.1 Programa de educação financeira.....	74
4.1.5.2 Programa de prevenção e controle de tabagismo.....	74
4.1.5.3 Programa de prevenção e orientação nas questões relacionadas à dependência química.....	74
4.1.5.4 Programa de adaptação funcional.....	75
4.1.5.5 Programa de apoio à lotação de pessoal.....	75
4.1.5.6 Ações de consultoria interna em gestão de pessoas.....	75
4.1.5.7 Programa de preparação para aposentadoria (Proa).....	75
4.1.6 Programa de Educação Continuada em Gestão.....	75
4.1.7 Outras informações sobre gestão de pessoas.....	76
4.1.8 Contratação de estagiários e de pessoal de apoio.....	76
4.1.8.1 Contratação de estagiários.....	76
4.1.8.2 Contratação de pessoal de apoio.....	77
4.1.9 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	77
4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	78
4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	78
4.2.1.1 Plano de substituição da frota.....	78
4.2.1.2 Informações sobre a frota de veículos.....	79

4.2.1.3 Fatos significativos do ano de 2017	80
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	81
4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	81
4.2.3.1 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados	81
4.2.3.1.1 Distribuição geográfica dos imóveis funcionais.....	82
4.2.3.1.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais	82
4.2.3.1.3 Análise crítica acerca dos imóveis funcionais	83
4.2.3.2 Bens imóveis sob responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional)	84
4.2.3.3 Imóveis locados de terceiros	84
4.2.3.4 Outras ações de planejamento em infraestrutura	84
4.2.4 Cessão de espaço físico em imóvel da União.....	86
4.2.5 Central de Compras	86
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	88
4.3.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados	89
4.3.2 Plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação	90
4.3.3 Mapa estratégico de tecnologia da informação e comunicação	90
4.3.4 Indicadores do plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação	92
4.3.5 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI.....	98
4.3.6 Projetos de TIC desenvolvidos em 2017	100
4.3.7 Principais sistemas e serviços de TIC da Câmara dos Deputados dirigidos à sociedade	101
4.3.8 Processos de gerenciamento de serviços de TIC	101
4.3.9 Pesquisa de satisfação com os serviços da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação...101	
4.3.10 Gestão de riscos de TIC.....	102
4.3.11 TI Verde	104
4.3.12 Outras ações de aproximação com a sociedade.....	104
4.3.13 Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC	107
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	107
4.4.1 Gabinete Sustentável	109
4.5 Gestão de Fundos e Programas	109
4.5.1 Identificação e informação dos fundos na gestão da unidade	109
4.6 Gestão da Informação.....	111
4.6.1 Organização da informação legislativa	111
4.6.2 Gestão dos acervos informacionais	112
4.6.2.1 Preservação.....	112
4.6.2.1.1 Conservação preventiva.....	112
4.6.2.1.1.1 Higienização de livros e documentos	112
4.6.2.1.1.2 Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual	113

4.6.2.1.1.3 Restauração.....	113
4.6.2.2 Acervo arquivístico	113
4.6.2.3 Acervo bibliográfico.....	113
4.6.3 Disseminação da informação.....	114
4.6.3.1 Documentos históricos	115
4.6.3.2 Documentos bibliográficos.....	115
4.6.3.2.1 Busca Integrada de Bibliografia (BIB).....	115
4.6.3.3 Produção editorial.....	116
5. RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE	117
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	117
5.1.1 Canais bilaterais de interação	118
5.1.2 Canais multilaterais de interação.....	121
5.1.2.1 Laboratório Hacker (LabHacker)	121
5.1.2.2 Secretaria de Comunicação Social	122
5.1.2.3 Redes Sociais.....	123
5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	124
5.3 Mecanismos de Transparência das Informações na Câmara dos Deputados	126
5.3.1 Portal da Câmara dos Deputados.....	126
5.3.1 Ações de transparência.....	128
5.3.1.1 Cota para o exercício da atividade parlamentar.....	130
5.4 Outras Ações de Interação da Câmara dos Deputados com a Sociedade.....	131
5.4.1 Rede Legislativa de Rádio e TV.....	131
5.4.2 Divulgação da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.....	134
5.4.3 Divulgação institucional e apoio a eventos	136
5.4.4 Centro Cultural Câmara dos Deputados	137
5.4.5 Interação com o público infanto-juvenil – programa Plenarinho	137
5.4.6 Outros programas permanentes de interação com o público	138
5.5 Medidas Relativas à Acessibilidade	140
5.6 Responsabilidade Social.....	140
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	142
6.1 Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	142
6.2 Sistemática de Apuração de Custos.....	142
6.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas	142
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	143
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	143
7.1.1 Deliberações expedidas pelo TCU em 2017	143

7.1.2 Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores.....	144
7.1.3 Deliberação decorrente do julgamento de contas anual	144
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	145
7.2.1 Recomendações expedidas pelo OCI no exercício de 2017	145
7.2.2 Recomendações expedidas pelo OCI em exercícios anteriores.....	147
7.3 Demais Informações referentes ao Tratamento das Deliberações do TCU e das Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	148
7.4 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	149
7.5 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993.....	149
8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO	151
8.1 Interação com Outros Parlamentos.....	151
8.1.1 Associação dos Secretários-Gerais de Parlamentos	151
8.1.2 Parlamento Latino-Americano	151
8.2.3 Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa.....	152
ANEXOS E APÊNDICES	153
Quadro A1 – Comitês temáticos	154
Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão	158
Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores	160
Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2017	161
Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados	166
Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC	168
Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2013	170
Demonstrações Contábeis	172
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	182

APRESENTAÇÃO

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2017, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A elaboração do Relatório de Gestão norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes dos processos de contas da administração pública federal estabelecidas, em especial, pela Instrução Normativa TCU n. 63, de 2010, pela Decisão Normativa TCU n. 161, de 2017, e pela Portaria TCU n. 65, de 2018.

As informações estão organizadas de acordo com a estrutura estabelecida no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União, dividindo-se em sete capítulos: 1. Visão geral da unidade prestadora de contas; 2. Planejamento organizacional e resultados; 3. Governança, gestão de riscos e controles internos; 4. Áreas especiais da gestão; 5. Relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade; 6. Desempenho financeiro e informações contábeis; 7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; e 8. Outras informações relevantes da gestão.

As principais realizações da gestão e as dificuldades para alcançar os objetivos estabelecidos estão descritas nos capítulos e itens abordados neste relatório.

No **capítulo 1**, apresenta-se a visão geral da Câmara dos Deputados, sua finalidade e suas competências, seu organograma, a descrição das competências das unidades consideradas estratégicas, os dados dos titulares das referidas unidades e os macroprocessos finalísticos.

No **capítulo 2**, são contemplados o planejamento organizacional, as formas e os instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados, o desempenho orçamentário, o desempenho operacional e as informações sobre indicadores de desempenho.

Ressalta-se que, quanto ao desempenho orçamentário, a Câmara dos Deputados não possui programa temático sob sua responsabilidade, visto que o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados se enquadra como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Por esse motivo, não é apresentado o detalhamento da execução física e financeira das ações orçamentárias de responsabilidade desta Casa.

O **capítulo 3** apresenta a descrição da estrutura de governança da unidade, as atividades de correição da Comissão Permanente de Disciplina e a gestão de riscos e controles internos.

No **capítulo 4**, encontram-se as informações sobre a gestão de pessoas, a gestão do patrimônio e da infraestrutura, a gestão da tecnologia da informação e comunicação, a gestão ambiental e de sustentabilidade, a gestão de fundos e programas e a gestão da informação.

A gestão de pessoas contempla informações sobre: a estrutura de pessoal deste órgão; os indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho; o demonstrativo das despesas com pessoal; os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal; as ações voltadas à valorização do servidor; e a contratação de estagiários e de pessoal de apoio.

Em relação à contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, não existem informações a serem prestadas, posto que os contratos foram integralmente executados e liquidados nos exercícios de 2013 e 2014.

A gestão do patrimônio e da infraestrutura engloba informações sobre a gestão da frota de veículos própria e terceirizada, a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, a gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade desta Casa e a cessão de espaço físico em imóvel da União.

A gestão da tecnologia da informação e comunicação (TIC) aborda, entre outros conteúdos, o modelo de governança, o plano estratégico, os projetos desenvolvidos em 2017, os principais sistemas, os processos de gerenciamento de serviços, a gestão de riscos de TIC, a força de trabalho e o plano de capacitação do pessoal.

A gestão ambiental e de sustentabilidade apresenta as ações/medidas adotadas por este órgão que garantam a sustentabilidade ambiental em sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

A gestão de fundos e programas contempla a identificação e as informações do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

Já a gestão da informação apresenta dados sobre a organização da informação legislativa, dos acervos informacionais e a sua disseminação, com destaque para os documentos históricos e bibliográficos e a produção editorial da Casa.

O **capítulo 5** trata da descrição dos canais de acesso do cidadão à Câmara dos Deputados, para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões; os mecanismos utilizados para medir a satisfação dos cidadãos-usuários; os mecanismos de transparência das informações desta Casa; as ações de interação com a sociedade; e as ações de acessibilidade e de responsabilidade social.

Este órgão não possui informações referentes à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão e também não dispõe de instrumento semelhante, em função de que o Decreto n. 6.932, de 2009, alcança apenas os órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

No **capítulo 6**, encontram-se as informações sobre a sistemática de apuração de custos e as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

Em relação às informações sobre o tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos, destaca-se que estão contempladas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

No **capítulo 7**, são abordadas providências adotadas em decorrência de determinações e recomendações do TCU e de recomendações da Secretaria de Controle Interno desta Casa; as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; e a demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993.

No **capítulo 8**, encontram-se informações sobre a interação da Câmara dos Deputados com outros Parlamentos.

Por fim, destaca-se que este relatório foi organizado e sistematizado pela comissão de servidores designada pela Portaria n. 1, de 2017, do diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), nos termos do art. 4º da Instrução n. 2, de 30 de novembro de 2017, do Diretor-Geral, bem como dos arts. 84 da Lei n. 4.320, de 1964; 81 e 82, § 1º, do Decreto-Lei n. 200, de 1964, e 191, inciso VIII, da Resolução CD n. 20, de 1971. Os trabalhos da comissão foram coordenados pelo diretor da Coordenação de Contabilidade e supervisionados pelo diretor do Defin.

Lucio Henrique Xavier Lopes
Diretor-Geral da Câmara dos Deputados

Francisco Glauber Lima Mota
Diretor da Coordenação de Contabilidade
CRC/DF n. 9.291

Evandro Lopes Costa
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento
e Contabilidade
CRC/DF n. 7.504

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e Competências

A Câmara dos Deputados compõe o Congresso Nacional, órgão responsável pelo exercício do Poder Legislativo na esfera federal. Compõe-se de representantes do povo, eleitos por legislatura, pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal, resultando em um Parlamento com diversidade de proposituras e de ideias para atender aos anseios da sociedade. As competências desta casa legislativa são estabelecidas pela Constituição Federal e abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

1.2 Organograma

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas diretamente pelos parlamentares, os quais contam com o suporte de estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Essas estruturas técnicas são diretamente subordinada à Mesa Diretora¹, órgão político-institucional que exerce a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, e cujos titulares são parlamentares eleitos para mandato de dois anos.

A direção da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa subdivide-se, respectivamente, em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), ambas situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é departamentalizada, de maneira funcional, em diretorias, assessorias, consultorias, departamentos, centros e coordenações, enquanto a SGM é estruturada em assessorias e coordenações, conforme se observa no [organograma](#) disponível para consulta no portal da Câmara dos Deputados².

Em 2017, a fim de promover o entendimento sobre a democracia e também criar oportunidades de participação da sociedade no processo político que se dá no âmbito do Legislativo, foi instituída a Coordenação de Interação Digital, por meio do [Ato da Mesa n. 203, de 2017](#), com o objetivo de coordenar e monitorar campanhas e ações feitas pela Câmara dos Deputados em redes sociais e perfis institucionais a ela vinculados.

A Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec) foi criada na estrutura administrativa da Diretoria-Geral, conforme a [Ato da Mesa n. 215, de 2017](#), para conduzir os assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação, prover as soluções e serviços dessa natureza, para fomentar e prover a inovação de Tecnologia da Informação e Comunicação e outras atribuições.

¹ Art. 14, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, dispõe que a Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretarias, constituindo-se, a primeira, do presidente e de dois vice-presidentes e, a segunda, de quatro secretários.

² Assessorias, consultorias, departamentos e centros encontram-se no mesmo nível hierárquico, conforme apresentado no organograma da Câmara dos Deputados, disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/textoestrutura>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

O quadro a seguir relaciona as áreas mais estratégicas da gestão com informações sobre suas principais competências e titulares responsáveis.

Quadro 1 – Informações sobre áreas estratégicas

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2017
Diretoria-Geral (DG)	Planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Câmara dos Deputados, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Lúcio Henrique Xavier Lopes	Diretor-Geral	1º de janeiro a 31 de dezembro
		Prover e manter a infraestrutura física		Diretora-Geral Adjunto	
		Desenvolver e gerir pessoas			
		Gerir o relacionamento institucional	Cássia Regina Ossipe Martins Botelho	Diretor-Geral Adjunto	1º de janeiro a 21 de maio
		Promover a saúde dos parlamentares, servidores e dependentes	Mauro Limeira Mena Barreto		
		Gerir a segurança de pessoas, materiais e patrimônio			
		Gerir o provimento de produtos, serviços e informações para os gabinetes parlamentares			
		Prestar assessoria técnica-legislativa, jurídico-regimental e constitucional			
		Promover a defesa jurídica e institucional		Diretor-Geral Adjunto	07 de junho a 31 de dezembro
Secretaria-Geral da Mesa (SGM)	Assessorar a Mesa da Câmara dos Deputados, em todos os trabalhos legislativos, e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais; dirigir, coordenar e orientar todas as atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Wagner Soares Padilha	Secretário-Geral da Mesa	1º de janeiro a 31 de dezembro
		Preparar e documentar sessões plenárias e reuniões da Mesa	Fernando Sabóia Vieira	Secretário-Geral Adjunto	1º de janeiro a 23 de abril
		Registrar a atuação parlamentar	Égio Almeida Andrade	Secretário-Geral Adjunto	17 de maio a 31 de dezembro
		Gerir o relacionamento institucional			
Assessoria de Projetos e Gestão (Aprge)	Assessorar o Diretor-Geral a promover, planejar, coordenar e orientar a implementação da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento estratégico institucional, da governança corporativa, da gestão de projetos e da gestão de processos; planejar e coordenar ações de cooperação técnica.	Gerir o relacionamento institucional	Antonio Carvalho e Silva Neto	Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão	1º de janeiro a 31 de dezembro
		Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados			
Diretoria de Recursos Humanos (DRH)	Planejar, dirigir e controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara; zelar pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Rogério Ventura Teixeira	Diretor de Recursos Humanos	1º de janeiro a 24 de agosto
		Promover a saúde dos parlamentares, servidores e dependentes	Milton Pereira da Silva Filho		25 de agosto a 31 de dezembro
		Desenvolver e gerir pessoas			
		Gerir a segurança de pessoas, materiais e patrimônio			

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2017
		Gerir o relacionamento institucional			
Diretoria Administrativa (Dirad)	Planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades relativas a orçamento, finanças, contabilidade, protocolo, distribuição de periódicos, correspondência, transporte, serviços gerais, obras, manutenção, material, patrimônio, informática, segurança e higiene.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Romulo de Sousa Mesquita	Diretor Administrativo	1º de janeiro a 31 de dezembro
		Gerir o relacionamento institucional			
		Prover bens e serviços			
		Controlar as finanças, o orçamento e a contabilidade			
		Registrar a atuação parlamentar			
		Prover e manter a infraestrutura física			
		Gerir a segurança de pessoas, materiais e patrimônio			
Diretoria Legislativa (Dileg)	Planejar, coordenar e dirigir as atividades de apoio aos trabalhos legislativos, incluindo a consultoria e o assessoramento técnico e institucional, os trabalhos das Comissões, o processo de produção e arquivo da documentação legislativa e o acompanhamento taquigráfico dos discursos e debates.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Afrísio de Souza Vieira Lima Filho	Diretor Legislativo	1º janeiro a 31 de dezembro
		Gerir a informação			
		Prestar assessoria técnica-legislativa, jurídico-regimental e constitucional			
		Apoiar a elaboração de produtos legislativos			
		Preparar e documentar sessões plenárias e reuniões da Mesa			
		Elaborar estudos de interesse do Parlamento			
		Assessorar os trabalhos parlamentares em matérias orçamentárias e financeiras			
		Registrar a atuação parlamentar			
		Preparar e documentar reuniões			
		Gerir o relacionamento institucional			
		Secretaria de Comunicação Social (Secom)			
	Deputado Márcio Marinho			15 de março a 31 de dezembro	
Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Gisele Azevedo Rodrigues		Diretor Executivo de Comunicação Social	1º de janeiro a 14 de dezembro	
Gerir a informação	David Miranda Silva Almeida			15 de dezembro a 31 de dezembro	
Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec)	Conduzir os assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e prover as soluções e serviços dessa natureza para apoio ao processo legislativo, à atuação parlamentar e ao cidadão; fomentar e prover a inovação de TIC; Gerir ações	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Sebastião Neiva Filho	Diretor de Inovação e Tecnologia de Informação	5 de janeiro de 2018*
		Gerir a tecnologia da informação			

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2017
	associadas à Governança de TIC de acordo com o modelo de governança de TIC e o modelo de governança institucional.				

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

*O Centro de Informática da Câmara dos Deputados - Cenin foi transformado na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação – Ditec, por meio do Ato da Mesa n. 215, de 2017. No decorrer do ano de 2017, o Centro de Informática participou, como órgão técnico convidado, às Reuniões de Avaliação Estratégica, sendo incluído como membro efetivo do Comitê de Gestão Estratégia na reunião de 16 de outubro de 2017. O Diretor do Cenin foi confirmado para a titularidade da Ditec em 5 de janeiro de 2018.

1.3 Macroprocessos Finalísticos

A Câmara dos Deputados realiza a missão institucional de representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.

Nesse sentido, os três macroprocessos finalísticos da unidade referem-se aos conjuntos de atividades pelos quais a Casa cumpre sua missão e gera valor para o cidadão: “elaborar diplomas legais”, “representar o povo brasileiro” e “fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes”. A [tabela 1](#) apresenta, a seguir, a descrição, as atividades relacionadas, os produtos, os insumos, os responsáveis e os clientes para cada macroprocesso finalístico.

Os macroprocessos finalísticos impactam diretamente os beneficiários externos, estão vinculados à atuação parlamentar e constituem a razão de ser da Câmara, não cabendo auferir seu desempenho finalístico por outro meio que não o voto em eleições periodicamente organizadas.

Tabela 1 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados

Macroprocessos	Descrição	Atividades relacionadas	Produtos	Participação na receita da UPC	Insumos	Responsáveis	Clientes
Elaborar diplomas legais (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, medidas provisórias, lei do plano plurianual, decretos legislativos, resoluções)	Apreciação e eventual alteração do ordenamento jurídico que rege a sociedade brasileira.	Propositura, discussão e deliberação de matérias legislativas.	Proposições	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo, jurídico-regimental e constitucional, administração material, logística e operacional das atividades parlamentares.	Mesa Diretora; Plenário; Colégio de Líderes; comissões; deputados	Sociedade; Senado; TCU; Poder Executivo; Poder Judiciário
		Promulgação de matérias legislativas específicas e remessa de proposições aprovadas ao Senado Federal ou ao Poder Executivo.	Debate; apreciação; diploma legal				
		Apreciação de vetos (sessões do Congresso Nacional).					
Fiscalizar os seus atos e os dos demais Poderes	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder; fiscalização dos atos do presidente e vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	Sustação dos atos normativos dos demais poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalização e controle dos atos dos demais poderes, incluídos os da administração indireta.	Relatórios finais de fiscalização e controle, relatórios finais de CPI, planos de execução e proposições relacionadas	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo e administração material, logística e operacional para identificação e formulação de proposições relativas à fiscalização e ao controle. Parecer técnico sobre as contas do Poder Executivo, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.	Mesa Diretora; Plenário; comissões; deputados	Sociedade; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União
Representar o povo brasileiro	Exercício da soberania popular, trazendo ao Parlamento as reivindicações da sociedade brasileira.	Ações de interação com a sociedade (visitas às bases eleitorais, participação em eventos, recepção de autoridades e de representantes da sociedade organizada, fóruns e debates em ambiente digital, divulgação da atuação parlamentar, etc.). Inclusão de temas relevantes para a sociedade nos debates e na agenda legislativa.	Discursos e pronunciamentos, proposições legislativas, audiências públicas e comissão geral	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo e secretariado parlamentar com vistas a ampliar o acesso dos cidadãos aos seus representantes.	Plenário; Mesa Diretora; Colégio de Líderes; comissões; deputados	Sociedade; República

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados foi estruturado a partir de um ciclo de longo prazo, que vai de 2012 a 2023 ([Ato da Mesa n. 59, de 2013](#)). Esse documento inclui a missão institucional, a visão de futuro, as diretrizes estratégicas e as respectivas linhas de atuação ([figura 1](#)). A missão institucional e a visão de futuro da instituição são ligadas aos macroprocessos finalísticos: “representar o povo brasileiro”; “elaborar diplomas legais”; e “fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes”, cuja competência é atribuída aos parlamentares pela Constituição Federal, conforme já explicitado no [item 1.3](#) deste relatório.

Diferentemente dos demais órgãos da administração pública federal, cuja execução das atividades finalísticas se dá por agentes do Estado, sob a coordenação dos agentes políticos (presidente da República, ministros de Estado ou diretores de agências reguladoras), no Poder Legislativo os servidores do Estado executam ações de suporte para as atividades finalísticas. Contudo, a despeito da produção de valor para o cidadão se dar predominantemente por meio da atuação parlamentar, a área administrativa pode potencializar a atuação dos seus agentes políticos e otimizar o uso de recursos públicos.

Com base no planejamento estratégico de longo prazo de 2012 a 2023, desdobram-se planos de curto prazo, normalmente, para um período de dois anos, que refletem as prioridades política, econômica e tecnológica do mandato da Mesa Diretora. Cada etapa compõe-se de programas, projetos e ações priorizadas com a finalidade de construir as condições necessárias para a instituição cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro. A estratégia da Casa é colocada em prática por meio dos projetos corporativos, voltados para o aperfeiçoamento dos macroprocessos de suporte à atividade legislativa e parlamentar, e também por meio do alinhamento das diversas áreas da Câmara em suas ações setoriais.

O portfólio de projetos corporativos é avaliado continuamente pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE)³. Essa revisão pode culminar na criação de novas propostas, no encerramento de outras ou na sua transferência para acompanhamento setorial por algum órgão da Câmara dos Deputados. Quando há alteração significativa no cenário estratégico, como, por exemplo, crise econômica ou fiscal, há possibilidades de ajustes no planejamento para adequação do ciclo de curto prazo. A metodologia utilizada, bem como os elementos considerados no planejamento estratégico, estão descritos em detalhes no [portal](#)⁴ da Câmara dos Deputados.

³ O [Comitê de Gestão Estratégica](#) é instância de governança da Câmara e detém a competência por orientar e acompanhar o processo de gestão de estratégica. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados



APROVADO PELO ATO DA MESA N 59/2013

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados é composto por sete diretrizes estratégicas e 24 linhas de atuação para o período de 2012 a 2023. Em 2017, foram mantidas as nove linhas prioritizadas, sinalizadas na [figura 1](#), para nortear o portfólio de projetos corporativos, bem como ações e decisões da administração.

2.1.2 Estágio de implementação e resultados do planejamento estratégico

Por meio do ciclo de curto prazo, composto de um portfólio de projetos corporativos, a Câmara dos Deputados promove a execução do planejamento estratégico de longo prazo. Em 2017, os projetos corporativos em andamento geraram diversos benefícios, sendo que foram aprovados seis novos projetos para integrar o portfólio. Os resultados estão relacionados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Projetos corporativos 2017-2018

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação
	Diretrizes	Linhas de atuação			
1 Infoleg – Movimentação Parlamentar	4 – Qualidade das leis	4.3	Modernizar e tornar corporativos os processos de movimentação parlamentar (registro do afastamento de deputado – licenças, suspensões e férias, convocação de suplente, posse individual, reassunção, simulação da movimentação parlamentar, término do mandato e consultas referentes a esses processos), por meio da plataforma de informações legislativas Infoleg Parlamentar, estabelecendo a governança dos dados em um repositório único na Casa.	Íntegra e realiza a gestão das informações da movimentação parlamentar disponíveis em diversas unidades da Casa, por meio do sistema Infoleg Parlamentar. Ressalta-se que “Gerir a movimentação no mandato parlamentar” é um dos processos críticos da Câmara dos Deputados.	Encerrado
	7 – Gestão	7.2			
2 eDoc	7 – Gestão	7.2/7.5	Garantir a gestão adequada de conteúdos digitais e convencionais por meio da implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos integrado com uma suíte de Enterprise Content Management – ECM. O conjunto dessa solução completa denomina-se eDoc.	O sistema foi implantado em 20/9/2017, mas houve prorrogação do prazo de encerramento do projeto para 2018, com a finalidade de garantir a qualidade nos aspectos de governança e desempenho do sistema. Em 2017, 1677 colaboradores foram treinados e 25.355 processos digitais foram criados no eDoc.	Em andamento
3 Serviço de Preservação Digital	7 – Gestão	7.2/7.3	Implantar serviço de preservação digital de informações, arquivos e dados gerados na Câmara dos Deputados de modo a padronizar formatos, garantir sua atemporalidade e atender à LAI e a normas da Casa.	O fluxo completo do sistema escolhido para a preservação digital, <i>Archivematica</i> , foi testado, possibilitando que o piloto selecionado seja implantado em 2018.	Em andamento
4 Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam/SIA)	7 – Gestão	7.3/7.4/7.5	Ocupar o edifício Ceam da Câmara dos Deputados de forma racional e otimizada em um prazo de até seis meses após a entrega da obra.	O aceite final da obra, conforme previsto, ocorreu em fevereiro de 2018. As aquisições mais importantes para o funcionamento do Centro, como porta-paletes, interligação com a rede Câmara, mobiliário e o sistema de armazenamento WMS, foram efetuadas e encaminhadas os aditivos para segurança e brigadistas.	Em andamento

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação	
	Diretrizes	Linhas de atuação				
5	Implantação da Gestão de Riscos Corporativos	7 – Gestão	7.1/7.3	Implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos corporativos na Câmara dos Deputados.	<p>A Metodologia Corporativa de Gestão de Riscos (MCGR) foi produzida e testada no processo “Garantir o fornecimento adequado de energia elétrica e iluminação para sessões plenárias e reuniões de Comissões”. O piloto subsidiou a realização de ações e procedimentos de continuidade de negócios para a infraestrutura de energia elétrica dos processos críticos da Casa “Realizar Sessões Plenárias” e “Realizar Reuniões de Comissões”.</p> <p>A Política Corporativa de Gestão de Riscos foi aprovada e encontra-se na fase de revisão de texto.</p> <p>Foi desenvolvido, como parte do PEC Gestão (Programa de Educação Continuada em Gestão), o PEC Gestão de Riscos. A primeira turma foi ministrada em 2017.</p>	Encerrado
6	Gestão de Custos para Decisão	7 – Gestão	7.1/7.5	Implantar sistema de apropriação de custos na Câmara dos Deputados, voltado para o aperfeiçoamento do processo decisório, especialmente, para a escolha de alternativas de ação e para a apuração de custos de programas e de unidades administrativas.	<p>Encerrada a fase de benchmarking, foram realizados estudos de modelos de gestão de custos, que possibilitaram a elaboração de metodologias e pilotos para comparação de alternativas de ação. Em 2017, foi aplicado o piloto na vertente de comparar alternativas de ação, cuja conclusão levou à revisão da metodologia. Sobre a metodologia de apropriação de custos, a proposta em elaboração definiu a codificação para as unidades administrativas da Casa e ainda discute a melhor forma de apropriar às unidades os itens de custo mais relevantes.</p>	Em andamento
7	Virada Digital	Transparência Interação Cidadania	2.1 3.1 6.1	Promover a construção de novo Portal da Câmara dos Deputados.	<p>Após a realização de diagnóstico do Portal da Câmara, optou-se por uma solução mais participativa para o desenvolvimento de seu novo layout e arquitetura. Assim, foi realizado concurso por meio do Portal desafio.leg.br e homologado o resultado em dezembro de 2017.</p> <p>O objetivo do concurso foi premiar ideias inovadoras de layout, arquitetura de informação e experiência do usuário no portal da Câmara que pudessem ser implementadas pela Instituição, com foco no interesse do cidadão, para tornar a navegação mais intuitiva e as informações mais acessíveis e transparentes.</p>	Em andamento
8	Câmara de Inovação	Gestão	7.1/7.2/ 7.5	Implantar práticas de inovação na Câmara dos Deputados por meio de pesquisa de métodos, benchmarks em outros órgãos, teste de pilotos e divulgação de boas práticas de inovação em gestão pública.	<p>Realizou-se <i>benchmarking</i> com outros órgãos públicos e de Seminário sobre Inovação com a participação de palestrantes da Escola Nacional de Administração da França.</p>	Em andamento
9	Infoleg Sistema de Informações Legislativas	Qualidade das Leis Gestão	4.3 7.2/7.3/7.5	Prover a nova plataforma tecnológica para suporte ao Processo Legislativo na Câmara dos Deputados.	<p>A Secretaria-Geral da Mesa trabalha no Infoleg-Authenticador, primeiro módulo, que compreende a fase de apresentação de proposições do novo Sistema de Informações Legislativas (principal sistema de apoio informatizado à atividade legislativa da Câmara dos Deputados). Tem como premissa a modernização do processo de apresentação e de recebimento de proposições legislativas.</p>	Em andamento

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação	
	Diretrizes	Linhas de atuação				
				com uso de assinatura biométrica, garantindo a autenticidade e a integridade dos documentos legislativos produzidos, enviados e recebidos. Por meio dos avanços alcançados nessa fase será possível, também, dar início ao processo legislativo eletrônico, com a desmaterialização dos documentos, o que certamente acarretará em economia e agilidade na publicação e tramitação das proposições.		
10	Modernização da Cota Parlamentar	Transparência Fiscalização Gestão	2.1/2.2 5.3 7.5	Reduzir as operações manuais de conferência de documentos fiscais reembolsáveis da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar e ampliar a transparência e o controle social sobre essas despesas.	A nova versão do sistema de controle de cotas parlamentares, CotasNet 3.0, foi lançada, promovendo o fortalecimento da transparência das informações sobre cotas, bem como a agilidade no ressarcimento das despesas.	Em andamento
11	Modernização das Redes Sociais	Sintonia Transparência Interação Cidadania	1.2 2.1/2.2 3.1 6.1	Modernizar a linguagem das redes sociais da Câmara dos Deputados e melhorar o relacionamento com o cidadão por meio dessas ferramentas.	O Serviço de monitoramento e análise de sentimentos foi contratado. O processo de uso e disseminação de informações via redes sociais foi modelado. Houve mudança nas artes e na linguagem escrita nas redes sociais da Câmara e um avanço no relacionamento com o cidadão a partir da criação de mais uma rede (Instagram) e melhoria da frequência das respostas aos usuários.	Em andamento
12	Plataforma Digital para Projetos de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)	Transparência Interação	2.1 3.1/3.2	Desenvolver e implantar plataforma tecnológica para viabilizar a apresentação eletrônica de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, com recursos para o cadastramento de projetos, recebimento de inscrições eletrônicas, validação das inscrições recebidas e publicação na internet do andamento do processo de apoio.	A modelagem do processo de funcionamento da plataforma digital de PLIP foi concluída. O TSE forneceu acesso ao serviço digital de verificação de dados de eleitores (ambiente de testes). A proposta de utilização da rede Blockchain para publicação das inscrições recebidas em PLIPs foi concluída. O Plenário da Casa aprovou requerimento de urgência para o PL 7.574/2017, que prevê as regras para Projetos de Lei de Iniciativa Popular. Foi firmado o acordo de cooperação técnica com o TSE n. 29, de 2017.	Em andamento
13	Aprimoramento do Processo de Fiscalização e Controle	Fiscalização	5.1/5.2/ 5.3/5.4	Aprimorar o processo de trabalho de fiscalização e controle visando o fortalecimento da atuação da Câmara dos Deputados como instância orientadora do Controle Externo na Administração Pública Federal	Aprovada Resolução n. 25, de 2017, que alterou o regimento interno que prevê o processo de trabalho de fiscalização e controle e seus produtos (Plano Anual de Fiscalização e Controle - PAFC e Relatório de Acompanhamento de Fiscalização e Controle - RAFC).	Em andamento

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Os projetos corporativos buscam a execução do planejamento estratégico da Casa, por isso a necessidade de alinhamento às diretrizes e às linhas de atuação da estratégia de longo prazo 2012-2023.

A [figura 2](#), apresentada a seguir, mostra a execução do planejamento estratégico x impactos de projetos corporativos nas linhas de atuação. Um importante instrumento de análise do nível geral de execução da estratégia planejada, auxiliando tanto na tomada de decisões quanto na definição de prioridades. Verifica-se que alguns projetos impactam simultaneamente mais de uma linha de atuação, como se pode perceber no [quadro 2](#).

Figura 2 – Demonstrativo de execução do planejamento estratégico x impactos de projetos corporativos nas linhas de atuação

Linhas de Atuação - Ciclo 2012-2023		Demonstrativo de execução do Planejamento Estratégico por meio de Projetos Corporativos	
		Projetos 2017	Total de Projetos 2012-2023
SINTONIA	1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada	0	3
	1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais	1	3
	1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas	0	1
TRANSPARÊNCIA	2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	3	12
	2.2 Estimular o controle social	2	3
INTERAÇÃO	3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	2	9
	3.2 Aprimorar o processo legislativo de forma a garantir a participação da sociedade, respeitada a autonomia de decisão parlamentar	1	2
QUALIDADE DAS LEIS	4.1 Aprimorar os mecanismos para consolidação e revisão de normas, bem como para a elaboração de leis e códigos	0	0
	4.2 Avaliar previamente a necessidade, a viabilidade e os potenciais impactos associados à implementação das leis e, de forma sistemática, o resultado da sua aplicação após a sua vigência.	0	1
	4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	3	7
FISCALIZAÇÃO	5.1 Desenvolver e instituir mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para o alcance da eficiência e da efetividade das ações do Estado	1	1
	5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com as redes de avaliação e controle	1	1
	5.3 Promover ações para coibir o mau uso de recursos públicos	2	2
	5.4 Intensificar o relacionamento e a troca de informações com o Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização	1	1
CIDADANIA	6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos Deputados	1	5
	6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo	0	0
	6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa	0	0
	6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno	0	0
GESTÃO	7.1 Aprimorar o processo decisório, os indicadores de desempenho e a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos	3	8
	7.2 Melhorar a gestão e a disseminação de informações internas	6	14
	7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços	5	7
	7.4 Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida	1	3
	7.5 Melhorar a eficiência administrativa e a utilização dos recursos	7	8
	7.6 Instituir serviços comuns ao Parlamento	0	0

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Destaca-se que foram iniciados esforços nas linhas de atuação da diretriz “Fiscalização”, com a aprovação dos projetos corporativos “Controle e modernização da cota parlamentar” e “Processo de aprimoramento do processo de fiscalização e controle”. Os ganhos já são expressivos, conforme resultados parciais descritos no [quadro 2](#).

O Comitê de Gestão Estratégica também acompanha o Portfólio de Grandes Obras, composto pelos projetos de ampliação do edifício Anexo IV, reforma dos imóveis funcionais, Centro de Tecnologia Norte (Cetec) e construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam-SIA). As obras estão em consonância com a linha de atuação 7.3 “Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços”, da diretriz “Gestão do planejamento estratégico de longo prazo”. Maiores informações sobre esses projetos estão detalhadas no [item 2.3.3.4](#) deste relatório.

2.1.2.1 Integração entre projetos e processos

A Câmara dos Deputados tem aprimorado o alinhamento entre os projetos e os processos de trabalho por eles impactados, ajustando a sua metodologia de gestão de projetos para incorporar as fases de transição e avaliação de impacto. O tema é observado desde a seleção dos projetos que compõem os portfólios estratégicos corporativo e setorial, em conformidade com o modelo de governança da gestão.

O quadro a seguir evidencia a integração entre os dois tópicos, mostrando os macroprocessos finalísticos e de apoio da Câmara relacionados e os processos impactados pelos projetos encerrados em 2017.

Quadro 3 – Processos impactados pelas principais entregas em 2017 do portfólio corporativo

Projeto	Macroprocessos relacionados	Processos impactados
Implantação da Gestão de Riscos Corporativos	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados 	Foi criado o processo de gestão corporativa de riscos cuja metodologia é detalhada no item 3.3 . O tema foi incorporado às atribuições da Aproge e será disseminado na Casa por meio de um programa formal de treinamento integrante do PEC Gestão, cuja primeira turma foi capacitada em 2017.
Infoleg – Movimentação Parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> Registrar a atuação parlamentar 	A modernização do processo de movimentação parlamentar está sendo incorporada às atividades da Secretaria-Geral da Mesa. A fase de operação assistida do sistema encontra-se em andamento, com impacto positivo na integração e na governança de dados e processos.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No [item 2.1](#), foi exposta a vinculação do planejamento de longo prazo e do plano de curto prazo com as diretrizes estratégicas que, por sua vez, estão relacionadas com a missão da Câmara, derivada das competências institucionais extraídas da Constituição Federal de 1988 e do Regimento Interno.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados

A avaliação do desempenho da gestão é competência do CGE, no aspecto corporativo, e dos comitês setoriais de gestão da Casa, no contexto setorial.

A gestão estratégica e a execução dos projetos corporativos são monitoradas sistematicamente pela Assessoria de Projetos e Gestão, que desempenha o papel de Escritório Corporativo de Gestão Estratégica, e analisadas nas reuniões de avaliação estratégica (RAEs) pelos diretores que são membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Isso ocorre ordinariamente três vezes ao ano (nos meses de abril, setembro e dezembro) ou extraordinariamente, conforme a necessidade. Cada RAE dá origem a uma ata, que passa a ser importante instrumento de controle das decisões pontuais tomadas na reunião e das pendências a serem solucionadas. Os projetos estratégicos são continuamente acompanhados pelo Escritório Corporativo, por meio de reuniões com os patrocinadores e gerentes e de relatórios de situação.

Os comitês setoriais reúnem-se ordinariamente três vezes ao ano e, extraordinariamente, se necessário, em reuniões de avaliação estratégica (RAEs) setoriais, conforme previsto nos arts. 19 e 20 da [Portaria n. 233, de 2009](#), para deliberar sobre a estratégia institucional e o desenvolvimento dos projetos. As reuniões dos comitês setoriais são realizadas previamente às reuniões ordinárias do CGE para analisar os portfólios setoriais correspondentes e subsidiar a pauta das RAEs corporativas.

Dessa forma, a direção da Casa acompanha a execução da estratégia e avalia a necessidade de corrigir problemas ou de adotar novas medidas. Outras práticas de acompanhamento da execução e dos resultados alcançados estão explicitadas no [item 2.1.2](#), no qual há informações sobre a evolução das práticas de gestão de projetos e portfólio e a integração entre projetos e processos, e também no [item 2.5](#), que trata da análise de indicadores.

Para aprimorar a governança da gestão orçamentária e das aquisições de bens e serviços foi criado o Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF), pela [Portaria DG n. 16, de 2017](#). Esse colegiado tem a responsabilidade de discutir e supervisionar o planejamento e monitoramento de aquisição de bens e serviços, bem como da gestão orçamentária e financeira e, ainda, a elaboração do processo de prestação de contas anual.

Ao longo de 2017, ocorreram doze reuniões que permitiram desenvolver trabalhos atinentes ao acompanhamento e ao monitoramento do orçamento e do plano de compras e contratações da instituição. Convém destacar as principais decisões:

- ✓ Definição e aprovação do “Modelo de governança das aquisições e do planejamento e acompanhamento orçamentários – CDGOF”, com as alçadas de decisão e papéis e responsabilidades deste Comitê, em relação à aquisição de bens e a contratações de serviços;
- ✓ Formulação de capacitação para aprimorar o processo de prestação de contas e gestão orçamentária;
- ✓ Aprovação de remanejamentos e suplementações orçamentárias, conforme alçadas de decisão; e
- ✓ Idealização e aprovação do “Cronograma do processo de prestação de contas anual da Câmara 2017”.

2.2.1 Análise de dados e organização de informações gerenciais

A Portaria DG n. 166, de 2016 estruturou, na Assessoria de Projetos e Gestão, o processo de trabalho de análise de dados e organização de informações que auxiliem a tomada de decisões, com as finalidades de prover a alta direção da Casa com dados consistentes para a tomada de decisão, de acompanhar de modo organizado os principais indicadores da gestão e, também, de encorajar as demais unidades administrativas a adotar uma cultura de gestão baseada em análise de dados. O normativo legal atribuiu o nome de DataCâmara ao processo de análise de dados para gestão.

Os principais processos que foram criados a partir da implantação do DataCâmara foram: a) organizar bases de dados, cruzando informações de tabelas ou fontes; b) analisar dados gerenciais; c) desenvolver análises e estudos estatísticos, qualitativos e quantitativos; d) propor o desenvolvimento, a aquisição, a manutenção e a atualização de software de análise de dados e informações; e) auxiliar o Comitê de Gestão Estratégica a levantar dados e desenvolver estudos estatísticos; f) elaborar painéis informacionais (*dashboards*) para a alta gestão; e g) desenvolver treinamentos sobre análise de dados para compartilhar boas práticas com outras unidades administrativas e incentivar o crescimento da cultura de tomada de decisão com base em dados.

Para prover dados em painéis dinâmicos e viabilizar análises, simulações de cenários e hipóteses levantadas pela Administração, foi adquirido o software do tipo *Data Discovery*. A ferramenta utilizada de mineração viabilizou a criação, publicação e visualização de painéis de Gestão, por diversas áreas da Câmara dos Deputados, tanto na intranet quanto na internet, para um número ilimitado de usuários.

Com o propósito de capacitar os servidores no uso da ferramenta, foram abertas cinco turmas de elaboração de painéis (*dashboards*) com a participação de sessenta servidores e duas turmas de administração de ambientes, capacitando dezenove servidores. No total foram capacitados na utilização do software setenta e nove servidores dos diversos setores da instituição.

Além do DataCâmara, outras unidades administrativas da Casa produziram seus próprios *dashboards*, tais como: Diretoria Administrativa, Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, Diretoria de Recursos Humanos, Coordenação de Pagamento, Coordenação de Projetos, EcoCâmara, Presidência, Consultoria de Orçamento e Finanças, Partido Social Democrático, Secretaria de Controle Interno, Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, Pró-Saúde, Departamento de Material e Patrimônio e Coordenação de Interação Digital .

2.3 Desempenho Orçamentário

A atividade-fim da Câmara dos Deputados integra, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei n. 13.249, de 2016), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados. Esse programa é classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, razão pela qual é dispensado o detalhamento das respectivas ações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A dotação inicial relativa aos grupos de natureza de despesa (GND) 3 e 4 (Outras Despesas Correntes e Investimentos) para a Câmara dos Deputados, de 2017, foi maior que a de 2016, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Dotação inicial 2016 x 2017

	LOA 2016	LOA 2017	Diferença
GND 3	844.764.953,00	1.019.233.017,00	174.468.064,00
GND 4	75.634.618,00	130.275.701,00	54.641.083,00
Total	920.399.571,00	1.149.508.718,00	229.109.147,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Ao longo do exercício, fez-se necessária a abertura de créditos orçamentários com vistas a equacionar a execução do orçamento da Casa. No quadro abaixo apresentam-se as alterações que acarretaram suplementações ou remanejamentos no mesmo GND ou entre GNDs.

Quadro 5 – Suplementações ou remanejamentos no mesmo GND ou entre GNDs

Valores em reais

Ato	GND 1	GND 3	GND 4
*Portaria n. 22, de 25/9/2017		1.700.000,00 (1.700.000,00)	
*Portaria n. 30, de 13/12/2017	39.000.000,00 (39.000.000,00)		
*Portaria n. 32, de 21/12/2017	(10.300.000)	13.700.000,00 (1.720.000,00)	(1.680.000,00)

Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

* Portaria da Presidência da CD.

Conforme se observa no [quadro 5](#), em 2017 somente houve abertura de créditos ao orçamento da Câmara dos Deputados mediante o oferecimento de recursos compensatórios do próprio Órgão.

2.3.1 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2017, não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores

O [quadro 6](#) exhibe os dados referentes à execução dos restos a pagar processados e não processados, contemplando o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores vigentes em 2017, bem como os valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de 2017.

Quadro 6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em reais

Restos a pagar processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2017 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – reinscrito como RP processado⁽⁵⁾ (D)	Saldo em 31/12/2017 = A – B – C + D
2016	2.405.514,12	2.102.451,13	0,00	77.565,25	380.628,24
2015	74.536,31	16.656,85	25.593,21	69.488,25	101.774,50
2014	1.661.753,50	13.260,87	24.193,57	0,00	1.624.299,06
2013	3.169.665,11	0,00	17.522,34	0,00	3.152.142,77
2012	24.531,65	0,00	20.182,64	0,00	4.349,01
2011	26.856,63	0,00	165,83	0,00	26.690,80
2010	757,37	0,00	397,63	0,00	359,74
2007	191,39	0,00	191,39	0,00	0,00
Total	7.363.806,08	2.132.368,85	88.246,61	147.053,50	5.290.244,12
Restos a pagar não processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2017 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – reinscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2017 = A – B – C – D
2016	44.105.281,03	25.882.716,06	13.205.162,60	77.565,25	4.939.837,12
2015	14.250.565,79	5.082.859,54	7.139.370,03	69.488,25	1.958.847,97
2014	4.224.919,71	4.084.116,98	0,00	0,00	140.802,73
2013	1.093.830,16	162.538,80	110,69	0,00	931.180,67
2012	132.363,81	850,36	1.881,57	0,00	129.631,88
2011	8.372,00	0,00	0,00	0,00	8.372,00
2010	97.208,68	0,00	0,00	0,00	97.208,68
Total	63.912.541,18	35.213.081,74	20.346.524,89	147.053,50	8.205.881,05

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

* Restos a pagar executados pelas UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

⁵ Contempla os valores originalmente inscritos em restos a pagar não processados, mas que passaram pelo processo de liquidação da despesa em 2017, sem o correspondente pagamento, de acordo com as regras da STN (conta 631300000 – RP não processados liquidados a pagar).

2.3.2.1 Análise crítica

Restos a pagar processados: parte do montante ainda pendente de pagamento (aproximadamente 71%) refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Dentre estas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com R\$ 3,08 milhões retidos.

Restos a pagar não processados: a tabela abaixo demonstra como estão divididos os valores a pagar por grupo de despesa. Verifica-se que 49,7% (R\$ 4,1 milhões) do saldo de restos a pagar não processados a pagar referem-se a despesas com investimentos. Esse valor equivale a um terço do valor observado em 2016 (R\$ 12,7 milhões). Deste saldo, cerca de R\$ 1,6 milhão refere-se a empenhos relativos ao projeto da construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados e R\$ 2,4 milhões à ação Administração Legislativa.

Tabela 2 – RPNP – por GND

Valores em reais		
GND	%	Total
1	13,3%	1.089.680,04
3	37,0%	3.039.045,34
4	49,7%	4.077.155,67
Total	100,00	8.205.881,05

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

As informações sobre a execução das despesas estão subdivididas em: despesas totais por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa. Os quadros apresentados nas próximas páginas demonstram a execução das despesas em sua totalidade (UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados).

2.3.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação

Valores em reais

Modalidade de contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	281.423.365,36	5,20%	262.244.877,73	4,99%	246.526.165,58	4,61%	244.538.684,92	4,70%
a) Convite	124.733,68	0,00%	160.588,72	0,00%	122.625,61	0,00%	138.885,68	0,00%
b) Tomada de preços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
c) Concorrência	1.043.835,40	0,02%	2.366.208,56	0,05%	315.132,33	0,01%	1.446.357,95	0,03%
d) Pregão	279.954.796,28	5,17%	259.718.080,45	4,95%	246.063.407,64	4,61%	242.953.441,29	4,67%
e) Concurso	300.000,00	0,01%	0,00	0,00%	25.000,00	0,00%	0,00	0,00%
f) Consulta	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
g) Regime diferenciado de contratações públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2. Contratações diretas (h+i)	82.137.422,07	1,52%	105.527.960,96	2,01%	72.068.518,43	1,35%	100.409.187,19	1,93%
h) Dispensa	58.670.470,74	1,08%	82.059.305,52	1,56%	52.365.260,06	0,98%	78.993.046,68	1,52%
i) Inexigibilidade	23.466.951,33	0,43%	23.468.655,44	0,45%	19.703.258,37	0,37%	21.416.140,51	0,41%
3. Regime de execução especial	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%
j) Suprimento de fundos	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%
4. Pagamento de pessoal (k+l)	4.478.001.966,47	82,68%	4.307.204.799,06	82,01%	4.478.001.966,47	83,82%	4.305.654.339,06	82,72%
k) Pagamento em folha ⁽¹⁾	4.473.275.744,54	82,59%	4.303.099.834,64	81,93%	4.473.275.744,54	83,73%	4.301.549.374,64	82,64%
l) Diárias	4.726.221,93	0,09%	4.104.964,42	0,08%	4.726.221,93	0,09%	4.104.964,42	0,08%
5. Outros ⁽²⁾	573.480.399,48	10,59%	575.807.859,07	10,96%	544.508.689,41	10,19%	553.672.490,50	10,64%
6. Total (1+2+3+4+5)	5.416.151.755,53	100,00%	5.251.906.359,15	100,00%	5.342.213.942,04	100,00%	5.205.395.564,00	100,00%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Coordenação de Contabilidade.

⁽¹⁾ Refere-se apenas às despesas do GND 1.

⁽²⁾ O item 5, denominado “outros”, abriga as despesas cuja modalidade de licitação seja igual a “não se aplica”, identificação empregada quando da emissão da nota de empenho, mas que não constam do item 4.

2.3.3.2 Análise crítica das despesas por modalidade de contratação

A modalidade Pregão é usada em aproximadamente 99,5% das aquisições (quadro 7) que exigem a abertura de processo licitatório. Essa modalidade confere maior eficiência administrativa, uma vez que produz um resultado mais célere a custos menores. Vale ressaltar ainda que o registro de preços é processado mediante pregão.

Como se observa no quadro 7, houve diminuição de R\$ 23,4 milhões de reais (28,5%) nas despesas executadas de 2016 para 2017, referentes à dispensa de licitação nas Unidades Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo. O quadro abaixo detalha os valores mais relevantes da despesa liquidada em dispensa de licitação, por inciso, do artigo 24 da Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666, de 1993).

Quadro 8 – Valores executados – dispensa de licitação 2017 x 2016

Unidade orçamentária	Inciso	Descrição	2017	2016
Câmara dos Deputados	XI	Remanescente	27.008.893,50	46.435.528,41
	XXII	Concessionária	15.224.333,63	14.832.231,86
	XIII	Instituição social	10.584.520,47	10.406.040,17
	IV	Emergencial	22.500,00	3.235.024,98
		Outros	5.410.271,73	4.563.849,76
Subtotal			58.250.519,33	79.472.675,23
FRCD	II	Limite de valor	419.951,41	392.176,73
		Outros	0,00	2.194.453,56
Subtotal			419.951,41	2.586.630,29
Total			58.670.470,74	82.059.305,52

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

Percebe-se que o inciso XI foi o maior responsável pela diminuição nos casos de dispensa de licitação. Ele trata da possibilidade de esta ser dispensável “na contratação remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior [...]”. É o caso das empresas que não conseguem sustentar o serviço, a obra ou o fornecimento e, antes de findos os respectivos contratos, é facultado à Administração, por força deste inciso, chamar o segundo colocado, caso seja de seu interesse, com a manutenção dos preços da contratada anterior.

A dispensa de licitação para contratação emergencial, que trata da dispensa de licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares”, pelo prazo de até 180 dias, não foi praticamente utilizada em 2017.

2.3.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Valores em reais

Despesas correntes								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de pessoal	4.473.275.744,54	4.303.099.834,64	4.473.275.744,54	4.301.549.374,64	0,00	1.550.460,00	4.473.275.744,54	4.301.549.374,64
11 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	2.268.604.562,02	2.189.883.750,57	2.268.604.562,02	2.189.883.750,57	0,00	0,00	2.268.604.562,02	2.189.883.750,57
01 – Aposentadorias, RPPS, reserva remunerada e reforma militar	1.331.670.315,85	1.228.863.061,24	1.331.670.315,85	1.228.863.061,24	0,00	0,00	1.331.670.315,85	1.228.863.061,24
13 – Obrigações patronais	439.370.631,19	425.915.362,64	439.370.631,19	425.915.362,64	0,00	0,00	439.370.631,19	425.915.362,64
Demais elementos do grupo	433.630.235,48	458.437.660,19	433.630.235,48	456.887.200,19	0,00	1.550.460,00	433.630.235,48	456.887.200,19
2. Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras despesas correntes	926.532.781,40	919.210.676,07	861.217.734,65	884.313.773,93	65.315.046,75	34.896.902,14	860.758.926,20	881.939.321,90
37 – Locação de mão de obra	259.730.026,48	245.436.685,08	235.994.688,94	240.893.468,27	23.735.337,54	4.543.216,81	235.649.708,98	238.739.979,17
93 – Indenizações e restituições	210.074.597,77	206.400.238,29	194.067.146,13	191.556.213,78	16.007.451,64	14.844.024,51	194.066.900,13	191.556.213,78
46 – Auxílio-alimentação	179.395.349,95	169.929.121,74	179.395.349,95	169.929.121,74	0,00	0,00	179.395.349,95	169.929.121,74
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	141.555.312,26	167.252.005,90	132.737.535,13	162.716.193,25	8.817.777,13	4.535.812,65	132.726.272,55	162.612.591,44
Demais elementos do grupo	135.777.494,94	130.192.625,06	119.023.014,50	119.218.776,89	16.754.480,44	10.973.848,17	118.920.694,59	119.101.415,77
Despesas de capital								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	16.343.229,59	29.595.848,44	8.438.056,94	21.937.929,55	7.905.172,65	7.657.918,89	8.179.271,30	21.906.867,46
52 – Equipamentos e material permanente	10.703.222,37	21.908.915,88	5.978.150,44	17.872.484,69	4.725.071,93	4.036.431,19	5.878.146,77	17.871.397,60
51 – Obras e instalações	2.963.859,40	3.838.552,41	886.962,61	1.521.731,16	2.076.896,79	2.316.821,25	886.962,61	1.521.731,16
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	2.005.460,86	3.681.647,62	1.158.484,07	2.419.157,98	846.976,79	1.262.489,64	999.702,10	2.389.182,98
Demais elementos do grupo	670.686,96	166.732,53	414.459,82	124.555,72	256.227,14	42.176,81	414.459,82	124.555,72
5. Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.416.151.755,53	5.251.906.359,15	5.342.931.536,13	5.207.801.078,12	73.220.219,40	44.105.281,03	5.342.213.942,04	5.205.395.564,00

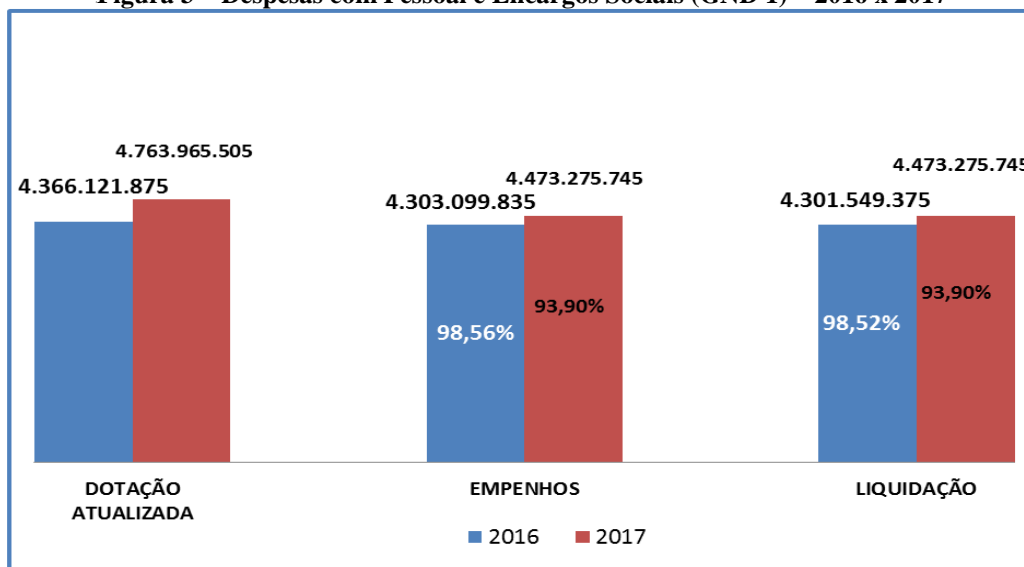
Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Coordenação de Contabilidade.

2.3.3.4 Análise crítica das despesas por grupo e elemento de despesa

▪ Pessoal e encargos sociais (GND 1)

No que diz respeito às despesas com pessoal e encargos sociais, como pode ser observado na figura abaixo, o montante liquidado da dotação atualizada foi da ordem de aproximadamente 94%.

Figura 3 – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) – 2016 x 2017



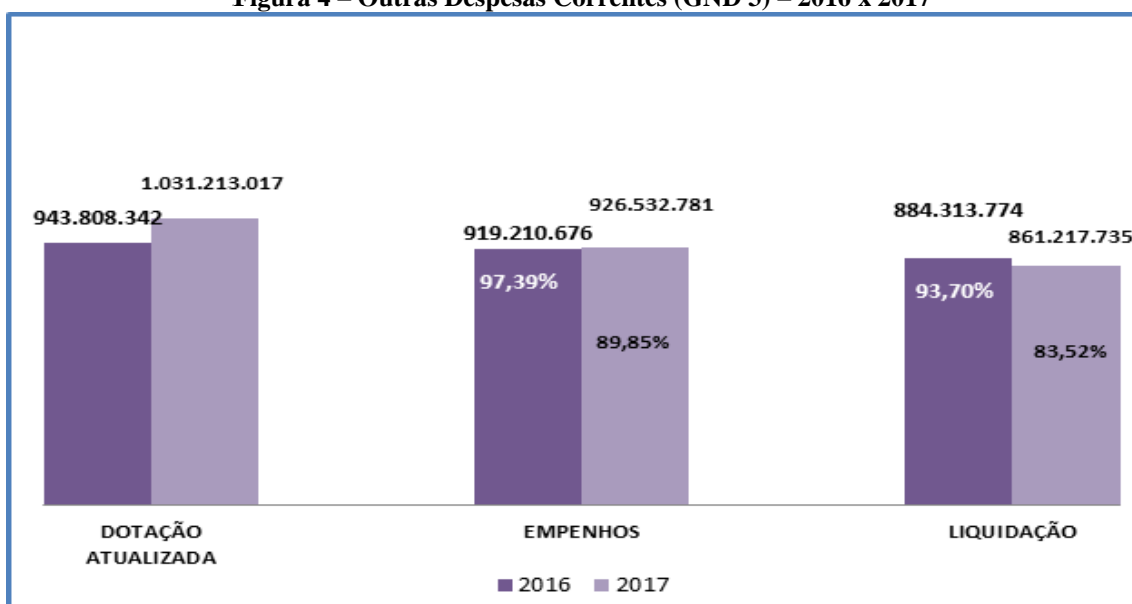
Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

Em relação às variações ocorridas neste grupo ([quadro 9](#)), merece destaque o crescimento de 8,37% das despesas no Elemento de Despesa 01 – Aposentadorias e Reformas. Essa variação decorre, principalmente, da concessão de 165 aposentadorias pelo órgão durante o exercício de 2017. Destaca-se ainda que não houve inscrição de restos a pagar não processados.

▪ Outras despesas correntes (GND 3)

O valor liquidado no GND 3, Outras Despesas Correntes, como se pode observar na figura abaixo, alcançou 83,5% da dotação.

Figura 4 – Outras Despesas Correntes (GND 3) – 2016 x 2017



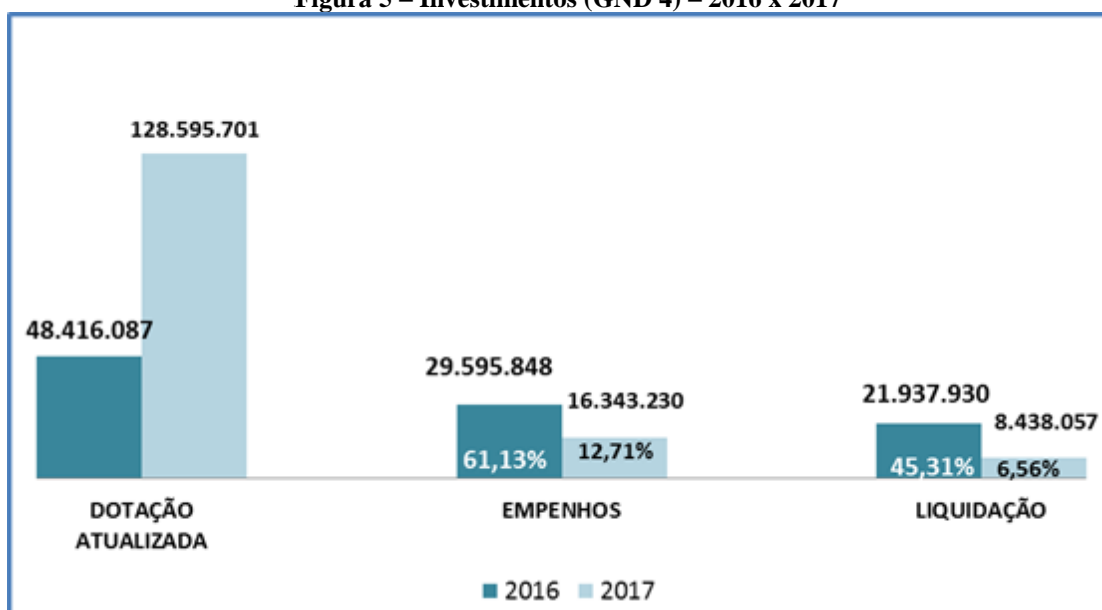
Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

A despesa liquidada em 2017 foi aproximadamente 3% inferior à liquidada em 2016 ([quadro 9](#)). Esse decréscimo é devido, principalmente, à diminuição na execução da despesa relativa a “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Elemento de Despesa 39)”. Essa variação teve forte influência das medidas de contenção de gastos na Casa, adotadas pela Mesa Diretora, e que culminaram na [Decisão da Mesa, de 29 de agosto de 2017](#), a qual indisponibilizou R\$ 17,5 milhões nas dotações orçamentárias destinadas a custeio operacional na Câmara dos Deputados.

▪ **Investimentos (GND 4)**

Com relação aos investimentos realizados em 2017, houve uma diminuição de 61,5% na liquidação de despesas em relação a 2016 ([quadro 9](#)), quase toda ela (90%) ocorrida na despesa com Equipamentos e Material Permanente (Elemento de Despesa 52).

Figura 5 – Investimentos (GND 4) – 2016 x 2017



Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

Em decorrência do Novo Regime Fiscal, instituído pela EC n. 95, de 2016, e seguindo diretriz passada pela Alta Administração, limitou-se as aquisições em algumas áreas da Casa. Na Secretaria de Comunicação, por exemplo, o orçamento de investimentos foi de R\$ 10.248.701,00, e a execução, de R\$ 1.327.043,81, ou seja, 13% do limite, haja vista o novo contexto das finanças públicas. Dentro das despesas de tecnologia da informação foram disponibilizados R\$ 33.450.105,03 e executados R\$ 5.014.505,70, 15% do limite disponibilizado. Essa execução orçamentária foi consequência da implantação de mudanças nos procedimentos de compra da Instituição, que visam aperfeiçoar o planejamento e processo das aquisições.

Outro motivo para a baixa execução foram as medidas de contenção de despesas adotadas pela Mesa Diretora, em [Decisão de 29 de agosto de 2017](#), que indisponibilizaram o valor de R\$ 21.000.000,00 neste Grupo de Natureza da Despesa. Os cortes de gastos impactaram negativamente a execução da programação orçamentária da área responsável pelos serviços de arquitetura, obras, reformas, telefonia e manutenção em geral. Aqueles cortes afetaram principalmente as ações de obras e serviços de engenharia programadas em investimentos, que necessitam de mais tempo para serem viabilizadas em razão da necessidade de projetos básicos mais elaborados e, consequentemente, licitações mais complexas.

Segue, abaixo, um breve resumo da execução orçamentária e financeira das obras da Câmara dos Deputados:

Quadro 10 – Ações orçamentárias – Obras

Ação	Valor total da ação ⁽¹⁾	Dotação inicial (meta financeira)	Execução física ⁽²⁾ % de execução física			Execução orçamentária ⁽³⁾	
			Execução financeira (pago + RP pago)	Prevista	Realizada	Realizada (empenhado em 2017)	%
			(c)	(d) = (b/a)	(e) = (c/a)	(f)	(g) = (f/a)
10AT – Ampliação do Edifício Anexo IV	324.746.506,92	35.000.000,00	0,00	11%	0%	0,00	0%
7710 – Construção do Anexo V	191.210.000,00	750.000,00	0,00	1%	0%	0,00	0%
10S2 – Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados	48.407.247,02	5.000.000,00	278.001,08	9%	1%	278.001,06	1%
12F2 – Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos deputados federais	312.726.298,93	10.000.000,00	0,00	3%	0%	0,00	0%
10C4 – Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da CD, no SIA	52.119.657,20	5.000.000,00	10.517.380,56	10%	20%	1.821.406,15	3%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Observações:

(1) PPA 2016-2019 (Lei n. 13.249, de 2016) e alterações.

(2) Execução física realizada em valores superiores ao previsto na dotação orçamentária em razão de execução financeira de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

(3) Sistemas SIORC e SIGMAS da Câmara dos Deputados.

▪ **Ampliação do edifício Anexo IV**

Conforme mencionado na seção anterior, não houve decisão da Administração da Casa para dar andamento à ação. Portanto, não houve execução orçamentária no exercício financeiro de 2017. A dotação inicial prevista para a LOA 2017 foi de R\$ 35.000.000,00.

Situação do projeto

O projeto básico para construção do Bloco B encontra-se finalizado, aguardando autorização para proceder à contratação. O quadro abaixo resume a cronologia da execução desta obra.

Quadro 11 – Execução da obra – bloco B do edifício Anexo IV

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	1,4%	0,0%	1,4%
Execução física	1,3%	0,0%	1,3%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

▪ **Construção do Anexo V**

Não houve decisão da Administração da Casa para dar andamento à ação. Dessa forma, não houve execução orçamentária no exercício financeiro de 2017. A dotação inicial prevista para a LOA 2017 foi de R\$ 750.000,00. Este programa não faz parte do Portfólio de Grandes Obras da Gestão Estratégica da Casa. O quadro abaixo resume a cronologia da execução desta obra.

Quadro 12 – Execução da obra – Anexo V

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	0,6%	0,00%	0,6%
Execução física	0,6%	0,00%	0,6%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

▪ **Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados**

Continuidade das obras de construção do bloco C do Complexo Avançado, que abrigará infraestrutura de redundância aos sistemas de informática da Casa, unidade para serviços de segurança, administração daquele complexo administrativo, posto médico e depósito, e três subsolos com cerca de 240 vagas de garagem. A edificação com 16 módulos está programada para ser construída em três etapas: construção de 4 módulos na 1ª etapa; 4 módulos na 2ª etapa; e 8 módulos na 3ª etapa.

A ação visa prover infraestrutura física, instalações e climatização necessárias ao funcionamento dos ativos de Tecnologia da Informação e das pessoas que administrarão diretamente tais equipamentos.

Situação do Projeto:

- Primeira etapa: concluída.
- Segunda etapa: concluída.
- Terceira etapa: não iniciada.

Quadro 13 – Execução da obra – Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	48,9%	0,6%	49,5%
Execução física	37,8%	0,6%	38,4%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Foi disponibilizado, na LOA 2017, o valor de R\$ 5.000.000,00 e executado R\$ 278.001,08 referente a aditivos da 2ª etapa. A contratação das instalações para ampliação do datacenter para a edificação dessa etapa iniciou-se em 2017 e não foi possível finalizá-la no mesmo ano.

▪ **Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos deputados federais**

Trata-se de projeto de reforma de 18 blocos de 24 apartamentos totalizando 432 unidades para reforma ao custo, entre valores executados e estimados atualizados, de R\$ 324.526.298,93 entre os anos de 2005 a 2020, conforme quadros abaixo.

Foi disponibilizada, na LOA 2017, a dotação de R\$ 10.000.000,00, não havendo qualquer execução no exercício.

Estava prevista a contratação de projetos estruturais e de instalação para reforma dos blocos I, J, K, e L da SQN 202, o que não se concretizou em 2017, tendo em vista que foi solicitado, pelo Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, por meio do processo 101.641/2015, atualizar estudo de viabilidade econômica da ação, o que inviabilizou a contratação do desenvolvimento de projetos para continuidade da reforma.

Situação do Projeto:

- Reforma dos blocos A, B, C, D, E, F, G, H e I na **SQN 302**
Concluída. Total de 216 apartamentos em 9 blocos.
- Reforma dos blocos I, J, K, e L da **SQN 202**
Não iniciada. Em andamento estudo para divisão de um apartamento em dois, transformando 96 apartamentos em 192, nesses 4 blocos.
- Reforma dos G e I da **SQS 111**; e A, B e I **SQS 311**
Não iniciada. Total de 120 apartamentos em 5 blocos.

Quadro 14 – Execução da obra – reforma dos imóveis funcionais

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	37,0%	0,0%	37,0%
Execução física	50,0%	0,0%	50,0%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Quadro 15 – Apartamentos – execução física

Blocos		Apartamentos – execução física				
Total	Total	Reformados ¹ até 2015	Reformados ² em 2016	Reformados (¹) + (²) até 2016	Em reforma	Não reformados ³
18	432	216	0	216	0	216
	% de apartamentos	50%	0%	50%	0%	50%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

¹ blocos A, B, C, D, F, E, G, H e I da SQN 302.

² blocos I, J, K e L da SQN 202, blocos G e I da SQS 111 e blocos A, B e I da SQS 311.

▪ **Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA)**

O projeto visa à construção de edifício de quatro andares no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, que abrigará área para armazenagem de materiais, ala destinada a escritórios e apoio administrativo, e dois pavimentos de garagem, sendo um destinado a estacionamento e outro para armazenagem, com opção pelo uso de materiais construtivos sustentáveis.

Em 2017, foram disponibilizados R\$ 5.000.000,00 na LOA, dos quais R\$ 1.821.406,15 foram executados para: continuidade da obra em andamento de construção do edifício, contratação de instalação de subestação de energia elétrica do prédio, pagamento de ARTs e RRTs. Foram pagos, em 2017, R\$ 10.517.380,56 desta ação, relativos também a pagamentos de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

Quadro 16 – Execução da obra – Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	89%	3%	92%
Execução física	65%	20%	85%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Situação do Projeto: Em andamento. Previsão de conclusão em 2018.

2.3.4 Suprimento de fundos

As informações sobre a gestão de suprimento de fundos, nas modalidades contas tipo B e cartões de pagamento do governo federal, estão evidenciadas nos quadros 17, 18 e 19.

Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício financeiro	Unidade gestora (UG) do Siafi		Meio de concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal		
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	
2017	10001	Câmara dos Deputados	69	266.060,00	178	1.647.720,82	50.000,00
2016			94	475.600,00	141	1.130.434,00	72.000,00
2015			110	473.500,00	138	1.224.900,00	25.000,00

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício	Unidade gestora (UG) do Siafi		Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total (a)	Quantidade	Valor dos saques (b)	Valor das faturas (c)	
2017	10001	Câmara dos Deputados	69	241.022,58	176	70.958,11	796.621,46	1.108.602,15
2016			94	440.051,62	159	74.930,82	605.879,89	1.120.862,33
2015			110	398.824,80	128	49.795,80	664.272,94	1.112.893,54

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Classificação do objeto gasto – despesa		
Elemento/Subitem	Descrição	Total
33903303	Locação de meios de transporte	351.284,53
33903007	Gêneros de alimentação	241.312,12
33903024	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	100.633,60
33903941	Fornecimento de alimentação	53.491,98
33903026	Material elétrico e eletrônico	49.563,56
33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	36.523,77
33903025	Material para manutenção de bens móveis	35.725,81
33903948	Serviço de seleção e treinamento	31.514,18
33903022	Material de limpeza e produtos de higienização	30.085,75
33903905	Serviços Técnicos Profissionais	18.317,90
33903036	Material hospitalar	15.779,95
33903042	Ferramentas	15.052,72
33903004	Gás e outros materiais engarrafados	14.847,50
	Outros	114.468,78
Total		1.108.602,15

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

2.3.4.1 Análise crítica

Na Câmara dos Deputados, a execução de despesa pelo regime de adiantamento, via suprimento de fundos conta tipo B e cartão de pagamento do governo federal, observa os ditames da Lei n. 4.320, de 1964, em especial o seu artigo 68, bem como os da [Portaria DG n. 363, de 2014](#), que passou a regulamentar internamente o tema.

A utilização de contas específicas para movimentação de recursos de suprimentos de fundos pela Casa está amparada pelo art. 3º, § 2º, do Decreto n. 6.370, de 2008.

Os saques efetuados no cartão de pagamento do governo federal foram previamente autorizados pelo ordenador de despesas nos processos de concessão, para atendimento de gastos em situações de impossibilidade de utilização do cartão.

Os agentes supridos são orientados sobre a forma correta de aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos. A análise das prestações de contas possibilita detectar e apontar as impropriedades para subsidiar o ordenador de despesas na tomada de decisão.

Além das análises nas despesas realizadas por suprimentos de fundos, o órgão de controle interno, quando previsto em seu planejamento anual, realiza auditorias nessas despesas e apresenta relatórios que visam apontar eventuais impropriedades e sugerir medidas corretivas e aperfeiçoamento de controles.

Por fim, destaca-se que, no [portal](#)⁶ da Câmara dos Deputados, podem-se obter mais informações sobre os gastos executados com os cartões de pagamento do governo federal.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Resultados dos trabalhos legislativos

Característica indissociável das atividades da Câmara dos Deputados é a interação permanente com a sociedade, de tal forma que os processos decorrentes da representação popular estejam permanentemente disponíveis para a consulta dos cidadãos, os quais periodicamente avaliam metas e resultados por meio do voto no processo eleitoral.

A força do Parlamento está na participação dos cidadãos e na pluralidade dos interesses que perpassam pelos debates e votações nos plenários e comissões.

O Parlamento cumpre sua função institucional quando aprova ou rejeita uma proposição ou até mesmo quando não a insere na pauta para votação. Mantém-se fiel à sua missão de representar a sociedade quando aprova matérias com a urgência requerida ou quando se demora em questões que precisam ser amadurecidas com cautela e paciência. Nesse sentido, não se posicionar a respeito de determinado assunto é tão legítimo quanto elaborar um diploma legal a respeito do tema.

Em termos gerais, a Câmara dos Deputados realizou, em 2017, [403 sessões](#)⁷ no plenário Ulysses Guimarães e votou 1.001 matérias, entre elas 31 medidas provisórias, 6 projetos de lei complementar, 49 projetos de lei, 70 projetos de decreto legislativo, 5 propostas de emenda à Constituição, 6 projetos de resolução e 2 solicitações para instauração de processo contra o Exmo. Sr. Presidente da República..

⁶Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/consulta-cartao-suprimento/pesquisa.do;jsessionid=1urlu-G3CxeUC7kjagRjQRh7.sepadn2.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁷Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/estatistica-dos-trabalhos2017>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

No exercício, foram realizados 2.317⁸ eventos e reuniões nas comissões permanentes e temporárias. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” (este último no caso de, por exemplo, representações e comissões parlamentares de inquérito).

Dentro do escopo de matérias aprovadas, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. Seguem os links para acessar a relação de propostas apreciadas pela Câmara dos Deputados:

Propostas de emenda à Constituição:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/pec.asp
Medidas provisórias:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/mpv.asp
Projetos de lei complementar:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/plp.asp
Projetos de lei ordinária:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/pl.asp
Projetos de decreto legislativo:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/pdc.asp
Projetos de resolução:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/prc.asp
Mensagens:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/msc.asp
Outros objetos de deliberação	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/oum.asp

Merecem destaque outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como atividades do [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#)⁹ e atividades do Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Também foram desenvolvidas atividades no que diz respeito ao assessoramento a parlamentares.

Importante salientar que a Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara produziu mais de 1.851 [trabalhos](#)¹⁰ para oferecer embasamento técnico-científico ao processo de planejamento de políticas públicas e de tomada de decisão pelos parlamentares.

2.5 Informações sobre Indicadores de Desempenho

Continuando o esforço para desenvolver indicadores específicos para a mensuração do desempenho da estratégia organizacional, iniciado em 2016 com um piloto que focava quatro linhas de atuação prioritárias definidas pelo CGE, é apresentado no [quadro 20](#) a segunda medição deste piloto de indicadores.

⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/estatistica-dos-trabalhos2017>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/atividades-do-conselho-de-etica-e-decoro-parlamentar2017>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

¹⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/trabalhos_conof2017>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Quadro 20 – Indicadores da estratégia

Indicadores da Estratégia

Linha de atuação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Gestor do indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Frequência	2016	2017	Meta para 2018
2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação	Índice construído a partir de adaptação do questionário de auditoria do Tribunal de Contas da União ao portal da Câmara dos Deputados com foco na Lei de Acesso à Informação.	Cedi	Razão do somatório da pontuação dada às questões (0 - 0,5 - 1) sobre o total de questões.	Percentual	Anual	83,5%	86%	90%
	Acessos aos serviços voltados para a sociedade	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação de acessos aos serviços da Câmara dos Deputados construídos para a sociedade. Entende-se por serviços de TIC da Câmara à sociedade o <i>site</i> e os aplicativos para dispositivos móveis.	Ditec	Variação percentual dos acessos aos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara à sociedade em relação ao ano base 2014.	Percentual	Mensal	4%	110%	50% , conforme tabela 25 do item 4.3.4
3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados	Indicador elaborado a partir de recorte feito sobre o questionário do Índice de Transparência do Legislativo, construído pelo Senado Federal. Utilizamos a dimensão Participação e Controle Social para estabelecer um nível de interação entre a sociedade e a Câmara dos Deputados.	Aproge	Média entre aspectos e critérios estabelecidos no questionário a partir da definição de pesos para cada tipo de resposta.	Percentual	Anual	66,7%	75%	75%
	Acessos a aplicativos para dispositivos móveis	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis Infoleg e Câmara Notícias.	Ditec	Variação percentual dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade em relação a 2014.	Percentual	Mensal	-	139%	100%, conforme tabela 25 do item 4.3.4
4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	Pessoas treinadas por ano em processo legislativo	Quantitativo anual de servidores que passaram por algum curso de treinamento em disciplinas que envolvem o processo legislativo no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Cefor	Quantidade absoluta de pessoas treinadas no ano.	Valor/ano	Anual	697	1060	1000
7.1 Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos e o uso de indicadores de desempenho	Capacitação – planejamento estratégico	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em planejamento.	Aproge	Razão do quantitativo de membros dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) treinados na disciplina sobre o total de servidores dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) .	Percentual	Anual	66%	69%	70%
	Capacitação – gestão de projetos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de projetos.	Aproge		Percentual	Anual	70%	55%	75%
	Capacitação – gestão de processos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de processos.	Aproge		Percentual	Anual	58%	56%	70%
	Capacitação – gestão de riscos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de riscos.	Aproge		Percentual	Anual	19%	39%	30%
	Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo (IDE-P)	Grau de execução do portfólio de projetos corporativos, a partir da conclusão de suas entregas.	Aproge	Média aritmética dos Índices de Desempenho do Escopo (IDES) dos projetos componentes do portfólio corporativo. Cálculo do IDE: as entregas dos projetos são ponderadas de acordo com sua complexidade e esforço para conclusão. IDE = $(\sum \text{Pontos das entregas realizadas}) / (\sum \text{Pontos das entregas planejadas})$.	Percentual	Trimestral	83%	82%	85%

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

As análises a respeito desses indicadores estão relacionadas abaixo.

- a) Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação: houve uma pequena melhora no indicador, com o aperfeiçoamento da divulgação das informações relacionadas ao processo legislativo e sobre o uso dos recursos orçamentários e financeiros;
- b) Acessos aos serviços voltados para a sociedade: extrapolação da meta prevista, conforme detalhado na [tabela 29 do item 4.3.4 – Indicadores do Plano Estratégico de TIC](#);
- c) Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados: meta alcançada. Serviços como videoconferências com cidadãos e especialistas, nas audiências públicas, foram lançados em 2017;
- d) Acessos a aplicativos para dispositivos móveis: houve alteração na linha de base e o valor apurado superou a meta, conforme se observa na [tabela 29 do item 4.3.4 – Indicadores do Plano Estratégico de TIC](#); e
- e) Pessoas treinadas por ano em processo legislativo: meta alcançada. A meta projetada para 2018 será mantida em função do calendário eleitoral, que impossibilita a ampliação do número de treinados.

Para os próximos quatro indicadores, conforme relatado no indicador anterior, será mantida para 2018 a mesma meta de 2017.

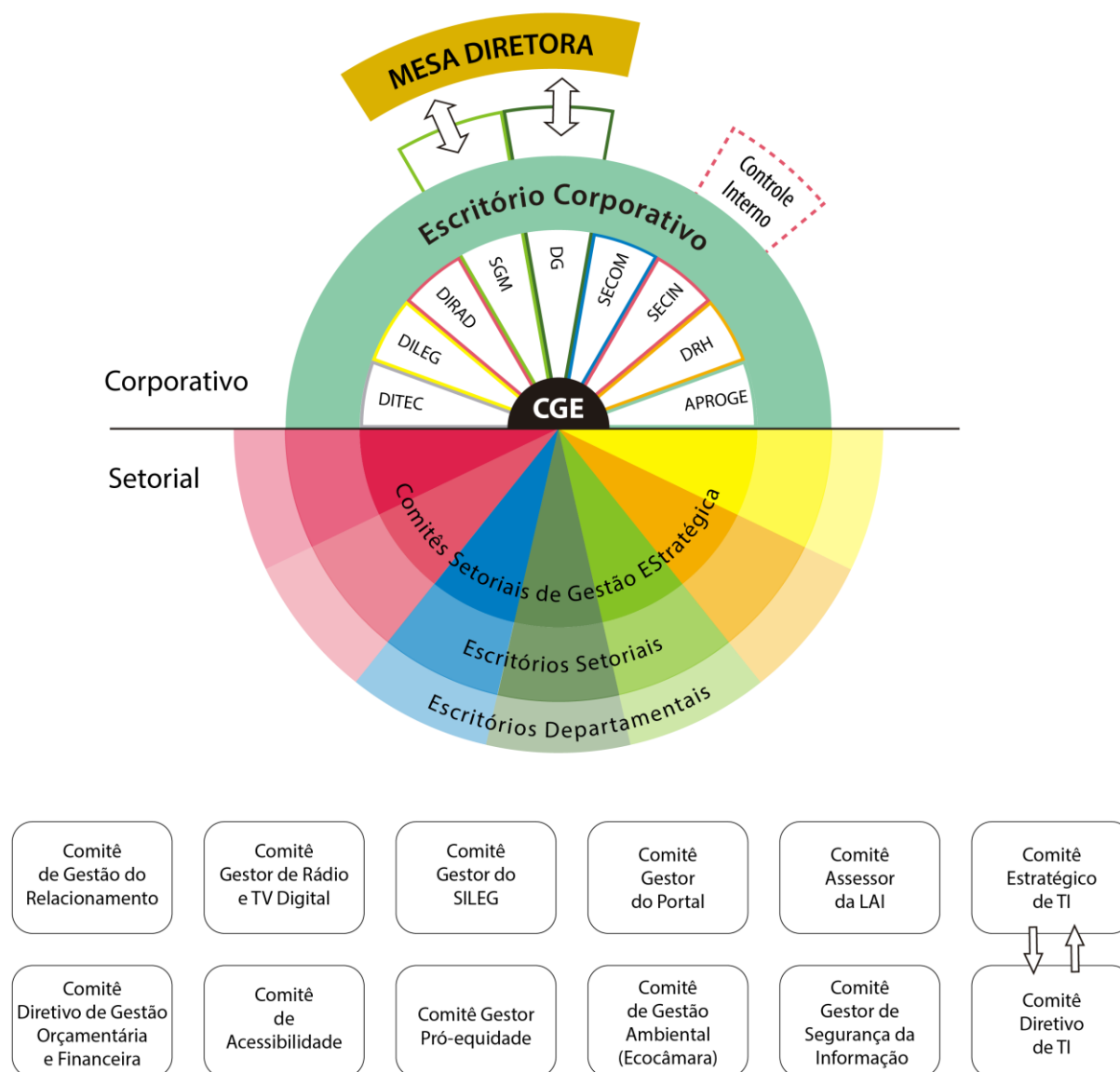
- f) Capacitação – planejamento estratégico: meta alcançada, dentro da margem;
- g) Capacitação – gestão de projetos: resultado ficou abaixo da meta devido a alteração na composição dos escritórios setoriais de gestão estratégica, com o ingresso de pessoas não capacitadas;
- h) Capacitação – gestão de processos: resultado ficou abaixo da meta devido a alteração na composição dos escritórios setoriais de gestão estratégica, com o ingresso de pessoas não capacitadas;
- i) Capacitação – gestão de riscos: resultado ficou acima da meta, com a oferta de treinamento na metodologia de gestão de riscos desenvolvida para a CD; e
- j) Índice de desempenho do escopo do portfólio corporativo (IDE-P): um pouco abaixo da meta, mas dentro da margem.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Estrutura de Governança

O sistema de governança da Câmara dos Deputados compõe-se das instâncias internas representadas na figura a seguir.

Figura 6 – Sistema de governança da Câmara dos Deputados



Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

3.1.1 Nível corporativo

O nível corporativo é formado pela Mesa Diretora, pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), pelo Controle Interno e pelo Escritório Corporativo, enquanto instância de assessoramento. A Mesa, composta pelo presidente da Câmara dos Deputados, dois vice-presidentes e quatro secretários, é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e pelos serviços administrativos da Casa (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 14).

O CGE é composto pelos titulares de nove órgãos: Diretoria-Geral (DG), Secretaria-Geral da Mesa (SGM), Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Diretoria Administrativa (Dirad), Diretoria Legislativa (Dileg), Secretaria de Comunicação Social (Secom), Secretaria de Controle Interno (Secin), Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec) e Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge). Compete ao CGE deliberar, orientar, acompanhar o processo de gestão e garantir a continuidade administrativa, atuando sobre os objetivos, processos, programas e projetos estratégicos corporativos. É a instância máxima da Gestão Estratégica da Casa e atua conforme as diretrizes da Mesa Diretora.

Cabe à Secretaria de Controle Interno a avaliação dos controles de gestão da Casa, bem como a interação com o controle externo.

O Escritório Corporativo integra a estrutura administrativa da Aproge e tem como objetivo primordial prestar serviços de assessoramento e consultoria em planejamento estratégico, gestão de projetos e de processos. Também, compete ao Escritório Corporativo coordenar a Rede da Estratégia, composta pelos escritórios corporativos e setoriais, bem como os agentes da gestão, a fim de disseminar as práticas de gestão e governança para o nível setorial e alinhar as ações à estratégia.

3.1.2 Nível setorial

O nível setorial é composto por oito Comitês Setoriais de Gestão (CSGs) e pelos seus respectivos Escritórios Setoriais, que lhes prestam assessoramento. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão estratégica da respectiva diretoria ou secretaria e cada colegiado é formado pelos titulares dos departamentos ou unidades administrativas diretamente subordinadas. Os Comitês Setoriais de Gestão desempenham competências na condução dos trabalhos administrativos, legislativos e de gestão, sendo responsáveis por alinhar e priorizar iniciativas no seu âmbito de atuação, com vistas a aumentar o desempenho global da instituição.

Os Escritórios Setoriais são núcleos integrantes de uma diretoria ou secretaria e têm como função principal prestar assessoria e consultoria ao CSGs e à unidade organizacional a que se vinculam sobre programas, projetos e processos estratégicos desenvolvidos e gerenciados. Encontram-se hierarquicamente subordinados à respectiva diretoria, secretaria ou departamento e, tecnicamente, devem atuar de forma alinhada com as metodologias e orientações do Escritório Corporativo.

3.1.3 Comitês temáticos

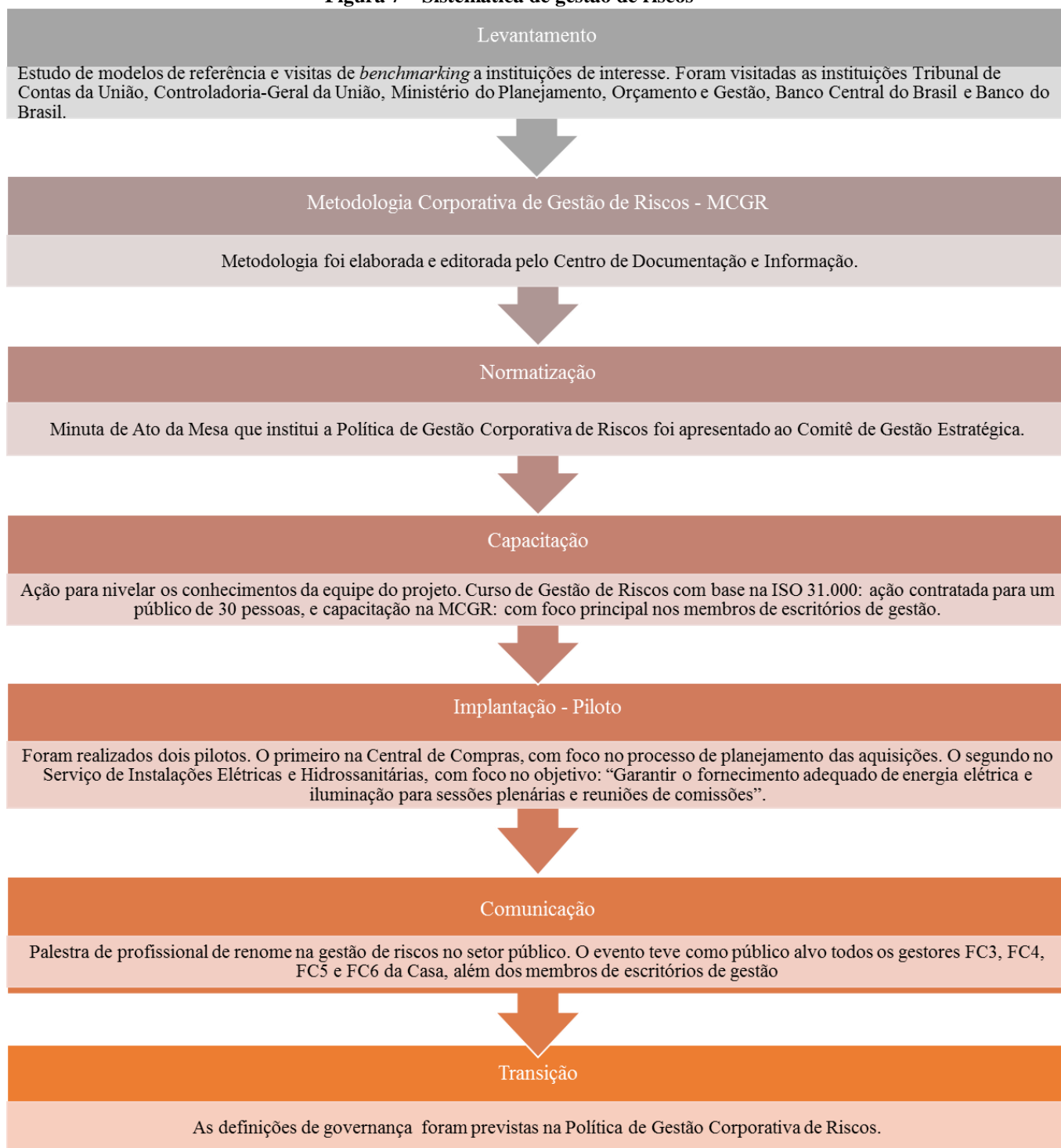
Além das instâncias de governança dedicadas à implantação e à evolução da gestão estratégica, a Casa conta com comitês temáticos, que são colegiados especializados com a atribuição de deliberar sobre temas que envolvem unidades administrativas subordinadas. O [quadro A1](#) do Anexo deste relatório relaciona esses comitês, bem como os principais resultados em 2017.

3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Câmara gerencia riscos associados aos projetos corporativos desde 2010, tendo como referência os preceitos do *Project Management Institute* (PMI). A metodologia de gestão de projetos da Casa prevê as seguintes medidas para mitigar riscos: i) na etapa de planejamento, é feita a identificação e o tratamento dos riscos na declaração de escopo do projeto e são registrados os itens “descrição do risco”, “ação proposta” e “responsável pela ação”; e ii) na etapa de execução e monitoramento, o gerente do projeto registra, periodicamente, no relatório de situação, os principais pontos de atenção (problemas ou riscos) do projeto; e iv) na etapa de encerramento, no formulário de lições aprendidas, são registradas as ocorrências dos riscos nos projetos.

Em 2017 foi concluído o projeto corporativo com o objetivo de implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos com as seguintes entregas realizadas:

Figura 7 – Sistemática de gestão de riscos



Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

3.3 Atividades do Sistema de Correição

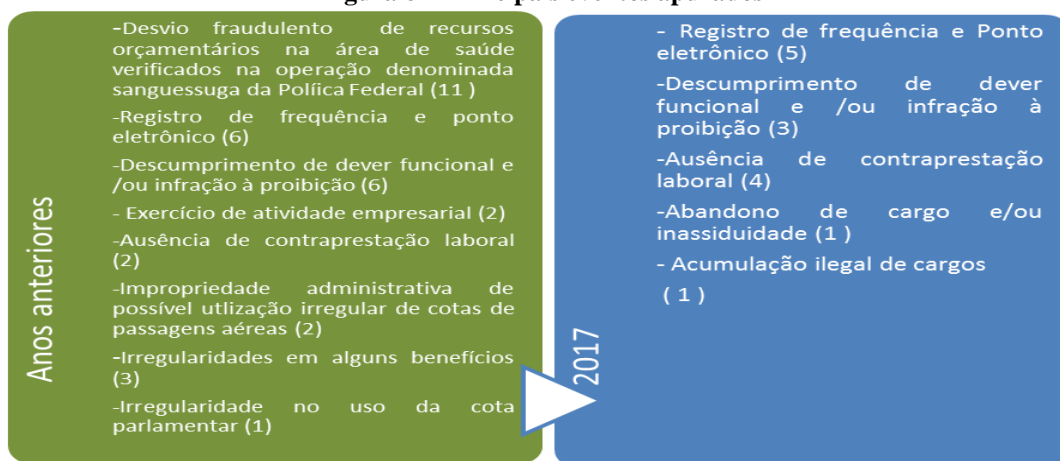
A Comissão Permanente de Disciplina (Coped), órgão vinculado à Diretoria-Geral, foi instituída pela [Resolução CD n. 14, de 2012](#), e tem como competência (art. 3º, *caput*, da referida resolução) apurar, com exclusividade, por determinação do Diretor-Geral, responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei n. 8.112, de 1990.

Ressalta-se que em 2016 foi publicada a [Portaria DG n. 12, de 2016](#), que instituiu o regulamento da Comissão Permanente de Disciplina.

3.3.1 Principais eventos apurados (Coped)

No ano de 2017, houve atuação em 57 processos de natureza disciplinar, cujas temáticas são as indicadas na figura a seguir. Da totalidade de processos com movimentação em 2017, 17 foram instaurados neste mesmo ano e 40 foram instaurados em anos anteriores.

Figura 8 – Principais eventos apurados



Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

3.3.2 Principais resultados observados

Os quadros a seguir apresentam os dados consolidados da atuação da Comissão Permanente de Disciplina no âmbito dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instaurados e/ou em curso no ano de 2017. Ressalte-se que o ato de julgamento é de competência do diretor-geral ou do presidente da Câmara dos Deputados, conforme o caso (art. 141 da Lei n. 8.112, de 1990).

Quadro 21 – Situação dos PADs e sindicâncias instaurados e/ou em curso

Situação dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instauradas e/ou em curso em 2017			
Especificação	PAD	Sindicância	Total
1. Processos instaurados em 2017	17	-	17
2. Emissão de Relatório Final pelas comissões em 2017	15	-	15
2.1. Processos instaurados em 2017	2	-	2
2.2. Processos instaurados em anos anteriores	13	-	13
3. Processos em fase de inquérito em 31/12/2017	26	-	26
4. Processos julgados em 2017	17	2	19
4.1. Instaurados em 2017	-	-	-
4.2. Instaurado em anos anteriores	17	2	19
4.2.1. Relatório Final emitido em 2017	7	-	7
5. Processos pendentes de julgamento	12	-	12
5.1 Concluídos pelas comissões em 2017 (2 - 4.1 - 4.2.1)	8	-	8
5.2. Concluídos pelas comissões em anos anteriores	4	-	4
6. Total de processos (3 + 4 + 5)	55	2	57

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

Quadro 22 – Aplicação de penalidades em 2017

Especificação	Total de servidores
1. Aplicação de penalidade disciplinar ^(*)	12
2. Arquivamentos/Absoluções	6
3. Penalidades que deixaram de ser aplicadas em função da prescrição	1

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

* **Penalidades aplicadas:** 2 (duas) penalidades de advertência, 1 (uma) penalidade de suspensão, 1 (uma) penalidade de destituição de cargo em comissão e 8 (oito) penalidades de conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão. O somatório dos totais de penalidades aplicadas, arquivamento/absoluções e prescrições, não corresponde ao número total de processos julgados no ano pelo motivo de constar mais de um acusado em único processo.

Apontam-se como fatos relevantes para a atuação da Comissão Permanente de Disciplina, no ano de 2017:

- ✓ **Banco de defensores dativos** – cadastro de servidores selecionados mediante avaliação curricular para atuarem como defensores dativos. A expectativa é não apenas garantir defesa técnica ao servidor eventualmente declarado revel em processos disciplinares, mas também proporcionar maior celeridade e eficiência ao processo;
- ✓ **Comunidade Coped** – visa partilhar e disseminar os documentos sistematizados, notícias e jurisprudências relacionadas à condução desses processos;
- ✓ **Revisão e padronização dos principais documentos** vinculados à instrução dos processos administrativos disciplinares – iniciada em 2017, com objetivo de garantir clareza e eficiência à condução dos processos; e
- ✓ **Cadastro de ementas de processos julgados** – criado em 2017, com a finalidade de reunir de modo sintético, as principais informações materiais e processuais de processos disciplinares já julgados pela autoridade competente. O objetivo é preservar a memória técnica das atividades disciplinares do órgão e subsidiar o trabalho das novas comissões processantes.

3.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O art. 265 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17 de 1989, prevê que o sistema de controle interno será coordenado e executado por órgão integrante da estrutura administrativa da Casa. Nesse sentido, a Resolução n. 69 de 1994 instituiu a Secretaria de Controle Interno (Secin), com o propósito de exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos nos arts. 37 e 74 da Constituição Federal de 1988.

Quanto ao posicionamento hierárquico, a Secin é uma unidade de assessoramento diretamente subordinada à Mesa Diretora, a quem compete a suprema direção dos órgãos que integram a estrutura administrativa desta Casa Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno. O art. 4º da Resolução n. 69 de 1994 dispõe que o Secretário de Controle Interno será nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, após escolha pelo voto da maioria absoluta dos membros da Mesa Diretora, dentre servidores públicos de carreira técnica ou profissional da Câmara dos Deputados que atendam aos requisitos previstos no art. 73 da Constituição Federal. O Secretário de Controle Interno reporta-se diretamente ao Presidente da Câmara dos Deputados.

O Ato da Mesa n. 133 de 2016 conferiu nova estrutura à Secin e atualizou seu rol de competências com o objetivo de aproximar a Secretaria da governança institucional, visto que as boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses, preservando e otimizando o valor da instituição. O órgão de controle interno exerce um papel fundamental no sentido de promover o ajuste entre os objetivos estabelecidos pela alta gestão e os controles internos estabelecidos pelas áreas nos processos. O mesmo Ato criou o Núcleo Setorial de Gestão, a fim de fortalecer o suporte ao modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados, com o diferencial de também apoiar os Escritórios Setoriais de Gestão das demais Diretorias e Secretarias da Casa no acompanhamento das recomendações feitas pela Secin.

Para dar cumprimento à sua função institucional, a Secin conta atualmente com a seguinte estrutura administrativa:

- a) Núcleo de Análise de Atos de Pessoal (Napes);
- b) Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop);
- c) Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Nualc);
- d) Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh);
- e) Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati);
- f) Núcleo Setorial de Gestão (NSG); e
- g) Seção Administrativa (Secad).

A auditoria interna realizada pela Secin é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria estabelecida para aumentar e proteger o valor organizacional da Câmara dos Deputados. Essa independência encontra-se enfatizada no Estatuto da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados (disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35419/estatuto_controle_interno.pdf), instituído pela Portaria Secin n. 1 de 2016. O Estatuto define o propósito, a autoridade, a responsabilidade e o escopo da função auditoria interna, alinhado com as boas práticas associadas ao tema, e estabelece a posição dessa atividade na Câmara dos Deputados. O Estatuto contém, ainda, o Código de Ética da Secin, que estabelece os princípios e valores que devem pautar os trabalhos desenvolvidos na Secretaria e nortear o comportamento profissional dos seus servidores.

O escopo da atividade de auditoria interna da Secin engloba a consultoria, o exame e a avaliação da adequação e da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos processos internos da Câmara dos Deputados. As ações de controle desenvolvidas visam auxiliar a Casa a realizar a estratégia definida, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada destinada a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos da gestão e de governança. A atuação da Secin se concretiza por meio de ações de controle: auditoria (avaliação), consultoria (assessoramento), levantamento de auditoria, inspeção, auditoria de gestão e análise de atos de pessoal, sem prejuízo de outras ações previstas em lei e normativos aplicáveis.

Quanto à sistemática de comunicação das ações de controle com a direção da Casa, o Plano Anual de Controle Interno (Paci), que define e justifica as ações planejadas a serem realizadas no período subsequente, é submetido previamente à Mesa Diretora, para revisão e aprovação, e publicado no boletim administrativo para conhecimento geral da Casa. Na elaboração do Paci, busca-se alinhamento entre as atividades da Secin com os objetivos institucionais, considerando-se a estrutura de gerenciamento de riscos. Além disso, as ações de controle são consubstanciadas em

relatórios dirigidos aos responsáveis pelas unidades administrativas auditadas e são realizados monitoramentos reiterados bem como manifestações em processos. Caso ocorra a baixa de uma recomendação cujos riscos ainda se mantenham relevantes, tal situação é previamente relatada à alta administração e as informações pertinentes são incluídas no Relatório de Auditoria da Gestão (RAG).

As ações de controle planejadas e executadas pela Secin, em 2017, podem ser consultadas no Relatório de Atividades disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/relatorio-de-atividades-2017-secin>.

Por fim, destaca-se que a síntese do tratamento dado pela gestão às recomendações emitidas pela Secin está no Capítulo 7, [item 7.2](#), deste Relatório de Gestão.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

Neste item, apresentam-se as informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da Câmara dos Deputados, de forma a possibilitar a análise da estrutura de pessoal, bem como da contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho na Câmara dos Deputados é composta por servidores efetivos, servidores comissionados em cargo de natureza especial (CNE), secretários parlamentares (SP), terceirizados e estagiários. Esse efetivo tem suas atribuições definidas para prestar os serviços relacionados ao funcionamento da instituição, que é composta por 513 parlamentares eleitos pelo povo brasileiro.

Os servidores comissionados (CNE's e SP's) têm atuação ligada à atividade parlamentar e, em sua maioria, estão lotados nos gabinetes parlamentares e órgãos com função política. Nesse sentido, esse contingente atua em conformação às demandas próprias da agenda política priorizadas pelos parlamentares (Resolução n. 1, de 2007; Ato da Mesa n. 72, de 1997).

Em relação à prestação de serviços terceirizados, importa registrar que a Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação a atividades-meio, em 31/12/2017 a Casa dispunha de 3.161 postos de serviços terceirizados de diversas categorias, distribuídos entre 34 contratações administrativas.

A participação dos estagiários está voltada para a formação profissional dos estudantes e os conhecimentos adquiridos são compartilhados tanto na entidade de ensino quanto na Câmara, o que contribui para desenvolvimento de ambas instituições.

Já o corpo funcional de carreira atua para o funcionamento administrativo e político-legislativo da Câmara dos Deputados e é composto por servidores concursados em várias áreas profissionais.

4.1.1.1 Composição da força de trabalho

A composição do quadro de servidores efetivos ativos é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 3 – Composição do quadro de servidores ativos

Quadro efetivo de pessoal (posição em 31/12/2017)

	Analista legislativo/atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
Nível superior	Administrador	0	0	0	-
	Analista de Informática Legislativa	160	18	178	-
	Arquiteto	19	1	20	-
	Assistente Social	1	3	4	-
	Assistente Técnico	1	1	2	-
	Consultoria	229	29	258	-
	Contador	49	11	60	-
	Enfermeiro	13	1	14	-
	Engenheiro	53	2	55	-
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	3	0	3	-
	Farmacêutico	3	1	4	-
	Fisioterapeuta	6	0	6	-

	Analista legislativo/atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
	Fonoaudiólogo	3	0	3	-
	Médico	78	13	91	-
	Museólogo	3	0	3	-
	Nutricionista	7	0	7	-
	Odontólogo	4	0	4	-
	Psicólogo	1	0	1	-
	Recursos Humanos	33	0	33	-
	Taquígrafo Legislativo	122	19	141	-
	Técnica Legislativa	719	30	749	-
	Técnico em Comunicação Social	1	1	2	-
	Técnico em Comunicação Social – área Audiovisual	8	0	8	-
	Téc. em Comunicação Social – área Divulgação Institucional	12	1	13	-
	Técnico em Comunicação Social – área Imprensa Escrita	36	1	37	-
	Técnico em Comunicação Social – área Relações	22	0	22	-
	Técnico em Comunicação Social – área Rádio	32	1	33	-
	Técnico em Comunicação Social – área Televisão	46	1	47	-
	Técnico em Documentação e Informação Legislativa	95	30	125	-
	Técnico em Material e Patrimônio	45	39	84	-
	Total – nível superior	1.804	203	2.007	0
Nível intermediário especializado	Adjunto Parlamentar – área Condução de Veículos	2	0	2	-
	Adjunto Parlamentar – área Secretaria	40	0	40	1
	Agente de Conservação e Restauração	10	0	10	-
	Agente de Encadernação e Douração	23	0	23	-
	Agente de Polícia Legislativa	275	23	298	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços Especiais	5	0	5	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços Paramédicos	80	19	99	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços de Arquitetura e Engenharia	6	0	6	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços de Atendimento	70	0	70	1
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços de Comunicação e Informação	5	0	5	-
	Agente de Transporte Legislativo – área Condução de Veículos	16	0	16	-
	Agente de Transporte Legislativo – área Mecânica de Veículos	0	0	0	-
	Assistente Administrativo	502	411	913	-
	Operador de Audiovisual	44	0	44	-
	Operador de Máquinas	102	0	102	-
	Total – nível intermediário especializado	1.180	453	1.633	2
Total geral		2.984	656	3.640	2

Fonte: Departamento de Pessoal.

Ao longo dos últimos anos, o corpo funcional de carreira vem apresentando significativa diminuição, tendo em vista que o ingresso de servidores tem acontecido em menor escala que as vagas surgidas, principalmente devido às aposentadorias. Em 2017, 165 servidores se aposentaram, quantitativo que representa 5,5% dos cargos efetivos ocupados. Por outro lado, foram empossados e entraram em exercício 78 novos servidores aprovados em concursos públicos; ou seja, a reposição de pessoal não fez frente ao contingente dos que passaram à inatividade. Logo, o déficit funcional em 2017 foi acrescido de 87 cargos desocupados, totalizando 656 vagas. Essa tendência deve

permanecer em 2018, considerando as restrições impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Emenda Constitucional n. 95, de 2016, além de não haver concurso público aberto desde 2014.

O quantitativo de servidores efetivos que entraram em exercício em 2017, bem como o quantitativo de servidores efetivos que retornaram à atividade no mesmo período está apresentado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Quantitativo de servidores efetivos que entraram em exercício ou retornaram à atividade em 2017

Cargo	Atribuição	Exercício	Retorno à atividade
Analista Legislativo	Consultoria	1	0
	Museólogo	1	0
	Taquígrafo Legislativo	0	1 ⁽¹⁾
	Técnica Legislativa	49	1 ⁽²⁾
Técnico Legislativo	Agente de Polícia Legislativa	27	0
Total		78	2

Fonte: Departamento de Pessoal. (1) Reversão – DOU de 13/10/2017. (2) Reversão – DOU de 13/6/2017.

Registra-se, ainda, o quantitativo de vacâncias decorrentes de posses em outros cargos inacumuláveis, falecimentos, exonerações e cancelamento de retorno à atividade ocorridos em 2017, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – Quantitativo de vacâncias ocorridas em 2017 (exceto aposentadorias)

Cargo	Atribuição	Falecimento	Posse em outro cargo inacumulável	Exoneração	Cancelamento de retorno à atividade	Total
Analista Legislativo	Consultoria	1	-	2	-	3
	Técnica Legislativa	-	-	1	-	1
	Taquígrafo Legislativo	1	-	-	-	1
Técnico Legislativo	Agente de Polícia Legislativa	-	2	1	-	3
	Assistente Administrativo	-	2	-	-	2
Total		2	4	4	-	10

Fonte: Departamento de Pessoal.

Devido ao quadro de diminuição do corpo funcional efetivo, a fim de se minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de diversos setores da Casa, há necessidade de novos procedimentos. Também, em 2017, visando mitigar este risco de funcionamento deficiente das áreas da Casa, buscou-se fomentar programas para auxiliar gestores e servidores em processos de planejamento, melhoria e reorganização de processos, desenvolvimento de projetos, inovação e saúde, a exemplo do [Programa de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho](#), [Programa de Valorização do Servidor](#) e [Programa de Educação Continuada em Gestão](#).

4.1.1.2 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados

A demonstração e a distribuição da força de trabalho é objeto das tabelas 6, 7, 8 e 9, as quais contêm respectivamente a força de trabalho, a distribuição da lotação efetiva, o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas e o quantitativo de servidores por faixa etária.

Tabela 6 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados

Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4.549	3.931	197	305
1.1. Membros de poder e agentes políticos	513	547	18	14
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.036	3.384	179	291
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.640	2.988 ⁽¹⁾	80 ⁽²⁾	175 ⁽³⁾
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	396	396	99	116
2. Servidores com contratos temporários				
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNE e SP)	12.219	12.184	5.713	5.174
4. Total de servidores (1+2+3)	16.768	16.115	5.910	5.479

Fonte: Departamento de Pessoal.

(1) Inclui 2 servidores excedentes e 2 servidores aposentados pela Câmara dos Deputados que ocupam Cargos de Natureza Especial (CNE). (2) 78 posses e exercícios e 2 reversões. (3) 10 vacâncias e 165 aposentadorias.

(2)

Ingressos: servidores de carreira vinculados ao órgão = posse e exercício em 2017 + reversão.

Egressos: vacância + aposentadorias.

Cumprido esclarecer, sobre a [tabela 6](#), que a Constituição Federal determina que o número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população. A Lei Complementar n. 78, de 1993, dispõe que o número de deputados não ultrapassará 513, razão pela qual foi lançado esse dado na coluna “Autorizada”.

Na coluna “Efetiva”, por sua vez, foram considerados os deputados titulares que estavam em exercício efetivo do mandato, somados àqueles que se licenciaram sem perder a condição de parlamentar, bem como os suplentes em exercício, levando-se em consideração os parlamentares que tomaram posse no período de 1/2/2017 a 31/12/2017. O total apurado em 31/12/2017 foi de 547 deputados.

Na coluna “Ingressos no exercício”, foram computados os deputados que tomaram posse entre 1/1/2017 a 31/12/2017. Também foram calculados nessa coluna os deputados suplentes que assumiram em data anterior a 2017, afastados do mandato e, posteriormente, efetivados como titulares durante o ano de 2017.

No campo “Egressos no exercício”, foram incluídos os deputados que saíram do mandato de maneira definitiva por motivos como: perda do mandato, renúncia, aposentadoria por invalidez, falecimento e cassação.

A **tabela 7** abaixo evidencia a distribuição da força de trabalho entre área-meio e área-fim. Para o seu preenchimento, consideraram-se como áreas finalísticas: Mesa Diretora, Suplência da Mesa, Ouvidoria Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Procuradoria Parlamentar, Secretaria da Mulher, lideranças, Conselho de Ética, comissões, Diretoria Legislativa, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Secretaria-Geral da Mesa e gabinetes parlamentares. As demais foram consideradas área-meio.

Tabela 7 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva		
	Área-meio	Área-fim	Total
1. Servidores de carreira (1.1)	1.925	1.459	3.384
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1.925	1.459	3.384
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.924	1.064*	2.988
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	395	396
2. Servidores com contratos temporários	-	-	-
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNEs e SPs)	23	12.161	12.184
4. Total de servidores (1+2+3)	1.948	13.620	15.568

Fonte: Departamento de Pessoal. * Inclui dois aposentados da Câmara dos Deputados ocupantes de CNE.

A **tabela 8** mostra o detalhamento dos cargos em comissão e funções gratificadas, por lotação autorizada e efetiva, em 2017.

Tabela 8 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	12.618	12.583	5.815	5.292
1.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo – Direção e Assessoramento Superior (CNE e SP)	12.618	12.583	5.815	5.292
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	396	396	99	116
1.2.4. Sem vínculo (CNE e SP)	12.219	12.184	5.713	5.174
1.2.5. Aposentados	2	2	2	1
2. Funções gratificadas	1.703	1.631	638	650
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.703	1.631	638	650
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	14.321	14.214	6.453	5.942

Fonte: Departamento de Pessoal.

A distribuição da força de trabalho de acordo com faixa etária está apresentada na tabela abaixo:

Tabela 9 – Quantitativo de servidores efetivos por faixa etária

Faixa etária	Quantitativo	Percentual
Até 30 anos	138	5%
De 31 a 40 anos	820	27%
De 41 a 50 anos	1.047	35%
De 51 a 60 anos	854	29%
Acima de 60 anos	127	4%
Total de servidores	2.986	100%

Fonte: Departamento de Pessoal.

4.1.1.3 Concursos públicos e nomeações

A **tabela 10** apresentada a seguir mostra os dados relativos a concursos públicos vigentes e às nomeações ocorridas em 2017.

Tabela 10 – Concursos públicos vigentes e nomeações em 2017

Concursos públicos								Nomeações em 2017										
Cargo	Atribuição	Data edital do concurso (DOU)	Número de vagas previstas no edital	Data homologação do concurso (DOU)	Validade do concurso	Total de nomeações realizadas	Total de posses realizadas	Em vagas surgidas até 2016			Em vagas surgidas em 2017			Em vagas criadas em 2017			Total nomeações em 2017	Total posses com nomeações em 2017
								Total	Posses	Desistências	Total	Posses	Desistências	Total	Posses	Desistências		
Analista legislativo	Consultoria	29/1/2014	53	3/7/2014 ⁽¹⁾	2/7/2018 ⁽¹⁾	87	78	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Museólogo	31/7/2012	2	5/2/2013	4/2/2017	3	3	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Total – Analista legislativo						90	81	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	
Técnico legislativo	Agente de Polícia Legislativa	29/1/2014	60	3/7/2014	2/7/2018	114	107	25	23	2	1	1	0	0	0	0	26	24
	Agente de Serviços Legislativos – Serviços Paramédicos	31/7/2012	5	14/2/2014	13/2/2018	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total – Técnico legislativo						120	113	25	23	2	1	1	0	0	0	0	26	24
Total geral						210	194	25	23	2	1	1	0	1	1	0	27	25

Fonte: Departamento de Pessoal.

⁽¹⁾ (1) Área XIV: homologação - 22/8/2014; validade - 21/8/2018.

4.1.1.4 Aposentadoria

As tabelas 11 e 12 detalham os dados de aposentadorias ocorridas no ano de 2017, por período e regime, e a tabela 13 apresenta a idade média dos aposentados nos últimos 6 anos.

Tabela 11 – Quantitativo de aposentadorias em 2017

Mês	Aposentados			Total de inativos
	Falecidos	Reversões	Aposentadorias	
Dez./16 (acumulado)	-	-	-	3.163
Jan./17	8	0	10	3.165
Fev./17	4	0	6	3.167
Mar./17	4	0	13	3.176
Abr./17	7	0	5	3.174
Mai./17	9	0	25	3.190
Jun./17	6	1	10	3.193
Jul./17	1	0	11	3.203
Ago./17	7	0	11	3.207
Set./17	4	0	5	3.208
Out./17	5	1	5	3.207
Nov./17	3	0	8	3.212
Dez./17	4	0	56	3.264
Total	62	2	165	-

Fonte: Departamento de Pessoal.

Tabela 12 – Detalhamento das aposentadorias em 2017

Regime de proventos/ Regime de aposentadoria	Quantidade				
	Acumulado até 31/12/2016	Aposentadorias concedidas em 2017	Reversões em 2017	Óbitos em 2017	Servidores aposentados até 31/12/2017
1. Integral	2.550	162	1	57	2.654
1.1. Voluntária ⁽³⁾	2.294	150	0	47	2.397
1.2. Compulsória	4	0	0	2	2
1.3. Invalidez permanente	139	2	1	7	133
1.4. Outras ⁽¹⁾	113	10	0	1	122
2. Proporcional	613	3	1	5	610
2.1. Voluntária	574	1	0	5	570
2.2. Compulsória ⁽²⁾	7	0	0	0	7
2.3. Invalidez permanente	32	2	1	0	33
2.4. Outras	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	3.163	165	2	62	3.264

Fonte: Departamento de Pessoal. (1) Aposentadoria de 10 servidores policiais – LC 51/1985 e 3 aposentadorias especiais com base em mandado de injunção. Óbito de 1 aposentado que era servidor policial. (2) Excluídos 6 aposentados que recebem aposentadoria de outros órgãos. (3) 1 aposentado falecido em 2016, cujo óbito foi comunicado à Câmara dos Deputados em 10/2/2017.

Tabela 13 – Idade média dos aposentados por ano de aposentadoria

Ano	Homem		Mulher		Total	
	Aposentadorias	Média de idade	Aposentadorias	Média de idade	Aposentadorias	Média de idade
2012	67	58,6	62	57,5	129	58,1
2013	81	58,3	75	58,1	156	58,2
2014	83	59,3	66	57,0	149	58,2
2015	128	59,6	132	57,9	260	58,8
2016	126	59,0	132	57,1	258	58,1
2017	70	58,0	95	56,2	165	57,1

Fonte: Departamento de Pessoal.

Já a quadro abaixo contém a previsão de aposentadorias até 2021, consideradas apenas as compulsórias e as voluntárias integrais, com e sem paridade.

Quadro 23 – Previsão de aposentadorias para o período 2018-2021

Cargo Efetivo	Atribuição	Aposentadorias Concedidas						Previsão de Aposentadorias *				
		2013	2014	2015	2016	2017	Total	2018	2019	2020	2021	Total
Analista Legislativo	Administrador	1	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0
	Arquiteto	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0
	Assistente Social	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1
	Assistente Técnico	0	0	0	1	1	2	1	0	0	0	1
	Consultoria Legislativa	9	5	9	10	9	42	27	9	10	6	52
	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	1	1	4	1	2	9	2	1	1	2	6
	Contador	3	1	4	3	5	16	7	2	6	1	16
	Enfermeiro	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0
	Engenheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Farmacêutico	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1
	Fisioterapeuta	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
	Inspetor de Polícia Legislativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Médico	2	3	3	4	7	19	3	4	1	1	9
	Nutricionista	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Psicólogo	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1
	Recursos Humanos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Taquígrafo Legislativo	6	5	16	9	8	44	16	5	8	9	38
	Técnico em Comunicação Social	1	1	2	1	0	5	1	0	0	0	1
	Técnico em Comunicação Social – Televisão	0	0	1	1	0	2	2	0	0	0	2
	Técnico em Comunicação Social – Relações Públicas	2	1	0	0	0	3	3	2	1	2	8
	Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional	0	0	1	0	1	2	1	0	0	1	2
	Técnico em Comunicação Social – Rádio	0	2	0	0	1	3	0	1	1	2	4
	Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita	0	1	0	0	1	2	3	1	1	2	7
Técnico em Comunicação Social – Audiovisual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico em Documentação e Informação Legislativa	4	5	9	7	6	31	15	5	4	6	30	
Técnico em Material e Patrimônio	4	1	16	7	9	37	13	2	4	1	20	
Analista de Informática Legislativa	0	1	1	0	2	4	4	2	6	3	15	
Técnica Legislativa	39	43	60	62	28	232	61	13	15	13	102	
Total Nível Superior	72	71	129	110	82	464	159	50	61	49	319	
Técnico Legislativo	Adjunto Parlamentar	15	16	27	33	11	102	31	2	6	4	43
	Agente de Conservação e Restauração	0	0	1	1	1	3	4	2	1	0	7
	Agente de Encadernação e Douração	1	0	0	2	3	6	1	1	3	2	7
	Agente de Polícia Legislativa	15	4	15	21	10	65	31	1	1	1	34
	Agente de Serv. Legislativos – Paramédicos	5	1	4	3	5	18	14	2	4	3	23
	Agente de Serv. Legislativos – Demais Áreas	30	35	63	54	28	210	59	5	8	8	80
	Agente de Transporte Legislativo	7	11	4	3	3	28	8	3	4	1	16
	Assistente Administrativo	10	8	13	28	19	78	44	26	23	28	121
	Operador de Audiovisual	1	0	3	0	0	4	4	3	2	2	11
	Operador de Máquinas	0	3	1	3	3	10	11	3	4	5	23
Total Nível Médio	84	78	131	148	83	524	207	48	56	54	365	
Total Geral	156	149	260	258	165	988	366	98	117	103	684	

Fonte: Departamento de Pessoal.*Consideradas apenas aposentadorias compulsórias e voluntárias integrais com e sem paridade.

Na página de transparência da Câmara ([Recursos Humanos](#))¹¹, podem ser obtidas outras informações sobre aposentadoria.

¹¹ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/aposentadorias>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

4.1.1.5 Pensão civil

As tabelas 14 e 15 detalham dados relativos à concessão de pensão civil, por período.

Tabela 14 – Quantitativos de beneficiários de pensão civil por período

Período	Concessão de Beneficiários	Extinção de Beneficiários	Total
31/12/2016	-	-	1.163
Janeiro 2017	6	2	1.167
Fevereiro 2017	3	4	1.166
Março 2017	3	13	1.156
Abril 2017	4	10	1.150
Mai 2017	17	30	1.137
Junho 2017	19	11	1.145
Julho 2017	11	4	1.152
Agosto 2017	8	5	1.155
Setembro 2017	5	1	1.159
Outubro 2017	4	4	1.159
Novembro 2017	1	1	1.159
Dezembro 2017	2	4	1.157
Total	83	89	-

Fonte: Departamento de Pessoal.

Tabela 15 – Beneficiários de pensão em 2017 – regime de proventos

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de beneficiários de pensão			
	Acumulada até 31/12/2016	Iniciada no exercício de 2017	Extinta em 2017	Acumulada até 31/12/2017
1. Aposentado	798	56	46	808
1.1. Integral	712	55	41	726
1.2. Proporcional	86	1	5	82
2. Em atividade	365	27	43	349
3. Total	1.163	83	89	1.157

Fonte: Departamento de Pessoal.

4.1.1.6 Capacitação e desenvolvimento de pessoas

Para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Câmara exige-se a constante capacitação e especialização de seus servidores, uma vez que os resultados a serem alcançados dependem fortemente da atuação de pessoas preparadas para as demandas permanentemente impostas à instituição.

Em 2017 foi dada continuidade à oferta de cursos integrantes de programas educativos voltados ao desenvolvimento de competências necessárias para a realização de atividades específicas pelos servidores, como por exemplo: formação de gestores, com atendimento a mais de 100 gestores ao longo do ano; formação e capacitação continuada dos agentes de polícia da Casa, que atendeu 240 agentes; formação em docência, que capacitou cerca de 70 educadores internos e formação em processo legislativo, com o oferecimento de mais de 600 vagas ao longo do ano. Além disso, foi lançado o programa de educação continuada em aquisições, com o objetivo de auxiliar os gestores e demais servidores a melhor exercerem suas atribuições no tocante aos processos de aquisições e contratações realizados na Casa.

Com efeito, a Câmara dos Deputados promoveu 501 eventos entre cursos de curta e de longa duração, presenciais e a distância, voltados à profissionalização de servidores e também à disseminação do conhecimento legislativo na sociedade.

O quantitativo total de inscritos em cursos de treinamento e aperfeiçoamento realizados pela Câmara foi de 20.323 participantes, sendo 9.413 participantes em cursos presenciais e 10.801 em cursos a distância (8.952 sem tutoria e 1.849 com tutoria) e 109 em cursos híbridos (parte presencial e parte a distância). Destaca-se também que, em 2017, 1.526 servidores afastaram-se para capacitação externa, sendo 707 para licença capacitação.

No âmbito de seu Programa de Pós-Graduação, a Câmara dos Deputados obteve, por meio da Portaria MEC n. 666, a renovação do seu credenciamento como escola de governo para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade presencial e a distância pelos próximos oito anos. Além disso, o Centro mantém programa próprio de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, (Portaria MEC n. 1331, de 2012). O mestrado elevou seu índice para a nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, em escala com nota máxima de 5 para programas com características semelhantes.

Durante o ano de 2017, o Programa de Pós-Graduação atendeu a um total de 358 alunos. Desses, 127 alunos estavam matriculados nos cursos de especialização, 216 no mestrado (55 alunos regulares e 161 alunos especiais) e 15 servidores participavam do curso de doutorado interinstitucional em Ciência Política, em parceria com o IESP/UERJ.

Além dos cursos, o Programa de Pós-Graduação mantém Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), cujo objetivo é levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa. Durante o ano de 2017 estavam ativos 37 GPEs, envolvendo 185 pesquisadores.

Muitas das pesquisas são publicadas na revista eletrônica E-Legis, editada pelo Programa. No sistema de avaliação adotado pela Capes, denominado Qualis, a Revista E-Legis está classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa classificação reforça a relevância da Revista na comunidade científica. Em 2017, a Revista E-legis, que é publicada trimestralmente, alcançou sua 24ª edição, com um total de 173 artigos publicados.

Visando estender suas ações à sociedade, a Câmara realizou, em 2017, quatorze eventos científicos que envolveram professores e profissionais, brasileiros e estrangeiros, de áreas correlatas. Esses eventos tiveram a participação de 538 pessoas.

Além disso, merece destaque os seguintes eventos realizados com a parceria da Embaixada da França, do Reino Unido, dos Estados Unidos e do Banco Mundial:

- **Palestra sobre Tecnologia da Informação e Inovação:** a Câmara dos Deputados e a Embaixada dos Estados Unidos realizaram uma palestra sobre o tema “**Tecnologia da Informação e Inovação**” com Robert D. Atkinson, conferencista canadense-americano, no dia 27 de setembro de 2017, no Auditório do Cefor.

- **Seminário Internacional sobre Governança e Democracia: um caminho para o desenvolvimento:** a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União e o Banco Mundial realizaram o seminário no dia 28 de setembro de 2017, no auditório Nereu Ramos. Entre os temas discutidos destacam-se: “Os desafios de governança na atualidade Brasileira”, “Governança e Lei”, “Boas práticas de governança e o Brasil: perspectiva política”, “Orçamento, infraestrutura e política pública”, “Reconstruindo a Confiança no Setor Público: Como criar um estado efetivo, com a confiança dos cidadãos?” e “O futuro do Brasil: como garantir um projeto nacional de longo prazo?”.

- **Palestra sobre a Inovação na Gestão Pública:** a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Embaixada da França realizaram palestra com as senhoras *Françoise Waintrop*, responsável pela Inovação da *École Nationale D’Administration – ENA* e *Anne-Laure Desflaches*, *Co-fundadora* da agência “*Les Ateliers RTT*” sobre Inovação na Gestão Pública, seguido de Debate com servidores da Câmara e do Senado Federal. A palestra aconteceu no dia 19 de outubro de 2017, no Auditório Nereu Ramos.

- **Workshop “Aperfeiçoamento das atividades do Parlamento na perspectiva comparada Brasil-Reino Unido”:** a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Embaixada do Reino Unido e o *King’s College* realizaram o workshop nos dias 7 e 8 de dezembro de 2017, no auditório Nereu Ramos. O evento integrou a programação comemorativa dos quinze anos da Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados e propiciou o debate com especialistas do Reino Unido sobre temas sobre a atividade legislativa, com o propósito de comparar os sistemas e processos no Brasil e no Reino Unido. Ademais, foram discutidos temas como a elaboração e o processo legislativo e a avaliação de impacto legislativo, entre outros.

Por fim, apresenta-se a tabela a seguir, que tem por objetivo demonstrar a qualificação dos servidores efetivos por escolaridade nos últimos três anos.

Tabela 16 – Quantitativo de servidores por nível de escolaridade (2015 a 2017)

Nível de escolaridade	2015		2016		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Analfabeto	0	0	0	0	0	0
Alfabetizado sem cursos regulares	0	0	0	0	0	0
Ensino fundamental incompleto	16	0,5	12	0,4	10	0,3
Ensino fundamental	44	1,4	32	1,0	25	0,8
Ensino médio ou técnico	250	7,8	196	6,4	174	5,8
Superior	610	19,1	566	18,4	497	16,6
Aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação	1.850	57,9	1.817	59,0	1.807	60,5
Mestrado	293	9,2	324	10,5	344	11,5
Doutorado/pós-doutorado/PhD/livre-docência	95	3,0	103	3,3	104	3,5
Não classificada	38	1,2	31	1,0	25	0,8
Total	3.196	100%	3.081	100%	2.986⁽¹⁾	100%

Fonte: Departamento de Pessoal.

(1) 2.984 cargos ocupados + 2 excedentes = 2.986

4.1.2 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

A Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, instituída pelo [Ato da Mesa n. 151, de 2014](#), estabelece, como uma de suas diretrizes, a realização de ações de vigilância epidemiológica e a avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos.

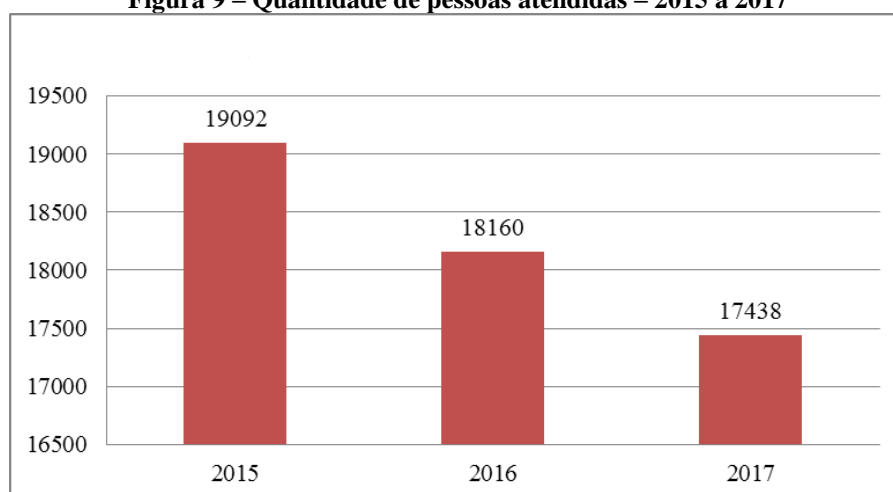
Mediante a atuação do Departamento Médico, em ações conjugadas com outros órgãos da Casa, a Câmara realiza campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, entre outras ações.

4.1.2.1 Atendimento médico

Em 2017, o Departamento Médico da Câmara dos Deputados atendeu 17.438 pessoas. Os atendimentos podem se dar na forma de consultas, exames, pequenas cirurgias, mensuração de sinais vitais, curativos, procedimentos externos, entre outros, totalizando, no ano de 2017, 102.707 atendimentos. Por procedimentos externos, entendem-se aqueles originados no Laboratório e no Serviço de Radioimagem.

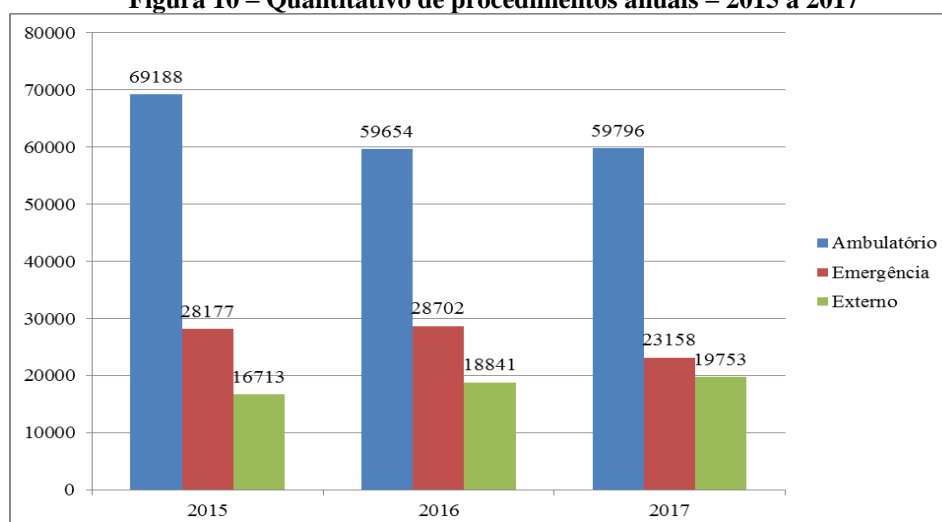
A [figura 9](#) ilustra, de forma comparativa, a quantidade de pessoas atendidas no período de 2015 a 2017. Já a [figura 10](#) mostra o total de procedimentos efetuados no mesmo período.

Figura 9 – Quantidade de pessoas atendidas – 2015 a 2017



Fonte: Departamento Médico.

Figura 10 – Quantitativo de procedimentos anuais – 2015 a 2017



Fonte: Departamento Médico.

Os dados de 2017 demonstram uma redução específica no quantitativo dos atendimentos na “Emergência”, o que pode ser um reflexo da descontinuidade do serviço aos finais de semana e feriados, a partir do dia primeiro de maio. A média de atendimentos anuais (102.107 atendimentos) mantém-se equivalente aos anos anteriores, com exceção do ano de 2015 quando houve um aumento nas consultas tanto ambulatoriais, incluindo atendimentos na perícia médica, quanto de emergência que coincidiram com a implantação do ponto eletrônico e das alterações no controle de jornada de trabalho na Câmara.

4.1.2.2 Programas voltados à saúde preventiva e laboral

Com o foco nos objetivos estratégicos da área de RH, foram realizados programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral, cujos quantitativos de atendimentos/procedimentos realizados são detalhados na tabela a seguir.

Tabela 17 – Programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral

Programa	Público-alvo	Objetivo geral	Quantitativos
Programa de Saúde da Mulher	Mulheres servidoras efetivas, parlamentares, SPs e CNEs e seus dependentes legais, acima de 20 anos	Deteção precoce do câncer do colo uterino e do câncer de mama e promoção do autocuidado.	416 atendimentos 125 exames A taxa de absenteísmo foi de 28%.
Programa de Avaliação e Tratamento da Hipertensão Arterial (Pratha)	Parlamentares, servidores efetivos, dependentes, SPs e CNEs com diagnóstico de hipertensão	Aumentar a adesão ao tratamento da hipertensão, incentivar o controle da pressão arterial e de outros fatores de risco presentes e proporcionar qualidade de vida.	22 participantes São considerados participantes os inscritos que participaram de 70% dos encontros.
Programa de Acompanhamento e Apoio à Gestante	Gestantes e familiares	Assistir, em âmbito preventivo, aos futuros pais, servidores da Câmara dos Deputados, por meio de ações educativas, com vistas à promoção da saúde da gestante e do bebê, à capacitação dos pais para lidarem com o processo gestacional e o cuidado de seus filhos de maneira saudável, efetiva e confiante.	46 participantes São considerados participantes os inscritos que participaram de 70% dos encontros.
Programa de Assistência aos Pacientes com Diabetes	Parlamentares, servidores ativos, aposentados e dependentes diagnosticados com Diabetes Mellitus	Promover a deteção precoce do <i>diabetes mellitus</i> , por meio da assistência integral, possibilitando um bom controle metabólico e diminuindo, assim, a incidência de complicações crônicas.	29 participantes São considerados participantes os inscritos que participaram de 70% dos encontros.
Programa de Imunização	Parlamentares, servidores efetivos, SPs, CNEs, dependentes legais e colaboradores	Prevenção de doenças imunopreveníveis como a influenza, inclusive contra a cepa H1N1, difteria, tétano e febre amarela e hepatite B.	5.421 vacinados, destes 688 eram colaboradores.
Programa de Controle de Peso	Servidores efetivos e parlamentares, com sobrepeso e obesidade	Diminuição do peso corporal em casos de sobrepeso ou obesidade, de modo a contribuir para melhoria da qualidade de vida; educação nutricional por meio de informações educativas acerca de alimentação saudável e de todos os aspectos que podem envolver essa questão; adoção de rotina alimentar mais saudável e menos calórica.	30 participantes inscritos atendidos 71 participantes em atividades abertas a toda a Casa
Programa de <i>Check-up</i> Clínico Cardiológico	Servidores efetivos	Avaliar o estado de saúde do servidor para identificar e prevenir possíveis agravos relacionados ou não com a atividade laborativa e/ou com o ambiente de trabalho.	144 servidores atendidos
Programa de Monitoramento do Risco Cardiovascular dos Parlamentares (em	Parlamentares, servidores ativos e inativos, SPs, CNEs, dependentes legais e colaboradores	Identificar precocemente o risco cardiovascular dos atendidos	111 avaliações realizadas, destas 10 avaliações foram de parlamentares com risco cardiovascular

Programa	Público-alvo	Objetivo geral	Quantitativos
implantação)			
Campanha de Prevenção da Perda Auditiva	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Prevenção da perda auditiva por meio da detecção precoce e da orientação sobre os fatores prejudiciais à audição.	104 atendimentos em fonoaudiologia e audiometria 35 atendimentos em otorrinolaringologia
Campanha de Detecção Precoce de Câncer de Pele	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Rastreamento e detecção precoce do câncer de laringe e educação em saúde.	122 atendimentos no período de 6 a 17/3
Campanha de Prevenção e Rastreamento da Hepatite C (parceria com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde)	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Prevenção e rastreamento da hepatite C e educação em saúde.	750 testes rápidos
Campanha de Vacinação contra Hepatite B (parceria com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde)	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs e dependentes legais	Prevenção da Hepatite B	420 pessoas vacinadas em um dia
Campanha de Doação de Sangue (parceria com o Hemocentro)	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Incentivar a doação de sangue.	25 participantes
Campanha de Prevenção ao Câncer de Tiróide	Servidores efetivos, parlamentares, SPs, CNEs e terceirizados	Orientações e rastreamento para a prevenção do câncer de tiróide.	114 atendimentos 64 ecografias e exames laboratoriais
Campanha de detecção Precoce do Câncer de Mama (Outubro Rosa) Campanha exclusiva para atendimento das colaboradoras Durante a campanha foram realizadas também a prevenção e a detecção precoce do câncer de útero	Mulheres colaboradoras com idade igual ou superior a 40 anos e mulheres com alto risco para câncer de mama, independentemente da idade.	Promover a detecção precoce do câncer de mama e colo uterino; realizar avaliação das mamas e coleta de Papanicolau, orientar quanto à prevenção do câncer de mama e útero e o autoexame das mamas; realizar mamografia e ecografias; avaliar o resultado dos exames solicitados e encaminhar para tratamento especializado, quando necessário.	96 atendimentos de outubro a dezembro. A taxa de absenteísmo foi de 28%.
Campanha Filhos Seguros	Pais, responsáveis e cuidadores das crianças atendidas no Demed Adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente e respectivos pais ou responsáveis.	Disponibilizar material de orientação, impresso e <i>on-line</i> , a todos os envolvidos nos cuidados com as crianças, visando à prevenção de acidentes na infância. Disseminar informações de prevenção de acidentes a pais, responsáveis e adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente.	Distribuídos cerca de 2.500 <i>folders</i> com orientações sobre 11 temas de segurança.
Programa de Saúde no Trabalho (Prosat)	Servidores efetivos	Cuidar da saúde física e mental, por meio de ações de prevenção e promoção de saúde nos ambientes de trabalho.	743 consultas realizadas por equipe multidisciplinar (EPS); 268 servidores atendidos pelo Grupo de Adequação Laboral; 65 servidores atendidos pela Fisioterapia do Trabalho; 876 sessões de Ginástica Laboral; 94 processos de avaliação de insalubridade; 23 processos de avaliação de periculosidade; e 65 servidores expostos a acidentes/ doenças ocupacionais.

Fonte: Departamento Médico.

4.1.2.3 Acidentes de trabalho

Em 2017, a Câmara dos Deputados realizou 65 atendimentos decorrentes de acidente de trabalho, conforme mostra a tabela seguir.

Tabela 18 – Acidentes de trabalho

Tipo de acidente	Categoria funcional					Total
	Servidor efetivo	SP	CNE	Terceirizados	Estagiário	
Típico*	14	3	1	38	1	57
Trajeto**	2	1	1	4	0	8
Total	16	4	2	42	1	65

Fonte: Departamento Médico.

* Acidente ocorrido na execução do trabalho.

** Acidente ocorrido no deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa.

A maior prevalência de acidentes típicos dentre os prestadores de serviços terceirizados reflete a natureza do trabalho desenvolvido, o que implica maiores riscos aos trabalhadores (atividades de marcenaria, eletricista, pedreiro, limpeza, dentre outras). Já os servidores efetivos, os secretários parlamentares e os ocupantes de cargo de natureza especial exercem atividades predominantemente administrativas, sendo que os principais riscos identificados são os de natureza ergonômica. Nessas categorias, o quantitativo de acidentes registrado é menor.

Além do trabalho preventivo realizado pelas áreas competentes já mencionadas, a Câmara disponibilizou formulário eletrônico na CamaraNet para a notificação de acidentes e de riscos, o que tem contribuído com os esforços de promoção da Segurança do Trabalho.

4.1.2.4 Doenças ocupacionais

Os atendimentos prestados a servidores com agravos à saúde e expostos a riscos ocupacionais pela Seção de Saúde no Trabalho em 2017 estão consolidados na tabela seguir.

Tabela 19 – Atendimentos realizados

Tipo	2015	2016	2017
Periódico	513	914	743
Admissional	49	153	9
Insalubridade	173	145	94
Periculosidade	73	15	23
Exame periódico ocupacional	300	263	268
Acidente de trabalho	96	56	65
Inspeções ergonômicas de posto de trabalho (individual)	78	101	41
Inspeções ergonômicas de posto de trabalho (coletivas)	100	3	-
Posturologia (atendimento ambulatorial)	69	10	24
Escola de postura	-	132	-
Ginástica laboral (número de sessões)	244	325	876
Outras	13	13	30
Total	1.708	2.130	2.173

Fonte: Departamento Médico.

Houve uma redução de 18,7% no número de servidores atendidos no Exame Periódico, no ano de 2017. Cabe destacar que durante o período analisado ocorreu uma redução de 30% na força de trabalho responsável por tal atendimento.

Quanto aos exames periódicos ocupacionais, observa-se uma pequena variação entre os anos de 2015, 2016 e 2017. Cabe ressaltar que o ano de 2015 foi marcado pela modificação na jornada de trabalho caracterizada pela implantação do ponto eletrônico. Neste período, houve um aumento na demanda por atendimento realizado pelo Grupo de Exame Periódico Ocupacional, com prevalência de problemas relacionados à saúde mental e osteomusculares. Neste sentido, os problemas de saúde mental são considerados de difícil diagnóstico, manejo e solução. Por outro lado, os problemas osteomusculares possuem grande potencial de cronificação, o que justifica a necessidade de manutenção do acompanhamento.

Os atendimentos aos servidores são realizados por equipe multidisciplinar e se utiliza de pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho, por meio da “escuta qualificada”. Essa estratégia visa prevenção de agravos e promoção à saúde. O presente acompanhamento também objetiva a preservação da capacidade laborativa do servidor, de modo a prevenir afastamentos e aposentadorias precoces e promover o seu bem-estar.

4.1.2.5 Indicadores de absenteísmo

Em 2017, foram apresentados e homologados 12.138 atestados, num total de 48.022 dias de afastamento no ano. Houve estabilidade no número total de dias de afastamento em relação a 2016, porém aumento de 29% no número absoluto de atestados apresentados. Isto resultou numa diminuição no número médio de dias de afastamento por atestado. A tabela abaixo mostra os indicadores de absenteísmo, no período de 2006 a 2017.

Tabela 20 – Indicadores de absenteísmo 2006 a 2017

Ano	Quantidade de atestados	Total de dias	Média de dias/atestado
2006	1.758	11.744	6,68
2007	1.809	15.007	8,29
2008	1.933	16.321	8,44
2009	2.041	13.750	6,73
2010	2.185	16.775	7,67
2011	2.437	15.632	6,41
2012	2.805	20.171	7,19
2013	3.136	22.229	7,08
2014	3.789	24.220	6,39
2015	7.828	40.935	5,22
2016	9.363	47.882	5,11
2017	12.138	48.022	3,95

Fonte: Departamento Médico.

A tabela abaixo apresenta os afastamentos, de acordo com a categoria funcional, em 2016 e 2017.

Tabela 21 – Indicadores de absenteísmo por tipo de afastamento e categoria funcional

Tipo de afastamento	Servidor efetivo		CNE		Secretariado Parlamentar		Total	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
LTS	5.274	6.228	1.852	2.586	61	139	7.187	8.953
LAF	1.540	2.404	0	8	0	0	1540	2.412
Licenças odontológicas	386	457	250	311	0	5	636	773
Total	7.200	9.089	2.102	2.905	61	144	9.363	12.138

Fonte: Departamento Médico.

Além da homologação de atestados e perícias médicas para avaliação da capacidade laborativa, o Serviço de Perícias Médicas realizou 623 Juntas Médicas Oficiais em 2017, o que representa um aumento de 4,3% em relação ao ano de 2016 (597 juntas médicas realizadas). As Juntas são convocadas em atendimento a inúmeras demandas, sendo as situações mais comuns a avaliação de capacidade laborativa por afastamentos prolongados e constatação de deficiências e presença de doenças especificadas em lei para concessão de benefícios.

Os dados obtidos dos atestados homologados e a análise dos fatores que levam a afastamentos ou incapacidade laboral servem de base ao desenvolvimento de inúmeros programas de prevenção de doenças e melhoria da saúde.

Considera-se que a execução gradativa das diretrizes e as ações previstas na Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, estabelecida no [Ato da Mesa n. 151, de 2014](#), poderá contribuir para minimizar os afastamentos para tratamento da própria saúde, proporcionando mais satisfação e produtividade aos servidores no ambiente de trabalho. Merece menção o Grupo de Exame Periódico Ocupacional (Gepo), criado em 2016, em substituição ao Grupo de Adequação Laboral. A equipe, formada por dois médicos e uma enfermeira do trabalho, desenvolve estratégias no sentido de prevenir e promover o bem-estar no trabalho. Os servidores atendidos recebem o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), previsto na NR7, que contém orientações sobre as condições de saúde do servidor, orientações para intervenção na intrajornada bem como encaminhamentos à Junta de Saúde Ocupacional, quando necessário.

4.1.3 Demonstrativo das despesas de pessoal

A composição das despesas de pessoal, conforme as orientações do Tribunal de Contas União no sistema e-Contas, está demonstrada por meio do [quadro 24](#), que discrimina as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de 2016 e 2017.

Quadro 24 – Despesas de pessoal

Valores em reais

Tipologia / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2017	218.200.705	0	17.787.122	0	8.639.893	282.453	0	980.180	0	245.890.353
2016	218.335.360	0	18.014.174	0	9.194.606	439.790	0	154.000	0	246.137.930
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2017	927.583.109	111.860.105	89.981.401	81.953.439	44.260.907	16.822.852	224.959	1.368.619	0	1.274.055.392
2016	918.095.246	102.344.512	89.166.733	82.611.578	42.971.449	20.437.250	273.325	20.359.508	0	1.276.259.602
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade jurisdicionada										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)										
2017	755.476.149	0	63.217.622	35.412.463	188.211.126	6.269.907	10.925	6.517.031	0	1.055.115.224
2016	695.622.963	0	60.066.242	32.702.305	176.456.162	5.591.821	12.736	5.553.709	0	976.005.937
Servidores cedidos com ônus										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Coordenação de Pagamento de Pessoal/Sigesp.

Observação:

* Trata-se de despesas com a força de trabalho.

**A contabilização das despesas com servidores cedidos pela Câmara, cedidos à Câmara dos Deputados e sem vínculo (comissionados) não possibilita o desdobramento dessas informações. Portanto, indica-se como "servidores sem vínculo" (investidos em cargo em comissão) os cedidos à Câmara e "servidores de carreira vinculados ao órgão" (servidores concursados de nível médio e nível superior) aqueles cedidos pela Câmara.

4.1.4 Controles para mitigar riscos relativos a pessoal

Em relação à terceirização de cargos, informa-se que a Câmara dos Deputados não possui prestadores de serviços terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos.

Quanto à acumulação indevida de cargos, de funções e de empregos públicos, as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, são as relacionadas a seguir:

- a) Na posse: ao apresentar os documentos exigidos para a posse no cargo efetivo, o nomeado declara o exercício ou não de outro cargo público. Compromete-se, também, no prazo de dez dias, a apresentar comprovante de desligamento do órgão anterior, conforme o caso. Se declarar que vai continuar a exercer cargo em concomitância ao da Câmara dos Deputados, o nomeado informa o horário de trabalho e a carga horária a que está sujeito no outro órgão, devidamente verificados em declaração emitida pelo setor de pessoal correspondente. Com a posse, é iniciado o processo de verificação da licitude da acumulação.
- b) Na emissão de declarações de carga horária para outros órgãos públicos: ao emitir declarações de carga horária, solicita-se ao servidor informar o seu vínculo com outro órgão público. Caso o servidor confirme a ligação, inicia-se o processo.
- c) Verificação pela chefia imediata: as chefias imediatas dos servidores que acumulam licitamente cargos são orientadas a monitorar se a jornada de trabalho tem sido cumprida com zelo, dedicação, assiduidade e pontualidade, sem prejuízo às atividades exercidas nos dois órgãos; e se o servidor dispõe do tempo necessário para o seu deslocamento seguro, refeições e descanso.
- d) Verificação anual de compatibilidade: anualmente, os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam declarações de horário de trabalho/carga horária e de recebimento de auxílios alimentação, creche e transporte, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade.

Destaca-se, ainda, que os controles existentes atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedada pela Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor.

Ao ser identificada a qualquer tempo uma situação de acumulação de cargos, funções e empregos públicos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Assim, não há registro de situação de acumulação irregular de cargos, nem processo administrativo disciplinar aberto para regularização de situação de acumulação irregular de cargo, função ou emprego público, relativo aos servidores efetivos.

4.1.5 Ações voltadas à valorização do servidor

A instituição desenvolve projetos e ações de aprimoramento e valorização do servidor que são implementados por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser). Criado pelo [Ato da Mesa n. 27, de 2003](#), o programa conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia e gestão de pessoas, atuando nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas e preparação para aposentadoria.

4.1.5.1 Programa de educação financeira

O programa realiza atendimentos individuais (servidores efetivos, CNEs e secretários parlamentares) nas áreas de planejamento financeiro, organização do orçamento, endividamento, investimento e psicologia econômica. Essa é uma ação que fez parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017. A meta de atendimento de 80% da demanda individual foi ultrapassada, pois todos os servidores (100%) que demandaram atendimento foram contemplados, totalizando 489 atendimentos no ano.

O programa também realiza ações voltadas à educação financeira, que faz parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016/2017. A meta de 100 vagas foi amplamente superada tendo em vista que foram preenchidas 1.150 vagas, conforme tabela a seguir.

Tabela 22 – Ações de educação financeira

Evento	Participantes
Crenças femininas sobre o dinheiro	Turma 1 – 25 participantes Turma 2 – 25 participantes
Planejamento financeiro e você	120 participantes
Finanças para casais	50 participantes
Investimentos em renda fixa – 20 anos Cefor	120 participantes
Previdência Complementar – Funpresp, Previdência Privada e Alternativas – 20 anos do Cefor	120 participantes
Tesouro Direto	120 participantes
Finanças para pais	60 participantes
Planejamento Sucessório e Proteção Patrimonial	120 participantes
Como não se preocupar com aposentadoria	120 participantes
Investimentos em Renda Fixa (PROA)	80 participantes
Investimento em Renda Fixa	70 participantes
Tesouro Direto sem Medo – Como investir no Tesouro Selic	120 participantes
Total	1.150 participantes

Fonte: Departamento de Pessoal.

Destaca-se, ainda, a obtenção da Titulação no [Selo Estratégia Nacional de Educação Financeira](#) (Enef) 2016-2019, pois o Conselho Nacional de Educação Financeira aprovou o programa de educação financeira da Câmara dos Deputados e reconheceu que essa iniciativa fortalece os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

4.1.5.2 Programa de prevenção e controle de tabagismo.

O programa realiza campanhas educativas periódicas, tendo como objetivo manter as dependências da Casa livres do tabaco. Em 2017, foi realizado o curso “Quero parar de fumar” oferecido para os terceirizados da Diretoria Executiva de Comunicação Social e da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, com oito inscritos. Além disso, realizaram-se ações de divulgação nas datas comemorativas: Dia Mundial Sem Tabaco e Dia Nacional de Combate ao Fumo.

4.1.5.3 Programa de prevenção e orientação nas questões relacionadas à dependência química

O programa realiza a divulgação de eventos, publicações e matérias sobre dependência química na Comunidade CamaraNet. Em 2017, algumas ações foram realizadas, tais como: campanha preventiva no Dia Mundial de Combate às drogas; orientação personalizada ao servidor, aos familiares e aos chefes; e desenvolvimento e manutenção da parceria com o Serviço de Perícia Médica.

4.1.5.4 Programa de adaptação funcional

O programa revisa rotinas de reabilitação e readaptação funcional e acompanha servidores em processo de readaptação funcional. Em 2017, iniciou-se o processo de aprimoramento e normatização do processo de adaptação funcional junto ao Demed. Essa é uma ação que fez parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017, com a meta de formular minuta de portaria normatizando o processo de adaptação funcional com o respectivo fluxograma até dezembro de 2017. Foram realizados 180 atendimentos a servidores e gestores e 24 discussões de caso (com a participação de dois ou mais profissionais) no ano.

4.1.5.5 Programa de apoio à lotação de pessoal

Participação na lotação dos novos servidores com a elaboração do perfil das áreas e posterior adequação dos servidores às vagas. Recebimento de demandas das áreas por servidores e de servidores em busca de novas colocações. Orientação aos servidores e gestores quanto à lotação adequada. Foram realizados 113 atendimentos no ano.

4.1.5.6 Ações de consultoria interna em gestão de pessoas

As ações de consultoria interna em gestão de pessoas visam apoiar e orientar os gestores da Casa, sendo prestadas sob demanda dos departamentos, coordenações ou setores. Trata-se de participação no planejamento e nas ações gerenciais departamentais, podendo ser realizada em conjunto com a Assessoria Técnica da Diretoria de Recursos Humanos.

4.1.5.7 Programa de preparação para aposentadoria (Proa)

O programa promove divulgação de eventos, de publicações e de matérias sobre Aposentadoria na Comunidade CamaraNet; e distribuição de folder informativo sobre o Proa em eventos específicos (cursos, oficinas). Essa é uma ação que fez parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017, com a meta de 100% de participação. Em 2017, houve duas turmas da Oficina de Preparação para Aposentadoria com 20 participantes em cada oficina, atingindo a meta estabelecida.

4.1.6 Programa de Educação Continuada em Gestão

O Programa de Educação Continuada em Gestão (PEC Gestão) foi desenvolvido pelo Cefor, em parceria com a Aproge e a DRH, com o objetivo de auxiliar os gestores da Câmara dos Deputados a exercerem suas atribuições, tendo em vista a execução da estratégia da Casa e as competências gerenciais descritas na Política de Recursos Humanos. Seus objetivos são:

- promoção de ambientes de trabalho saudáveis e produtivos;
- aperfeiçoamento dos processos internos de trabalho;
- enriquecimento do trabalho de gestores e de equipes;
- ampliação da percepção dos gestores acerca de seus diversos papéis;
- difusão de práticas gerenciais participativas;
- atuação dos gestores em consonância com a Política de RH, definida no [Ato da Mesa n. 76, de 2013](#);
- apoio às mudanças de longo prazo desejadas;
- eficiência na utilização dos recursos públicos;
- melhoria da imagem da Câmara.

A Capacitação Instrumental em Gestão (CIG), com foco preferencial nos gestores FC1, FC2 e FC3, constitui-se em ciclo de desenvolvimento em Gestão de Pessoas aplicada às seguintes áreas de conhecimento: Planejamento, Processos e Projetos. A CIG é organizada em 3 módulos: Pessoas em Planejamento, Pessoas em Processos, Pessoas em Projetos. Além disso, considera como elementos contextuais a estratégia da Câmara e a Política de RH.

Em 2017, foram realizadas 5 turmas da Capacitação Instrumental em Gestão (CIG), com 94 participantes.

4.1.7 Outras informações sobre gestão de pessoas

Por fim, destaca-se que na internet é possível obter mais informações sobre servidores ([quantitativos](#)¹², [lotação](#)¹³ e [remuneração](#)¹⁴).

4.1.8 Contratação de estagiários e de pessoal de apoio

4.1.8.1 Contratação de estagiários

Em conformidade com o [Ato da Mesa n. 81, de 2013](#), a Câmara dos Deputados oferece estágio universitário por meio de convênios com instituições de ensino do Distrito Federal. As atividades práticas do estágio contribuem para a formação profissional dos estudantes, uma vez que são compartilhados os conhecimentos adquiridos tanto na instituição de ensino quanto na Câmara.

Em cumprimento à [Lei n. 11.788, de 2008](#), e ao [Ato da Mesa n. 81, de 2013](#), são ofertadas vagas às pessoas com deficiência, sendo que no ano de 2017 foram contemplados 11 estudantes nessa condição.

A duração do estágio é de quatro horas diárias, sendo vinte horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, e duração máxima de um ano. Essa configuração permite um período considerado adequado para a aprendizagem prática no contexto de trabalho da Câmara, garantindo um prazo para locomoção, refeição e descanso diários e simultaneamente um rodízio periódico de alunos, proporcionando ampla participação de discentes.

O quadro a seguir ilustra a distribuição das vagas conveniadas de estágio vigentes em cada trimestre de 2017, por área de lotação. Atualmente, há um total de 244 vagas conveniadas. O estudante recebe bolsa-estágio no valor correspondente a R\$ 1.120,00, acrescida do auxílio-transporte de R\$ 10,00 por dia estagiado.

Quadro 25 – Informações sobre as contratações de estagiários

Ano	Quantitativo de vagas conveniadas de estágio por área												Despesas anuais (valores em reais)	
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre			Bolsa-estágio	Auxílio-transporte
	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total		
2014	126	96	222	142	105	247	153	114	267	149	106	255	3.246.891,99	259.034,80
2015	140	114	254	141	116	257	159	117	276	142	115	257	3.849.590,37	302.984,00
2016	145	113	258	119	93	212	84	68	152	60	61	121	3.002.817,86	257.448,01
2017	67	58	125	117	86	203	137	96	233	138	98	232	2.058.397,60	373.573,07

Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento e Departamento de Pessoal.

¹² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/quantitativos>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

¹³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/lotacao>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/remuneracao/tabelas-de-remuneracao>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

As variações no quantitativo de vagas e nas despesas anuais se devem, principalmente, aos seguintes fatores:

- **Quantitativo de vagas:** diante das restrições orçamentárias e tendo em vista as alterações normativas previstas nos atos da Mesa [n. 90, de 2016](#), e [n. 99, de 2016](#), bem como na [Portaria DG n. 137, de 2016](#), as contratações foram suspensas no mês de maio/2016, com vistas à realização de ajustes nos convênios, sendo retomadas no mês de novembro/2016 e finalizadas em maio/2017, motivo pelo qual muitas vagas de estágio ficaram desocupadas de 2016 a 2017.
- **Despesas anuais (bolsa-estágio):** a variação negativa de 31,45% deve-se à redução do valor da bolsa-estágio que passou de dois salários mínimos (R\$ 1.760,00) para R\$ 1.120,00 para as novas contratações, bem como à quantidade de vagas de estágio que ficaram desocupadas.
- **Despesas anuais (auxílio-transporte):** o valor do auxílio-transporte foi alterado de R\$ 8,00 para R\$ 10,00.

Informações adicionais sobre o Estágio Universitário podem ser obtidas no [portal](#)¹⁵ da Câmara dos Deputados.

4.1.8.2 Contratação de pessoal de apoio

É importante destacar que a Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação às atividades-meio, informa-se que, em 31/12/2017, esta Casa dispunha de 3.161 postos de serviços terceirizados de diversas categorias. Além do Programa Pró-Adolescente, detalhado no [item 5.6](#), que contava com a colaboração de 430 aprendizes.

Os quantitativos de terceirizados e de aprendizes foram reduzidos, em relação ao exercício de 2016, em 1,83% e 10,42%, respectivamente, em decorrência das restrições orçamentárias sofridas pela Administração Pública Federal. Em 31/12/2016, existiam 3.220 postos de serviços terceirizados e 480 vagas para contratação de menores aprendizes.

Todas as principais informações relativas a cada um dos contratos, bem como suas cópias integrais digitalizadas, encontram-se disponibilizadas no [portal](#)¹⁶ da Câmara dos Deputados. Destaca-se, ainda, que desde a entrada em vigor da Lei n. 12.465, de 2011, esta Casa publica em seu [portal](#)¹⁷ uma relação de todos os seus prestadores de serviços terceirizados com nome, CPF, categoria, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente.

4.1.9 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não existem informações a serem prestadas, posto que os contratos foram integralmente executados e liquidados nos exercícios de 2013 e 2014.

¹⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/estagiarios>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/contratos/>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/relacao-de-terceirizados>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Na Câmara dos Deputados, a Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura são, *lato sensu*, atribuições da Diretoria Administrativa (Dirad), que responde ainda por outras atividades que têm correlação direta com essas áreas. Na prática, toda a logística que promove o funcionamento cotidiano desta Casa Legislativa está de alguma forma inter-relacionada.

O foco da Diretoria Administrativa tem sido o da inovação disruptiva, com o objetivo de aprimorar a governança das unidades a ela subordinadas. O ano de 2017 foi bastante profícuo, uma vez que somou esforços internos direcionados para a implantação dos instrumentos da governança de aquisições preconizados pelo Tribunal de Contas da União.

Neste processo de trabalho inovador, se consolidou a estrutura e a atuação da Central de Compras, que é mais bem detalhada no [item 4.2.5](#) deste relatório. Além disso, destaca-se o início do Programa de Gestão Continuada com o foco em Aquisições (PEC-Aquisições), que capacitará, de forma estruturada e orgânica, os primeiros gestores da Casa nesta área.

Assim, neste item apresentam-se informações sobre a gestão do patrimônio e infraestrutura, no que tange à gestão da frota de veículos própria, gestão do patrimônio imobiliário da União, bem como Central de Compras.

4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

A legislação que trata dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados é o [Ato da Mesa n. 63, de 2005](#), que disciplina, regula e classifica o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário, bem como define os condutores e as suas responsabilidades, além de outras disposições.

4.2.1.1 Plano de substituição da frota

Em 2017, deu-se prosseguimento ao processo de substituição gradativa dos veículos remanescentes da frota oficial. A mudança do modelo de gestão, de frota própria para frota terceirizada, visa a inovar e aprimorar a logística e os serviços de transportes colocados à disposição dos parlamentares e dos servidores da Câmara dos Deputados, de acordo com [estudo técnico](#)¹⁸.

Os contratos de locação dos veículos preveem que, a partir de dois anos de uso do veículo, a Câmara dos Deputados poderá solicitar sua substituição por um mais novo. Esta condição é uma das grandes vantagens de se ter frota terceirizada. Portanto, o modelo de locação proporciona a obtenção de uma frota sempre nova, sem os custos processuais e administrativos de licitar novas aquisições, assim como de leiloar uma extensa frota de veículos. Também, não se tem que arcar com o custo de manutenção veículos antigos em estoque por não terem sido arrematados no leilão, uma vez que nem todos o são no primeiro leilão.

Os veículos próprios remanescentes, apesar de essenciais, são em pequeno número e pouco utilizados (p.ex. ambulâncias, ônibus com acessibilidade, van link com equipamentos de TV e rádio para cobertura de externas ao vivo), e, zelando pela economicidade e uso racional dos recursos públicos, serão substituídos à medida em que haja necessidade real.

¹⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/estudo-tecnico-substituicao-frota-de-veiculos>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

4.2.1.2 Informações sobre a frota de veículos

A Câmara dos Deputados dispõe de uma frota de 6 veículos próprios, entre eles modelos de passeio, carga, transporte de passageiros e ambulâncias. Além disso, dispõe de uma frota de 77 veículos contratados de terceiros para atender a todas as demandas por transporte das áreas administrativa e legislativa.

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

As informações sobre a frota de veículos, própria e terceirizada, bem como as despesas associadas a sua manutenção, estão condensadas nos quadros 26 e 27, a seguir apresentados:

Quadro 26 – Frota de veículos

Classificação de veículos automotores	Uso	Quantidade de veículos		Média km rodados/veículo (*)		Idade média da frota	
		Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada
Representação	Presidente da Câmara dos Deputados	–	3	–	17.610	–	3 anos
Natureza especial	Demais membros da Mesa Diretora, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética	–	14	–	18.229	–	1 ano
Serviços de natureza administrativa	Apoio às unidades administrativas da Casa	6	60	731	14.302	7 anos	2 anos
Total		6	77	731	50.141		

Fonte: Coordenação de Transportes.

(*) Média anual.

Quadro 27 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos

Valores em reais

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
Própria	Contrato de manutenção preventiva e corretiva n. 2014/165, para 6 (seis) veículos próprios da frota da Câmara dos Deputados, com a empresa Laicon Comércio e Serviços Ltda. EPP, CNPJ 00.850.172/0001-54; vigência anterior: 7/8/2016 a 6/8/2017; vigência atual: 7/8/2017 a 6/8/2018; processo n. 2013/127.649.	105.88,62	89.848,61
	Borderô seguro obrigatório – DPVAT dos veículos da frota da Câmara dos Deputados referente exercício 2017. Processo n. 104.524/2017.	1.577,56	1.577,56
	Pagamento de taxas por utilização de placas de bronze e de placas vinculadas nos veículos pertencentes à frota da Câmara dos Deputados.	4.417,00	4.417,00
	Aquisição de pneus para os veículos da frota da câmara dos deputados, com a empresa PP Pneus, LTDA CNPJ 14.320.757/0001-77, Ata de Registro de Preços n. 135/2016. Processo n. 111.144/2016	6.848,00	0,00
	Subtotal	118.731,18	95.843,17
Terceirizada	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas, n. 2012/187 e seus aditivos, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ 04.515.963/0001-89; processo n. 2011/139.429. Vigência anterior: 20/7/2016 a 19/7/2017; vigência atual: 20/7/2017 a 19/7/2018.	1.841.296,76	1.693.185,61
	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas (vans executivas, sedãs e furgões), n. 2015/030, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ	720.198,00	660.180,90

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
	04.515.963/0001-89; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2017 a 24/2/2018.		
	Contrato de locação anual de veículos automotores (vans), com motoristas e combustível, n. 2014/228 e seus aditivos, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85; processo n. 2013/122.100. Vigência anterior: 24/10/2016 a 23/10/2017; Contratado encerrado.	1.173.640,97	1.172.309,50
	Contrato de locação anual de veículos automotores (caminhões), sem motoristas e sem combustível, n. 2015/032, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2017 a 24/2/2018.	644.899,20	594.712,72
	Contrato de locação anual de veículos automotores (ônibus e micro-ônibus), sem motoristas e sem combustível, n. 2015/031, com a empresa TS Locações e Serviços Ltda. ME, CNPJ 09.463.607/0001-82; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2017 a 24/2/2018.	724.087,54	665.927,87
	Prestação de serviços, mediante Ata de Registro de Preços, de locação eventual de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, para transporte de pessoas em serviço, de materiais, de documentos e de cargas em geral, para atender às demandas da Casa em deslocamentos no Distrito Federal e entorno até 100 km contados da Câmara dos Deputados. Ata de Registro de Preços n. 2017/47, vigência: 7/8/2017 a 6/8/2018, empresa contratada: Amav's Turismo Veículos Ltda, CNPJ 06.071.701/0001-06.	28.225,00	28.225,00
	Concessão de suprimento de fundos em favor do servidor ponto n.7321 para a realização de despesas eventuais com locação de veículo tipo sedan, nos dias 1º, 2 e 8 de julho de 2017, para atendimento de evento ASG-PLP, a pedido da CTRAN/CD.	1.400,00	1.400,00
	Subtotal	5.133.747,45	4.815.941,60
Própria e terceirizada	Contrato de mão de obra para operadores de tráfego de veículos n. 2014/244 e seus aditivos, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP; CNPJ 08.307.120/0001-48; processo n. 2013/129.167; vigência inicial: 1/12/2016 a 30/11/2017; vigência atual: 01/12/2017 a 30/11/2018.	1.141.597,16	1.023.289,46
	Contrato de mão de obra para condução de veículos n. 2015/258, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP; CNPJ 08.307.120/0001-48; processo n. 2014/117.540. Vigência: 31/12/2016 a 30/12/2017.	9.380.482,11	8.421.049,63
	Contrato de mão de obra para a prestação de serviços continuados na área de higienização e lavagem de veículos oficiais e locados n. 2016/081 com a empresa J. Macedo Pereira ME, CNPJ 10.653.264/0001-06; processo n. 2014/117.726. Vigência: 27/4/2017 a 26/4/2018.	637.321,14	570.680,66
	Contrato de fornecimento de combustível n. 2013/097 e seus aditivos, com a empresa Saga Com e Serv Tecnologia e Informática Ltda, CNPJ 05.870.713/001-20; processo n. 2017/202.881 Vigência atual: 5/7/2017 a 6/7/2018.	417.388,69	340.403,74
	Contrato de fornecimento de combustível n. 2013/097 e seus aditivos, com a empresa Pix Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda., CNPJ 11.845.291/0001-35; processo n. 2012/110.929. Vigência anterior: 8/7/2015 a 7/7/2016; última vigência: 8/7/2016 a 7/7/2017. Contrato encerrado.	381.140,19	375.193,48
	Contrato de prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos diversos utilizados na higienização de veículos da Câmara dos Deputados, n. 2015/056, com a empresa Vaine Assistência Técnica em Compressores Ltda, CNPJ 26.481.317/0001-80; processo n. 2014/105.534; vigência atual: 6/4/2017 a 5/4/2018.	15.584,73	15.251,04
	Aquisição de materiais para limpeza dos veículos da frota da Câmara dos Deputados.	1.735,66	1.735,66
	Subtotal	11.975.249,68	10.747.603,67
Total	17.227.728,31	15.659.388,44	

Fonte: Coordenação de Transportes e Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (SIGMAS).

* Todas as contratações foram realizadas na modalidade de pregão eletrônico.

4.2.1.3 Fatos significativos do ano de 2017

Os fatos mais significativos ocorridos no âmbito da gestão de transportes são os seguintes:

1. A partir da análise do número de usuários que utilizavam os programas MOB Parque e Minas, concluiu-se que deveriam ser extintos. Esse contrato tinha um custo anual de R\$ 1.548.739,20, mais o custo indireto dos seguranças que atuavam nos estacionamentos remotos, do Parque da Cidade e do Minas Tênis Clube, de aproximadamente R\$ 726.090,99. A rescisão contratual resultou uma economia anual para a Casa de R\$ 2.274.830,19;

2. Quando da renovação dos contratos de locação de veículos n. 187/2012, 031/2015 e 032/2015, negociou-se uma redução em seus valores em 6,33%, 11,43% e 5,90%, respectivamente, resultando uma economia anual de R\$ 249.493,86;

3. Redução de 1 (um) posto de trabalho no contrato de lavadores de veículos e renegociação da taxa de administração, proporcionando uma economia anual de R\$ 102.275,49;

4. Foi iniciado procedimento licitatório para contratação do serviço denominado Táxi Leg. Trata-se de serviço de agenciamento de transporte por meio de veículos de passeio, por demanda, no âmbito do Distrito Federal/DF e entorno, com disponibilização de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações dos serviços (corridas) por meio de aplicativos *web* e *mobile*. Esse serviço possibilitará a supressão de 17 veículos administrativos, que custariam anualmente R\$ 603.840,00 ante ao custo anual estimado do Táxi Leg, para realizar o mesmo número de viagens realizadas por estes veículos, de R\$ 480.187,95; e

5. Abertura de processo licitatório para locação eventual de Van com acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida. Atualmente, o contrato de locação desse veículo é anual. Porém, após análise das demandas, percebeu-se que ficaria mais barato para a Câmara dos Deputados a locação eventual deste veículo. O custo anual, atualmente, é de R\$ 67.668,48. Com a locação eventual, estima-se gastar anualmente R\$ 13.440,00, gerando dessa forma uma economia anual de R\$ 54.228,48.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa n. 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens de propriedade da Casa, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação. Por conta disso, foi aberto o processo n. 2015/134.832 para permitir a realização de leilão de dezoito veículos da frota própria, que apresentam longo tempo de uso, altos custos de manutenção e elevado consumo de combustível.

O leilão foi realizado em 24/9/2016, pela empresa BSB Leilões Associados, sob a coordenação do leiloeiro oficial Marco Geovanne Tobias da Silva, que avaliou os 18 veículos em R\$ 450.459,50. Ao final do procedimento, 15 veículos, inicialmente avaliados por R\$ 322.628,50, foram arrematados por R\$ 429.564,50. Em 5/8/2017, dois veículos foram avaliados e arrematados por R\$ 28.500,00.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.3.1 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados

A gestão e o controle de imóveis funcionais são regulamentados pelo [Ato da Mesa n. 5, de 2011](#), alterado pelo [Ato da Mesa n. 41, de 2012](#). Todo o processo de utilização dos imóveis funcionais, desde a ocupação das unidades habitacionais até a eventual apuração de responsabilidade por danos aos imóveis decorrentes de ação ou omissão de possíveis ocupantes, está a cargo da Coordenação de Habitação (Cohab).

São atividades da Cohab: vistoriar o imóvel tanto no momento da ocupação quanto no instante da desocupação, relatando eventuais danos ou problemas identificados no imóvel ou nos bens que o guarnecem; formalizar os Termos de Ocupação, instrumentos previstos no [Ato da Mesa n. 5, de 2011](#), com o fim de regular a utilização dos imóveis funcionais e, nas hipóteses em que se verifica a irregularidade na ocupação, apurar as multas aplicáveis àqueles que ocuparam irregularmente algum imóvel; bem como instruir processos com vistas à responsabilização por danos causados às instalações ou aos bens que compõem o acervo patrimonial sob responsabilidade desta Casa.

4.2.3.1.1 Distribuição geográfica dos imóveis funcionais

Atualmente, existem 447 bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade desta Casa, situados em **diferentes áreas**¹⁹ do Distrito Federal. Desses imóveis, 432 se destinam à ocupação por parlamentares e o restante consiste em reserva técnica.

Tabela 23 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares

Quadra	Blocos	Total de blocos	Apartamentos por bloco	Total de imóveis
SQN 302	9 (A, B, C, D, E, F, G, H e I)	18	24	432
SQN 202	4 (I, J, K e L)			
SQS 111	2 (G e I)			
SQS 311	3 (A, B e I)			

Fonte: Coordenação de Habitação – Sistema de Habitação (Habit).

A distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica encontra-se na tabela a seguir.

Tabela 24 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica

Setor	Endereço	Quantidade
Asa Norte	SQN 106-I-301; SQN 106-J-502; SQN 112-A-303; SQN 112-D-201; SQN 112-D-405; SQN 112-D-505 e SQN 304-B-201.	7
Asa Sul	SQS 114-H-104; SQS 114-H-107; SQS 114-H-304; SQS 114-H-502; SQS 114-H-505; SQS 114-H-506; SQS 203-I-102 e SQS 316-B-202.	8
Total		15

Fonte: Coordenação de Habitação.

Os imóveis funcionais da reserva técnica são destinados à ocupação por servidores que exercem determinadas funções comissionadas e por ocupantes de cargos de natureza especial, cujo marco regulatório é o **Ato da Mesa n. 46, de 2009**, com redação alterada pelo **Ato da Mesa n. 129, de 2013**. Convém registrar que o **Ato da Mesa n. 67, de 2015**, determinou que, à medida que essas unidades fossem desocupadas, tivessem a sua destinação alterada para residência de parlamentares.

4.2.3.1.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Identificam-se inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais, em especial os relacionados na tabela abaixo. Importante destacar que esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los, reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria.

Tabela 25 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Danos causados pelos ocupantes às instalações dos imóveis, bem como aos bens móveis que os guarnecem.	São reduzidos por ações realizadas previamente às ocupações. Assim, há momento especialmente reservado para que os futuros ocupantes sejam orientados quanto às implicações, inclusive financeiras, de danos identificados nos imóveis ou nos bens patrimoniais que nele se localizam. As ferramentas administrativas mais expressivas ao longo desse processo são o Termo de Ocupação do Imóvel Funcional e os laudos de vistoria.
Consumo exagerado de água, energia e gás canalizado nos imóveis funcionais.	É mitigado pelo processo de ressarcimento, mediante descontos em folha de pagamento, das despesas com energia elétrica, gás canalizado e abastecimento de água e coleta de esgotos (no caso dos imóveis situados na SQN 302).
Subsistência, após a desocupação do imóvel, de pendências financeiras nos cadastros de concessionárias de serviço público.	É reduzida a partir de rígido controle de ocupações e desocupações acompanhado de frequente atualização da titularidade das despesas apuradas pelas concessionárias de serviços públicos. Além disso, mesmo que eventualmente alguma despesa seja atribuída indevidamente à Câmara dos

¹⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/distribuicao-geografica-dos-imoveis>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
	Deputados, a busca pelo ressarcimento é facilitada pela célere instrução de processos de cobrança administrativa ou desconto em folha de pagamento.
Potencialidade de danos à imagem da Câmara dos Deputados decorrentes de eventual desrespeito às normas de convivência condominial nas quadras residenciais onde se localizam os edifícios funcionais.	É combatida pela orientação dos ocupantes quanto à preocupação com o convívio em coletividade, bem como com a edição de Regulamento de Edifício, norma interna na qual restam explicitadas regras básicas necessárias à boa convivência entre moradores que compartilhem um mesmo espaço.
Possibilidade de perda da posse direta dos imóveis funcionais, haja vista a retenção indevida das unidades habitacionais por ocupantes, mesmo após a perda do direito à ocupação.	É minimizada pelo acompanhamento, em sistemas institucionais da Casa, do histórico e desenvolvimento do mandato parlamentar, uma vez que esse se constitui como principal referencial de análise para avaliação da regularidade de determinada ocupação, assim como para elaboração de notificação de devolução do imóvel. Quando, a despeito de sucessivas notificações, a administração da Casa não obtém êxito na retomada do imóvel funcional, medidas em âmbito judicial são adotadas por meio de ações possessórias.
Cessão direta dos imóveis entre os ocupantes, sem a participação dos agentes da Administração.	É arrefecida por processo de conscientização, prévio à ocupação, dos embarços administrativos e consequências provenientes da desocupação ou ingresso em imóvel sem a participação da administração da Casa.
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança ligada ao aumento de índices de violência no Distrito Federal, fator bastante comum nos grandes centros urbanos.	É reduzida por contrato de prestação de serviços de vigilância idealizado e fiscalizado por esta Casa.
Exposição dos imóveis a perigos de incêndio, explosão, descargas elétricas, responsabilidade civil ou outras fatalidades.	É minimizada por contrato de seguro firmado pela administração e celebrado com a Allianz Seguradora no valor de R\$ 93.054,67 (noventa e três mil cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), para o período de cobertura compreendido entre 26/8/2017 a 25/8/2018.

Fonte: Coordenação de Habitação.

4.2.3.1.3 Análise crítica acerca dos imóveis funcionais

A gestão e controle do patrimônio imobilizado está regulamentado pelo [Ato da Mesa n. 135, de 2016](#), que objetiva consolidar os critérios para o uso e distribuição de imóveis funcionais aos deputados federais e suplentes, ao encontro da orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 2.438/2009-Plenário.

Dessa forma, foram incorporados ao ato que regulamenta a administração dos imóveis funcionais avanços importantes empreendidos na política habitacional da Casa, como a padronização da manutenção e a eficiência e sistematização na distribuição e ocupação de imóveis. Também foi dada especial atenção à celeridade na desocupação e devolução dos apartamentos, de modo a evitar o uso indevido do patrimônio público.

Dentro da política de revitalização de imóveis funcionais com foco em sistema habitacional alternativo às indenizações de auxílio-moradia, foram concluídas obras de reformas dos apartamentos funcionais ao longo dos anos. Nessa seara, é fundamental registrar que os gastos com auxílio-moradia, em 2017, totalizaram R\$ 8.663.831,35, montante 7,20% menor em relação ao ano de 2016, o que gerou uma economia ao erário de R\$ 672.280,72.

Cabe registrar, ainda, a redução de 16,29% nos custos com a manutenção dos imóveis funcionais em comparação ao exercício anterior, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 26 – Despesas com manutenção – imóveis funcionais

Item	Valores em reais		
	2017	2016	Variação
Despesas com manutenção	1.100.201,05	1.314.267,06	-16,29%
Despesas com auxílio-moradia	8.663.831,35	9.336.112,07	-7,20%

Fonte: Coordenação de Habitação.

Outras informações sobre imóveis funcionais e auxílio-moradia que podem ser obtidas no link <http://www2.camara.leg.br/transparencia/imoveis-funcionais>.

4.2.3.2 Bens imóveis sob responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional)

Em 2017, as despesas com manutenção e conservação de imóveis administrativos totalizaram R\$ 34,25 milhões, englobando reparos ou substituições de sistemas elétricos e hidráulicos, divisórias, telhados e infiltrações, instalação de ar-condicionado central, entre outras.

Informa-se que a participação da Câmara no controle do patrimônio imobiliário da União concentra-se na atualização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Cumpre declarar, portanto, que os dados constantes daquele sistema referentes aos imóveis utilizados por esta Casa encontram-se atualizados. As informações relacionadas aos registros contábeis desses imóveis podem ser obtidas em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, anexas a este relatório.

4.2.3.3 Imóveis locados de terceiros

Esta Casa utiliza dois imóveis de terceiros por meio de locação (dois galpões adjacentes) que estão sendo utilizados como abrigo para o almoxarifado de bens permanentes durante a construção do edifício do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais da Câmara dos Deputados, situado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Os valores mensais das locações, no ano de 2017, são R\$ 35.456,80 e R\$ 15.000,00.

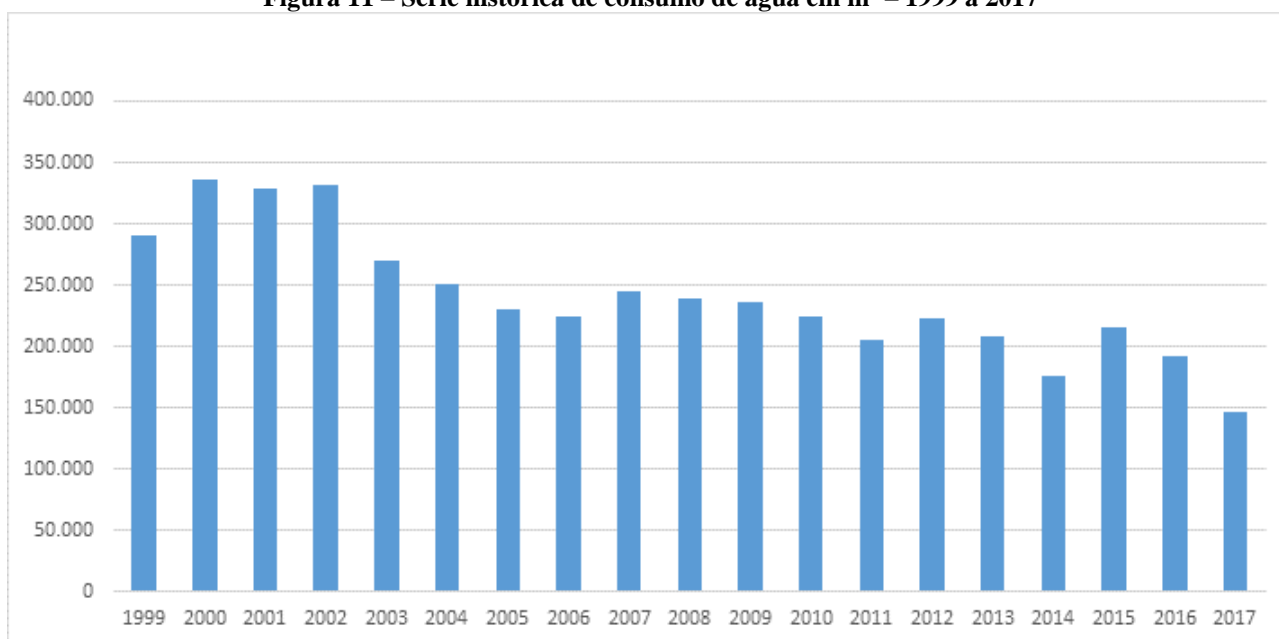
4.2.3.4 Outras ações de planejamento em infraestrutura

Os gastos da Câmara dos Deputados com água e energia elétrica alcançaram, em 2017, os menores níveis registrados desde 1999. O resultado é atribuído a ações implementadas pelo Departamento Técnico desta Casa nos edifícios administrativos, além dos esforços do EcoCâmara e do uso consciente dos recursos pelos usuários.

O consumo de água potável foi o menor registrado até hoje. Se comparado somente ao ano anterior, 2016, o consumo de água teve uma redução de 24%. Comportamento semelhante foi observado quanto à energia elétrica. Seu consumo em relação ao ano anterior registrou uma redução de 12%. Já em comparação à série histórica, os valores do consumo de 2017 são os menores registrados, salvo nos anos de 2001 e 2002, época em que houve a restrição de consumo imposta pelo Governo Federal.

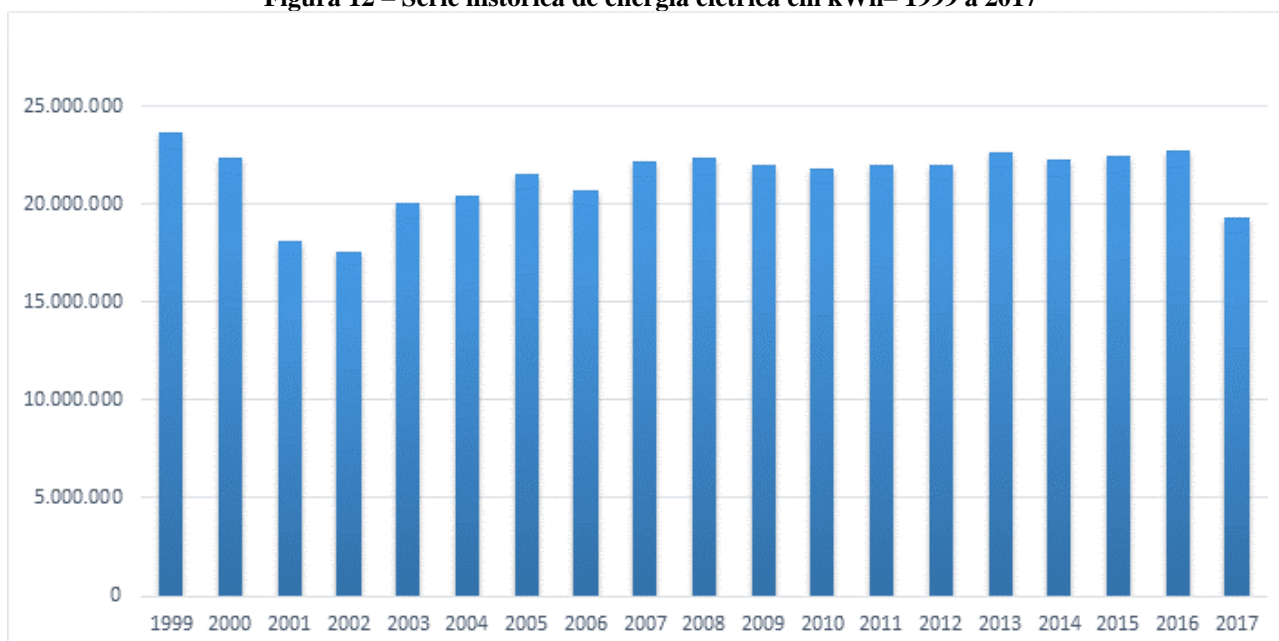
As figuras abaixo mostram as séries históricas de consumo de água e energia elétrica, desde o início dos seus registros.

Figura 11 – Série histórica de consumo de água em m³ – 1999 a 2017



Fonte: Camaranet.

Figura 12 – Série histórica de energia elétrica em kWh– 1999 a 2017



Fonte: Camaranet.

Dentre as ações realizadas para reduzir significativamente o consumo de água, destacam-se:

- Instalação de arejadores nas torneiras de banheiros públicos e privativos;
- Decisão de não alimentar os espelhos d'água dos edifícios Principal, Anexo I e Anexo III com água potável (encontra-se em estágio avançado o processo de contratação de poço artesiano para suprir os espelhos do Edifício Principal e Anexo I);
- Desenvolvimento de metodologias para detecção de vazamentos com diagnósticos mais céleres;
- Utilização de vegetação de jardinagem com consumo reduzido de água;
- Redução da necessidade de irrigação nos períodos secos; e
- Revisão das técnicas operativas dos sistemas de ar condicionado da Casa.

Para redução do consumo de energia elétrica, destacam-se:

- Substituição superior a 90% das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo *led* nos prédios administrativos da Casa; e
- Revisão das técnicas operativas dos sistemas de ar condicionado, por meio de pequenos investimentos e de novos procedimentos técnicos.

4.2.4 Cessão de espaço físico em imóvel da União

Com o objetivo de fornecer informações sobre a cessão de espaços físicos a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, apresentam-se os [quadros A2 e A3](#) no Anexo deste relatório. Além disso, destaca-se que os valores decorrentes de aluguéis desses imóveis constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe a [Resolução da Câmara dos Deputados n. 18, de 1971](#), em seu art. 2º, inciso XV.

Essas receitas são registradas com obediência ao disposto no art. 35 da Lei n. 4.320, de 1964. Sua contabilização é realizada de forma automática, conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

A finalidade do Fundo Rotativo é prover recursos adicionais com vistas ao cumprimento integral da função legislativa da Câmara dos Deputados, conforme se pode confirmar no [item 4.5.1](#) deste relatório.

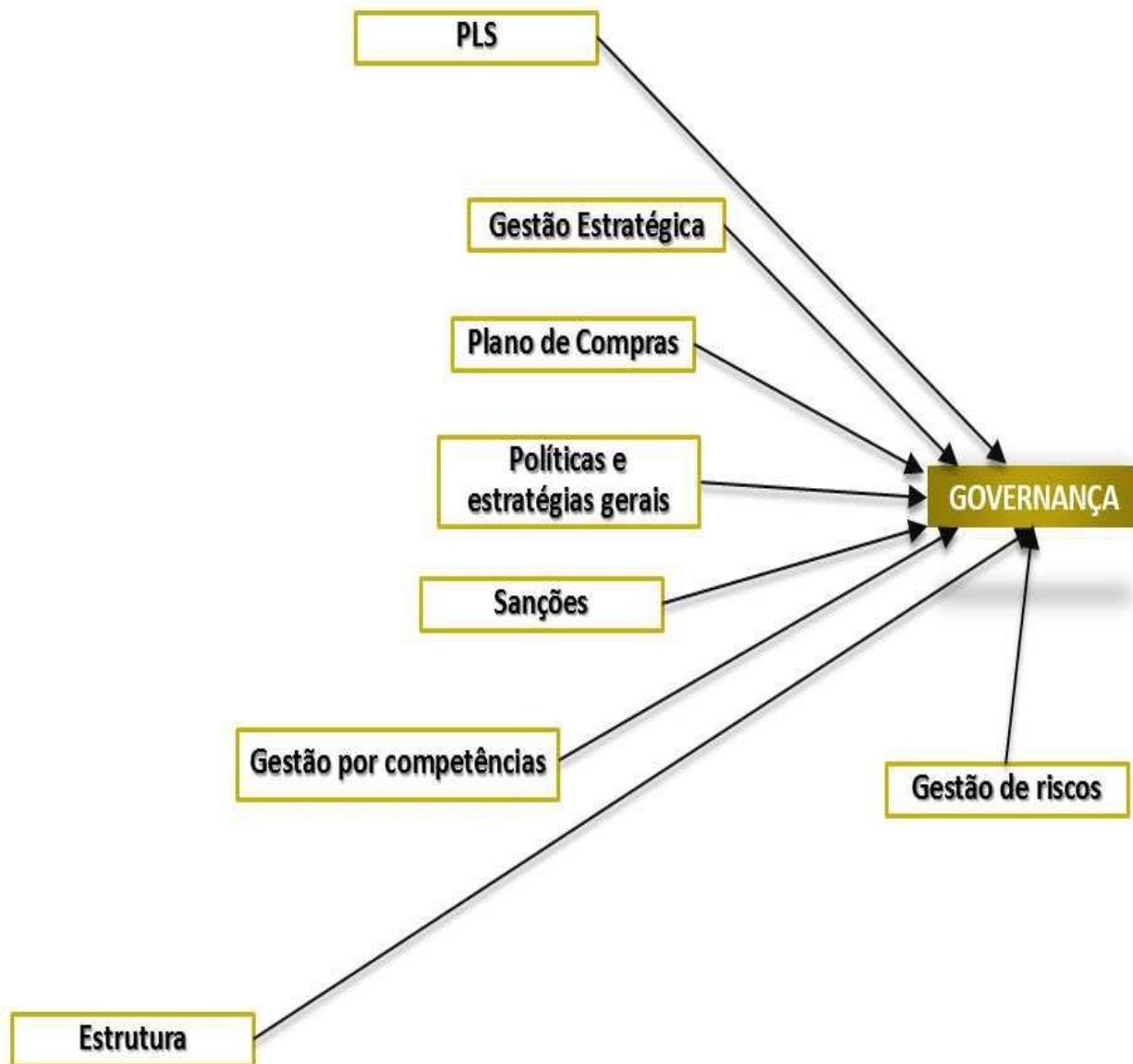
4.2.5 Central de Compras

Em dezembro de 2016, foram estabelecidas normas, no âmbito da Câmara dos Deputados, para a montagem e operacionalização do Plano Anual de Compras e Contratações ([Portaria DG n. 267, de 2016](#)).

A Central de Compras prosseguiu, em 2017, como instância administrativa da Câmara dos Deputados responsável pela implementação tática e operacional de instrumentos de governança em compras e contratações, obtendo enorme ganho administrativo.

O modelo adotado repousa em jurisprudência consolidada nos últimos anos pelo TCU, e se vale de oito variáveis preditivas da aludida governança, consoante esquema demonstrado a seguir:

Figura 13 – Modelo central de compras



Fonte: Departamento de Material e Patrimônio.

Em 2017, foi executado o Plano de Compras e Contratações do exercício e elaborado o Plano de Compras e Contratações de 2018. Em adição, elaborou-se o Plano de Gestão de Riscos das Aquisições, tendo início sua implementação e monitoramento.

O modelo de aplicação de sanções administrativas afetas a licitações e contratos foi delineado e fortalecido, compondo, sob perspectiva macro, exemplo de atuação no âmbito da Administração Pública.

O exercício de 2017 respondeu, ainda, por incremento de maturidade da Central de Compras no que concerne à análise dos processos de compras e contratações, promovendo suas conformidades legais e saneando eventuais lacunas durante a fase interna. A instituição de *checklists*, em harmonia com boas práticas propugnadas pelo TCU, veio ao encontro do incremento da qualidade da instrução.

Outrossim, a preocupação de se institucionalizarem práticas de gestão inovadoras no processo de compras e contratações, zelando pelo aprimoramento contínuo do rito (inclusive promovendo inovações incrementais) e agindo diretamente na mudança de uma cultura usualmente voltada à rotina e à manutenção do *status quo*, levou a que a Central vislumbrar, ainda no final de 2017, a pertinência da criação de uma estrutura matricial em seu interior, em iniciativa pioneira no Brasil. Trata-se do primeiro Laboratório de Inovação em Compras Públicas, que contou com a anuência das instâncias decisórias da Câmara dos Deputados em dezembro de 2017.

Esse espaço organizacional foi projetado para criar condições para que a inovação ocorra e concebido na forma de uma estrutura perene para gerir esforços inovadores no processo de compras e contratações públicas. Deverá incumbir-se da modelagem processual, da elaboração e do aperfeiçoamento de novos instrumentos de governança em compras públicas, do incremento de diálogo com o segundo setor e do desenvolvimento de demais soluções que agreguem valor ao processo de aquisições públicas.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Em outubro de 2017, o CGE (Comitê de Gestão Estratégica), em reunião extraordinária, aprovou a inclusão do Centro de Informática (Cenin) como integrante desse fórum. Tal decisão considerou a importância de se possuir uma estratégia que já nasça com uma cognição digital. A existência de uma estratégia digital na concepção e governança de serviços dirigidos à sociedade impõe que a unidade de Tecnologia da Informação assuma um protagonismo na Governança Corporativa.

Pelo exposto, em dezembro de 2017, por meio do [Ato da Mesa n. 215](#), foi criada a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, que assumiu as atribuições do Centro de Informática.

4.3.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados

O modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG n. 406, de 2013](#), que criou dois comitês gestores de TIC: o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI).

Tabela 27 – Comitês de TIC

Comitê	Atribuição	Composição
Ceti	Responsável pela governança de TIC	Titulares da Diretoria-Geral, da Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge), do Centro de Informática (Cenin) e do Centro de Documentação e Informação (Cedi).
CDTI	Responsável por priorização de demandas setoriais e estruturantes, além do acompanhamento das ações da TIC.	Representantes dos seguintes órgãos: Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa, Diretoria Legislativa, Secretaria de Comunicação Social, Assessoria de Projetos e Gestão, Centro de Informática e Centro de Documentação e Informação.

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Seguem as principais ações e decisões do Ceti e do CDTI, durante o ano de 2017.

Tabela 28 – Ações e decisões do Ceti e do CDTI

Comitê	Ação/decisão
Ceti	<p>Março/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre auditoria interna na arquitetura corporativa (Cobit 5 APO03) • Análise do resultado da pesquisa de satisfação dos usuários de serviços da Ditec em 2016 • Análise de diretrizes para a oferta de serviços dirigidos à sociedade • Apresentação de versão preliminar da nova plataforma de serviços de dados abertos (AE 7.7) • Definição de estratégia para ampliação da capacidade de oferta de serviços de TIC <p>Junho/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Priorização no desenvolvimento de novo aplicativo para aquisição e controle de passagens aéreas • Avaliação da participação da Câmara na Campus Party 2017 • Aprovação do PDTI 2017-2018 (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) • Discussão sobre possível projeto corporativo: PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular <p>Setembro/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do iGovTI 2016 • Análise dos indicadores estratégicos de TIC relativos a 2017 (resultados parciais) • TI VERDE: Política de impressão para a CD • Encaminhamento da Portaria sobre Papéis e Responsabilidades sobre Soluções de TIC • Discussão da Portaria sobre Regulamentação de Serviços em Nuvem
CDTI	<p>Março/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação das novas demandas e portfólio remanescente de 2016 para fechamento do portfólio 2017-2018. <p>Maió/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos impactos referentes ao atraso na contratação da fábrica de software sobre demandas aprovadas para o portfólio 2017-2018 • Apresentação do PDTI 2017-2018 <p>Agosto/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento dos projetos em andamento • Apresentação e deliberação sobre as demandas extemporâneas <p>Dezembro/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos papéis e responsabilidade sobre serviços de TIC, definidos em portaria • Apresentação do novo modelo de fábrica de software a ser contratado.

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação – DITEC.

4.3.2 Plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação

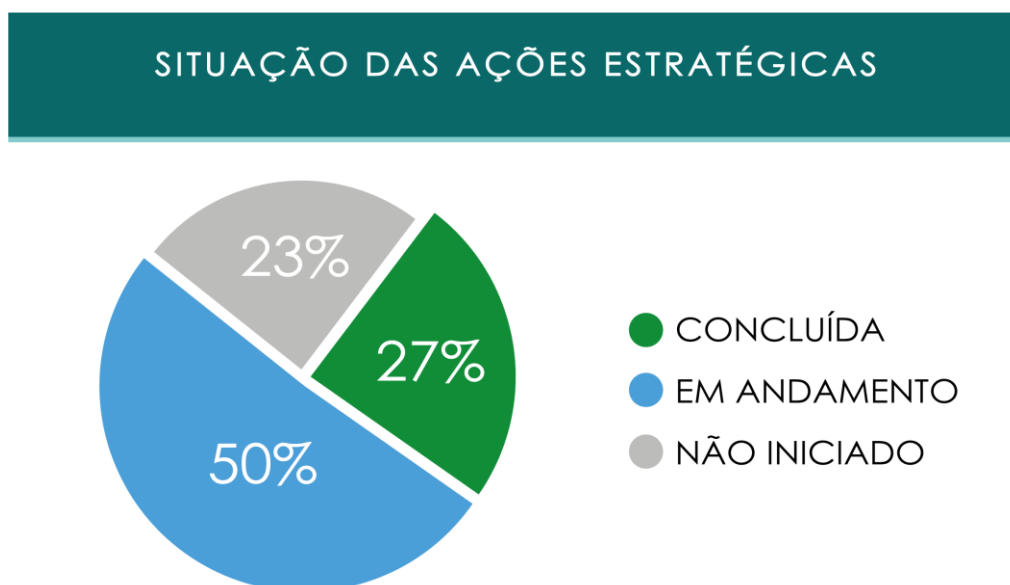
A Câmara dos Deputados estabeleceu em seu [Plano Estratégico de TIC \(Peti\)](#) para o período 2014-2018 **oito objetivos** de maneira a viabilizar a concretização das diretrizes estratégicas definidas pelo Comitê de Gestão Estratégica. Desta forma, o Peti transcende as ações da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, uma vez que apresenta ações realizadas por várias unidades da Instituição para atingir os indicadores previstos e a visão: “Ser ator estratégico da Câmara dos Deputados, prestando serviços de TIC com qualidade e tempestividade, de forma a participar da consolidação de um parlamento moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.”

4.3.3 Mapa estratégico de tecnologia da informação e comunicação

Distribuídos em um [mapa](#), os objetivos estratégicos estão organizados em dimensões alinhadas às diretrizes estratégicas corporativas: sintonia, transparência, interação com a sociedade, qualidades das leis, fiscalização, cidadania e gestão.

Para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos de TIC, foram previstas ações estratégicas (figura 14 e [figura 15](#)), que, por sua vez, são efetivadas como projetos executados pela Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação e demais unidades da Casa. A [figura 15](#) apresenta os seis objetivos estratégicos que tiveram ações iniciadas ou finalizadas até o ano de 2017.

Figura 14 – Situação das ações estratégicas do Peti



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 15 – Objetivos e ações estratégicas do Peti – 2017

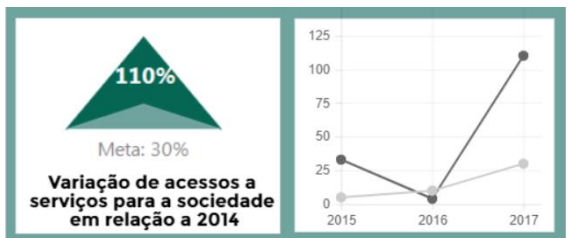
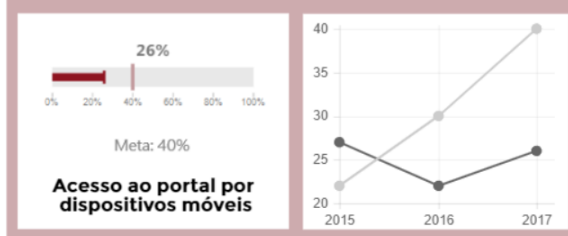


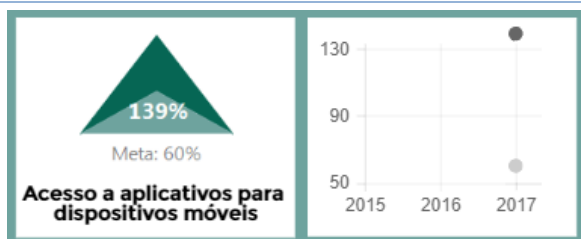
Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.4 Indicadores do plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação

No intuito de mensurar o atingimento dos objetivos estratégicos, foram definidos os seguintes **indicadores de desempenho** e metas anuais.

Tabela 29 – Painel de indicadores do Peti – 2017

Resultado	Histórico	Comentários
 <p>Variação de acessos a serviços para a sociedade em relação a 2014</p> <p>Meta: 30%</p> <p>110%</p> <p>■ Resultado ■ Meta</p>	<p>Meta atingida.</p> <p>Em 2017, foram realizadas várias iniciativas e abertos novos canais de aproximação com a sociedade. O resultado refletiu neste indicador, impulsionado principalmente pelo serviços de Dados Abertos, que em seis meses alcançou noventa milhões de acessos. Após o lançamento de novo Serviço e Dados abertos, ocorrido em junho/2017, com reorganização técnica e de formatação, houve expressivo aumento dos acessos a esse serviço. Em dezembro, com o lançamento da consulta de despesas mensais por deputado, observou-se explosão do número de acessos a esse conjunto de dados de maneira muito granular, mês a mês por parlamentar. Serão disponibilizadas no portal de dados abertos orientações explícitas sobre formas mais globais de se obter tais dados (com menor número de acessos) a aqueles que desconhecem tais procedimentos.</p> <p>Também merece destaque o acréscimo de acesso aos serviços: Câmara Notícias Brasil (337%), Transmissões Web Câmara (153%), programa de Pós-Graduação (145%), Educação para Cidadania (125%), Rede Legislativa(124%), Plenário (117%), Agenda Legislativa (82%) e Comissões (74%).</p> <p>Convém a lembrança de que também houve destacável acesso, em 2017, a serviços até então inexistentes em 2014, como o Canal Youtube com mais de cinco milhões de acessos, e o aplicativo Infoleg com quase dois milhões.</p> <p>O comportamento desse indicador ao longo dos últimos três anos revela a mudança de preferência da sociedade quanto ao acesso a serviços digitais, o que pode fundamentar: a) indicador específico para dados abertos no próximo ciclo estratégico; b) criação de serviços inovadores focados no novo perfil do usuário-cidadão.</p>	
 <p>Acesso ao portal por dispositivos móveis</p> <p>Meta: 40%</p> <p>26%</p> <p>■ Resultado ■ Meta</p>	<p>Meta não atingida.</p> <p>Apesar de já consolidada versão responsiva do portal institucional, a proporção de seu acesso por meio de dispositivos móveis (26%) ainda foi inferior à meta estabelecida.</p> <p>Existem duas ações em andamento que visam a captação dos novos perfis de usuários para o portal: projeto Virada Digital e grupo de trabalho para reorganização dos serviços voltados aos cidadãos. Espera-se que esses novos perfis tenham representativo acesso por meio de dispositivos móveis, como ocorre com a maior parte dos serviços digitais.</p>	



Meta atingida.

A variação de acessos aos aplicativos da Câmara dos Deputados em relação aos acessos de 2016 ultrapassou a meta estabelecida. Em reunião do Comitê Estratégico de TIC, em setembro de 2017, houve correção da linha de base deste indicador, para que fosse 2016. A base prevista originalmente para o cálculo utilizada eram os acessos aos aplicativos móveis em 2014, ano que teve um volume de acessos inexpressivo. Isso resultou em um valor de indicador muito alto nos anos subsequentes, prejudicando a análise. Desta forma, o Comitê aprovou a mudança no sentido de que a variação passasse a ser calculada com base na quantidade de acessos verificada no ano de 2016.

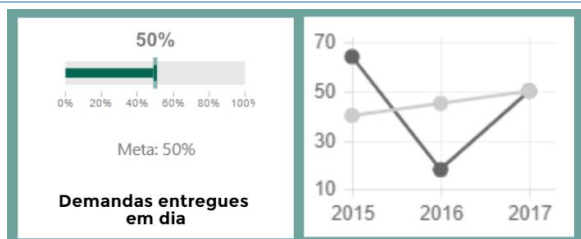
Dos aplicativos disponíveis, o Infoleg App foi o mais acessado, sendo que o número de acessos manteve-se crescente desde o seu lançamento.



Meta não atingida.

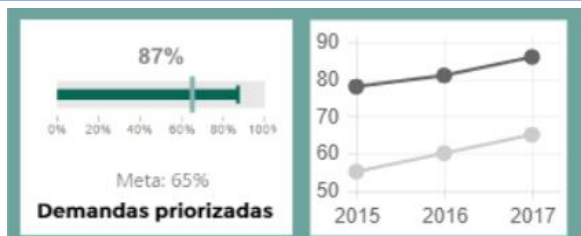
Para o biênio 2017-2018, iniciou-se um novo portfólio com 122 demandas entre projetos e atividades. O conjunto completo contempla produtos a serem concluídos de 2017 a 2020.

Para o ano de 2017 contava-se com o reforço de contratação do novo modelo de fábrica de software, que não se concretizou nesse ano, o que comprometeu este indicador.



Meta atingida.

A constante vigilância quanto às principais variáveis que podem gerar atrasos de projetos; e atuação na sensibilização e na evolução da maturidade na gestão de projetos junto aos diversos *stakeholders*, têm sido importante no amadurecimento deste indicador.

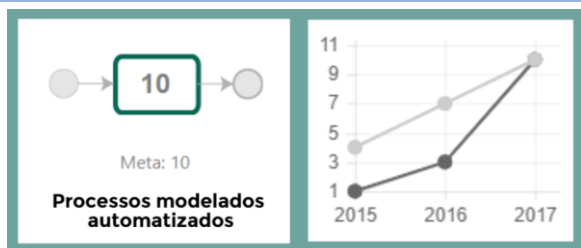


Meta atingida.

A proporção das demandas encaminhadas aos comitês de TIC aceitas para execução ultrapassou a meta estabelecida.

Grande esforço tem sido feito junto às unidades administrativas da instituição para que as demandas de TIC só sejam encaminhadas quando os requisitos necessários ao seu início já estejam definidos. Foram contabilizadas 122 demandas em 2017.

Esforços têm sido feitos para otimizar e integrar as demandas provenientes de todas as áreas da Casa, a fim de diminuir esse volume, que acaba por impactar outros indicadores como o de entregas em dia e o de satisfação dos servidores.



Meta atingida.

O número de produtos de TIC entregues oriundos de processos modelados ou otimizados pelas demais unidades alcançou a meta estabelecida.

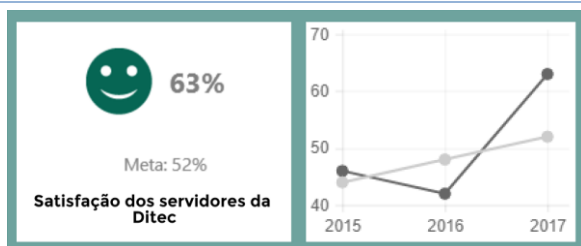
É diretriz do Comitê Estratégico de TIC que as unidades demandantes analisem e modelem seus processos de trabalho antes de solicitarem novos sistemas e serviços de TIC. A decisão visa obter melhor benefício da automação e otimizar os recursos.

Para o portfólio de 2017-2018, a existência de processos modelados para as demandas foi considerada como um dos critérios de priorização dos projetos.



Meta atingida.

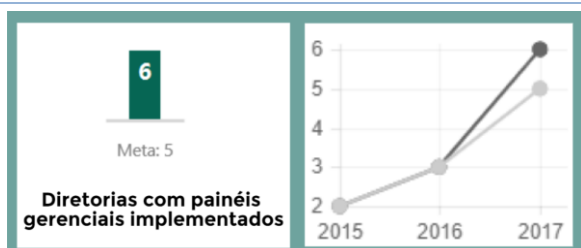
Crescimento de 3% em relação a aferição anterior, com ultrapassagem da meta em 17%. Houve aumento da satisfação em relação a todos os serviços ofertados entre 1% a 4%. Concorreram para a melhoria dessa visão, segundo os usuários, a qualidade do atendimento prestado, aumento da velocidade de conexão à internet, qualidade do sinal da rede sem fio, atualização dos equipamentos de informática, modernização dos portais e sistemas com interfaces mais intuitivas. Destaca-se que até o mês de outubro, 79% das sugestões encaminhadas pelos usuários já tinham sido priorizadas, sendo 41% já entregues, 27% encontram-se em andamento e 11% planejadas.



Meta atingida.

A realização de ações voltadas à comunicação e a disponibilização de espaços de diálogo, favoreceram a proposição de ideias por parte dos colaboradores, o que aprimorou a percepção da importância do seu trabalho.

Houve melhoria na integração entre a direção e os colaboradores, com mais oportunidades de encontro e expressão de ideias e um maior reconhecimento da importância da TI pela alta administração da Câmara dos Deputados, alçando a área Central de TIC ao nível de diretoria.



Meta atingida.

Dois novas diretorias/secretarias tiveram painéis gerenciais desenvolvidos: Diretoria-Geral e Secretaria de Controle Interno. Com a criação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, totalizam seis diretorias e secretarias com painéis de informações gerenciais.



Meta não atingida.

Ainda não foi possível assinar novos acordos de nível de serviços com foco na disponibilidade.

A obtenção dos acordos de nível de serviço requer a implantação do catálogo de serviços de TIC e o processo de gerenciamento de nível de serviços, os quais foram concluídos respectivamente em dezembro de 2016 e dezembro de 2017. Tais fatos possibilitaram a elaboração do acordo de nível de serviço de acesso à internet, que se encontra em tramitação. O referido acordo inaugurará o gerenciamento de serviços a partir da análise técnica e negocial com monitoração conjunta. Em sequência, novos acordos serão assinados.

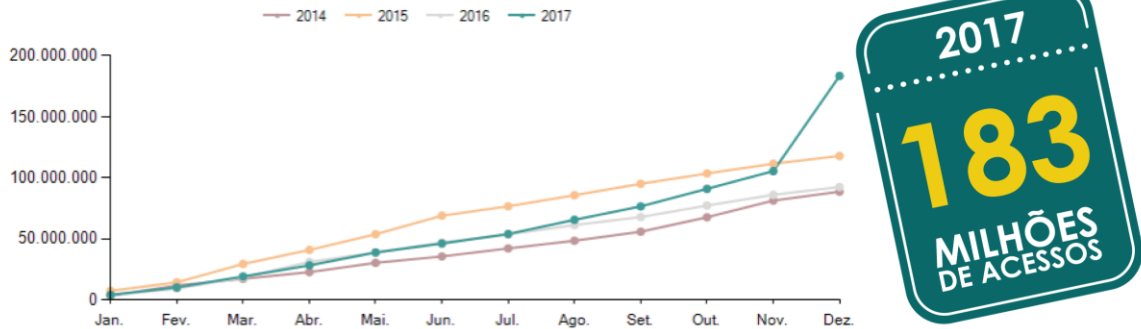
Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Alguns indicadores estratégicos de TIC associados a serviços dirigidos à sociedade que merecem estão apresentados nas figuras 16, 17, 18 e 19.

Figura 16 – Detalhes do indicador “Variação de acessos aos serviços da CD construídos para a sociedade”

VARIAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS CONSTRUÍDOS PARA A SOCIEDADE

TOTAL ACUMULADO DE VISUALIZAÇÕES



MAIORES VARIAÇÕES

01	DADOS ABERTOS	41190%
02	CÂMARA NOTÍCIAS BRASIL	337%
03	TRANSMISSÕES WEB CÂMARA	153%
04	PROGRAMA PÓS GRADUAÇÃO	145%
05	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	125%
06	REDE LEGISLATIVA	125%
07	PLENÁRIO	117%
08	AGENDA LEGISLATIVA	82%

DADOS ABERTOS

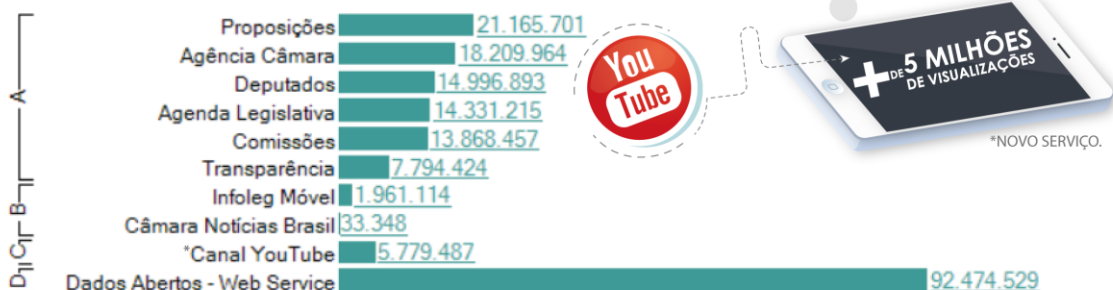
CRESCIMENTO ACELERADO APÓS O RELANÇAMENTO DO SERVIÇO



SERVIÇOS MAIS VISUALIZADOS

Total de visualizações a serviços por categoria

A: Portal Institucional B: Aplicativos para dispositivos móveis
C: Canal Youtube D: Serviços automatizados



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

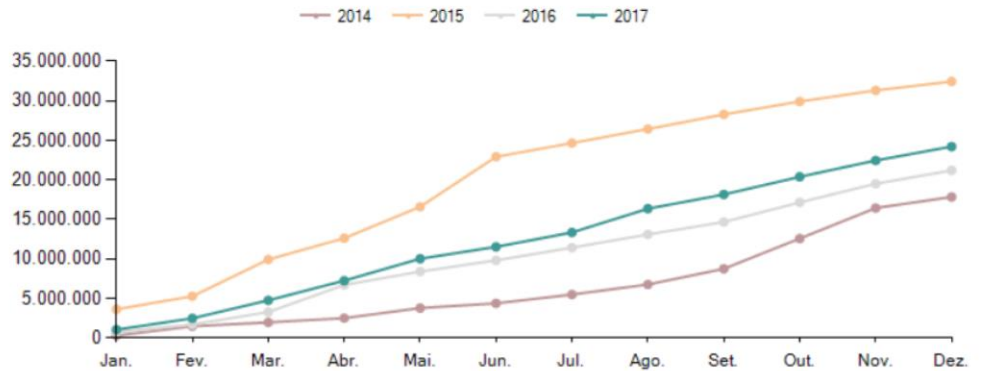
Figura 17 – Detalhes do indicador “Percentual de acesso aos serviços do portal institucional a partir de dispositivos móveis”

PERCENTUAL DE ACESSO AOS SERVIÇOS DO PORTAL INSTITUCIONAL A PARTIR DE DISPOSITIVOS MÓVEIS

TOTAL ACUMULADO DE ACESSOS AO PORTAL POR DISPOSITIVOS MÓVEIS

2017
MAIS DE
24
MILHÕES
DE ACESSOS

TOTAL ACUMULADO:
24.201.199



SERVIÇOS DO PORTAL MAIS ACESSADOS POR CELULAR

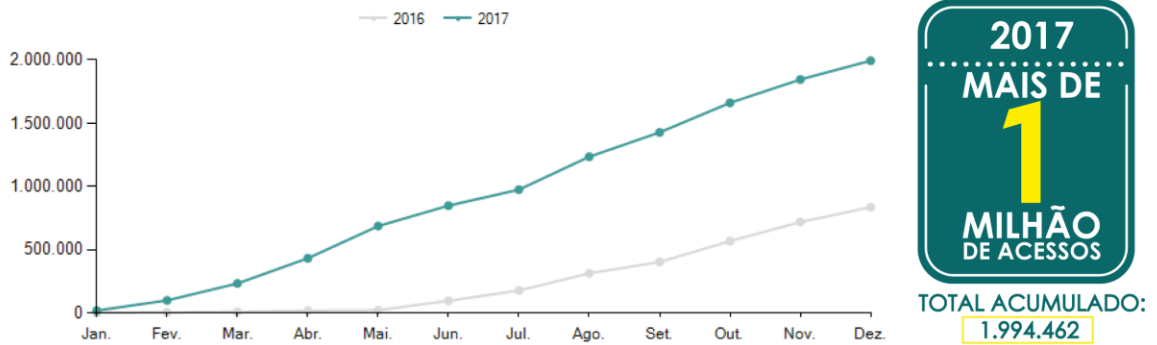


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

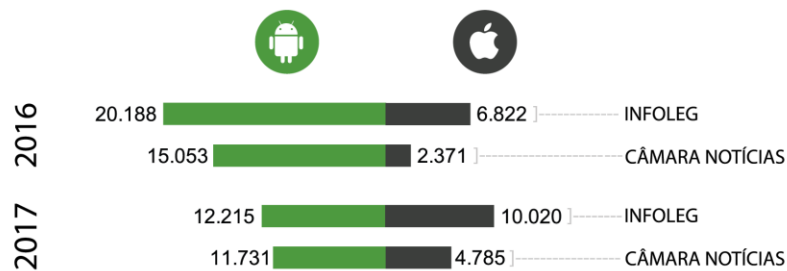
Figura 18 – Detalhes do indicador “Variação de acesso aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade”

VARIAÇÃO DE ACESSO AOS APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS DIRIGIDOS À SOCIEDADE

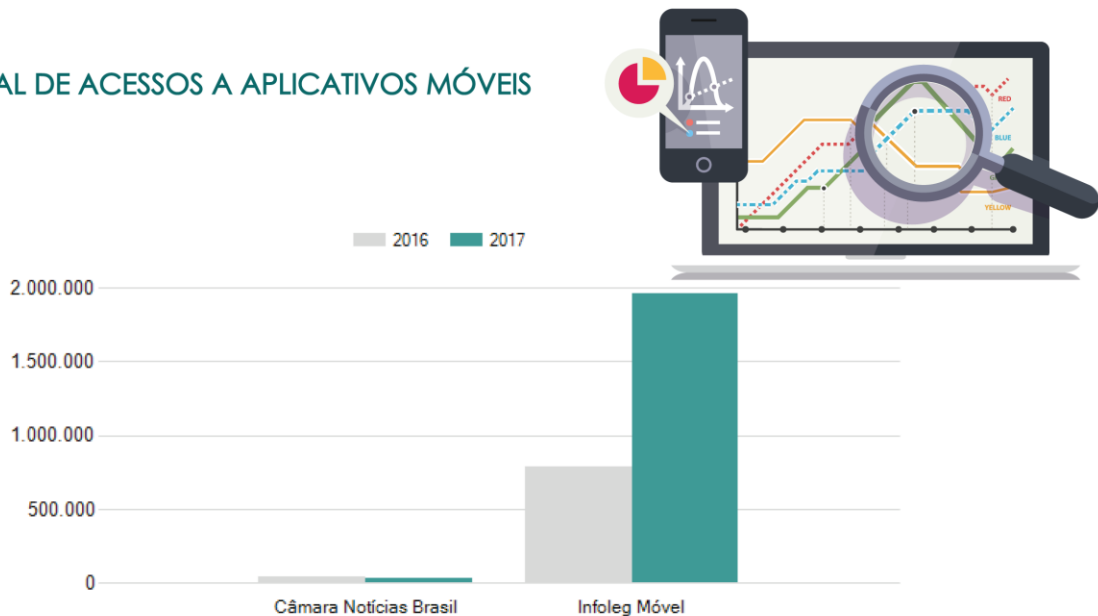
TOTAL ACUMULADO DE ACESSOS A APLICATIVOS MÓVEIS



TOTAL DE DOWNLOADS DE APLICATIVOS MÓVEIS



TOTAL DE ACESSOS A APLICATIVOS MÓVEIS

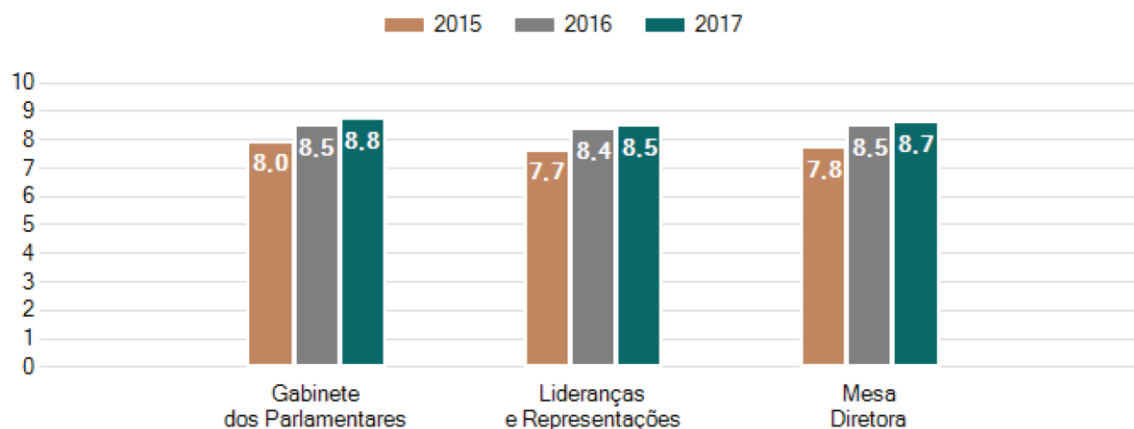


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 19 – Detalhes do indicador “Índice de satisfação dos gabinetes parlamentares, dos gabinetes de lideranças e dos órgãos da Mesa Diretora com os serviços de TIC”

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS GABINETES PARLAMENTARES, DOS GABINETES DE LIDERANÇAS E DOS ÓRGÃOS DA MESA DIRETORA COM OS SERVIÇOS DE TIC

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS GABINETES, LIDERANÇAS E MESA DIRETORA - COMPARATIVO ANUAL



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.5 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI

Para a concretização das ações de curto prazo (dois anos), o modelo de governança de TIC prevê o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI, contemplando o portfólio de projetos e plano orçamentário. Assim, para um ciclo estratégico de quatro anos, são planejados dois ciclos curtos. Dessa forma, em 2017, iniciou-se o um novo ciclo com o PDTI 2017-2018.

Figura 20 – Composição do portfólio de TIC



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 21 – Critérios de priorização do portfólio de TIC



Figura 22 – Análise qualitativa do portfólio de TIC



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.6 Projetos de TIC desenvolvidos em 2017

A partir das demandas apresentadas pelas diversas áreas da Câmara dos Deputados, e de sua priorização realizada no âmbito dos Comitês, definiu-se um portfólio de projetos de TIC para o biênio 2017-2018. O [quadro A4](#) anexo a este relatório apresenta a descrição de uma amostra dos principais projetos de TIC desenvolvidos no exercício de 2017, bem como os resultados esperados, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

4.3.7 Principais sistemas e serviços de TIC da Câmara dos Deputados dirigidos à sociedade

Na busca do cumprimento das Diretrizes Estratégicas (transparência, sintonia e interação com a sociedade), a Câmara dos Deputados disponibiliza uma série de sistemas e serviços de TIC voltados para promover a aproximação com a sociedade, conforme apresentado no [quadro A5](#).

4.3.8 Processos de gerenciamento de serviços de TIC

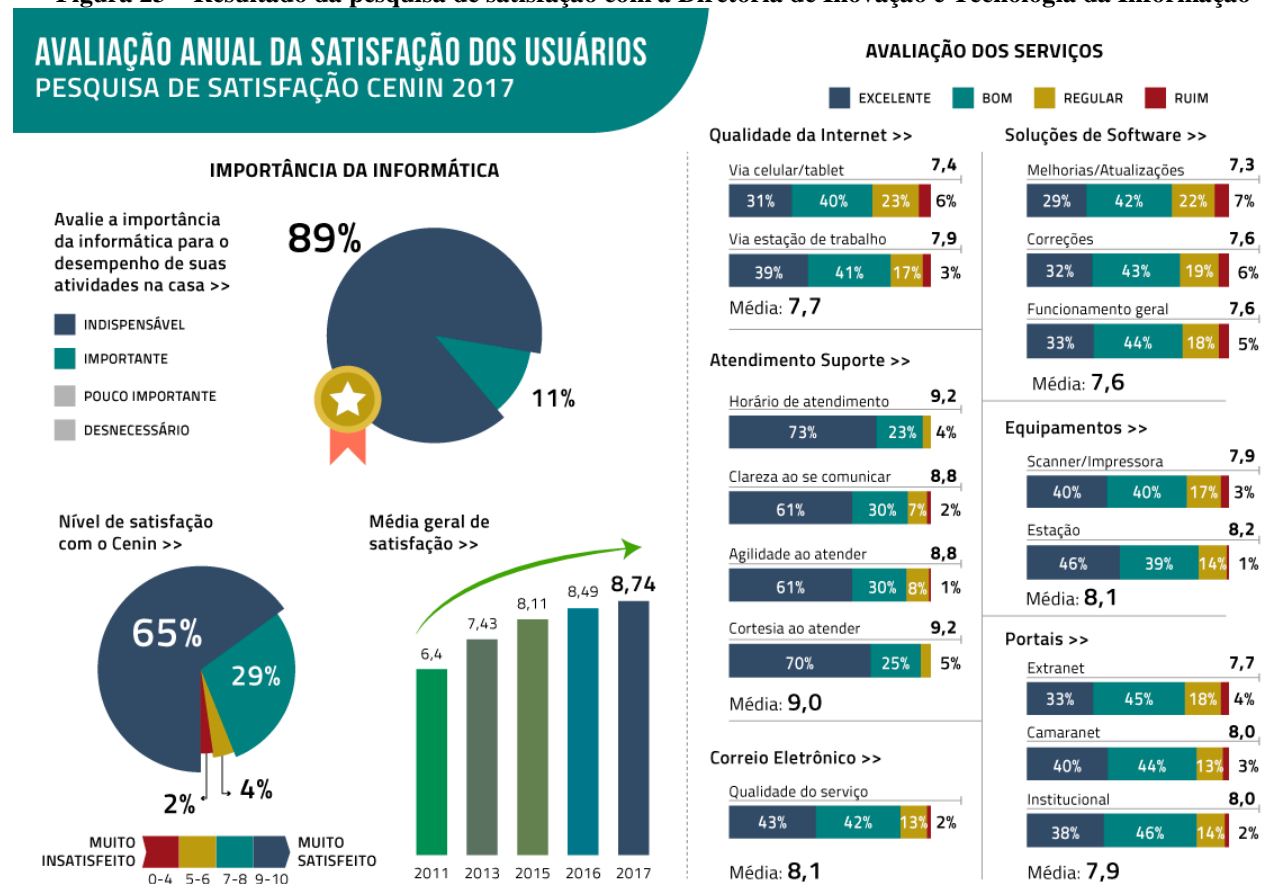
Os diversos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara dos Deputados aos parlamentares, aos servidores e à sociedade necessitam ser continuamente gerenciados, a fim de garantir um funcionamento adequado. Na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, vários processos de gerenciamento de serviços contribuem para viabilizar este objetivo, os quais são apresentados de forma centralizada no portal de processos, que, além de apresentar os diagramas, inclui características como gerente responsável e indicadores para monitoramento do processo.

O [quadro A6](#) do Anexo deste relatório apresenta a descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TIC implementados na Câmara dos Deputados.

4.3.9 Pesquisa de satisfação com os serviços da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação

A Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec) realizou a quinta edição da pesquisa anual de satisfação entre seus usuários. Esta pesquisa visa obter o grau de satisfação em relação aos produtos e serviços de tecnologia da informação disponibilizados à Câmara dos Deputados, cujos resultados encontram-se na figura abaixo.

Figura 23 – Resultado da pesquisa de satisfação com a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.10 Gestão de riscos de TIC

De maneira incremental, vários mecanismos sistemáticos têm sido utilizados para gerenciar riscos de TIC. As principais ações realizadas em 2017 encontram-se apresentadas na figura abaixo.

Figura 24 – Mecanismos para gerenciamento de riscos de TIC

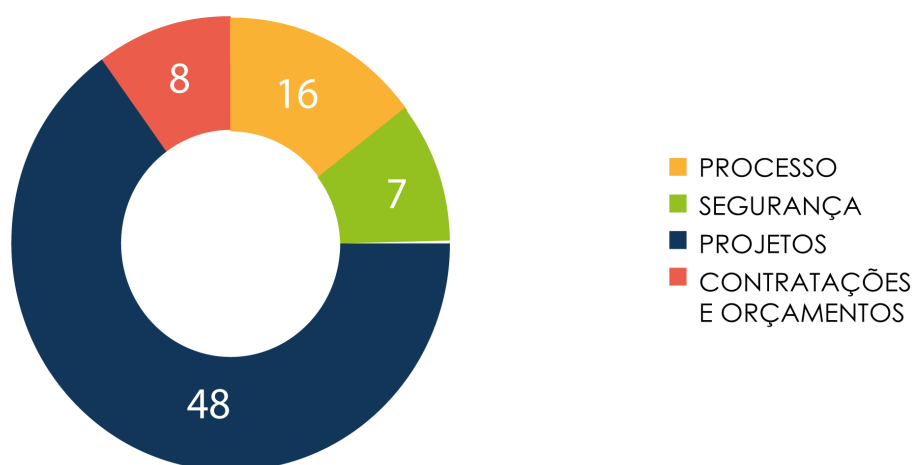


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Além das ações acima, mensalmente é gerado um relatório destinado aos gestores de TIC com alertas de riscos em projetos, processos, execução orçamentária e contratações. No ano de 2017 foram identificados 79 riscos, segmentados nas dimensões de gestão apresentadas na figura abaixo.

Figura 25 – Riscos identificados, por categoria

RISCOS IDENTIFICADOS POR DIMENSÃO DE GESTÃO



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Para o levantamento de riscos de projetos de TIC, foram feitas as seguintes atividades:

- Análise de mais de 300 relatórios de situação dos projetos;
- Ações para aumento do envolvimento de 29 gerentes de projetos;
- Conscientização dos gerentes de projetos aos novos conceitos;
- Palestras para orientação aos gerentes de como reportar os riscos, conforme a metodologia definida; e
- Identificação de riscos de portfólio devido a eventuais interdependências de projetos ou de equipes.

4.3.11 TI Verde

Conjunto de ações para promover o uso sustentável dos recursos tecnológicos da instituição, com objetivo de promover as aquisições sustentáveis, reduzir a quantidade de equipamentos e suprimentos de TIC, reduzir o consumo de papel, reduzir o consumo energético e reduzir contaminação ambiental causada por resíduos tecnológicos.

Em 2017, concluiu-se a substituição de 3065 computadores antigos por computadores de maior eficiência energética, promovendo uma economia anual de aproximadamente R\$ 72.509,80. Também se desenvolveu um planejamento das próximas ações de TI Verde com a definição de indicadores, prazos, metas e responsabilidades, conforme tabela abaixo.

Tabela 30 – Planejamento das ações de TI Verde

Objetivos	Ações
Promover as aquisições sustentáveis	Levantamento sobre certificações de sustentabilidade e logística reversa para TI
	Adoção de boas práticas em contratação sustentável de TI
	Orientação/sensibilização sobre a avaliação de requisitos ambientais em Estudos Técnicos Preliminares
Reduzir o consumo de papel e de equipamentos e suprimentos de TI	Estudo sobre redução de impressoras para as próximas contratações
	Criação de um painel gerencial de impressões
	Elaboração de uma Política de Impressão da Câmara dos Deputados
	Implantação de Ecofonte
	Divulgação interna de volume e custo de impressão por unidade administrativa
	Campanha de conscientização sobre impressão sustentável
	Atualização periódica das configurações econômicas das estações de trabalho
Reduzir o consumo energético	Desenvolvimento de sistemas de TI sustentáveis
	Utilização de tecnologias de virtualização
Reduzir contaminação ambiental por resíduos tecnológicos	Aquisição de sistema de monitoramento de consumo e eficiência energética para o Data Center (em andamento)
	Adoção de um plano de descarte ou reuso dos equipamentos de TI

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.12 Outras ações de aproximação com a sociedade

Além dos serviços digitais, a Câmara dos Deputados tem procurado inovar e diversificar as formas de aproximação com a sociedade. Durante o ano de 2017 foram testadas diversas iniciativas nesse sentido, conforme mostrado nas figuras 26a e 26b.

Figura 26a – Iniciativas de aproximação com a sociedade

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE



TEMA: TRANSPARÊNCIA

Congresso internacional com o foco na produção de soluções inovadoras para problemas diversos da sociedade.

É um espaço favorável para discutir temas relevantes relacionados à tecnologia e seus impactos na vida dos cidadãos, incluindo espaços para discussões envolvendo a relação entre a tecnologia e a cidadania.

A Câmara participou da edição Brasília divulgando a Plataforma de Dados Abertos, o aplicativo Infoleg, o e-Democracia e o portal Desafio.leg.br, por meio de exposição e palestras.



MIL PARTICIPANTES

BENEFÍCIOS



- 01 Interação com um público jovem e inovador
- 02 Ampliação da divulgação dos produtos de TIC voltados para a sociedade
- 03 Promoção da inovação no setor público por meio da sociedade
- 04 Divulgação nas redes sociais

PALESTRAS

Dentro e fora da Instituição com o objetivo de buscar maior engajamento político da sociedade por meio dos serviços digitais disponíveis

- **Workshop Mineração Cidadã com os Dados Abertos da Câmara**
(CAMPUS PARTY E ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA)
- **Palestra Decodificando a Democracia**
(CAMPUS PARTY, CÂMARA DOS DEPUTADOS E CÂMARA LEGISLATIVA)
- **Workshop Machine Learning – Padrões no Jogo Político**
(CAMPUS PARTY)
- **Os números não mentem**
(FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA)
- **O poder da matemática e a matemática no Poder**
(FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA)
- **Dados abertos e o acesso à informação**
(SEMINÁRIO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA)



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 26b – Iniciativas de aproximação com a sociedade



4 COMPETIÇÕES PROMOVIDAS EM 2017:

- 01 DESAFIO APP LEGISLATIVO 2017
- 02 NOVO PORTAL NA INTERNET PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 03 I CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA COMISSÃO DO ESPORTE
- 04 PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA À CORRUPÇÃO

SOLUÇÕES VENCEDORAS DO PRIMEIRO DESAFIO

Os apps estão disponíveis no Google play e Apple Stores



NUVEM INTERPARLAMENTAR

Em 2017 a Câmara dos Deputados deu um importante passo em direção à comunidade internacional, sendo escolhida como um hub de inovação junto a IPU – Inter-Parliamentary Union, para o desenvolvimento do projeto de nuvem interparlamentar, cujos principais objetivos são:

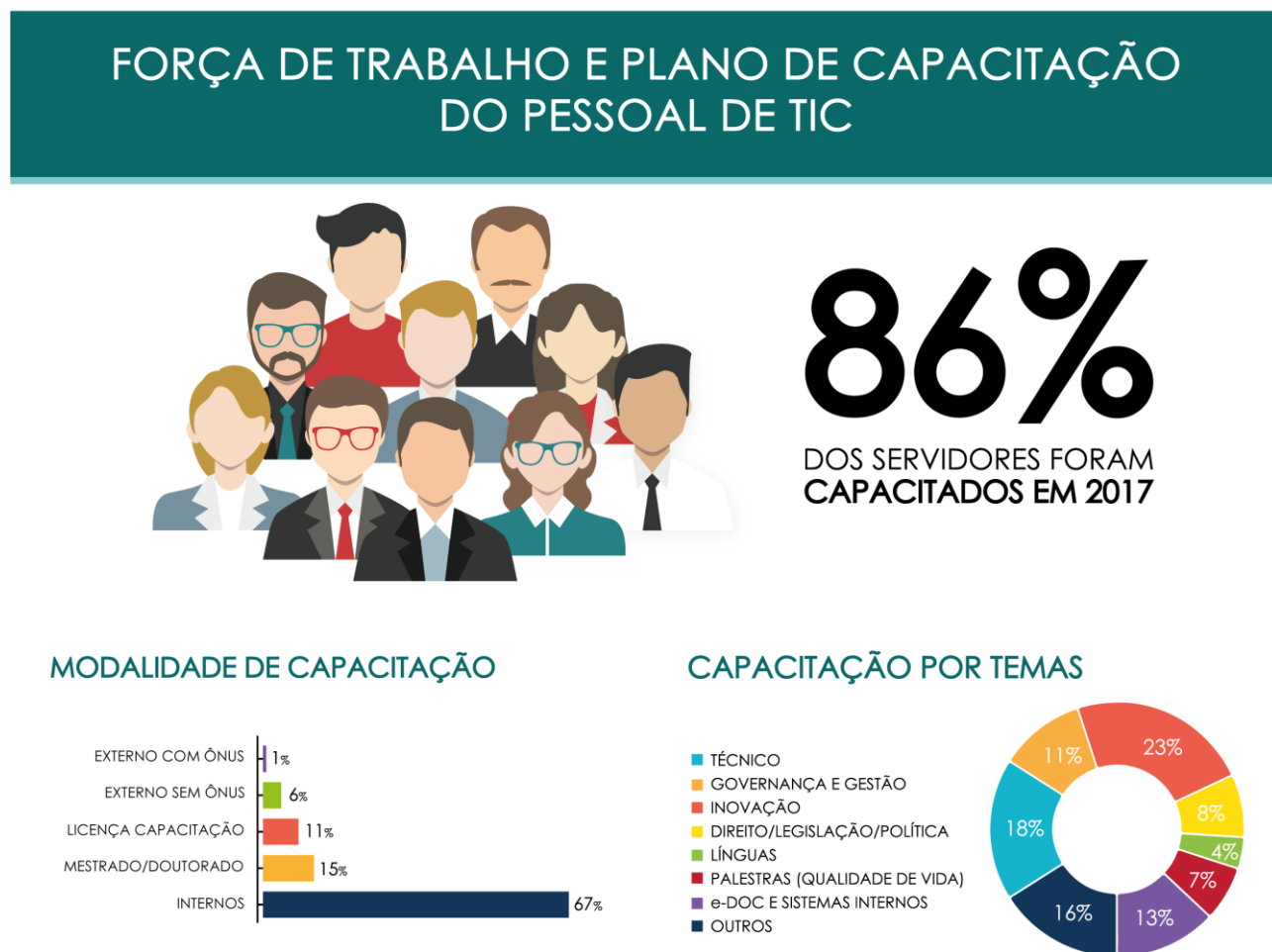
- Impulsionar a transparência dos Parlamentos
- Potencializar as análises comparativas entre os Parlamentos
- Entendimento global da legislação em cada país
- Identificação de oportunidades para evolução das leis
- Criação de Big DATA dos Parlamentos
- Otimizar recursos por meio de uma biblioteca de softwares dos Parlamentos



4.3.13 Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC

A Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação conta com 139 servidores e 260 colaboradores terceirizados. Durante o ano de 2017, foram oferecidos cerca de 99 treinamentos e palestras para os servidores lotados nessa unidade, compondo 475 inscrições e atingindo 86% dos servidores.

Figura 27 – Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A contribuição da Câmara dos Deputados para a construção de um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável e com menor impacto sobre o meio ambiente segue a incorporação dos princípios de sustentabilidade em suas próprias atividades administrativas e operacionais e da aprovação de leis capazes de alavancar o desenvolvimento sustentável do país.

Para viabilizar esse compromisso em seu funcionamento cotidiano, foi criado o Comitê de Gestão Socioambiental (EcoCâmara), em 2003, e instituída a Política Socioambiental por meio da [Portaria n. 336, de 2010](#). Essa política é conduzida pelo EcoCâmara, que assessora a administração da Casa na inclusão dos componentes ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade nos processos de trabalho da área administrativa, com destaque para:

- **Compras e contratações sustentáveis:** o [Ato da Mesa n. 4, de 2011](#), trata da adoção de padrões de aquisição sustentáveis, regulamentado pela [Portaria n. 227, de 2014](#), que traz de forma objetiva os requisitos ambientais a serem observados na aquisição de diversos produtos e serviços comuns.

Ainda sobre o tema, em 2017, a Câmara participou do Pregão Eletrônico n. 49/2017 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando adquirir os serviços de descontaminação de lâmpadas fluorescentes inservíveis.

- **Resíduos sólidos:** o primeiro Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Recicláveis da Câmara foi regulamentado pelo [Ato da Mesa n. 129, de 2002](#). Recentemente, em função da Lei n. 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi publicado o [Ato da Mesa n. 34, de 2015](#), com a criação do novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), consoante os novos conceitos e instrumentos trazidos pela citada lei. Desde 2004, a Câmara mantém convênio com os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis com o objetivo de promover a destinação final adequada dos resíduos produzidos na Casa. Em 2017, foram realizadas visitas e orientações para conscientização dos servidores e prestadores de serviços acerca da nova proposta de distribuição para os coletores de resíduos.
- **Resíduos Orgânicos e não recicláveis:** em face da vigência da Lei Distrital n. 5.610, de 2016, que dispõe acerca da responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, incluídos os estabelecimentos públicos, pelo gerenciamento adequado dos resíduos sólidos similares foi firmado o Contrato n. 173/2017 para a prestação de serviços de recolhimento desses resíduos em substituição aos serviços prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU).
- **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):** trata-se do principal programa de gestão socioambiental da administração pública. O programa tem sido implementado por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo, no âmbito dos três poderes, e pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, e ganhou o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. A Câmara dos Deputados aderiu ao programa em junho de 2009.
- **Estabelecimento dos 5Rs e campanha de divulgação:** em 2017, a Câmara dos Deputados promoveu diversas campanhas sobre os 5Rs (Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar, Reciclar).
- **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS):** o PLS da Câmara está em fase de aprovação. O plano foi elaborado de forma coletiva, envolvendo os respectivos órgãos relacionados aos 14 (quatorze) temas a saber: acessibilidade, arborização e manutenção de áreas verdes, contratações sustentáveis, descartáveis, educação para sustentabilidade, mobilidade sustentável, água, energia elétrica, papel, gestão de resíduos, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho, telefonia, TI verde, arquitetura e construção sustentável de

construção. Foram propostos cinquenta e um planos de ação com objetivos, responsabilidades, indicadores e metas; e

- **Outras ações de Sustentabilidade:** a página da Câmara na internet ([EcoCâmara²⁰](#)) divulga, com maior detalhamento, as ações para a sustentabilidade desenvolvidas pela Câmara.

4.4.1 Gabinete Sustentável

Outra iniciativa aprimorada pela Câmara diz respeito ao projeto-piloto Gabinete Sustentável, originado de proposta da Primeira-Secretaria da Casa, com foco no atendimento das diretrizes e objetivos estabelecidos pela Política Socioambiental da Câmara dos Deputados.

A iniciativa contou com a [participação de dez gabinetes parlamentares²¹](#) para validação da metodologia proposta e posterior extensão aos demais gabinetes que venham a demonstrar interesse em participar de uma próxima edição. O projeto tem como objetivo promover mudança comportamental das equipes dos gabinetes e dos respectivos deputados, para a busca da adoção de práticas de consumo consciente dos recursos materiais disponíveis, bem como da desmaterialização dos processos de trabalho, por meio da construção de planos de ação com metas definidas pela própria equipe, de acordo com a realidade vivenciada em cada gabinete, além do aprimoramento dos recursos de infraestrutura disponibilizados pela Casa aos gabinetes parlamentares.

4.5 Gestão de Fundos e Programas

4.5.1 Identificação e informação dos fundos na gestão da unidade

O Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (FRCD) foi instituído pela [Resolução n. 18, de 1971](#), e tem como objetivo prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, os programas de assistência social, a melhoria das condições de trabalho de deputados e de funcionários e outras realizações que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

Para o exercício de 2017, foi prevista a arrecadação de R\$ 75.482.695,00. A receita total foi de R\$ 143.853.713,64, conforme detalhamento abaixo.

Tabela 31 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD

Recursos próprios	Receita prevista	Receita arrecadada	Valores em reais Diferença
	(a)	(b)	(b - a)
Remuneração de depósitos bancários	57.094.988,00	58.466.793,16	1.371.805,16
Aluguéis e Arrendamentos – Principal	2.832.880,00	2.222.415,95	-610.464,05
Cessão de Direito de Operacionalização Pagamentos – Principal	0,00	76.765.374,01	76.765.374,01
Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal	230.579,00	313.032,14	82.453,14
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos – Principal	8.730.000,00	0,00	-8.730.000,00
Multas e Juros Previstos em Contratos – Principal	1.430.865,00	570.173,37	-860.691,63
Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores – Principal	4.996.081,00	5.406.293,95	410.212,95
*Outras Receitas	167.302,00	109.631,06	-57.670,94
Total	75.482.695,00	143.853.713,64	68.371.018,64

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

* Contempla receitas com “indenização por danos causados ao patrimônio público”, “alienação de bens móveis”, “outras receitas primárias”, bem como com “multas e juros diversos”.

²⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

²¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/o-ecocamara/noticias/parlamentares-aderem-ao-projeto-piloto-do-gabinete-sustentavel>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

Conforme se verifica na [tabela 31](#), no exercício de 2017, houve uma arrecadação superior em 90,57% à que foi inicialmente prevista com destaque para a “Cessão de Direitos de Operacionalização da Folha de Pagamento” cuja arrecadação foi de R\$ 76.765.374,01. Por outro lado, considerando que não houve a realização de concurso público em 2017, ocorreu uma frustração com essa receita no valor de R\$ 8.730.000,00.

Cabe comentar que, por decisão da Mesa da Câmara dos Deputados, foi autorizada a transferência para o Tesouro Nacional dos recursos arrecadados com a Cessão de Direitos de Operacionalização da Folha de Pagamento.

A dotação orçamentária autorizada para o FRCD na LOA de 2017 foi de R\$ 75.482.695,00. A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária no exercício por ação.

Tabela 32 – Dotação atualizada x despesas empenhadas – FRCD

Valores em reais

Ação	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	Percentual (b)/(a)	Diferença (a)-(b)
Processo Legislativo – Administração Legislativa	32.532.695,00	1.001.900,00	3,08%	31.530.795,00
Assistência Médica e Odontológica	4.200.000,00	4.200.000,00	100,00 %	0,00
Processo Legislativo – Capacitação de Recursos Humanos	3.000.000,00	1.311.559,16	43,72%	1.688.440,84
Ampliação do Edifício Anexo IV	35.000.000,00	0,00	0,00%	35.000.000,00
Construção do Anexo V	750.000,00	0,00	0,00%	750.000,00
Total	75.482.695,00	6.513.459,16	8,63%	68.969.235,84

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

Conforme se observa, as despesas empenhadas representaram 8,63% da dotação atualizada.

No intuito de oferecer colaboração ao Governo Federal no cumprimento das metas de resultado primário, a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu bloquear, no orçamento da Casa, o valor de R\$ 236.500.000,00, sendo que desse montante, coube ao Fundo Rotativo o valor de R\$ 27.000.000,00. Além desse valor, ficou contingenciado no Fundo Rotativo o valor de R\$ 14.476.867,00. A soma do valor bloqueado e do contingenciado totalizou R\$ 41.476.867,00, representando 54,95% da dotação atualizada.

Cabe ressaltar ainda que houve a descentralização de crédito no valor de R\$ 7.345,96 para atender despesas com capacitação de recursos humanos, conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 33 – Destaques concedidos – FRCD

Valores em reais

Órgão	Descrição	Valor
03000	Tribunal de Contas da União	1.665,84
26271	Fundação Universidade de Brasília	5.680,12
Total		7.345,96

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

As disponibilidades financeiras são representadas, exclusivamente, pelos saldos das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Recursos da Conta Única Aplicados, conforme discriminado a seguir.

Tabela 34 – Disponibilidades financeiras – FRCD

Recursos financeiros	Valores em reais		
	Saldo em 31/12/2016 (a)	Saldo em 31/12/2017 (b)	Diferença (b-a)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	1.235.341,62	2.309.030,04	1.073.688,42
Recursos da Conta Única Aplicados	558.720.624,20	609.272.033,57	50.551.408,37
Total	559.955.965,82	611.581.063,61	51.625.097,79

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

O resultado patrimonial do exercício de 2017, apurado com base no regime de competência, foi de R\$ 56.651.587,01, oriundo basicamente de receitas de aplicação financeira.

As demonstrações contábeis do FRCD estão disponíveis para consulta no [portal da Câmara dos Deputados](#)²².

4.6 Gestão da Informação

As informações contidas neste item evidenciam as principais ações da Câmara dos Deputados vinculadas à gestão da informação, que ampliam a organização e a disseminação da produção legislativa e dos acervos histórico e bibliográfico. Além disso, as ações demonstram o uso de tecnologias como forma de preservar o meio ambiente para as novas gerações e disponibilizar a uma parcela maior da sociedade as informações aqui produzidas ou custodiadas. São evidenciadas também as ações de preservação dos suportes físicos que visam a garantir a integridade da informação bem como o seu acesso no decorrer dos anos, o que explicita o zelo da instituição com o patrimônio público.

4.6.1 Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão, por meio de seu [portal](#)²³, as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa. Foram indexadas e descritas 3.365 novas proposições e inseridas as legislações por elas citadas. Somam-se a isso a inclusão, correção e atualização de 357 proposições arquivadas, anteriores a 1988, que estavam registradas apenas em papel e agora estão disponíveis com todas as informações de tramitação no portal da Câmara dos Deputados. Para se ter uma ideia da importância de tal atividade, a área “Proposições” foi o segundo conteúdo mais acessado durante o ano de 2017, com 20.893.344 acessos. A indexação e a descrição das proposições são necessárias para a fidedigna recuperação da informação e constituem em processos de trabalho de alta relevância para a sociedade.

As normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império, também estão disponíveis no [portal](#)²⁴. Foram inseridos 1.627 atos normativos novos e indexadas 3.747 normas com o intuito de melhorar e facilitar as pesquisas realizadas pelo cidadão. No ano de 2017, a área “Legislação” do portal recebeu 7.149.336 acessos.

²² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/demonstracoes-contabeis-do-fundo-rotativo>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

²³ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

²⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

A sociedade também pode ter acesso às informações biográficas e da atividade dos parlamentares, atores do processo legislativo, no [portal](#)²⁵. Foram atualizadas 8.659 informações acerca do cadastro parlamentar, biografias e movimentação parlamentares. A área “Deputados” do portal recebeu 14.441.020 acessos.

Acesse <http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal/estatisticas> para obter mais informações sobre as estatísticas do portal da Câmara dos Deputados.

4.6.2 Gestão dos acervos informacionais

4.6.2.1 Preservação

A preservação engloba um conjunto de ações voltadas para prolongar a vida útil dos bens culturais pertencentes aos acervos da Câmara dos Deputados compreendendo procedimentos de conservação preventiva, conservação e restauração. Esses bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio histórico e cultural da Câmara dos Deputados, são a representação de nossa memória legislativa, de modo a permitir que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de nosso povo. Sua manutenção significa a preservação da história e acima de tudo o respeito pelas futuras gerações.

Visitas técnicas ao Serviço de Preservação incluíram cerca de 370 visitas, demonstrando o interesse de diversos órgãos e Instituições pelo trabalho de preservação desenvolvido pela Câmara dos Deputados, que hoje é reconhecido pela sua excelência.

O processo de apuração dos dados estatísticos da Seção de Conservação e Restauração (Secor) foi aprimorado visando uma especificação mais clara e detalhada das atividades executadas pela Seção. Ações de preservação que vinham sendo computadas sob um único tópico, mas que na verdade englobavam várias atividades especializadas, foram desmembradas e passaram a ser computadas individualmente. Sendo assim, os processos de conservação preventiva, conservação e restauração somaram aproximadamente 810.000 procedimentos. Sendo os mais representativos detalhados abaixo.

4.6.2.1.1 Conservação preventiva

A conservação preventiva abrange um conjunto de estratégias elaboradas no sentido de prever e evitar possíveis riscos que ameacem o patrimônio cultural, compreendendo higienização de livros, documentos e materiais audiovisuais, monitoramento das condições ambientais, iluminação, acondicionamento, controle de pragas, procedimentos de manutenção e planejamento de desastres.

4.6.2.1.1.1 Higienização de livros e documentos

O processo de higienização de livros e documentos é parte integrante das atividades de conservação preventiva dos acervos arquivísticos e bibliográficos da Câmara dos Deputados e compreende o trinchamento de livros e documentos e a limpeza de estantes, caixas e prateleiras.

Uma parte desse trabalho é realizada por pessoas com deficiência intelectual, por meio de contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae/DF), cuja finalidade é auxiliar no processo de preservação e disseminação da informação, bem como na conservação preventiva e aumento da vida útil de nossos acervos. Além disso, amplia as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho e na sociedade de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, permitindo-lhes o pleno exercício de seus direitos e deveres de cidadãos.

²⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

Foram higienizados: 12.457 prateleiras, 204.494 livros e 2.172.386 folhas de livros e documentos.

4.6.2.1.1.2 Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual

O projeto de higienização e acondicionamento de fotografias e negativos pertencentes ao acervo audiovisual da Câmara dos Deputados teve início em 2016. Um total de 123.133 fotogramas foram tratados em 2017.

4.6.2.1.1.3 Restauração

A restauração é um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, estabilização ou reversão de danos ocorridos aos bens culturais. Além de incluir os procedimentos de conservação, uma vez que esses dois aspectos estão interligados, atua especificamente nos valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, restituindo esses valores tanto quanto possível, fundamentando-se no respeito à originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação.

Foram restaurados cerca de 436 documentos, plantas arquitetônicas e livros, além de 43 objetos museológicos, entre presentes protocolares, telas, esculturas, vasos e mobiliário e dois painéis de grandes dimensões, de cerca de 280 metros quadrados, do artista Athos Bulcão.

4.6.2.2 Acervo arquivístico

O acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, reconhecido patrimônio documental e cultural brasileiro, é formado por documentos que datam da criação do Parlamento brasileiro, em 1823, quando do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil até os dias atuais. Reúne documentos produzidos pela Câmara dos Deputados e pelas diversas Assembleias Constituintes em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapa, microfilme, fotografias e outros, com destaque para os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Parte desse acervo já se encontra disponível no portal da Casa, por meio das abas “Atividade Legislativa” e “Transparência”.

A cada ano, parte desse acervo é eliminada conforme legislação federal e normas e instrumentos internos, bem como novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais. Foram eliminadas 4.959 e recebidas 3.554 caixas-arquivo, cuja capacidade de armazenamento é de 10 cm de largura. Tendo ocorrido uma significativa desocupação de espaço no depósito, com a ampliação em 1.405 caixas-arquivo a capacidade de recepção da área.

No âmbito das demandas originadas com a Lei de Acesso à Informação (LAI), ocorreram duas importantes ações da instituição no que se refere aos procedimentos de segurança relativos ao tratamento e à disponibilidade de seu acervo arquivístico. Foi publicado o “Manual de procedimentos para o tratamento da informação com restrição de acesso” e foi realizada campanha de sensibilização institucional sobre segurança da informação.

4.6.2.3 Acervo bibliográfico

A Câmara dos Deputados disponibiliza ao público, em dias úteis, das 9h às 18h30, a Biblioteca Pedro Aleixo, que oferece espaço para estudo e consulta ao acervo. Além disso, são oferecidos computadores com acesso à internet e sala equipada com *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

O acervo da Biblioteca, composto de aproximadamente 200.000 obras e 2.900 títulos de revistas, é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. A principal função da Biblioteca é subsidiar as atividades legislativas e parlamentares dos membros da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e as atividades administrativas de seus servidores.

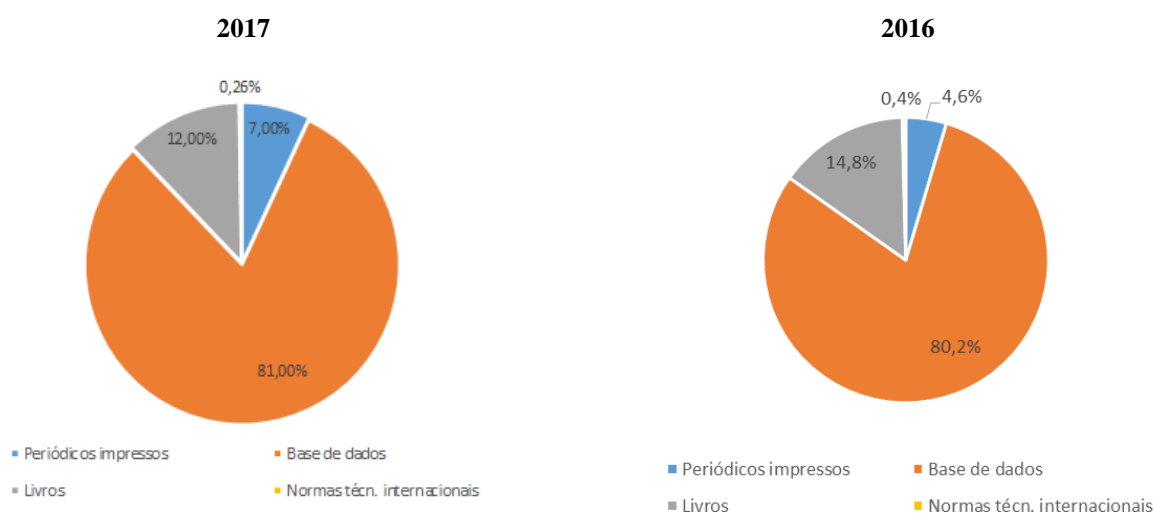
Tabela 35 – Movimento da biblioteca – 2017

Item	Quantidade
Circulação mensal de pessoas	19.376
Usuários cadastrados (parlamentares, servidores e prestadores de serviços)	5.968
Empréstimo de livros (facultado aos usuários cadastrados)	28.586
Empréstimo de livros para outras bibliotecas	3.993

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Biblioteca Aleph e Portal Eletromagnético.

Conforme já observado em relatórios dos anos anteriores, a tendência de migração da aquisição do material bibliográfico impresso para o digital vem crescendo gradativamente com o passar dos tempos, o que revela uma nova mudança de cenário na qual o mercado digital e seu público vem ganhando espaços cada vez maiores, o que, para as bibliotecas e centros de documentação, repercute de forma positiva, tendo em vista a economia de espaço físico para armazenamento do material, sustentabilidade na redução do uso do papel, bem como economia de recursos humanos com a redução da mão de obra especializada que seria necessária para o tratamento do material impresso.

Figura 28 – Comparativo de despesas com material bibliográfico – 2017 x 2016



Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da Câmara dos Deputados (Siorc).

4.6.3 Disseminação da informação

A Câmara dos Deputados tem empreendido esforços para digitalizar e microfilmar seus documentos, com o objetivo de ampliar a disseminação da informação e garantir a preservação do arquivo físico e a integridade dos dados em sua originalidade, para usufruto da sociedade e das gerações futuras.

Foram realizadas a digitalização de cerca 6.478.743 imagens de documentos históricos, bibliográficos e arquivísticos; a produção de 1137 microfimes, com cerca de 5.059.823 fotogramas de documentos da atividade legislativa, financeira e administrativa da Casa; e a publicação no site institucional de 449 edições do Diário da Câmara dos Deputados e seus suplementos, com total aproximado de 152.011 páginas disponibilizadas.

4.6.3.1 Documentos históricos

A riqueza do acervo histórico e a metodologia de tratamento adotada pela Câmara dos Deputados propiciaram o convite para que servidora desta instituição participasse da “XVII Semana Universitária da Universidade de Brasília”, ocorrido em outubro de 2017, sob a promoção da Faculdade de Ciência da Informação, com a palestra “O Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados do Brasil”.

4.6.3.2 Documentos bibliográficos

A **Biblioteca Digital**²⁶ da Câmara dos Deputados reúne conteúdos informacionais relevantes para as atividades legislativas. Seu acervo é disponível à comunidade em geral e abrange coleções editadas pela Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, valiosa produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento. Somente no ano de 2017, 942 documentos foram inseridos e disponibilizados ao público em geral, com acesso ao texto integral. Nesse mesmo período, registrou 151.065 pesquisas realizadas, sendo as obras mais acessadas:

- Constituição da República Federativa do Brasil em áudio;
- Constituição da República Federativa do Brasil em PDF/e-pub;
- Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- Lei n. 8.112, de 1990, em áudio;
- Legislação sobre Licitações e Contratos Administrativos em áudio.

4.6.3.2.1 Busca Integrada de Bibliografia (BIB)

Trata-se de uma ferramenta de alta tecnologia que integra informações de diversas bases de dados bibliográficas e apresenta ao usuário uma interface de consulta única, provendo acesso às informações de maneira ágil, simples, com critérios de relevância e oferecendo recursos que agregam valor à pesquisa bibliográfica.

Esse recurso foi implantado, em março de 2016, inicialmente para uso interno. A partir de 2017 será disponibilizado para toda a sociedade e unificará a pesquisa em todo o catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e nos acervos das bibliotecas digitais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ressalta-se que a ferramenta foi adquirida pela Câmara dos Deputados para ser compartilhada, também, com o Senado Federal em contrapartida ao uso do sistema de gerenciamento de bibliotecas (Aleph) pela Biblioteca da Câmara dos Deputados. Esse compartilhamento representou uma economia de recursos públicos, tendo em vista que a aquisição separada pelas duas Casas implicaria maiores gastos.

²⁶ Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

4.6.3.3 Produção editorial

Em 2017 foram lançadas 69 publicações, que incluíram novos títulos, novas edições e e-books.

A [livraria virtual](#)²⁷ da Câmara dos Deputados conta com mais de 13 mil clientes cadastrados. Apenas em 2017, foram vendidos mais de 36 mil livros. Os 5 títulos mais vendidos foram Constituição Federal, Código Civil, Legislação sobre licitações e contratos administrativos, Lei 8112/90 e LDB.

No *site* também são disponibilizadas gratuitamente as versões digitais de todos os livros da editora. Entre os livros mais baixados estão a Constituição Federal, o Regimento Interno, o Manual de Redação, A CPI do Sistema Carcerário e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com aproximadamente 60.000 *downloads* ao todo.

Em relação aos *e-books* da editora, destaca-se que foram realizados mais de 450 mil *downloads* nas lojas de livros digitais Google Play Livros, iBooks Store e Kobo Store. Há *e-books* da editora que figuram nas listas dos 20 livros mais baixados da Google Play.

²⁷ Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

5. RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

Ao longo dos anos, a Câmara dos Deputados vem empreendendo esforços no sentido de oferecer ao cidadão diferentes mecanismos de interação com a Casa e também de integrar as ferramentas ofertadas, e, conseqüentemente, os órgãos internos responsáveis por esses canais. Como resultado desse trabalho, em 2013, foi constituído o Comitê Gestor do Relacionamento – componente da estrutura de governança da Casa – que, desde 2014, consolida e apresenta os dados das iniciativas de relacionamento com a sociedade de todos os órgãos que o integram.

O resultado das interações dos cidadãos com esta Casa Legislativa por meio dos canais bilaterais e multilaterais de interação estão apresentados neste Capítulo. Os canais bilaterais compreendem o Fale Conosco do portal institucional, a Central 0800, o atendimento presencial e as mensagens recebidas por correspondência. Já os canais multilaterais são representados por mídias sociais e pelo portal e-Democracia, que oferece ferramentas de participação como audiências públicas interativas, e espaços para discussão e sugestões sobre proposições em tramitação. A diversidade de ferramentas ofertada pela instituição tem o objetivo de viabilizar oportunidades de interação aos diferentes segmentos sociais.

No que diz respeito ao relacionamento com a sociedade, 2017 marca o primeiro ano de operação do novo sistema informatizado de gestão do relacionamento, implantado em dezembro de 2016 e disponível no Fale Conosco da Câmara dos Deputados, em www.camara.leg.br/faleconosco. A contratação desse sistema foi resultado do projeto estratégico corporativo de Gestão do Relacionamento, que definiu o modelo de governança corporativa para o relacionamento na Casa – [Ato da Mesa n. 58, de 2013](#).

Na conclusão do projeto, a Câmara dos Deputados atingiu alguns de seus objetivos estratégicos, listados no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2014/2018 e relacionados à oferta de serviços de TIC que visam promover transparência, participação popular e interação com o cidadão, ou seja, que fomentem a aproximação da Casa com a sociedade. Também com o novo sistema, a Câmara tem atendido a duas diretrizes estratégicas estabelecidas para o período de 2012 a 2023: ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade, e fortalecer a participação da sociedade nos processos legislativo e de fiscalização e controle.

Trata-se de relevante conquista da instituição em prol da sociedade, visto que a nova plataforma proporciona integração dos órgãos que compõem a gestão do relacionamento na Casa, facilitando o monitoramento de prazos, a padronização dos atendimentos prestados, e a emissão de relatórios sistemáticos. Os dados que integram esse relatório são os primeiros gerados a partir do uso de um único sistema pelos órgãos que compõem a gestão do relacionamento.

Do ponto de vista do cidadão, o novo sistema traz uma série de benefícios, materializados em sua página personalizada no Portal da Câmara dos Deputados, tais como monitoramento do processo de atendimento às demandas registradas; histórico de solicitações realizadas com perguntas e respostas, que pode ser acessado a qualquer tempo de qualquer dispositivo. Além disso, o cidadão pode avaliar o atendimento.

5.1.1 Canais bilaterais de interação

O processo de atendimento ao cidadão, por meio dos canais bilaterais, é respaldado nos normativos relacionados à gestão do relacionamento na Câmara dos Deputados²⁸ que definem diretrizes e competências. A triagem de todas as demandas destinadas à Casa é realizada pela Central de Comunicação Interativa (CCI) – 0800/Fale Conosco, a quem compete analisar as mensagens registradas, responder às de sua competência e encaminhar as demais às áreas gestoras, de acordo com a tipologia. Cada área é incumbida de realizar os procedimentos necessários ao atendimento de suas demandas e responder ao cidadão.

No ano de 2017, destacaram-se as demandas do tipo “Lei de Acesso à Informação”, que compreendem solicitações de informação referentes às atividades legislativa, parlamentar, fiscalizatória e institucional da Câmara dos Deputados, respaldadas pela Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à informação – LAI).

Tabela 36 – Número de demandas atendidas, por tipo, em 2017²⁹

Tipo de demanda	Quantidade
Lei de Acesso à Informação	29.554
Solicitação	17.221
Manifestação	13.853
Atribuição Parlamentar (*) ³⁰	11.696
Sugestão Legislativa	2.032
Reclamação	880
Denúncia	117
Sugestão Administrativa	114
Elogio	94
Subtotal	75.561
Fora do Escopo (**) ³¹	10.298
Total	85.859

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

Observa-se que houve decréscimo de 20,1% em relação à quantidade de demandas atendidas no ano anterior que foi de 107.414. No entanto, é sabido que o ano de implantação de um novo sistema compreende certa adaptação tanto do ponto de vista institucional quanto do cidadão. Por outro lado, qualitativamente houve uma série de ganhos no que diz respeito ao tratamento às demandas, como o acompanhamento do atendimento de maneira global, em todos os órgãos envolvidos, bem como a identificação e eliminação de mensagens duplicadas³².

Novas terminologias foram definidas para conceituar e diferenciar demandas, como o desmembramento entre Sugestão Administrativa e Sugestão Legislativa, com o intuito de permitir atendimento diferenciado e específico a cada uma delas. Dessa forma, busca-se tanto um atendimento mais efetivo ao cidadão, quanto um melhor aproveitamento de conteúdo informacional, com vistas a contribuições mais efetivas ao processo legislativo, por meio da geração de relatórios e informativos sistemáticos a serem implementados.

²⁸ Ato da Mesa n. 58, de 2013, que apresenta diretrizes e competências da gestão do relacionamento na Câmara dos Deputados e nas Portarias n. 111, de 2013, e n. 260, de 2017, que dispõem sobre a criação do CGR e a designação de seus integrantes, respectivamente.

²⁹ Dados extraídos do sistema Prisma. Última extração realizada no dia 5 de janeiro de 2018, às 15h.

³⁰ Mensagens em que o cidadão solicita contato com um parlamentar em específico. Nesses casos, as demandas são encaminhadas às caixas postais políticas dos deputados indicados, conforme Portaria 96/2004, que disciplina a utilização do Serviço de Correio Eletrônico da Câmara dos Deputados. A resposta a essas mensagens é privativa do próprio parlamentar.

³¹ Na categoria “Fora do Escopo” estão agrupados pedidos de informação sobre outros órgãos da administração pública, mensagens não pertencentes à Câmara e demandas em que o atendimento não pode ser concluído, por exemplo, as ligações interrompidas.

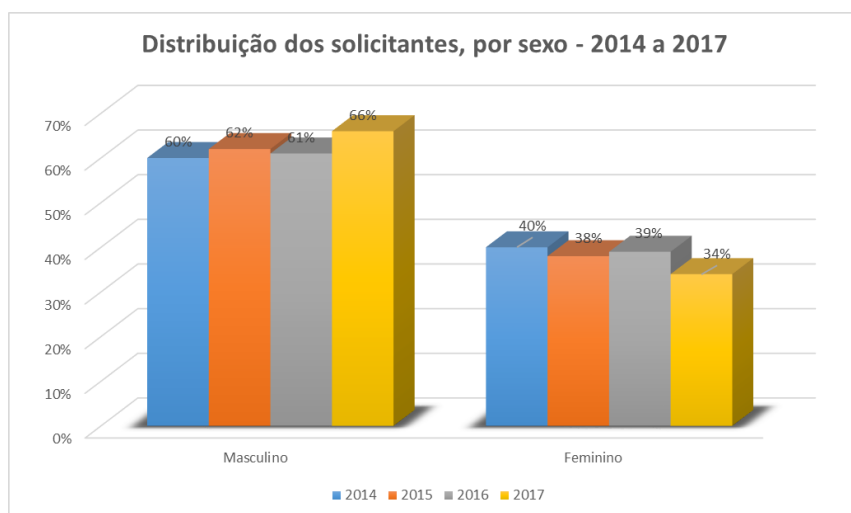
³² É necessário registrar, sobre as demandas de acesso à informação, que houve uma modificação em relação à sua contagem. No sistema utilizado anteriormente, essas demandas eram contabilizadas por macrotema, e cada demanda podia ser classificada com mais de um macrotema. Na plataforma atual, a contagem é feita por demanda, ou seja, mesmo que possua mais de um macrotema, é considerado um único registro, reduzindo, assim, a quantidade total.

Além disso, o impacto positivo da implantação do novo sistema à área-fim é inequívoco, visto tratar-se de canal utilizado para receber e responder manifestações e sugestões legislativas, contendo o posicionamento e as considerações da sociedade a respeito das proposições legislativas em tramitação, bem como sobre a atuação parlamentar dos deputados em exercício. Todo o conteúdo informacional obtido compõe um panorama da percepção do cidadão a respeito da Câmara dos Deputados, e destina-se à elaboração de produtos que possam contribuir para o melhor desempenho da atividade fim desta Casa.

É necessário considerar ainda que, com a entrada em vigor da LAI e do [Ato da Mesa n. 45, de 2012](#), houve necessidade de disponibilizar uma plataforma tecnológica para dar suporte às ações de gestão do relacionamento, pois o normativo determina o cumprimento de requisitos estritos.

A seguir, são apresentados dados sobre o perfil dos solicitantes que interagiram com a Câmara dos Deputados em 2017, de forma comparativa com anos anteriores, e o que pode-se inferir dessa participação. Destaca-se a inclusão de informações sobre escolaridade e ocupação, obtidas por meio do novo sistema.

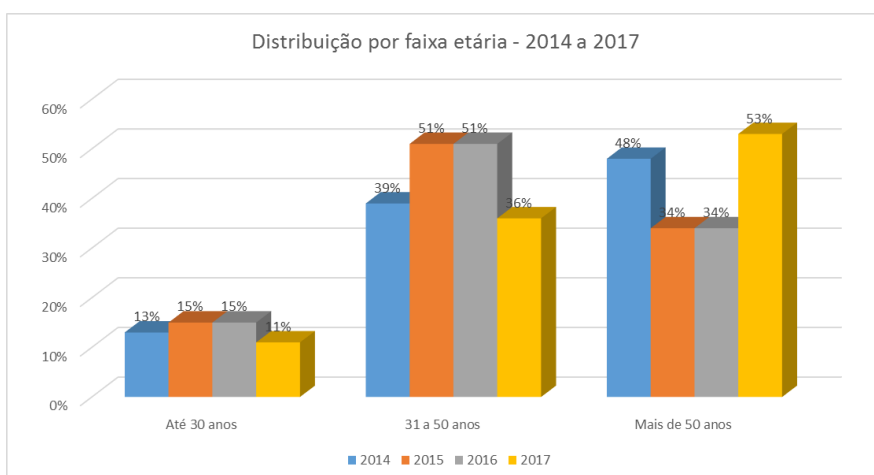
Figura 29 – Distribuição dos solicitantes, por sexo – 2014 a 2017



Historicamente, percebe-se maior participação masculina do que feminina. Em 2017, essa diferença entre as participações foi ainda maior.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

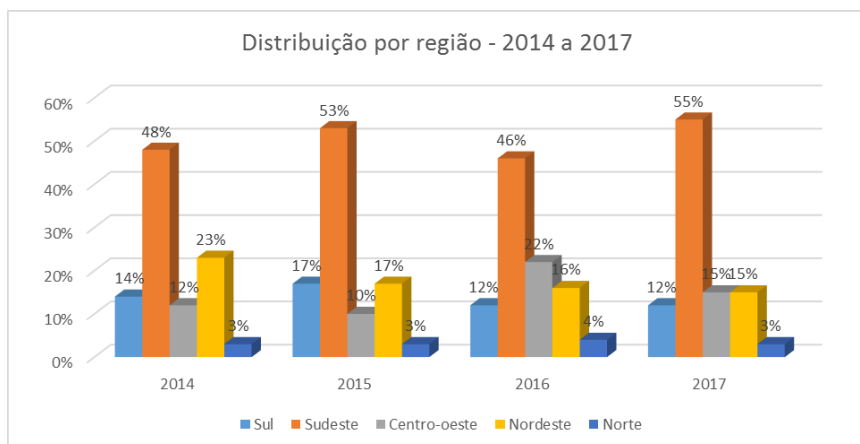
Figura 30 – Distribuição por faixa etária – 2014 a 2017



Em 2017, diferentemente dos dois últimos anos, houve uma participação mais expressiva dos cidadãos com mais de 50 anos.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

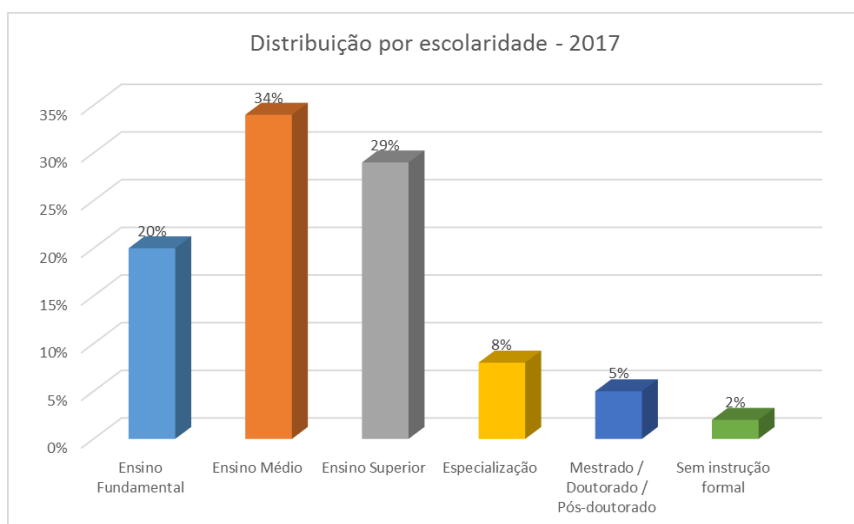
Figura 31 – Distribuição por região – 2014 a 2017



Como nos anos anteriores, a participação da região Sudeste continua superior às demais, embora ainda mais expressiva em 2017. Também se observa leve queda nas interações da região Centro-oeste, enquanto, historicamente, os números da região norte são pouco significativos.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

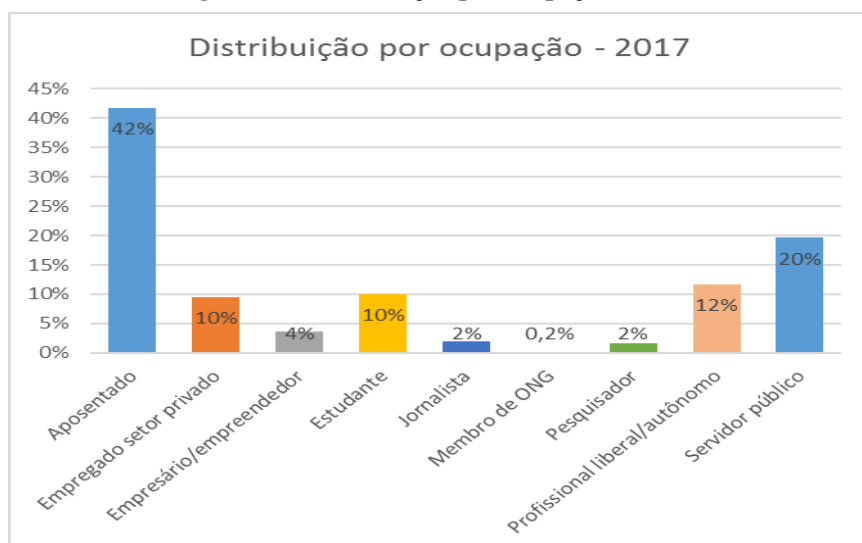
Figura 32 – Distribuição por escolaridade – 2017



Na distribuição por escolaridade, observa-se maior percentual de cidadãos com nível médio, seguido por indivíduos de nível superior.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

Figura 33 – Distribuição por ocupação – 2017



Na distribuição por ocupação, observa-se participação expressiva de cidadãos aposentados.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

5.1.2 Canais multilaterais de interação

A Câmara dispõe de diversas ações de interação multilateral, com objetivo de ampliar a transparência do processo legislativo e direcionar as contribuições originadas na participação popular aos parlamentares em exercício, de modo que possam considerar em suas decisões legislativas aspectos colocados em evidência pela sociedade, por intermédio de discussões virtuais.

5.1.2.1 Laboratório Hacker (LabHacker)

O LabHacker, normatizado pela [Resolução n. 49, de 2013](#), tem por finalidade promover ações de transparência e participação social no processo legislativo. O laboratório também é responsável pela governança do portal e-Democracia, uma plataforma de participação com múltiplas ferramentas, que amplia a transparência da atividade legislativa e a interação entre os parlamentares e a sociedade.

Ao longo de 2017, foram efetuados 61.380 cadastros no portal e-Democracia (<http://edemocracia.camara.leg.br/home>). Desses, 20.430 registros são de novos usuários. Somadas todas as interações, o portal do e-Democracia foi acessado 268.080 vezes. O portal agregou novas versões de algumas de suas ferramentas/funcionalidades de participação, descritas sucintamente a seguir:

- *Login* unificado – de modo que outras ferramentas de participação oportunas possam ser acopladas, desde que possuam acesso livre ao código-fonte e disponibilização de APIs.
- Personalização dos conteúdos – os conteúdos deixaram de ser organizados em Comunidades Legislativas para ser apresentados em raias diferenciadas por ferramentas de participação. O usuário pode configurar a exibição dos conteúdos participativos da plataforma conforme seus temas de preferência.
- Expressão – inovadora versão de fórum virtual que minimiza a pulverização da discussão por meio da apresentação de tópicos de discussão segundo critérios de recenticidade e relevância; de orientações preliminares à criação de tópicos; de sistema de notificação de semelhança com tópicos preexistentes; e da possibilidade de interações simples do usuário (curtir, favoritar e compartilhar).
- *Wikilegis* – além de um *design* mais fluido e atraente, o novo editor colaborativo de leis permite a inclusão de vídeos explicativos, por meio dos quais os deputados convidam à participação e descrevem os principais pontos do projeto de lei. Outra novidade é a integração com o sistema de tramitação das proposições legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), que incorpora na página do projeto de lei no *Wikilegis* informações sobre as fases do processo legislativo em que a proposição se encontra.
- Audiência pública interativa – ferramenta que promove a audiência e interação em tempo real com as audiências públicas. Numa nova versão da ferramenta, o *chat* foi separado do local para perguntas às autoridades presentes fisicamente à audiência pública. Agora as perguntas são ranqueadas pelos próprios internautas, de modo a organizá-las por ordem de relevância.

Para difundir a cultura da participação democrática e o desenvolvimento colaborativo de tecnologias que contribuam para o aprimoramento da transparência pública, o Laboratório Hacker promoveu a abertura do código do portal e-Democracia, disponibilizando-o na plataforma de compartilhamento [GitHub](#). Com isso, qualquer assembleia legislativa ou câmara municipal que tiver interesse poderá usar o código para ter seu próprio portal de interação com a sociedade.

5.1.2.2 Secretaria de Comunicação Social

No âmbito da Secom, reestruturada por meio do [Ato da Mesa n. 68, de 2013](#), foi criada a Coordenação de Participação Popular (CPP), que coordena as manifestações que chegam à Câmara dos Deputados por meios eletrônicos, mídias sociais e sistema 0800. As demandas (solicitações, críticas, elogios e sugestões) recebidas por esses canais são respondidas nas próprias ferramentas ou, a depender da complexidade, o usuário é direcionado ao órgão gestor da tipologia indicada. Os números relacionados à interação da sociedade, em 2017, estão apresentados na figura abaixo.

Figura 34 – Interação da sociedade na Secom – 2017



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

As ferramentas disponíveis para interação digital são:

- ✓ **Comentários nas reportagens:** possibilita a participação dos cidadãos por meio de comentários nas matérias do [portal Câmara Notícias](#). Em 2017, as matérias referentes ao projeto que regulamenta o manejo e controle da caça no Brasil ([PL 6.268/16](#)) recebeu 1.546 comentários e à aprovação de permissão para habilitação específica para veículo com câmbio automático ([PL 7.746/17](#)), com 619 comentários, foram destaques durante o ano.
- ✓ **VideoChat:** trata-se de programa cujo objetivo é esclarecer dúvidas dos cidadãos acerca de matérias em discussão na Câmara e que despertam o interesse do público. Os vídeos são transmitidos ao vivo pelo *YouTube* e gravados no estúdio da TV Câmara. Simultaneamente, os vídeos podem ser compartilhados nas redes sociais tanto pelo deputado quanto pelos cidadãos que participam do *chat*, por meio do aplicativo utilizado pelo e-Democracia.
- ✓ **Disque-Câmara:** atendimento telefônico gratuito (0800) para o cidadão encaminhar solicitações, críticas, elogios e sugestões. As demandas recebidas são tratadas e concluídas diretamente, no atendimento, ou, a depender da complexidade, o cidadão é direcionado à áreas gestora competente. Quando o Plenário da Câmara se reúne em Comissão Geral, o internauta pode acessar a sala interativa do [portal e-Democracia](#) e enviar suas manifestações, que são divulgadas ao vivo na TV Câmara e encaminhadas aos deputados.

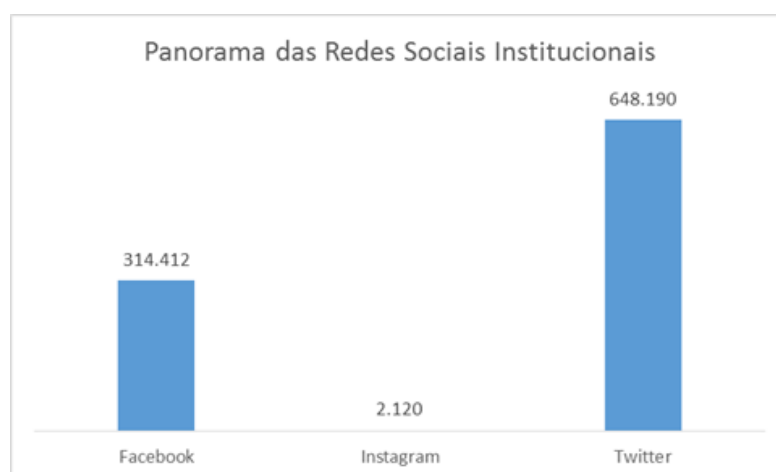
5.1.2.3 Redes Sociais

Esses meios vêm-se afirmando com cada vez mais força como essenciais (e com imenso potencial para ser explorado) para fortalecer a interação entre Estado e sociedade. Em 2015, os dois principais canais da Câmara dos Deputados nas mídias sociais se unificaram: no Twitter e no *Facebook*, o conteúdo das *fanpages* “CamaraNoticias” foi integrado ao endereço “CamaraDeputados” e a gestão de mídias sociais da Secom passou à Coordenação de Divulgação Institucional.

Em face da relevância do tema e visando aperfeiçoar esse relacionamento a Câmara criou a Coordenação de Interação Digital vinculada à Assessoria de Projetos e Gestão, de acordo com o [Ato da Mesa n. 203, de 2017](#), decorrente do Projeto Corporativo de modernização das Redes Sociais

A Coordenação passou a desenvolver as seguintes atividades: coordenação de campanhas e ações feitas pela Câmara com linguagem e visual compatível e para perfis institucionais; monitoramento de dados relativos a esses perfis em redes sociais; prospecção, em parceria com o LabHacker, de redes sociais e de ferramentas tecnológicas de interação digital com potencial corporativo; e a definição da estratégia de relacionamento com o usuário e de publicação de postagens em perfis institucionais em redes sociais da Câmara, em especial nas contas corporativas.

É necessário destacar os canais institucionais nas redes sociais:



Fonte: Coordenação de Interação Digital.

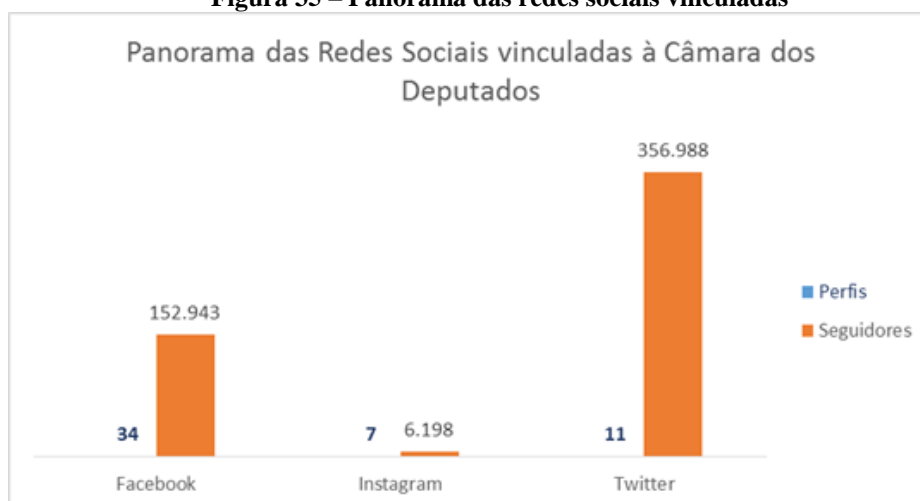
- *Facebook* – No início do ano a página oficial da instituição contava com 217.472 seguidores. Em 31 de dezembro houve aumento de 45% nesse total, fechando o ano com 314.412 seguidores. A estratégia de atividades para essa rede é informar a população, mediante linguagem mais acessível e apoio de imagens lúdicas e vídeos, sobre os resultados dos trabalhos legislativos das comissões e do Plenário. Informações sobre a instituição, esclarecimento sobre palavras e expressões típicas do linguajar legislativo também fazem parte das ações que visam aumentar a transparência e fortalecer a participação da sociedade.

- *Twitter* – Essa rede social é a mais antiga em atividade e com maior número de seguidores, registrando em 31 de dezembro 648.190 seguidores. Sua principal característica é a agilidade da divulgação de fatos ocorridos nas comissões e no Plenário. Os temas tratados na Câmara são apresentados por meio de links para matérias elaboradas pelo corpo técnico e jornalístico da Casa para instruir a população corretamente, sem juízo de valor.

- *Instagram* – Foi aberta, em outubro de 2017, uma conta institucional. A proposta da estratégia de comunicação para esse canal é atrair a parcela mais jovem da população (nas outras redes a faixa etária que prevalece é de 25 a 55 anos) e mostrar, por meio de fotos, visões diferenciadas da instituição, bem como o olhar do cidadão sobre a instituição e seu parque arquitetônico. A conta é abastecida principalmente de modo colaborativo, utilizando fotos públicas marcadas com #tonacamara, bem como fotos produzidas especialmente pela equipe da coordenação e do banco de imagens da Câmara dos Deputados. Atualmente possui 2.120 seguidores.

Além desses canais institucionais, existem também outros canais vinculados à Câmara, conforme figura abaixo:

Figura 35 – Panorama das redes sociais vinculadas



Fonte: Coordenação de Interação Digital.

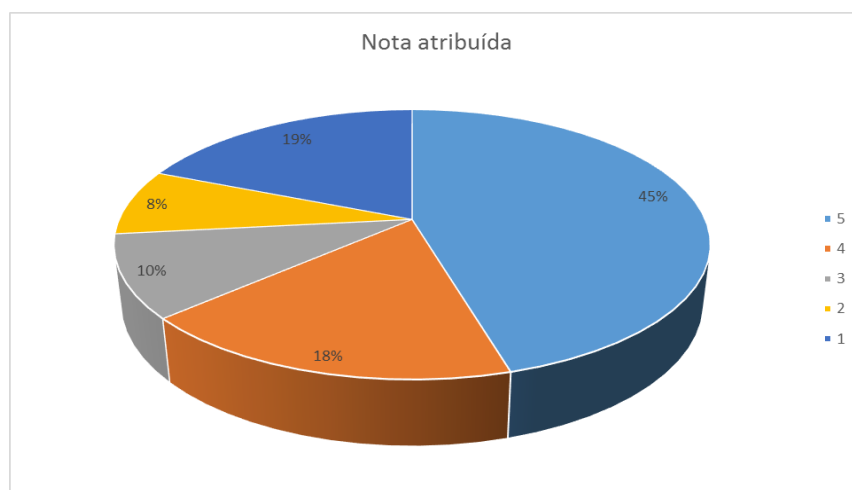
Atualmente, existem 34 perfis no *Facebook* vinculados com a instituição que versam sobre atuação parlamentar de comissões, de órgãos da Mesa, prestação de serviços à população, distribuição de conteúdo jornalístico, educação política para crianças e jovens. No *Instagram* são 7 perfis que reforçam e muitas vezes replicam o conteúdo já distribuído no *Facebook*. No *Twitter*, são 11 perfis, com atuação predominante dos conteúdos jornalísticos.

5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Uma das funcionalidades do novo sistema informatizado de gestão do relacionamento é o envio de questionário de satisfação ao usuário, tão logo o atendimento é finalizado. Dessa forma, ao longo de 2017, foi possível iniciar a aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários de modo estruturado, integrado e sistemático. Anteriormente esses dados eram obtidos por meio do recebimento de críticas, elogios e sugestões enviadas pelos cidadãos e também a partir dos dados de satisfação com os veículos de comunicação da Câmara. De todo modo, essa aferição é espontânea – depende do interesse e disponibilidade do cidadão em responder – e ainda está em implantação, com avaliação, entre outros pontos, das perguntas realizadas. Em 2017, apenas os usuários que encaminharam demandas do tipo “Lei de Acesso à Informação” foram convidados a responder a pesquisa.

No questionário enviado, o cidadão pode, por exemplo, atribuir uma nota que vai de 1 (totalmente insatisfeito) a 5 (totalmente satisfeito), além de permitir o registro de um comentário. A seguir, apresentam-se alguns dados de satisfação consolidados no ano de 2017:

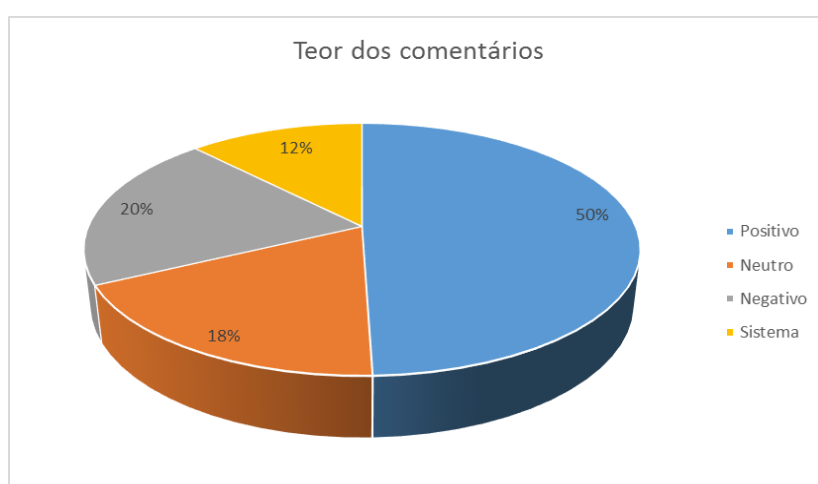
Figura 36 – Nota atribuída



63% dos cidadãos atribuíram notas 5 (45%) ou 4 (18%) ao atendimento prestado pela Câmara.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

Figura 37 – Teor dos comentários



Em relação ao teor dos comentários, 50% foram positivos, ou seja, os cidadãos tiveram uma percepção positiva em relação à qualidade do atendimento específico à demanda respondida.

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

As percepções dos usuários em relação ao atendimento da Câmara dos Deputados obtidas por meio dos questionários de satisfação têm o propósito de ser utilizadas, continuamente, como elementos para elaboração de novos conteúdos e implantação de aprimoramentos no relacionamento com a sociedade.

5.3 Mecanismos de Transparência das Informações na Câmara dos Deputados

Este item apresenta o caminho de acesso às informações referentes à atuação da Câmara dos Deputados, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, localizadas no portal na internet, bem como suas ações de transparência.

5.3.1 Portal da Câmara dos Deputados

O portal³³ da Câmara dos Deputados reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados, promover a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferecer mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação. São ofertados serviços e conteúdos que reforçam o compromisso da instituição com a transparência na divulgação das informações de interesse público. Entre eles, destacam-se os seguintes:

Quadro 28 – Portal da Câmara dos Deputados

	Nome do serviço e URL da página	Descrição
1.	Acesso a informação http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/	Atendimento e acesso às informações da Câmara disponíveis ao cidadão, com base na Lei de Acesso à Informação.
2.	Boletins eletrônicos http://www2.camara.leg.br/transparencia/sispush	Informações atualizadas sobre a atuação dos deputados, proposições e notícias, enviadas ao cidadão por e-mail.
3.	Comissões http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes	Informações sobre as atividades das comissões da Câmara, tipos, composição, reuniões, votações, notícias e outros conteúdos.
4.	Comunicação http://www2.camara.leg.br/camaranoticias	Serviços, notícias e conteúdos multimídia produzidos pelos veículos de comunicação da Câmara: Câmara Notícias , TV e Rádio . Nessa área também há informações para jornalistas, Assessoria de Imprensa .
5.	Conheça os deputados http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa	Informações sobre a biografia dos deputados e sua atuação parlamentar na Câmara.
6.	Cota para o exercício da atividade parlamentar http://www2.camara.gov.br/transparencia/cota-para-exercicio-da-atividade-parlamentar	Informações sobre a utilização da cota para o exercício da atividade parlamentar.
7.	Dados abertos https://dadosabertos.camara.leg.br/	Dados brutos em formato aberto para utilização em aplicações digitais.
8.	Demonstrações e procedimentos contábeis http://www2.camara.leg.br/transparencia/receitas-e-despesas/gestao-fiscal-orcamentaria-e-financeira/informacoes-contabeis	Informações, demonstrativos e relatórios sobre contabilidade pública da Câmara dos Deputados.
9.	Discursos http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas	Consulta aos discursos, pronunciamentos e notas taquigráficas registradas em Plenário ou nas comissões da Casa.
10.	Educação para a democracia http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/educacao-para-a-democracia	Divulgação de programas de estágio para universitários, cursos presenciais e a distância para cidadãos, visitação pedagógica e jornadas presenciais, entre outras iniciativas.
11.	Gestão na Câmara http://www2.camara.gov.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/	Informações sobre gestão na Câmara dos Deputados, incluindo gestão de recursos humanos, administrativa, estratégica, e estatísticas dos trabalhos legislativos.
12.	Histórico de movimentação parlamentar http://www2.camara.gov.br/deputados/historico-de-movimentacao-parlamentar	Informações sobre mudanças ocorridas nos mandatos parlamentares, como filiação partidária e participação em comissões.
13.	Imóveis funcionais e auxílio-moradia http://www2.camara.gov.br/transparencia/imoveis-funcionais	Informações sobre a ocupação dos imóveis funcionais e auxílio-moradia oferecidos pela Câmara dos Deputados.
14.	Laboratório Hacker (LabHacker) http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/diretorias/diretoria-geral/estrutura-1/copy_of_laboratorio-hacker	Promoção de ações colaborativas visando ao aprimoramento da transparência legislativa e da participação popular.

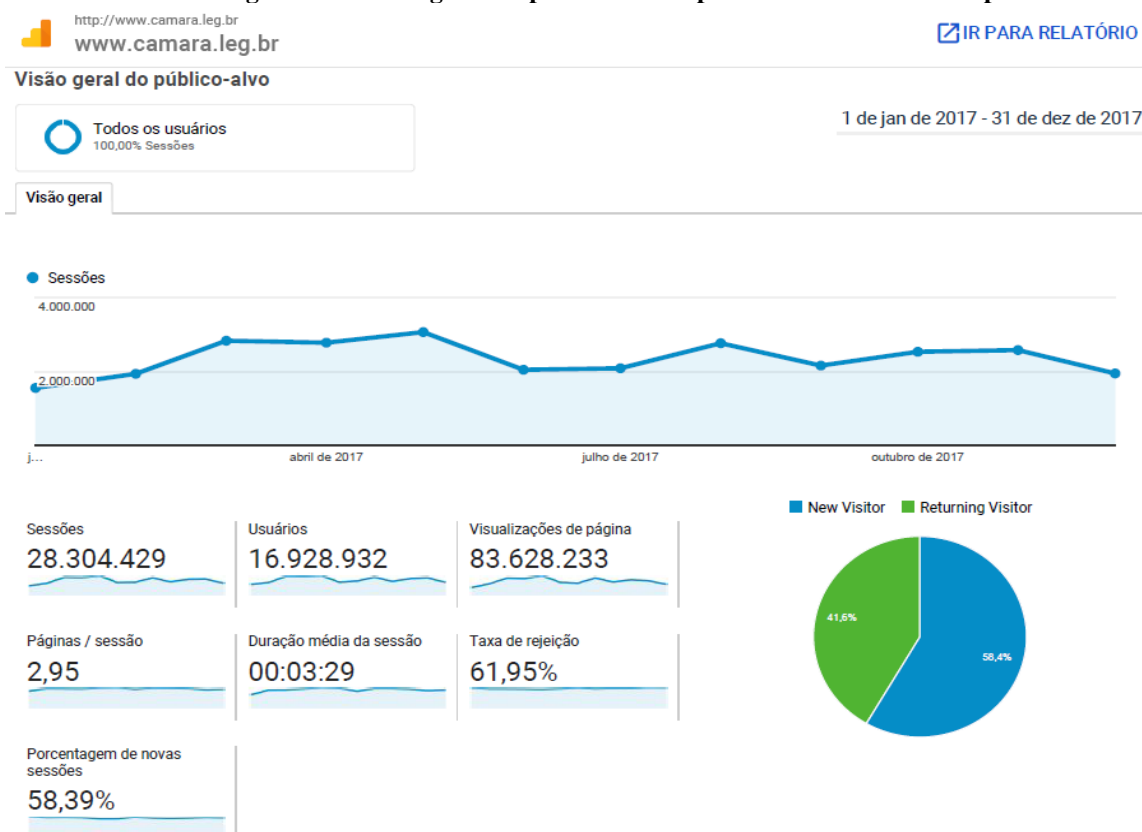
³³ Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 8 fev. 2018.

Nome do serviço e URL da página		Descrição
15	Legislação federal e interna http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao	Pesquisa de legislação federal e interna (Constituição, Regimento e outras normas).
16	Licitações e contratos http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes	Informações sobre licitações em andamento e realizadas pela Câmara dos Deputados (editais, contratos e obras).
17	Orçamento da União http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias	Consultas e relatórios sobre processo de elaboração, execução, fiscalização e controle legislativo do Orçamento da União.
18	Orçamento da Câmara http://www2.camara.leg.br/transparencia/receitas-e-despesas/despesas/despesas-consolidadas	Informações sobre dotação e execução orçamentária da Câmara dos Deputados.
19	Papel e história da Câmara http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca	Funcionamento da estrutura político-administrativa da Câmara dos Deputados, informações históricas e principais atribuições.
20	Participação https://www2.camara.leg.br/participe/a-participacao-na-camara	Divulgação dos principais instrumentos de participação oferecidos pela Câmara à sociedade: debates no e-Democracia , eventos na Câmara , redes sociais , Fale com o Deputado , Fale Conosco e Sugira um projeto .
21	Plenário http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario	Informações sobre as atividades do Plenário: agenda, pauta, presença nas sessões e resultado das votações.
22	Processo legislativo http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/processolegislativo/	Informações sobre o funcionamento do processo legislativo em geral.
23	Programas institucionais http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais	Página institucional para divulgação dos programas de educação para a cidadania, formação para o trabalho, responsabilidade social e ambiental, cooperação técnica e participação popular promovidos pela Câmara.
24	Projeto de lei de iniciativa popular http://www2.camara.leg.br/participacao/sugira-um-projeto	Serviço que possibilita à sociedade apresentar projetos de lei à Câmara dos Deputados, conforme art. 61, § 2º, da Constituição Federal.
25	Proposições legislativas http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada	Pesquisa sobre proposições legislativas e sua tramitação na Casa.
26	Publicações e acervos http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa	Consulta a publicações e documentos do Arquivo da Câmara e do acervo da Biblioteca , além de acesso a boletins administrativos , diários e anais , estudos e notas técnicas , compilações de temas em destaque e à Livraria da Câmara .
27	Recursos humanos http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos	Informações sobre concursos e quadro de pessoal da Câmara dos Deputados (deputados, servidores e profissionais contratados): nome, lotação, remuneração e contracheques.
28	Relatórios de gestão e de auditoria de gestão http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara	Acesso aos relatórios de gestão e de auditoria de gestão da Câmara dos Deputados.
29	Transmissões (WebCâmara) http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/webcamara/ Disponível também pelo canal da Câmara no YouTube	Serviço de transmissão em áudio e vídeo das sessões e reuniões da Câmara dos Deputados.
30	Viagens em missão oficial http://www2.camara.gov.br/transparencia/viagens-em-missao-oficial	Informações sobre as viagens em missão oficial realizadas por servidores e parlamentares.
31	Visitação ao Congresso Nacional http://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara	Programa de Visitação Institucional ao Congresso Nacional.

Fonte: Comitê Gestor do Portal.

Em 2017, o portal da Câmara recebeu mais de 28 milhões de visitas, conforme se observa na figura abaixo. Os relatórios estatísticos podem ser acessados na área [Sobre o Portal/Estatísticas](#).

Figura 38 – Visão geral do público-alvo – portal da Câmara dos Deputados



Fonte: Comitê Gestor do Portal.

5.3.1 Ações de transparência

Com o objetivo de ampliar continuamente sua aderência aos requisitos da LAI, em 2017, a Câmara dos Deputados implantou aprimoramentos em seu portal institucional, visando a transparência ativa, que foram resultado do projeto corporativo Conformidade do Portal com a LAI.

Como nos anos anteriores, no quinto ano de vigência da norma, também foi apresentado o Relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação, do período de 1/5/2016 a 30/4/2017. O documento está disponível na área de [Transparência](#)³⁴ do Portal da Câmara dos Deputados. Para esclarecer os principais pontos da lei e as diversas formas de acesso a informações na Casa, a Câmara disponibiliza a Cartilha do Cidadão, que pode ser consultada no [portal](#)³⁵.

³⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/acesso-a-informacao/relatorios-2>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

³⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/cartilha-do-cidadao-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

Os números consolidados das solicitações de acesso à informação, distribuídas mensalmente de acordo com o macrotema, para o ano de 2017, estão na tabela a seguir.

Tabela 37 – Distribuição mensal das demandas LAI por macrotema

Macrotema	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Atividade legislativa	59	184	328	353	368	224	211	503	375	413	243	182	3.443
Constituinte	2	6	5	6	3	2	3	12	15	13	7	7	81
Deputado	822	440	677	414	583	439	469	709	606	625	485	418	6.687
Informação bibliográfica	17	17	14	17	23	27	23	26	29	26	31	17	267
Institucional	507	815	1.126	965	1.140	1.280	988	1.259	1.316	1.299	1.148	944	12.787
Legislação	83	35	53	33	73	68	70	99	62	101	103	98	878
Orçamento da União	9	17	22	11	22	19	37	24	17	29	36	35	278
Proposição	276	405	591	519	675	488	410	537	467	550	476	476	5.870
Total	1.775	1.919	2.816	2.318	2.887	2.547	2.211	3.169	2.887	3.056	2.529	2.177	30.291³⁶

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão.

Observa-se, no que diz respeito ao Serviço de Informação ao Cidadão, que as categorias mais solicitadas são: “institucional”, com demandas sobre, por exemplo, estrutura e funcionamento da Câmara; “deputado”, com solicitações sobre dados de deputados, individualizados e identificados, e o desempenho de suas atividades no exercício do mandato; “proposição”, com requerimentos de informação sobre matérias deliberadas ou sujeitas à deliberação na Câmara dos Deputados e em suas comissões, e sobre tramitação.

³⁶ Esse total se refere às demandas contabilizadas por macrotema e não por registro. Como uma demanda pode ser classificada em mais de um macrotema, esse total é superior à quantidade de demandas de “Lei de Acesso à Informação” contabilizadas em 2017, que, como já informado, foi de 29.554.

5.3.1.1 Cota para o exercício da atividade parlamentar

A cota para o exercício da atividade parlamentar (Ceap) é uma cota única mensal destinada a custear os gastos dos deputados exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar.

O [Ato da Mesa n. 43, de 2009](#), detalha as regras para o uso da Ceap. O valor máximo mensal da cota depende da unidade da federação que o deputado representa. Essa variação ocorre pelo valor das passagens aéreas de Brasília ao estado que o deputado representa. A tabela completa, para todas as unidades da federação, com os limites mensais da cota por deputado, encontra-se disponível no anexo ao referido ato da Mesa.

No portal da Câmara dos Deputados, a [página](#)³⁷ da cota para o exercício da atividade parlamentar foi reformulada para cumprir o que está previsto na Lei de Acesso à Informação, permitindo ao cidadão uma pesquisa mais completa dos gastos dos deputados mediante uso da cota. O novo sistema, chamado Controle Cidadão, permite, por exemplo, pesquisar vários deputados ao mesmo tempo, por um período de tempo ampliado, e escolher um ou mais tipos de despesa. Os resultados podem ser agrupados por mês, por deputado, partido, unidade da federação e até pelo CNPJ das empresas que prestaram serviços aos parlamentares. Estão disponíveis na página 22 tipos diferentes de busca.

Os documentos comprobatórios desses gastos são digitalizados e podem ser acessados no mesmo endereço eletrônico. Além disso, é possível, também, acessar o serviço [Dados abertos – cota parlamentar](#), que disponibiliza arquivos em 4 formatos (XML, JSON, CSV e XLSX) compactados para *download* contendo dados relativos aos gastos parlamentares registrados na Câmara dos Deputados desde o ano de 2009.

Em 2017, como parte de ação estratégica vinculada ao Projeto Corporativo de Modernização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – Ceap, foram implementadas mudanças no Sistema de Gestão de Cotas e Serviços – CotasNet, objetivando dar celeridade ao processo de reembolso de despesas realizadas pelos Deputados por meio da cota parlamentar, bem como reduzir o gasto com papel e impressão.

Dentre as principais alterações, vale mencionar as seguintes:

a) consulta automática à base de dados da Receita Federal – Cadastro do CNPJ para pesquisar a situação cadastral de empresas e a atividade econômica dos prestadores de serviço e fornecedores de bens/produtos;

b) consulta direta de notas fiscais eletrônicas nacionais e de alguns estados com preenchimento dos dados da nota e disponibilização da imagem do documento no sistema;

c) cadastro dos contratos de locação de máquinas e equipamentos e de veículos, com disponibilização da imagem no sistema não sendo mais necessários a impressão e o envio mensalmente para a Coordenação de Gestão de Cota Parlamentar, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade; e

d) consulta aos dados da Tabela Fipe nas locações de veículos realizada diretamente no sistema com retorno do valor de mercado do veículo.

Além disso, buscando aprimorar o controle dos gastos da Ceap, foram feitas alterações no [Ato da Mesa n. 43, de 2009](#), destacando-se dentre elas o normativo que limitou a doze meses o período de locação ou fretamento do mesmo veículo automotor, para fins de reembolso pela cota parlamentar ([Ato da Mesa n. 199, de 2017](#)).

³⁷ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/cota-parlamentar/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

O Controle Cidadão vai ao encontro do direito fundamental de acesso à informação, previsto nos arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II, e 216, § 2º, da Constituição Federal. Ademais, o novo sistema fortalece a transparência ativa da Câmara dos Deputados, exigida pelo art. 8º da Lei de Acesso à Informação, na medida que a Casa disponibiliza seus dados independentemente de requerimento. Desse modo, a sociedade civil pode acompanhar facilmente a utilização dos recursos públicos pelos deputados.

5.4 Outras Ações de Interação da Câmara dos Deputados com a Sociedade

Algumas ações realizadas em 2017 merecem destaque por buscar ampliar a visibilidade do Legislativo junto aos cidadãos e a interação com a sociedade.

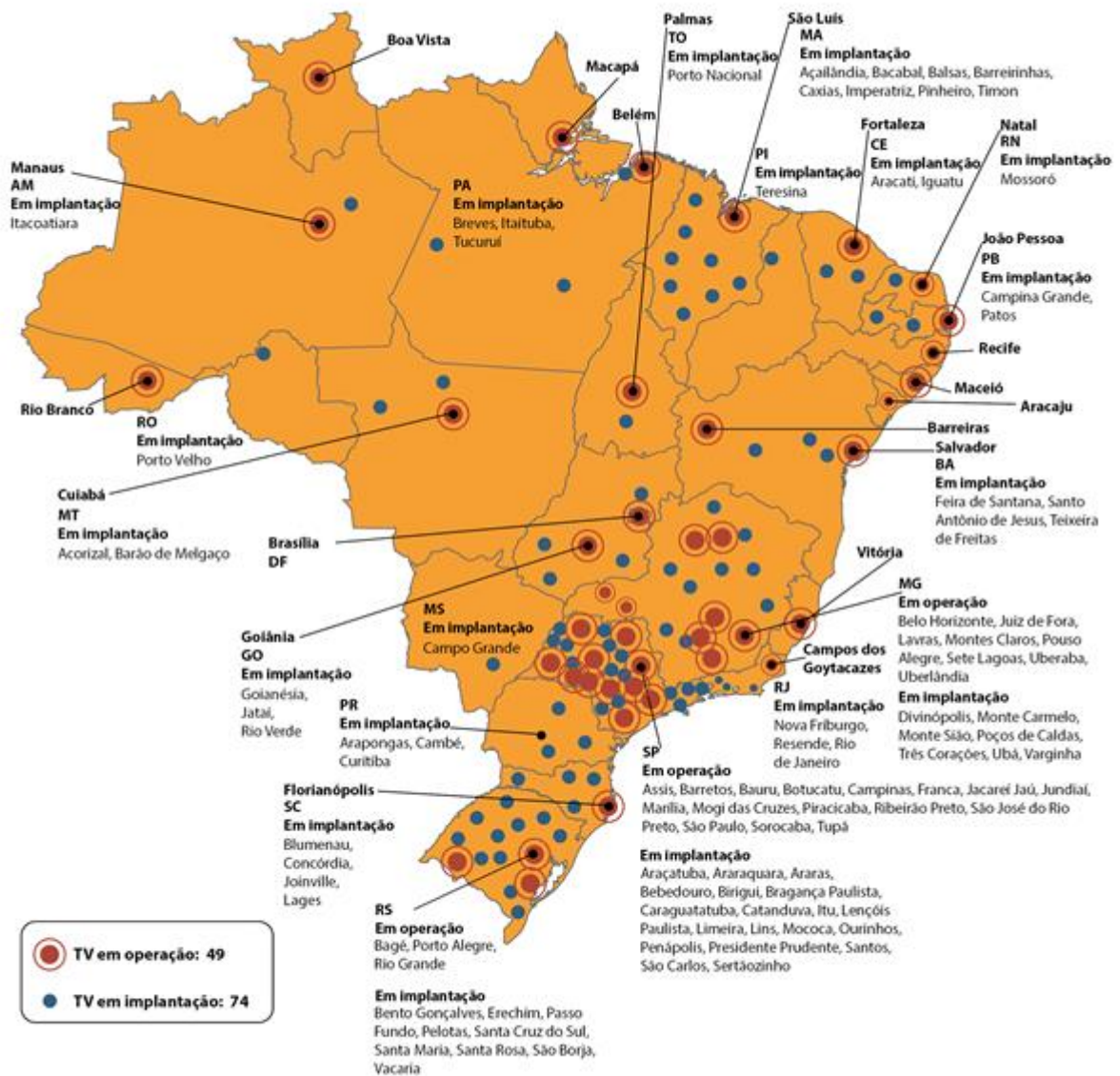
5.4.1 Rede Legislativa de Rádio e TV

Dando continuidade às ações para divulgar as atividades parlamentares ao maior número de brasileiros, a Rede Legislativa de TV Digital já é uma realidade em vinte e duas capitais: Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia, Florianópolis, Palmas, Vitória, Natal, Salvador, João Pessoa, Recife, Macapá, Manaus, São Luís, Boa Vista, Rio Branco, Belém, Maceió e Aracaju.

Entre as capitais em que o Senado Federal, parceiro da Câmara na Rede Legislativa, está responsável pela implantação, a do Rio de Janeiro avançou com a obtenção da autorização ambiental do ICMBio e com o início das obras para que o abrigo receba os equipamentos. Também há sinalização para implantação dos sistemas de TV digital nas capitais Campo Grande e Porto Velho em 2018, restando apenas Curitiba e Teresina ainda sem previsão de implantação.

Além das capitais, a Rede Legislativa de TV Digital expande-se pelo interior do país. Em 2017, foram inaugurados os canais de Bagé e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e de Lavras e Juiz de Fora, em Minas Gerais. Ao todo, a Rede Legislativa de TV Digital possui 49 transmissores, a maior parte instalada em regiões metropolitanas. Cerca de 300 cidades em todo o país recebem o sinal da Rede Legislativa de TV Digital.

Figura 39 – Cobertura da rede legislativa de TV



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Já a Rede Legislativa de Rádio fechou 2017 com mais uma operação, em Teixeira de Freitas, Bahia. São, portanto, cinco cidades com cobertura da rede legislativa de rádio: Brasília/DF, Cuiabá/MT, Bauru/SP, Pouso Alegre/MG e Teixeira de Freitas/BA. A licitação de transmissor de rádio para a cidade de Salvador foi realizada no dia 4 de janeiro de 2018.

Para divulgar as ações dos trabalhos da Rede Legislativa, foi criada a [página](#)³⁸ Rede Legislativa de TV e Rádio, na qual as câmaras municipais podem ter acesso à legislação, a notícias e a um manual de como participar da rede. As figuras abaixo detalham essa cobertura.

Figura 40 – Cobertura da rede legislativa de rádio



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Figura 41– Rede legislativa de rádio e TV



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

³⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

5.4.2 Divulgação da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados

A divulgação da atividade parlamentar é feita pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados – TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara, Jornal da Câmara e portal Câmara Notícias. A figura abaixo, apresenta os números de exibições da TV Câmara cuja programação funciona 24 horas por dia.

Figura 42 – TV Câmara em números



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Os telejornais da TV Câmara veicularam cerca de 1.450 matérias, além de 252 links ao vivo, em sua edição matutina, e 1.352 matérias e 80 links ao vivo, em sua edição noturna. As 326 edições dos telejornais da Câmara são ainda reeditadas e transformadas na edição semanal do *Revista da Câmara*, um painel dos fatos mais importantes que ocorreram na Câmara durante a semana, totalizando 43 edições. Ainda no fim de semana, a TV Câmara veicula o programa *Fatos e Opiniões*, com foco nos principais acontecimentos do Plenário Ulysses Guimarães, destacando as votações e os debates da semana, totalizando 40 edições.

Os programas da TV Câmara ganharam mais espaço nas mídias sociais, mediante transmissão ao vivo pelo *Facebook* e *YouTube*. Com o engajamento dos programas na rede, houve um incremento da participação do cidadão em edições com debates como os programas *Participação Popular*, *Expressão Nacional* e *Câmara Ligada*. No ano, foram registradas 1.043 participações de deputados em 1.059 programas inéditos.

Destaca-se a participação de 340 parlamentares dos mais variados partidos no programa *Palavra Aberta*, bem como de 292 deputados no programa *Câmara Debate*. O programa *Expressão Nacional*, realizado com a presença de dois deputados e dois especialistas para debate dos grandes temas nacionais, teve 45 edições inéditas, contando com a participação de 95 parlamentares. Voltado para o público jovem, o programa *Câmara Ligada* teve 12 edições e contou com mais de 1.100 estudantes de 24 instituições de ensino na plateia, em sua maioria escolas

da rede pública de ensino de 13 regiões administrativas do DF, além da participação de deputados, ao vivo ou gravada. O programa *#Ocupação*, também voltado para o público jovem, teve 10 edições inéditas e contou com a participação de 17 deputados e de dezenas de universitários representando várias regiões e ideologias. O programa *Brasil Caipira*, por sua vez, além de apresentar duplas de música de raiz, informa sobre temas rurais em discussão na Câmara, sempre com participação de deputados ligados ao setor. Foram produzidas 52 edições inéditas, com participação de 186 parlamentares em entrevistas gravadas e exibidas durante o programa.

Ainda em 2017, a TV Câmara aproximou sua programação da população. Levou a três municípios brasileiros a produção ao vivo do programa semanal *Participação Popular*. Em setembro, a atração foi realizada em Goiânia, Goiás, para mostrar os 30 anos da tragédia do Césio 137. Em outubro, foi até Mariana, Minas Gerais, para abordar os dois anos da tragédia com a barragem do Rio Doce, e fechou o ano em Sobral, Ceará, mostrando um projeto bem-sucedido de educação. Além disso, o programa *Participação Popular* realizou outras 52 edições inéditas com temas sobre saúde e assuntos voltados à política social, com propostas de mudanças nas leis e de polarização política da sociedade. O programa contou com a participação de 68 deputados, sendo 12 presenciais, ao vivo no estúdio, e 56 entrevistas por telefone ou webcam, direto do estado do parlamentar.

As figuras abaixo representam a produção da Rádio Câmara, as transmissões da Câmara no YouTube e os dados do Portal Câmara Notícias.

Figura 43 – Câmara em números – Rádio, Youtube e Portal Câmara Notícias



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

5.4.3 Divulgação institucional e apoio a eventos

A Câmara dos Deputados não dispõe de contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda. Existe uma equipe própria lotada no Serviço de Publicidade do Departamento de Relações Públicas e Divulgação da Secom, responsável por desenvolver as campanhas institucionais (informativas e de conscientização) voltadas aos públicos interno e externo, além de outras ações relacionadas à divulgação dos eventos realizados pelos diversos órgãos da Casa.

A Câmara dos Deputados mantém uma estrutura específica que viabiliza a realização de eventos nas suas dependências – da reserva do espaço à divulgação, passando por cerimonial e protocolo, fornecimento de serviços de infraestrutura, entre outras ações.

Esses eventos, promovidos pelo quadro parlamentar e administrativo da Casa, consistem em atos públicos, seminários, congressos, simpósios, conferências, fóruns, encontros, exposições artísticas e manifestos culturais, lançamentos de publicações e de campanhas, visitas oficiais, sessões solenes, programas institucionais e outras iniciativas. Merecem atenção, pois aproximam a sociedade do Parlamento e reafirmam a vocação da Casa de acolher e representar a pluralidade dos interesses do povo brasileiro.

Figura 44 – Eventos na Câmara dos Deputados – 2017



Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Todas essas atividades, parlamentares e institucionais, da Câmara dos Deputados também são cobertas por diversos veículos de comunicação do Brasil e do mundo. Os jornalistas desses veículos contam com atendimento institucional especial por meio do Serviço de Assessoria de Imprensa, que realizou aproximadamente 8.500 atendimentos telefônicos e 1.500 por correio eletrônico. Ainda foram realizados 499 credenciamentos provisórios para a cobertura do trabalho legislativo diário na Câmara, além dos 193 credenciamentos feitos especificamente para as duas votações em plenário da solicitação para instauração de processo contra o Presidente da República Michel Temer.

Por fim, ressalta-se um outro trabalho importante que é o de divulgação interna, por meio de boletins diários e publicação de notícias no CamaraNet que sejam de interesse ou utilidade para os funcionários da Casa. Nesse veículo, foram publicadas 954 matérias e enviados 235 boletins eletrônicos no decorrer do ano.

5.4.4 Centro Cultural Câmara dos Deputados

O Centro Cultural Câmara dos Deputados, criado pelo [Ato da Mesa n. 51, de 2012](#), disponibiliza à sociedade e aos servidores o rico acervo histórico e artístico da Câmara dos Deputados. Também apoia, viabiliza e normatiza todas as manifestações culturais realizadas nas dependências da Casa. São exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, além de gabinetes de arte, apresentações musicais e projeções cinematográficas. Também estão incluídos lançamentos de livros, eventos literários e institucionais, desde que os eventos sejam de interesse da instituição, além de iniciativas nas áreas museológica, museográfica e histórico-parlamentar. O objetivo é valorizar a história parlamentar, a cultura nacional, a arte e o acervo museológico, elementos essenciais para constituição de nossa identidade, do papel institucional e histórico do Legislativo.

Em 2017, diversos eventos foram realizados, entre eles, exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, saraus literários e oficinas literárias e restaurações do acervo da Casa, reforçando o compromisso da Câmara dos Deputados com a educação para a cidadania. Dentre os eventos, destacam-se os seguintes:


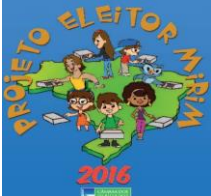
- Exposições de cunho histórico sobre personagens e momentos importantes da vida brasileira, tais como como “[Maria Leopoldina](#)” e “Revolução Pernambucana”;
- Serviço Google *Arts and Culture*, com de parte do acervo artístico-cultural da Câmara dos Deputados, agora em destaque junto com outras atrações de mais de mil museus em todo o mundo. Além do acervo, a plataforma também oferece um tour de realidade virtual com os principais espaços na Câmara dos Deputados; e
- Projeto “Encontro com o Autor” de entrevista com um autor convidado a falar de sua obra e influências, com participação do público presente.

5.4.5 Interação com o público infanto-juvenil – programa Plenarinho

Há onze anos, a Câmara dos Deputados mantém atuante o portal na internet denominado [Plenarinho](#)³⁹, dedicado ao público infanto-juvenil, que já conta com mais de 5 milhões de acessos. A nova versão do portal foi lançada em março, contendo reportagens especiais, jogos e narrativas lúdicas que mostram como funciona o Poder Legislativo e aprofundam conhecimentos ligados aos componentes curriculares do ensino fundamental. Entre as atividades do *site*, estão os projetos Câmara Mirim e Eleitor Mirim. A nova versão do portal já foi visitada mais de 63 mil vezes.

Dentre os principais eventos destacam-se:

Tabela 38 – Projetos do programa Plenarinho

Projetos	Finalidade	O que aconteceu em 2017
	Estimular estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental a apresentar projetos de lei que tragam melhorias para o país. Os alunos autores das três melhores propostas, e seus respectivos professores, participam de atividades que simulam uma sessão de votação no Plenário da Câmara, tendo a chance de vivenciar a rotina dos deputados. Podem concorrer estudantes de todo o Brasil.	https://plenarinho.leg.br/index.php/gallery/camara-mirim-2017/
	Oferecer atividades de capacitação em educação política para professores que tenham interesse em temáticas relacionadas a eleições, importância do voto e cidadania. O programa é oferecido a cada dois anos.	https://plenarinho.leg.br/index.php/participe/eleitor-mirim-2//

Fonte: Secretaria de Comunicação Social.





³⁹ Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.




5.4.6 Outros programas permanentes de interação com o público

Em alinhamento com a diretriz estratégica de fomentar a educação política e a cidadania ativa, a Câmara dos Deputados promoveu ações voltadas à interação da instituição com a sociedade, realizando 30 programas educativos nessa área, com um total de 1.538 participantes entre professores da rede pública, estudantes universitários, estudantes do ensino médio, membros da sociedade civil organizada e integrantes dos Paramentos dos Países de Língua Portuguesa. Ademais, a Câmara fomentou em 2017 as ações da Escola Virtual da Cidadania (EVC), portal voltado para educação legislativa, resultando em 884.363 acessos às 34 vídeo-aulas e aos 41 cursos produzidos ou disponibilizados pela EVC e também por meio dos canais do *YouTube*.

A tabela abaixo apresenta uma síntese dos programas permanentes de interação com o público existentes na Câmara dos Deputados, bem como o total de participantes em cada um deles em 2017.

Tabela 39 – Programas permanentes de interação com o público

Programas	Descrição	Total de participantes em 2017	Número de edições
 Estágio-Visita de Curta Duração	Durante cinco dias, estudantes universitários participam de palestras, debates, visitas, vivências e simulações que abordam o papel do Poder Legislativo e proporcionam reflexões sobre democracia e exercício da cidadania. São oferecidas oito turmas por ano, cada uma com cinquenta vagas. Maiores informações no portal da CD .	630	9
 PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO	Alunos do ensino médio participam, durante uma semana, de atividades que simulam as diversas etapas do processo legislativo, debatendo e votando projetos de lei. Atuando como se fossem deputados, os jovens vivenciam, na prática, os ritos democráticos de discussão e aprovação das leis. Podem participar estudantes de todo o país. Maiores informações no portal da CD .	78	1
Politeia	O Politeia é um projeto de extensão do Instituto de Ciência Política (Ipol), da Universidade de Brasília (UnB). O principal objetivo do Politeia é, por meio de simulação do trabalho parlamentar, trazer aos universitários informações sobre o Legislativo, seus processos e suas implicações para o cotidiano de todo e qualquer brasileiro. Possibilita, ainda, maior habilidade de elaboração de projetos e de argumentação, entre outras que se desenvolvem ao participar de uma atividade de simulação. A Câmara dos Deputados apoia o projeto ofertando, durante o período de recesso parlamentar, o espaço para realização da simulação e também educadores que trabalham temas do Legislativo com os participantes.	195	1
 MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO	Programa de capacitação de 120 horas em Educação para Democracia, voltado para professores de escolas públicas que têm interesse nas temáticas relacionadas a democracia, cidadania, política e Poder Legislativo. As atividades são realizadas em Brasília e em módulos a distância. Conheça mais sobre o programa no portal da CD .	59	1
 OFICINA DE ATUAÇÃO NO PARLAMENTO	Capacitação voltada para representantes de organizações da sociedade civil, a oficina visa a divulgar o funcionamento do Poder Legislativo e as formas de acompanhar o processo de elaboração e aprovação das leis. A cada ano, são oferecidas duas turmas, cada uma com cinquenta vagas. Maiores informações no portal da CD .	100	2
Encontro de Coordenadores Estaduais do PJB	O PJB (Parlamento Jovem Brasileiro) conta com a parceria das Secretarias de Educação dos estados e do DF. As Secretarias de Educação, por sua vez, escolhem um servidor cuja	32	1

Programas	Descrição	Total de participantes em 2017	Número de edições
	responsabilidade é coordenar as ações do programa no estado. Por reconhecer a importância da participação desses coordenadores para o êxito do programa, realiza-se o Encontro Anual dos Coordenadores Estaduais do PJB desde 2009. Durante esse Encontro, são repassadas as diretrizes do PJB estabelecidas pela Câmara dos Deputados e também construídas estratégias para atuação dos coordenadores desde a divulgação do programa até sua execução.		
	O programa destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Com edições mensais, o programa tem como objetivo aproximar os jovens do Parlamento, incentivando a participação política e o exercício da cidadania. Conheça mais sobre o programa no portal da CD .	174	5
	O programa oferece aos estagiários da Câmara dos Deputados oportunidade de formação, de maneira que entendam a complexidade do processo legislativo e as funções do Parlamento e conheçam a instituição da qual fazem parte, buscando incentivar o protagonismo dos jovens. Maiores informações no portal da CD .	55	2
	O programa integra atividades de cunho pedagógico a uma visita guiada pelo Congresso Nacional. Tem por objetivo promover a aproximação da Câmara dos Deputados com jovens estudantes das últimas séries do ensino médio, visando a estimulá-los à participação no processo político-democrático. Conheça mais sobre o programa no portal da CD .	215	8
Total		1.538	

Fonte: Secretaria de Comunicação Social e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

Além disso, a Câmara dos Deputados, em conjunto com o Senado Federal, possui o programa “Visite o Congresso”, que oferece visitas guiadas às duas Casas Legislativas. Em 2015, a visita institucional recebeu 142.599 pessoas. Nesse mesmo ano, o programa foi premiado com nota máxima em duas avaliações internacionais – Guia Michelin e *TripAdvisor*. Em 2016, a visita institucional recebeu 118.588 visitantes. Já em 2017, 124.493 visitantes participaram do programa, número ligeiramente superior ao do ano anterior, apesar dos 108 dias em que não foi possível realizar a visita institucional, seja por questões de segurança ou por conta de obras/manutenção nos locais que fazem parte do roteiro.

Buscando ampliar os horizontes do programa de visita, a Coordenação de Participação Popular da Secretaria de Comunicação Social realizou visitas especiais técnicas e temáticas, destinadas a públicos específicos que têm interesse nas atividades diferenciadas desenvolvidas no Congresso Nacional. Em 2017, foram realizadas 14 visitas ao Centro de Documentação e Informação (Cedi), com 31 participantes, e aos Viveiros de Plantas da Câmara dos Deputados, com 14 participantes.

Além dos visitantes interessados em conhecer o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados recebe, diariamente, milhares de pessoas que participam ativamente das atividades promovidas por seus órgãos administrativos e político-legislativos. Em 2017, 572.459 pessoas foram registradas nas portarias da Câmara por recepcionistas que podem prestar atendimento em português, espanhol, francês, inglês e Libras. Os profissionais ainda atuam na recepção de autoridades, visitas oficiais, eventos institucionais variados, no balcão da Lei de Acesso à Informação, atendimento aos programas institucionais e na visita institucional.

5.5 Medidas Relativas à Acessibilidade

O Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados foi substituído pela Coordenação de Acessibilidade, órgão criado na estrutura administrativa da Diretoria-Geral, conforme a [Resolução n. 19, de 2016](#), para coordenar as atividades nas áreas de acessibilidade física e de comunicação e informação, acessibilidade digital e tecnológica, sensibilização, capacitação e inclusão social das pessoas com deficiência. As competências desse Órgão foram definidas no [Ato da Mesa n. 149, de 2017](#).

As equipes que trabalham com acessibilidade vêm implementando diversas adaptações na Câmara para atender as necessidades das pessoas com deficiência física, auditiva, visual e intelectual, eliminando barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, além de capacitar funcionários que atuam no atendimento a esse público, como se observa no link: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/o-programa/acoes.html>.

A [página institucional da Acessibilidade](#) no portal da Câmara na internet oferece *links* para diversos outros conteúdos de interesse público, tais como linhas de atuação, política de acessibilidade, informações diversas sobre deficiência e tecnologias assistivas, glossário, legislação em formatos acessíveis, normativos, referências bibliográficas, notícias, vídeos, datas relevantes e dicas, entre outras.

Com essas iniciativas, espera-se contribuir para eliminar preconceitos, combater as desigualdades sociais, disseminar o respeito às diferenças e tornar a Câmara um exemplo de responsabilidade social na administração pública.

5.6 Responsabilidade Social

O Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente (Pró-Adolescente) é um programa de responsabilidade social cuja essência é a inclusão social de jovens entre 15 e 16 anos por meio da educação pelo trabalho. Um contrato é celebrado entre a Câmara dos Deputados e uma instituição sem fins lucrativos, com objetivo de proporcionar educação profissional ao adolescente. Atualmente, a instituição qualificadora dos aprendizes é o Centro Salesiano do Menor (Cesam), que, além de ministrar o curso teórico de aprendizagem, é responsável pela inscrição, seleção e contratação, e acompanhamento psicopedagógico e funcional dos adolescentes que atuam na Casa.

O Pró-Adolescente conta com 430 jovens que trabalham de segunda a sexta-feira, com jornada de 4 horas diárias, nos horários da manhã (das 8 às 12 horas) ou da tarde (das 14 às 18 horas). Os adolescentes recebem um salário mínimo, vale-transporte de acordo com o local de residência, vale-alimentação, crachá de identificação e uniforme (camiseta branca personalizada). As ações do programa estão elencadas na tabela a seguir.

Tabela 40 – Ações do programa Pró-Adolescente

Ações	Descrição	Resultados
Projeto de Ação Escolar/Plantão de Apoio Escolar	Ação voltada para aprimoramento do rendimento escolar dos adolescentes, por meio de aulas de reforço escolar de diversas disciplinas escolares e cursos e oficinas que abordam conteúdos curriculares, ministrados voluntariamente por servidores da Casa.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizes atendidos: média de 135 por bimestre • Voluntários participantes: média de 12 por bimestre • Aulas oferecidas: 584 aulas por ano
Projeto de Ação Escolar/Espaço Viva Leitura	Ampliação do acervo do Espaço Viva Leitura (minibiblioteca), com livros voltados para o público adolescente e obras indicadas para o PAS/UnB. Além do empréstimo de livros, também é oferecida orientação para realização de pesquisas escolares na internet.	<ul style="list-style-type: none"> • Acervo: 1.941 livros • Cadastrados: 233 aprendizes
Projeto de Ação Escolar/Espaço Viva Leitura/Divulgação	Eventos de divulgação do Espaço Viva Leitura com visita à biblioteca e distribuição de <i>folders</i> .	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos: 2 • Aprendizes participantes: 192
Projeto Lotações/Ambientação	Ao ingressar na Câmara dos Deputados, os adolescentes participam da ambientação, que tem em sua programação palestras diversas, visita guiada às dependências da Casa, acolhimento à família, elaboração do projeto de vida, entre outros. Essas ações facilitam a adaptação ao ambiente de trabalho e contribuem para que os adolescentes melhorem o desempenho no exercício de suas funções.	<ul style="list-style-type: none"> • Ambientações: 15 • Visitas guiadas: 15 • Famílias acolhidas: 219
Projeto de Valorização do Adolescente	Divulgação e promoção do programa Pró-Adolescente por meio de cartilhas, <i>folders</i> , página no portal CamaraNet e visitas aos diversos setores da Casa para orientar sobre os aspectos legais e práticos do programa, visando valorizar o trabalho do adolescente, sensibilizar os servidores da Casa para os desafios que envolvem a adolescência e tornar o programa de aprendizagem profissional mais efetivo.	<ul style="list-style-type: none"> • Cartilhas e <i>folders</i>: 300 • Visitas aos diversos setores da Casa: 43
Programa de Orientação Profissional	Objetiva auxiliar o jovem no processo de escolha da profissão e na inserção no mercado de trabalho. Tem duração de seis encontros em que são desenvolvidas atividades individuais e grupais voltadas para o conhecimento de si mesmo, o conhecimento das profissões e o processo de escolha propriamente dito.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizes participantes: 95
Atendimento psicológico	Estão disponíveis as modalidades de plantão psicológico, que oferecem apoio emergencial por meio de ação interventiva imediata, e de aconselhamento terapêutico, que busca restaurar no jovem suas condições de crescimento, levando-o a perceber, sem distorções, a realidade que o cerca, habilitando-o a agir para alcançar sua satisfação pessoal e social.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizes atendidos: 284

Fonte: Departamento de Pessoal.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/programa-pro-adolescente>.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A Câmara dos Deputados observa as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.9 e NBC T 16.10, para efetuar a contabilização da depreciação e da amortização do seu patrimônio, bem como para mensuração dos ativos e dos passivos. As informações relativas aos procedimentos e políticas contábeis adotadas por este órgão estão evidenciadas nas notas explicativas às suas demonstrações contábeis, anexas a este relatório.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos

A Câmara dos Deputados não dispõe de sistema informatizado de apuração de custos, embora sua gestão estratégica para o período de 2012 a 2023, aprovada pelo [Ato da Mesa n. 59, de 2013](#), possua diretrizes e linhas de ação voltadas para a melhora na eficiência administrativa e na utilização de recursos. Essas diretrizes sinalizam a preocupação da administração da Casa com o aprimoramento da qualidade do gasto público e da tomada de decisão, bem como com a futura implementação da apuração dos custos após os estudos necessários para identificação e mensuração adequada de unidades, programas, produtos, de forma a apoiar a avaliação de resultados e desempenho e as funções de planejamento e orçamento.

A dificuldade de implantar e trabalhar informações de custos num órgão do Poder Legislativo reside no fato de que os produtos são em sua maioria abstratos e difíceis de mensurar, tais como proposições apreciadas, leis aprovadas, medidas provisórias aprovadas, vetos votados, fiscalizações efetuadas, contas julgadas, entre outros.

Entretanto, a gestão da Casa pode ser aperfeiçoada com informações gerenciais que levem a um processo decisório mais bem fundamentado e pautado em metodologia que permita a correta comparação de alternativas e análise de informações de custos. Assim, o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) aprovou a abertura do Projeto Gestão de Custos para Decisão, com os seguintes benefícios esperados: ter informação tempestiva e com a precisão adequada de custos para decisão da média e alta gerência; dar maior transparência aos gastos públicos; fornecer visão sistêmica dos gastos públicos para aprimoramento do processo decisório; produzir informações para subsidiar prestação de contas; e propiciar maior eficiência na alocação de recursos.

Este projeto prevê o levantamento de informações para duas vertentes principais:

- 1) Comparar alternativas de ação; e
- 2) Apropriar custos a programas e unidades administrativas.

Em 2017, foi aplicado o piloto na vertente de comparar alternativas de ação, cuja conclusão levou à revisão da metodologia. O modelo atualmente proposto será oferecido por equipe com *expertise* na apuração e comparação de custos aos diversos gestores da Casa, de modo a subsidiar a tomada de decisão.

Sobre a metodologia de apropriação de custos, a proposta em elaboração definiu a codificação para as unidades administrativas da Casa e ainda discute a melhor forma de apropriar-lhes os itens de custo mais relevantes.

6.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados estão disponíveis no [Anexo deste relatório](#), acompanhadas das notas explicativas.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Apresenta-se neste tópico visão geral acerca das determinações e recomendações feitas em acórdãos pelo Tribunal de Contas da União à Câmara dos Deputados.

7.1.1 Deliberações expedidas pelo TCU em 2017

No exercício de 2017, as deliberações do TCU foram consubstanciadas em quatro acórdãos, sendo um deles relativo ao recurso de reconsideração da prestação de contas do exercício de 2013 da Câmara dos Deputados (item 7.1.3). As deliberações nos mencionados acórdãos resultaram em quatro determinações e duas recomendações, constantes de: dois acórdãos expedidos pela Primeira Câmara, um pela Segunda Câmara e um acórdão pelo Plenário do TCU.

A tabela abaixo apresenta resumo das deliberações expedidas em acórdãos no exercício de 2017 pelo TCU, destacando os itens das atendidas (80%) e os itens das não atendidas ou em atendimento no exercício (20%). O detalhamento com as informações acerca das providências adotadas e das justificativas do não cumprimento de determinações e recomendações encontra-se para consulta na [internet](#)⁴⁰.

Tabela 41 – Deliberações expedidas pelo TCU no exercício de 2017

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/Item	Itens atendidos	Itens pendentes/ em atendimento	Comunicação expedida/ Processo/CD
017.607/2014-0	696/2017-TCU-Primeira Câmara	Recomendação 9.3	9.3 (9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5)	-	Ata n. 4/2017-Primeira Câmara 143.097/2015
024.532/2017-7	8.579/2017-TCU-Primeira Câmara	Determinação 1.7	1.7	-	269.134/2017
029.003/2016-4	1.625/2017-TCU-Segunda Câmara	Determinação 9.3 (9.3.1, 9.3.2, 9.3.3)	9.3.1 9.3.2 9.3.3	-	Ofício n. 492/2017/TCU-Sefip 107.295/2017
010.638/2016-4	1.469/2017-TCU-Plenário	Recomendação 9.4	-	9.4	Ofício n. 0765/2017/TCU-Sefti, de 24/8/2017 126.042/2017

Fonte: Assessoria Técnica.

⁴⁰ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/delib-tcu-2017-atendidas-e-nao-atend>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

7.1.2 Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

As deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores estão apresentadas na tabela abaixo, que demonstra a situação dos 21 itens entre determinações e recomendações expedidos: 9 itens de determinações atendidos e 1 item em atendimento; e 7 itens de recomendações atendidos e 4 itens pendentes de atendimento no presente exercício, que somados representam 76,19% de atendimento e 23,81% em andamento.

Tabela 42 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/Item	Itens atendidos	Itens pendentes/ em atendimento	Comunicação expedida/ Processo CD
012.960/1997-7	1.804/2016-TCU-Primeira Câmara	Determinação 9.3.2 9.3.3	9.3.2	9.3.3	25.497/1996
007.815/2016-6	8.788/2016 TCU-Segunda Câmara	Determinação 9.4 (9.4.1 9.4.2 9.4.3)	9.4.1 9.4.2 9.4.3	-	117.679/2015
020.145/2015-2	2.339/2016 TCU-Plenário	Recomendação 9.5	-	9.5	Aviso 834-GP/TCU 125.753/2016
011.706/2014-7	2.780/2016 TCU-Plenário	Determinação 9.1 (9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4) 9.2	9.1 (9.1.1, 9.1.2 9.1.3, 9.1.4) 9.2	-	Ofício n. 11.762/2016/TCU-Sefip
023.050/2013-6 e 023.799/2016-1	3.051/2014 - TCU - Plenário e 1.771/2017-TCU - Plenário (Monitoramento)	Recomendação 9.1.1 9.1.3 9.1.5 9.1.6 9.1.7 9.1.8	9.1.1 9.1.3 9.1.6	9.1.5 9.1.7 9.1.8	Ofício 0867/2014/TCU-Sefit 129.939/2014 127.194/2017
007.887/2012-4 e 016.457/2016-1	2.585/2012-TCU-Plenário e 885/2017-TCU-Plenário (Monitoramento)	Recomendação 9.2 [9.1 (9.1.1.1 a 9.1.1.4)]	9.2 [9.1 (9.1.1.1, 9.1.1.2 9.1.1.3, 9.1.1.4)]	-	128.495/2012 e 114.872/2017

Fonte: Assessoria Técnica.

7.1.3 Deliberação decorrente do julgamento de contas anual

Consta desse item deliberação decorrente do Acórdão n. 696/2017-TCU – Plenário, que trata do julgamento do recurso de reconsideração interposto nos autos do Processo n. TC 017.607/2014-0 da prestação de contas do exercício de 2013 da Câmara dos Deputados, apreciada por meio do Acórdão 5.589/2015-TCU – Primeira Câmara, que julgou regulares e regulares com ressalva as contas dos responsáveis, com determinações.

Assim, os Ministros do TCU acordaram em conhecer do recurso interposto pela Câmara dos Deputados, para, no mérito, dar-lhe provimento e com fundamento nas disposições da Lei n. 8.443, de 1992 e no Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas de Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF 313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF 237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF 358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF 170.479.943-00; e Cássia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF 385.325.731-34, dando-lhes quitação plena e fazer recomendações à Câmara dos Deputados, em substituição às determinações contidas nas alíneas c.3 a c.7 do item 1.7.1 do acórdão recorrido, como demonstrado no [quadro A7](#) deste relatório.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Apresenta-se neste tópico uma visão geral acerca do tratamento das recomendações emitidas pela Secretaria de Controle Interno (Secin), órgão de controle interno da Câmara dos Deputados.

7.2.1 Recomendações expedidas pelo OCI no exercício de 2017

A Secin emitiu seis Relatórios de Auditoria (RA) em 2017 com recomendações, os quais tiveram como objeto a avaliação da conformidade e da adequação dos controles internos administrativos nos processos de trabalho do órgão, quais sejam: processos destinados a gerir os restos a pagar, o pagamento de pessoal do órgão, o macroprocesso de apoio de prover bens e serviços no âmbito da Secretaria de Comunicação Social, os eventos na Câmara dos Deputados, a gerenciar processos disciplinares e, ainda, a avaliar a arquitetura corporativa, do ponto de vista da informação, analisando suas camadas de processos de negócio, informação, dados, aplicação e tecnologia.

Além dos seis relatórios emitidos, as auditorias previstas no Plano Anual de Controle Interno (Paci) 2017 relacionadas abaixo, a cargo dos Núcleos de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop), de Auditoria de Licitações e Contratos (Nualc), de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh), de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati), não foram incluídas no presente Relatório de Gestão por terem sido concluídas no fim do exercício de 2017 e os relatórios terem sido encaminhados à Administração da Câmara no exercício de 2018, com os seguintes objetos:

- a) Processo/CD 329.678/2017 – referente ao Relatório de Auditoria n. 3/2017/Nacop: avaliar o processo de registro, evidenciação e estimativas contábeis dos demonstrativos financeiros da Câmara dos Deputados;
- b) Processo/CD 316.748/2017⁴¹ – referente ao Relatório de Auditoria n. 2/2017/Nualc: Gestão do Processo “requisitar item de ARP”;
- c) Processo/CD 316.778/2017⁴² – referente ao Relatório de Auditoria n. 3/2017/Nualc: Gestão Patrimonial de Bens Culturais;
- d) Processo/CD 336.589/2017 – referente ao Relatório de Inspeção n. 1/2017/Nuarh: inspeção no processo “Gerenciar pagamentos e consignações”; e
- e) Processo/CD 336.098/2017 – referente ao Relatório de Auditoria n. 1/2017/Nuarh: auditoria do processo “Gerir Movimentação - gerir a cessão de servidores da Casa”.

⁴¹ Ainda não encaminhado à Diretoria-Geral até o início de fevereiro de 2018.

⁴² Ainda não encaminhado à Diretoria-Geral até o início de fevereiro de 2018.

O Relatório de Auditoria n. 1/2017/Nuati (Processo/CD 105.191/2017) que teve por objetivo avaliar a gestão da segurança da informação na Câmara dos Deputados sob o prisma do processo COBIT 5 APO01 – gerenciar a estrutura de gestão de TI – também não foi incluído neste Relatório de Gestão, pois foi emitido sem recomendação.

A tabela abaixo apresenta resumo da situação das recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria encaminhados à Administração em 2017, destacando os itens das recomendações que foram atendidas no exercício (26,92%) daqueles que ficaram pendentes de atendimento ou em andamento (73,08%). Muitas das recomendações referem-se à apresentação de plano de ação e da implantação das referidas ações para criação de controles internos administrativos, cujo prolongamento em seu atendimento decorre da demora na execução do plano e, conseqüentemente, no cumprimento total das recomendações pelos gestores.

Tabela 43 – Relatórios de auditoria expedidos no exercício de 2017

Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Situação das recomendações no exercício		
			Itens atendidos	Itens pendentes/ em andamento	Comunicação expedida/ Processo CD
Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop)	RA n. 1/2017/Nacop: avaliar a conformidade dos procedimentos e a estrutura de controles internos do processo de gerir os restos a pagar da Câmara dos Deputados.	3.1.8 3.2.8	3.2.8	3.1.8	258.071/2017
	RA n. 2/2017/Nacop: avaliar a conformidade dos procedimentos e os controles internos incidentes sobre o processo de pagamento de pessoal da Câmara dos Deputados.	2.1.8 (a, b)	-	2.1.8 (a, b)	309.966/2017
Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos (Nualc)	RA n. 2/2016/Nualc: avaliar a estrutura de controles internos da gestão do macroprocesso de apoio “Prover Bens e Serviços para a Câmara dos Deputados” no âmbito da Secretaria de Comunicação Social (Secom).	45 (a, b, c) 46 a (i, ii, iii, iv) 47 a (i, ii, iii) 60 (a, b, c, d, e, f, g, h) 82 (a, b, c, d, e, f, g, h, i, j) 83 (a, b, c) 84 (a, b) 85	- - - - - - - -	45 (a, b, c) 46 a (i,ii,iii, iv) 47 a (i, ii, iii) 60 (a, b, c, d, e, f, g, h) 82 (a, b, c, d, e, f, g, h, i, j) 83 (a, b, c) 84 a, b 85	131.934/2016
	RA n. 1/2017/Nualc: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da Gestão de Eventos na Câmara dos Deputados.	3.1.8.1 3.1.8.2 3.1.8.3 (a, b, c, d, e, f, g) 3.1.8.4	- - -	3.1.8.1 3.1.8.2 3.1.8.3 (a, b, c, d, e, f, g) 3.1.8.4	255.378/2017
Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos	RA n. 2/2016/Nuarh: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos destinados ao	67 (a, b, c, d, e, f, g, h) 68 (a, b)	67 (a, b) - 68 (a, b) -	67 (c, d, e, f, g, h) - - 69 a	133.045/2016

Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Situação das recomendações no exercício		
			Itens atendidos	Itens pendentes/ em andamento	Comunicação expedida/ Processo CD
(Nuarh)	processo “Gerenciar Processos Disciplinares”.	69 (a) 94 (a, b) 95 (a) 96 (a, b, c) 97 a 98 a	94 a 95 a 96 b 97 a -	94 b - 96 a, c - 98 a	
Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati)	RA n. 2/2017/Nuati: avaliar a arquitetura corporativa, do ponto de vista da informação, analisando suas camadas de processos de negócio, informação, dados, aplicação e tecnologia.	3.1.8.1 (a, b)	-	3.1.8.1 (a, b)	263.008/2017

Fonte: Assessoria Técnica.

As auditorias realizadas contribuem com a Administração da Câmara à medida que alcançam os objetivos propostos. Os controles administrativos recomendados e implantados tornam a gestão mais eficiente e reduzem os riscos porventura existentes. Assim, neste exercício considerou-se relevante a auditoria cujas recomendações poderão provocar maior impacto na gestão do órgão e das unidades administrativas envolvidas, como, por exemplo, as recomendações feitas acerca da gestão de eventos na Câmara dos Deputados.

7.2.2 Recomendações expedidas pelo OCI em exercícios anteriores

A situação das recomendações expedidas pelo OCI em exercícios anteriores está apresentada na tabela abaixo, a qual demonstra trinta e três itens de recomendações atendidos (40,24%) no exercício de 2017, independentemente daquele em que se originaram, e quarenta e nove itens das recomendações pendentes de atendimento ou em andamento até o fim de 2017 (59,76%), independentemente do ano em que se originaram.

Tabela 44 – Relatórios de auditoria emitidos em exercícios anteriores

Relatório de auditoria	Situação das recomendações no exercício		
	Itens atendidos em 2017	Itens pendentes/ em atendimento em 2017	Comunicação expedida/ Processo CD
1/2016/NACOP	2.1.8	2.2.8	110.127/2016
3/2016/NACOP	-	2.1.8 (a, b)	129.290/2016
1/2016/NUALC	2.1.8 a 2.1.8 b (b.1, b.2, b.3)	2.1.8 c	127.691/2016
1/2016/NUARH	40 a 41 a, b, c 66 [a, b (i, ii), c (i, ii)] 77 a 78 a -	- 41 d - 77 (b, c) - 79 (a, b, c)	132.562/2016
1/2015/NUALC	3	-	111.290/2015
3/2015/NUALC	-	3.1.8 3.2.8 a, b (i, ii)	147.944/2015
4/2015/NUALC	2.1.8 (b, f) 2.2.8 c	2.1.8 (a, d, e, g) 2.2.8 a	106.636/2016

Relatório de auditoria	Situação das recomendações no exercício		
	Itens atendidos em 2017	Itens pendentes/ em atendimento em 2017	Comunicação expedida/ Processo CD
1/2015/NUARH	-	2.1.8 a	136.039/2015
2/2015/NUARH	2.1.8. a.1, a.2, a.3 2.1.8 b.5 2.2.8 a.2	2.2.8 a.1 - 2.1.8 b.1, b.2	150.308/2015
3/2015/NUARH	2.2.8 a, b - 2.4.8 a ⁴³	2.1.8 2.3.8 2.4.8 b	150.316/2015
1/2015/SECIN	2.1.8	-	136.112/2015
2/2015/SECIN	2.1.8 a 2.2.8 a	2.1.8 b 2.2.8 b	147.953/2015
1/2014/COATI	2.2.8 a	2.3.8 a	117.351/2014
4/2014/NACOP	2.4.8	2.2.8	105.251/2015
3/2013/CALIP	-	2.1.8 a	129.217/2013
5/2013/CALIP	-	2.1.8, a, b, c, d 2.2.8, a, b	137.095/2013
2/2013/COARH	-	2.1.8 b 2.2.8 d 2.3.8 a, e	119.734/2013
2/2012/CALIP	2.1.8 a, b	2.1.8 c 2.3.8 a, b, c	111.944/2012
3/2012/CALIP	2.1.8.a, b 2.2.8 b2 2.3.8, a, b, c2	2.2.8 b.1	116.104/2012
8/2011/CALIP	2.1.8 a	-	148.638/2011
4/2010/CALIP	-	2.2.8 a, b, c	139.109/2010
4/2010/COASP	-	2.1.8 e	140.976/2010

Fonte: Assessoria Técnica.

7.3 Demais Informações referentes ao Tratamento das Deliberações do TCU e das Recomendações do Órgão de Controle Interno

O acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União é feito pela Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. A comunicação expedida pelo TCU é recebida pela Presidência da Câmara dos Deputados ou pela Diretoria-Geral, que, por sua vez, encaminha o processo à área específica responsável pelas atribuições para manifestação e adoção das providências devidas ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento.

Com relação às recomendações recebidas do Órgão de Controle Interno, a comunicação expedida, mediante processo administrativo, pelo OCI (Relatório de Auditoria) é encaminhada à Diretoria-Geral, que, por sua vez, envia o processo a cada Diretoria, para conhecimento, inclusive à área específica responsável pelas atribuições, para manifestação e adoção das providências devidas ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento.

Iniciou-se, em dezembro de 2017, a implantação parcial de uma estrutura de controle informatizado, denominado Pró-Contas, desenvolvido pela Ditec para permitir a consolidação dos dados e das informações exigidas na composição do Processo de Contas Anual pela Corte de Contas, dentre elas, as relativas ao Relatório de Gestão. Tal sistema contém módulo de acompanhamento e controle das deliberações do TCU e das recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria da Secin da Câmara dos Deputados.

⁴³ Recomendação baixada pela Secretaria de Controle Interno.

7.4 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

O quadro abaixo demonstra os casos de dano ao erário, que foram objeto de medidas internas administrativas, bem como, ante a não elisão do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Quadro 29 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de contas especiais (TCE)							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	
Recebimento débito				Não comprovação	Débito < R\$ 100.000			
503*	161	–	–	–	–	–	–	2**

Fonte: Coordenação de Movimentação Financeira e Coordenação de Contabilidade.

Observações:

- Do total de 503 casos de dano objeto de medidas administrativas internas, 198 foram regularizados, 161 ocorrências foram dispensadas de TCE (embora não regularizadas) e houve instauração de uma TCE (144 casos de danos);
- Em 19/5/2017, foi constituída uma Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade e quantificar o dano ao erário, conforme definido na [Portaria DG n. 100, de 2017](#), que foi remetida ao TCU ainda no exercício de 2017.
- Em 2017, também foi remetida ao TCU a Tomada de Contas Especial constituída por meio da [Portaria DG n. 215, de 2016](#).

7.5 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993

O art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993, impõe à administração pública, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. Tal obrigação encontra-se reproduzida no art. 11 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo [Ato da Mesa n. 80, de 2001](#).

Já a Lei n. 4.320, de 1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, define os três estágios referentes à execução das despesas: empenho, liquidação e pagamento.

Diversos órgãos internos da Câmara dos Deputados participam do processo que envolve os procedimentos relativos a esses três estágios da execução da despesa. O Departamento de Material e Patrimônio atua diretamente na liquidação das despesas. Nesse sentido, detalham-se, a seguir, as rotinas executadas relativas à liquidação e pagamento em observância à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades:

1. Recebimento dos documentos fiscais, devidamente atestados pelas diversas áreas técnicas ou solicitantes da Casa, na Coordenação de Compras do Departamento de Material e Patrimônio.
2. Conferência pela Coordenação de Compras dos dados do documento fiscal e registro das informações relativas à liquidação da despesa no Sistema de Gestão de Material e Serviço (Sigmas).
3. Inserção da obrigação na ordem cronológica das datas das exigibilidades após o ateste do documento fiscal e a fase da liquidação da despesa pela Coordenação de Compras, que verifica o direito do credor com base nos documentos fiscais recebidos, procedendo à glosa de valores quando necessário.
4. Emissão da relação de pagamentos diariamente detalhada por empresa, acompanhada da GFIP e GPS, assentando-se os valores a serem pagos, a nota de empenho correspondente⁴⁴ e observadas as validades das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
5. No caso de ocorrência de erros ou falha documental, a empresa credora é notificada para ciência e regularização. Após sanadas as irregularidades, a ordem cronológica segue o disposto no item 4.
6. A relação de pagamento, acompanhada das notas fiscais originais, é enviada à Coordenação de Contabilidade do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin).
7. A Coordenação de Contabilidade efetua os registros contábeis correspondentes e envia a relação de pagamentos para a Coordenação de Movimentação Financeira, do Defin.
8. A Coordenação de Movimentação Financeira efetua os pagamentos seguindo a ordem cronológica estabelecida na relação diária.
9. Os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassam o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666, de 1993, são efetuados no prazo de até 5 dias úteis, contados da data de apresentação do documento fiscal ou fatura na Coordenação de Movimentação Financeira.
10. A ordem cronológica de pagamentos poderá ser alterada, na hipótese de relevantes razões de interesse público mediante ato justificativo prévio do ordenador de despesa, devidamente publicado no sítio da Câmara dos Deputados.

⁴⁴ A nota de empenho informa a fonte de recursos.

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

8.1 Interação com Outros Parlamentos

8.1.1 Associação dos Secretários-Gerais de Parlamentos

A Associação dos Secretários-Gerais de Parlamentos (ASGP), criada como órgão consultivo da União Interparlamentar (UIP), integra Diretores-Gerais ou Secretários-Gerais dos Parlamentos do mundo. A Associação tem como atribuição estudar as leis, procedimentos, práticas e métodos de trabalho de diferentes parlamentos e propor medidas para melhorar esses métodos e assegurar a cooperação entre os parlamentos. A Associação também presta assistência à União Interparlamentar, quando solicitada, em matérias de sua competência.

Os encontros da ASGP ocorrem duas vezes ao ano, paralelamente às reuniões da UIP. Em 2017 houve um encontro em Daca, Bangladesh, em abril, e outro em São Petersburgo, Rússia, em outubro. Nos dois encontros a Câmara dos Deputados enviou representante da Diretoria-Geral.

Como um dos objetivos principais da ASGP é promover o compartilhamento de boas práticas e experiências em vários temas de interesse dos Parlamentos partícipes, a Câmara dos Deputados procura sempre estar presente nos encontros para ouvir e compreender as realidades, dificuldades e desafios enfrentados por seus pares, e também para mostrar os resultados que são produzidos por esta Casa Legislativa.

Exemplo prático dessa troca de experiências foi um convite feito à Câmara dos Deputados no último encontro, na Rússia, para participar da criação de um Centro de Inovação Interparlamentar, dada a sua importante contribuição na área de TIC.

8.1.2 Parlamento Latino-Americano

O Parlamento Latino-americano (Parlatino) é uma organização regional, permanente e unicameral, integrada pelos Parlamentos Nacionais da América Latina, eleitos democraticamente mediante sufrágio popular, e cujos países subscreveram o Tratado de Institucionalização no dia 16 de novembro de 1987, em Lima, Peru. A atual sede da organização fica na Cidade do Panamá, Panamá.

No ano de 2017, a Câmara dos Deputados teve participação efetiva nas reuniões realizadas pelo Parlatino. Ao todo, 26 deputados estiveram presentes nos eventos realizados entre março e novembro de 2017. Dessa forma, a Câmara dos Deputados assegurou a permanência e a participação do Congresso Brasileiro nas atividades da organização e isso proporcionou o intercâmbio de informações e o aprimoramento de estudos de compatibilização da legislação entre os países membros, bem como a participação dos deputados brasileiros na elaboração de leis-modelo no âmbito das comissões do Parlatino.

Para participar das reuniões do Parlatino a Câmara dos Deputados e o Senado Federal devem pagar anuidade no valor de U\$ 60,000.00 (sessenta mil dólares), sendo de U\$ 30,000.00 (trinta mil dólares) a parte que cabe a cada Casa Legislativa. Em 2017 o pagamento da anuidade foi feito de acordo com o Processo n. 111.451/2017, do Senado Federal.

8.2.3 Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa

Desde a sua criação em 1998 a Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, ASG-PLP, representa a principal entidade de cooperação técnica entre os Parlamentos de Língua Portuguesa e tem trabalhado no sentido de contribuir para a modernização das instituições parlamentares. No intuito de propiciar o intercâmbio de experiências e boas práticas, a ASG-PLP realiza Encontros de Quadros que variam conforme a área temática escolhida. Atualmente a ASG-PLP é composta pelos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

No ano de 2017, a Câmara dos Deputados participou de seis encontros de Quadros e um encontro dos Secretários-Gerais, conforme detalhado abaixo:

- [V Encontro de Quadros da Área do Processo Legislativo da ASG-PLP](#), no período de 22 a 24 de fevereiro de 2017, na cidade de São Tomé, São Tomé e Príncipe;
- [IV Encontro de Quadros das Áreas da Documentação, Informação e Arquivo da ASG-PLP](#), no período de 20 a 23 de março de 2017, na cidade de Lisboa, Portugal;
- [XII Encontro de Quadros de Informática da ASG-PLP](#), no período de 29 de maio e 1º de junho de 2017, na cidade de Lisboa, Portugal;
- [I Encontro de Quadros da Área de Administração, Finanças e Recursos Humanos da ASG-PLP](#), no período de 3 a 7 de julho de 2017, na cidade de Brasília, Brasil;
- [III Encontro de Quadros das Áreas de Relações Públicas, Protocolo e Relações Internacionais da ASG-PLP](#), no período de 26 a 28 de junho, na cidade de Luanda, Angola;
- I Encontro de Quadros da Área Legislativa da Assembleia da República de Moçambique, no período de 10 a 13 de julho de 2017, na cidade de Maputo, Moçambique; e
- VIII Encontro de Secretários-Gerais da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa ASG-PLP, no período de 27 a 30 de outubro de 2017, na cidade de Lisboa, Portugal.

ANEXOS E APÊNDICES

Quadro A1 – Comitês temáticos

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
Comitê Assessor da LAI	Portaria n. 101, de 22/3/2013	Assessorar o Diretor-Geral no planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e controle das atividades e projetos relacionados à adequação da Câmara dos Deputados à LAI. O Serviço de Informação ao Cidadão Central (SIC-Central) funciona como Secretaria Executiva do Comitê, dentre outras atribuições.	O Comitê Assessor da Lei de Acesso à Informação coordenou e promoveu, em parceria com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) e com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), ações de capacitação para servidores de áreas específicas sobre o atendimento às demandas da LAI. Houve também trabalho de assistência técnica a órgãos da Casa sobre o tratamento de informações com restrição de acesso, em consonância com o que dispõe a LAI.
Comitê de Acessibilidade	Portaria n. 61, de 30/5/2007	Implementar ações continuadas de inclusão social das pessoas com deficiência, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da Câmara dos Deputados, bem como apoiar e assessorar os órgãos da Casa em assuntos relacionados ao tema.	As atribuições do Comitê de Acessibilidade foram incorporadas pela Coordenação de Acessibilidade, criada pela Resolução da Câmara dos Deputados n. 19, de 2016, a qual teve suas competências regulamentadas pelo Ato da Mesa n. 149, de 2017. Encerrou-se, portanto, o Comitê, posto que a nova Coordenação dará continuidade às atividades de forma perene. Em 2017, os principais resultados obtidos pela Coordenação de Acessibilidade foram: instalação de sistema de aro magnético e disponibilização de saída de áudio para sistema FM e <i>bluetooth</i> (sistemas de escuta assistida para pessoas usuárias de aparelho auditivo) no Plenário 10 das Comissões; instalação de sistema de aro magnético em balcões de atendimento do Departamento Médico; readequação de leilante e mobiliário dos restaurantes do Anexo IV; instalação de corrimãos no Departamento Médico; aquisição de móveis e equipamentos de tecnologia assistiva (07 mesas adaptadas para cadeirantes, 05 ampliadores para baixa visão, 01 teclado de uma mão, 02 linhas <i>braille</i>); cursos de capacitação em Audiodescrição e em Língua Brasileira de Sinais (níveis básico e intermediário) para servidores; contratação de terceirizados com deficiência intelectual para prestação de serviços de auxílio em apoio administrativo; celebração de acordo de cooperação técnica em acessibilidade entre TCU, STF, STJ, TST, TJDF, Câmara dos Deputados e Senado Federal.
Comitê de Gestão Ambiental - EcoCâmara	Portaria n. 119, de 4/5/2010	Promover a gestão da sustentabilidade na Câmara dos Deputados de forma integrada com os diversos setores da Casa.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do 1º Plano de Logística Sustentável da Casa, em tramitação por meio do Processo digital n. 334.798/2017. O PLS foi construído de forma coletiva, com participação dos órgãos relacionados aos 14 temas estabelecidos. Foram propostos 51 planos de ação com objetivos, responsabilidades, indicadores e metas estabelecidos e 172 ações de sustentabilidade; • Elaboração de proposta para criação do Escritório de Sustentabilidade, vinculado à Diretoria-Geral e do Comitê Gestor da Logística Sustentável, com objetivo de instituir a governança da sustentabilidade. Processo n. 119.154/2017, aguardando aprovação; • Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – fase de diagnóstico; • Revitalização da coleta seletiva iniciada, em 2015, nos Anexos II e III; • Instrução do processo para realização de feira de alimentos orgânicos, em fase de cadastramento de associações de produtores orgânicos. Processo n. 101.669/2016; • Direcionamento e assessoramento ao órgão executante quanto à participação da Câmara dos Deputados na ARP-76/2017, cujo objeto é a prestação de serviços de descontaminação de lâmpadas fluorescentes inservíveis (compra compartilhada); • Direcionamento e assessoramento ao órgão executante quanto às providências necessárias ao atendimento da Lei Distrital n. 5.610, de 2016, referente à coleta dos resíduos orgânicos de grandes geradores; e • Promoção, em parceria com departamentos da Casa, com outros órgãos da Administração Pública e com entidades civis organizadas, de eventos de sensibilização e debate relacionados à sustentabilidade, dos quais se destacam: Seminário “O direito de escolha do Consumidor do Futuro: Um debate sobre energias renováveis, água, reciclagem e portabilidade da conta de luz”; Seminário “Unidades de Conservação”; Seminário “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”; Seminário “O Berço das Águas pede Socorro”, em comemoração ao Dia do Cerrado; Curso de

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
			Legislação Ambiental; Exposição “Um olhar para o cerrado”; II Jornada de Boas Práticas em Contratações Públicas; Planejamento e participação das plenárias do Fórum Governamental de Responsabilidade Social - FGRS; Campanha de coleta de resíduo eletrônico; Campanha para uso racional da água; e Campanha relacionada à divulgação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/ecocamara/o-ecocamara/noticias
Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF)	Portaria n. 16, de 25/1/2017	Discutir e supervisionar o planejamento e monitoramento de aquisição de bens e serviços; o planejamento e monitoramento da gestão orçamentária e financeira; a elaboração das peças integrantes do processo de tomada de contas anual.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de priorização de despesas com base nos seguintes critérios: continuidade de processos críticos, abrangência de benefícios à sociedade, aos parlamentares e ao público interno, aumento de eficiência e produtividade e questões de conformidade. • Definição e aprovação do “Modelo de Governança das Aquisições e do Planejamento e Acompanhamento Orçamentários - CDGOF”, com as alçadas de decisão e papéis e responsabilidades do CDGOF, em relação à aquisição de bens e contratações de serviços (o documento inclui as diretrizes gerais de contratação para a Casa). • Apreciação do texto consolidado do Relatório de Gestão de 2016. • Verificação e monitoramento de medidas que implementem soluções de gestão estratégica financeira e orçamentária, em virtude de demandas resultantes de auditorias internas e externas. • Definição de valores limites por UGR; • Aprovação de remanejamentos e suplementações orçamentárias, conforme alçadas aprovadas; • Aprovação de critérios para suplementação orçamentária; • Aprovação de aquisições de alto vulto apresentadas ao CDGOF; e • Validação da homologação de sistemas envolvidos nos processos orçamentários, financeiros e de prestação de contas.
Comitê Diretivo de TI (CDTI)	Portaria n. 406, de 27/9/2013	Elaborar o Plano Diretor de TIC (PDTI), a partir de proposta encaminhada pelo diretor do Centro de Informática, alinhado ao Plano Estratégico de TIC (Peti). Tem caráter deliberativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação das novas demandas e portfólio remanescente de 2016 para fechamento do portfólio 2017-2018; • Apresentação dos impactos referentes ao atraso da contratação da fábrica de <i>software</i> sobre demandas aprovadas para o portfólio 2017-2018; • Apresentação do PDTI 2017-2018; • Acompanhamento dos projetos em andamento; • Apresentação e deliberação sobre as demandas extemporâneas; • Apresentação dos papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC, definidos em portaria; e • Apresentação do novo modelo de fábrica de <i>software</i> a ser contratado.
Comitê Estratégico de TI (CETI)	Portaria n. 406, de 27/9/2013	Estabelecer diretrizes, objetivos e metas de tecnologia da informação e comunicação alinhados à estratégia da Câmara dos Deputados, além de elaborar o Plano Estratégico de TIC (Peti). Responsável pela governança de TIC.	<ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre auditoria interna sobre arquitetura corporativa (COBIT 5 APO03); • Análise do resultado da pesquisa de satisfação dos usuários de serviços do Cenin; • Análise de diretrizes para oferta de serviços dirigidos à sociedade; • Apresentação de versão preliminar da nova plataforma de serviços de dados abertos (AE 7.7); • Definição de estratégia para ampliação da capacidade de oferta de serviços de TIC; • Priorização no desenvolvimento de novo aplicativo para aquisição e controle de passagens aéreas (buscador); • Avaliação da participação da Câmara na Campus Party 2017; • Aprovação do PDTI 2017-2018; • Discussão sobre possível projeto corporativo: PLIP - Projeto de Lei de Iniciativa Popular; • Avaliação do iGovTI 2016; • Análise dos indicadores estratégicos de TIC relativos a 2017 (resultados parciais); • TI VERDE: Política de impressão para a CD; • Encaminhamento da Portaria sobre Papéis e Responsabilidades sobre Soluções de TIC; e • Discussão da Portaria sobre Regulamentação de Serviços em Nuvem.
Comitê Gestor de Segurança da Informação	Ato da Mesa n. 47, de 16/7/2012	Propor, promover e acompanhar as ações que dizem respeito à implantação, à avaliação e à revisão da Política de Segurança da	O CGSI realizou três reuniões em 2017. Dentre os assuntos tratados e ações implementadas destacam-se: a) demandas de informações da Secin sobre as ações do CGSI; b) atualização de informações sobre o inventário de ativos de informações e sobre os estudos para implantação de Sistema de Gestão de Segurança da Informação, no que diz

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
	(criação) e Portaria n. 407, de 30/9/2013 (instalação)	Informação da Câmara dos Deputados.	respeito às competências do Cenin; c) elaboração e execução, em parceria com a Secom, de campanha institucional de sensibilização sobre segurança da informação. A campanha, que contemplou a criação de uma logomarca para o Comitê, foi constituída por oito peças publicitárias divulgadas via <i>e-mail marketing</i> e papéis de parede nas telas de computador da Casa, no período de 11/10/2017 a 18/12/2017. Todas as ações implementadas estavam previstas no Plano de Ação em Segurança da Informação, aprovado pela Diretoria-Geral, em 2015.
Comitê Gestor de Rádio e TV Digital	Portaria n. 290, de 18/9/2014	Propor estratégias, executar e coordenar os trabalhos necessários para implantação da Rede Legislativa de TV Digital e da Rede Legislativa de Rádio da Câmara dos Deputados.	<p>A Coordenação da Rede Legislativa apresentou à presidente do Comitê proposta de estratégia de expansão da Rede de rádio para encaminhamento para o Secretário de Comunicação, deputado Márcio Marinho, e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.</p> <p>Foram inauguradas as seguintes operações de TV em 2017, em parceria com Assembleias e Câmaras Municipais: Recife/PE, Bagé e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e Juiz de Fora/MG. Com o parceiro Senado Federal foi inaugurada a operação em Aracaju/SE. Ao todo, a Rede Legislativa de TV Digital possui 47 transmissores, a maior parte instalada em regiões metropolitanas. Ao todo, cerca de 300 cidades em todo o país recebem o sinal da Rede Legislativa de TV Digital.</p> <p>A Rede Legislativa de rádio fecha o ano de 2017 com mais uma operação, em Teixeira de Freitas, Bahia. São, agora, cinco operações.</p> <p>Em 2017, a Coordenação da Rede Legislativa participou da organização de dois eventos nacionais de emissoras de rádio e TV legislativa, em Foz do Iguaçu/PR e São Paulo/SP, nos meses de maio e agosto, respectivamente, juntamente com a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – Astral. A Câmara dos Deputados manteve-se como vice-presidente da Associação.</p> <p>A Coordenação de Rede Legislativa participou das atividades do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital e do Gired - Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da Anatel. Foram definidos, junto com a administração da Casa, os procedimentos para remanejamento de canais da Câmara dos Deputados pela Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV – EAD, e foi realizado o remanejamento de canais em várias capitais brasileiras.</p>
Comitê Gestor do Portal	Portaria n.123, de 24/11/2004 e Portaria n. 11, de 27/1/2012	Promover e gerenciar as ações que dizem respeito à estrutura de serviços e informações, à apresentação e à forma do portal institucional da Câmara dos Deputados, nos ambientes internet, intranet e extranet.	<p>O Comitê Gestor do Portal realizou 18 reuniões ordinárias, nas quais foram tomadas decisões relacionadas ao portal institucional, ao portal corporativo e aos portais complementares (Plenarinho, e-Democracia, LabHacker, Educação a Distância e Escola Virtual de Cidadania).</p> <p>Em março foi lançada a nova plataforma do portal Plenarinho, apresentando novidades como navegação mais simples, adaptação automática aos dispositivos móveis (que são os mais utilizados pelo público-alvo) e opções de acessibilidade.</p> <p>As novas versões do portal e do Camaranet foram implantadas em junho. Tanto o portal institucional quanto o portal corporativo foram renovados, sendo realizadas alterações no <i>layout</i> e na organização dos menus de navegação já existentes. O objetivo dessas mudanças foi atualizar e simplificar a apresentação das informações, principalmente no portal corporativo, após a finalização do Projeto de Conformidade do Portal com a LAI e do diagnóstico do projeto Virada Digital, além de considerar outros estudos apresentados pela equipe de gestores técnicos (Aproge, Cedi, Cenin, Secom) sobre os acessos dos visitantes ao portal, em observância aos requisitos de clareza, pesquisa facilitada e interesse do cidadão. A partir das diretrizes apresentadas pelos grupos de trabalho responsáveis pelos projetos citados, os gestores técnicos reestruturaram os menus existentes na home.</p> <p>Após o lançamento, foi iniciada a atualização dos conteúdos do portal, destacando-se a área do Orçamento da União, com modificações já implementadas, e a área de Discursos, com proposta de aprimoramento em andamento, quase finalizada.</p>
Comitê Gestor do Relacionamento	Portaria n. 111, de 22/3/2013	Propor normas e zelar pelo cumprimento dos procedimentos estabelecidos, sugerir ações, propor objetivos e diretrizes para aprimoramento da Gestão do Relacionamento	Primeiro ano de operação do sistema informatizado de Gestão do Relacionamento, disponível para a sociedade por meio do Fale Conosco em http://www2.camara.leg.br/ , e pelo serviço Disque Câmara 0800 619 619, e para o público interno – deputados, consultores e servidores, na intranet. Refinamento do sistema; revisão de normativo e publicação da Portaria n. 260, de 2017 ; revisão de tipologia de demandas e processos de trabalho; manualização de procedimentos

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
		no âmbito da Câmara dos Deputados.	de atendimento e implementação de boas práticas; reciclagem e capacitação pontual de equipes de atendimento de órgãos integrados ao Comitê Gestor do Relacionamento.
Comitê Gestor do Sistema de Gestão de Material e Serviço (CG-Sigmas)	Portaria n. 19, de 30/1/2015	Planejar e acompanhar a evolução do Sistema de Gestão de Material e Patrimônio (Sigmas), de acordo com as necessidades indicadas pelas áreas técnicas.	A Portaria Dirad n. 102, de 2017 (publicada no Boletim Administrativo, de 10/07/2017, p. 2.178), extinguiu o Comitê do Sistema de Gestão de Material e Serviço (CG-Sigmas) e deu outras providências, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pelo citado comitê foram incorporadas permanentemente à rotina de atualização do Sigmas.
Comitê Gestor do Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados (CG-Sileg)	Portaria SGM n. 1, de 31/5/2012	Analisar, propor e acompanhar ações para aperfeiçoamento do Sistema de Informação Legislativa (Sileg) atual e suas futuras versões, bem como de sua integração com os demais sistemas de informação da Câmara dos Deputados.	Concluídas as implementações de 53 solicitações de ajustes e aprimoramentos para o Sileg; realização de acompanhamento dos projetos de implementação do sistema Infoleg – Autenticador e Infoleg – Fase Inicial do Processo Legislativo, que deverão substituir o autenticador atual do Sileg e as funcionalidades de recebimento de proposição e despacho inicial, com os requisitos necessários ao Processo Legislativo em modo eletrônico.
Comitê Gestor Pró-Equidade	Portaria n. 79, de 26/3/2014	Promover a igualdade de condições e oportunidades, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho, bem como prevenir e coibir discriminações de qualquer natureza.	A diversidade tem-se consolidado como diretriz na gestão da CD e observa-se a intenção de se manter na pauta de discussão e no planejamento dos próximos anos, possibilitando, assim, a continuidade do processo de conscientização e sensibilização do corpo funcional. As ações realizadas em 2107 foram as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oficina Paternidade Participativa; ✓ Palestra sobre relações pessoais e bem-estar no trabalho para encarregados das empresas prestadoras de serviços terceirizados; ✓ Curso de Gênero; ✓ Clube de Leitura; ✓ Implantação de sala de amamentação e do fraldário (Anexo IV); ✓ Campanhas sobre diversidade e violência no trabalho; ✓ Lançamento da publicação “Repertório Bibliográfico sobre a Condição do Negro no Brasil” em parceria com o Cedi; e ✓ Atendimentos individuais (servidores e gestores) para orientações sobre diversidade, equidade e relacionamentos interpessoais.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão

RIP	Empresa	Localização	Formalização de contratação		
			Instrumento	Número	Processo/termo/contrato/aditivo/d despacho
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	Balcão de Atendimento (térreo AIV)	Permissão	2011/015	Processo n. 121.966/10 - Termo de Permissão de Uso n. 2011/015.0
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	Agência Câmara - Anexo IV: Agência (térreo AIV) + Atendimento Parlamentar (térreo AIV) + Caixas Eletrônicos (térreo AIV)	Contrato Encerrado	2014/148.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	Agência Parlamento - Ed. Principal: Agência Estilo (térreo Ed. Principal) + Caixas Eletrônicos (térreo Ed. Principal e Salão VIP Parlamentares) + Caixas Eletrônicos AI (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato Encerrado	2014/148.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	Agência Câmara - Anexo IV: Agência (térreo AIV) + Atendimento Parlamentar (térreo AIV) + Caixas Eletrônicos (térreo AIV)	Contrato	2017/160 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	Agência Parlamento - Ed. Principal: Agência Estilo (térreo Ed. Principal) + Caixas Eletrônicos (térreo Ed. Principal e Salão VIP Parlamentares) + Caixas Eletrônicos AI (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato	2017/160 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	Agência e Caixas Eletrônicos (térreo Anexo IV)	Contrato Encerrado	2014/149.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	Agência Ed. Principal (Térreo) + Caixas Eletrônicos Ed. Principal (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato Encerrado	2014/149.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	Agência e Caixas Eletrônicos (térreo Anexo IV)	Contrato	2017/159 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	Agência Ed. Principal (térreo) + Caixas Eletrônicos Ed. Principal (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato	2017/159 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Agência AIV (térreo)	Permissão	2014/081.2 (vigência a partir de 3/5/16)	Processo n. 102.333/06 - Aditivo ao Termo de Permissão de
9701.00206.500-4	Gol Transportes Aéreos S.A. (Vrg Linhas Aéreas S.A.)	Balcão de Atendimento e Loja (térreo AIV)	Permissão	2009/038	Processo n. 105.141/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/038.0 Processo n.2009/118.728 - Despacho autorizativo do DG
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	Avianca - Balcão de Atendimento (térreo AIV)	Permissão	2008/147	Processo n. 162.089/08 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/147.0
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	Balcão de Atendimento (térreo AIV)	Permissão	2008/120	Processo n. 109.077/07 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/120.0
9701.00206.500-4	Tam Linhas Aéreas S.A.	Balcão de Atendimento e Loja (térreo AIV)	Permissão	2007/176	Processo n. 105.129/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2007/176.0
9701.00206.500-4	Senac - Restaurante Escola	Senac - Restaurante (10º andar AIV)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00206.500-4	Senac - Lanchonete Escola	Senac - Lanchonete (10º andar AIV)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5

RIP	Empresa	Localização	Formalização de contratação		
			Instrumento	Número	Processo/termo/contrato/aditivo/d espacho
9701.00213.500-2	Taioba Self Service Ltda. - Restaurante e Lanchonete	?????	Contrato	2016/112 (vigência a partir de 16/6/16)	Processo n. 126.367/12 - Aditivo ao Contrato n. 2016/112.1
9701.00213.500-2	Ascade - Farmácia	Farmácia (subsolo AIII)	Permissão	2008/041	Processo n. 5.351/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/041.0
9701.00288.500-1	Ascade	Ascade (27º andar - AI)	Permissão	2008/041	Processo n. 5.351/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/041.0
9701.00221.500-6	Oi (Brasil Telecom Celular S.A.)	Oi (subsolo AII)	Autorização	2007/019	Processo n. 17.634/04 - Termo de Autorização n. 2007/019.0
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	Nextel (subsolo AII e unidades remotas)	Permissão	2009/030	Processo n. 134.591/05 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/030.0
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	Vivo (subsolo AII)	Permissão	2009/023	Processo n. 164.649/08 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/023.0
9701.00221.500-6	Claro (Amerigel S.A.)	Claro (subsolo AII)	Permissão	2009/024	Processo n. 164.648/08 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/024.0
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	Aerotur (superior AII, sala DG)	Contrato	2014/140	Processo n. 131.291/13 - Aditivo ao Contrato n. 2014/140.2
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. - TUP (Orelhão)	Brasil Telecom (térreo AII)	Permissão	2013/053	Processo n. 017.634/04 - Termo de Permissão de Uso n. 2013/053.0
9701.00221.500-6	Assessoria - Ministério Público Federal MPF/PGR	MPF/PGR (7º andar - AIV)	Autorização	2013/250	Processo n. 145.323/11 - Termo de Autorização de Uso n. 2013/250.0
9701.00287.500-6	Senac - Lanchonete Escola	Senac - Lanchonete e Vestiário (térreo Cefor)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	Fundação (27º andar - AI)	Cessão de Uso	2009/106	Processo n. 114.532/05 - Termo de Cessão de Uso n. 2009/106.0
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	Fundação (26º andar - AI)	Cessão de Uso	2009/107	Processo n. 104.755/06 - Termo de Cessão de Uso n. 2009/107.0
9701.00288.500-1	Sindilegis	Sindilegis (27º andar - AI)	Permissão	2008/044	Processo n. 5.558/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/044.0
9701.00288.500-1	Associação dos Congressistas do Brasil - ACB	ACB (20º andar - AI)	Autorização	2014/69	Processo n. 119.391/09 - Termo de Autorização de Uso n. 2014/069.0
9701.00288.500-1	Legiscred	Sicoob Legislativo (27º andar AI)	Permissão	2008/121	Processo n. 112.583/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/121.0
9701.00288.500-1	Senac - Lanchonete Escola	Senac - Lanchonete (térreo Ed. Principal) + Lanchonete Parlamentar (3º pavimento Ed. Principal)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da CD.

Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores

RIP	Cessionário	Área de ocupação (m²)			Valores	
		Caderno de ocupação	Contratual	Planilha de cobranças	Previsto em instrumento (R\$/mês)	Arrecadados (R\$)
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	17,66	3,09	17,28	1.354,42	13.466,67
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	403,36	396,24	396,24	29.877,60	247.482,43
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	337,43	337,31	337,31	25.916,95	172.358,80
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	403,36	403,36	403,36	43.846,88	158.427,12
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	337,43	338,92	338,92		
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	126,27	125,18	125,18	9.490,99	89.654,06
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	178,99	178,23	178,23	13760,06	103.940,47
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	126,27	126,27	126,27	18.293,29	47.803,84
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	178,99	180,48	180,48		
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	227,53	227,53	227,53	17.117,49	87.477,27
9701.00206.500-4	Gol Transportes Aéreos S.A. (Vrg Linhas Aéreas S.A.)	54,41	92,49	52,3	4.214,55	46.139,71
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	16,13	15,6	15,6	1.198,26	13.966,46
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	3,19	3,09	3,09	273,74	2.780,89
9701.00206.500-4	Tam Linhas Aéreas S.A.	65,38	78,8	62,08	4.880,60	39.493,16
9701.00206.500-4	Senac - Restaurante Escola (Anexo IV - 10º Pavimento)	1316,39	1496	-	Isento	-
9701.00206.500-4	Senac - Lanchonete Escola (Anexo IV - 10º Pavimento)	304,35	327	-	Isento	-
9701.00213.500-2	Taioba Self Service Ltda. - Restaurante e Lanchonete	1540,59	-	-	123.709,66	843.158,82
9701.00213.500-2	Ascade - Farmácia	45,5	45,3	45,3	4.393,18	63.490,81
9701.00288.500-1	Ascade	51,47	77,51	77,51	4.991,54	-
9701.00221.500-6	Oi (Brasil Telecom Celular S.A.)	3,33	3	3	942,70	11.312,40
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	15,89	15	15	1.802,55	15.367,50
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	38,91	46	46	7.192,82	66.284,91
9701.00221.500-6	Claro (Americel S.A.)	14,46	12	12	2.824,46	21.107,20
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	5,12	-	-	176,80	2.295,62
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. - Tup (orelhão)	1,58	1,58	-	Isento – Ato da Mesa n. 61, de 2005	-
9701.00221.500-6	Assessoria - Ministério Público Federal MPF/PGR	45,39	37	-	Isento – Ato da Mesa n. 61, de 2005	-
9701.00287.500-6	Senac - Lanchonete Escola	92,47	74	-	Isento	-
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	48,39	46,02	46,02	3.524,50	33.739,19
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	158,38	129,67	129,67	9.798,19	46.021,70
9701.00288.500-1	Sindilegis	31,65	27,44	27,44	2.105,72	20.143,52
9701.00288.500-1	Associação dos Congressistas do Brasil - ACB	66,46	66,46	-	Isento	-
9701.00288.500-1	Legiscred	15,06	14,37	14,37	1.139,17	10.986,04
9701.00288.500-1	Senac - Lanchonete Escola (Ed. Principal)	191,5	82	-	Isento	-

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da CD.

Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2017

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
CotasNet 3.0	Evolução do sistema Cotasnet visando a automação de operações que reduzam as operações manuais de conferência de documentos fiscais reembolsáveis da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar e ampliação da transparência e do controle social sobre essas despesas.	Aumento da eficiência; Robustez e mais efetividade na validação dos dados; Desmaterialização do lote de notas fiscais eletrônicas; Aprimoramento do processo de trabalho com automatização de algumas rotinas manuais e conferência de documentos fiscais; Redução de impressão de recibos; Aprimoramento do processo de trabalho de controle sobre bilhetes aéreos.	Não previsto	Não se aplica	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE2
eDoc - solução de tramitação de documentos eletrônicos	Prover solução para iniciar o processo de implantação gradativa do uso de documentos e processos totalmente eletrônicos, em substituição ao tradicional uso de papel na área administrativa da Câmara dos Deputados.	Modernizar a tramitação de processos administrativos da Câmara dos Deputados. A solução, além de oferecer ganho de produtividade, simplifica, agiliza, controla e proporciona mais segurança aos processos administrativos, e possibilita a racionalização dos gastos com tinta e papel, reduzindo a utilização de recursos naturais.	R\$3.888.530,00	R\$2.592.615,86	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE4
Infoleg - Autenticador	Desenvolvimento de novo autenticador para possibilitar o envio (apresentação), o recebimento e a numeração automáticos de proposições e demais documentos legislativos, considerando a utilização de assinatura digital e o armazenamento e versionamento de documentos em repositório específico para gestão de documentos.	Aprimoramento das rotinas de autenticação; maior abrangência da sistematização dos procedimentos relacionados ao Processo Legislativo; Aprimoramento da qualidade da informação legislativa; organização e integração das informações; padronização e preenchimento automático de dados do documento autenticado; gestão documental (armazenamento, versionamento, segurança, diversidade de formatos, etc.); garantir suporte ao Processo Legislativo Eletrônico (assinatura digital); suporte ao LeXML e nova arquitetura de informação; atualização tecnológica (maior robustez da aplicação); ambiente <i>Web</i> .	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2
Infoleg - Fase Inicial do Processo Legislativo	Módulo do Infoleg para elaboração do despacho e distribuição das proposições legislativas numeradas às comissões competentes.	Aprimoramento das rotinas e maior abrangência da sistematização dos procedimentos relacionados ao Processo Legislativo; Aprimoramento da qualidade da informação legislativa; Padronização de dados de documentos recebidos com consequente redução das atividades de conferência; Possibilidade de configuração das ações executadas sobre o documento recebido; Simplificação do encaminhamento de documentos originais eletrônicos e cópias em papel; Aprimoramento da rotina para elaboração de despachos; Elevação do nível de segurança para acesso ao texto do despacho durante sua elaboração (o texto deve ser sigiloso antes da publicação do despacho); Ampliação de possibilidades de pesquisas utilizando	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		dados de despacho; Possibilidade de configuração das ações executadas sobre a proposição durante o subprocesso de distribuição; Garantia de compatibilidade e coerência das informações disponibilizadas na internet e intranet; Atualização tecnológica (maior robustez da aplicação); Ambiente <i>Web</i> .				
PLIP - Plataforma Digital para Projetos de Lei de Iniciativa Popular	Desenvolver e implantar plataforma tecnológica para viabilizar a apresentação eletrônica de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, com recursos para cadastramento de projetos, recebimento de subscrições eletrônicas, validação das subscrições recebidas e publicação na internet do andamento do processo de apoioamento.	Simplificação do processo de coleta de assinaturas para Projetos de Lei de Iniciativa Popular; Desoneração do processo de conferência e consolidação de assinaturas válidas; Coibição da coleta fraudulenta de subscrições; Incremento da transparência do processo de coleta, com publicação na internet do andamento e consolidação dos apoimentos; Oferta de nova perspectiva para a população em relação à Câmara dos Deputados, com abertura da instituição para incluir cada vez mais os cidadãos no exercício da política.	Ainda não há valor orçado	R\$0,00	2º Semestre de 2018	3. Interação OE7
CotasNet - Módulo para Controle do Cidadão	Oferecer solução para recuperar e disseminar dados das despesas relativas ao uso da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar.	Agilidade, rapidez e flexibilidade na pesquisa; racionalização de recursos; redução da quantidade de requerimentos de acesso à informação relacionada ao uso da Ceap; ampliação da transparência dos gastos da Ceap; conformidade com a Lei Acesso à Informação.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE7
Informações Gerenciais - Execução Orçamentária	Disponibilização de informações de execução orçamentária de forma mais ampla e prática.	Disponibilizar numa única base, as execuções orçamentárias de vários anos, proporcionando assim o cruzamento de dados e também séries históricas; Disponibilizar relatórios de execução orçamentária através do portal Orçamento Brasil, facilitando assim o acesso a tais informações (obs.: esses relatórios atualmente estão disponíveis em bases Access, plataforma proprietária, forçando o usuário a baixar a base de cada ano separadamente para extrair informações); Consolidar uma estrutura de dados visando futuramente disponibilizar informações no formato de dados abertos.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE4
Modernização da Pesquisa e da Interface com o Usuário do Banco de Discursos da Câmara dos Deputados	Realizar aprimoramentos no aplicativo de busca de discursos do Portal da Câmara e modernização de sua interface com usuário.	Maior flexibilidade e desempenho na pesquisa de discursos do Portal; melhor desempenho com a migração para a plataforma tecnológica mais moderna; aperfeiçoamento da interface com o usuário, utilizando padrões <i>web</i> atuais, visando aprimorar a experiência de uso do aplicativo.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE1
Orçamento Brasil - Novo Portal	Implantação de aprimoramentos na visualização e organização das informações e serviços da área Orçamento Brasil, no portal da Câmara dos Deputados.	Implementação da arquitetura da informação definida no planejamento do site. Construção das páginas e recursos de navegação do site; dos serviços de pesquisa de informações	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	2. Transparência OE7









Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		orçamentárias e dos serviços de interação com a sociedade.				
Painel de Dados Eleitorais - Siele	Construção de painéis que possibilitem aos usuários da Câmara dos Deputados e à sociedade acesso facilitado a dados eleitorais e informações consolidadas quanto às votações, despesas, receitas e bens dos candidatos, com possibilidade de cruzamentos de variáveis e construção de modelos que permitam analisar o processo eleitoral.	Acesso com maior clareza e tempestividade a dados tratados e consolidados sobre eleições, bem como a elaboração de modelos de análise estatística; maior facilidade para produção de estudos e proposições a respeito do processo eleitoral e assessoramento das comissões; possibilidade de cruzamento com outras bases de dados consolidadas desenvolvidas pelo Centro de Informática em parceria com a Consultoria Legislativa e outros órgãos da Câmara dos Deputados, ampliando a capacidade de análise; possibilidade de utilização para fins acadêmicos pelos alunos dos cursos de especialização e mestrado promovidos pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	2. Transparência OE5
Painel Legislativo	Provimento de solução que possibilite a geração e a consulta de informações legislativas através de painéis gerenciais, bem como a geração de relatórios de forma tempestiva sobre informações legislativas no âmbito das comissões para subsidiar o processo de tomada de decisões e atender demandas diversas do público atuante e interessado no Processo Legislativo.	Disponibilidade de informações gerenciais para subsidiar o processo de decisão; Agilidade no atendimento das demandas por informações legislativas produzidas nas comissões; Maior facilidade no acesso às informações das comissões.	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	2. Transparência OE5
Sistema de Distribuição de Recursos para Emendas Coletivas	Solução informatizada para controlar o processo de distribuição de emendas coletivas: geração dos registros, disponibilização remota às bancadas para fazerem suas distribuições, processo de fechamento, retorno e consolidação automática dos registros.	Tornar o Processo Legislativo mais ágil e mais seguro no que se refere ao acesso aos dados pelas bancadas e à consistência dos dados.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2
Sistema de Gerenciamento de Proposições nas Comissões	Desenvolvimento de solução tecnológica para controle de proposições no âmbito das comissões, contemplando análises de pareceres, pedidos de pauta e relatoria, distribuição de relatorias, verificação de presença, inserção de protocolo, além de possibilitar a pesquisa de matérias correlatas e a gestão de inversão de itens da pauta.	Controle, agilidade, confiabilidade, disponibilidade, auxílio no processo de decisão do Presidente.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE5
Sistema para interligação entre o Termo de Referência Eletrônico e o Sistema de Gestão Orçamentária	Integração entre o Termo de Referência do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços com a respectiva previsão orçamentária constante no Sistema de Gestão Orçamentária.	Aprimoramento do processo de planejamento em relação aos recursos orçamentários; Eliminação de procedimentos burocráticos.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE8
Aperfeiçoamento da Enquete	Aperfeiçoamento da enquete do portal corporativo em atendimento aos requisitos de segurança da informação.	Aumento da participação social nos temas em discussão na Casa; Aumento do número de visitas ao Portal Institucional, situação que pode ser aproveitada para apresentar outros conteúdos (preferencialmente relacionados ao tema) ao usuário, possibilitando aumentar o conhecimento sobre o tema; Apresentação aos parlamentares do que pensam as pessoas de seu estado sobre o tema, possibilitando	Não previsto	Não previsto	-	3. Interação OE1




Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		fortalecer a democracia representativa e dar informações para estratégias do parlamentar; Aprimoramento da imagem da Casa como órgão legislativo e de representatividade. Se bem divulgada, a enquete terá potencial para melhorar a imagem da Casa perante a sociedade. Isso será verdade à medida que a sociedade identificar que sua participação gerou impacto nos resultados da Câmara (ex.: uma votação da sociedade gerar uma audiência pública sobre o tema ou mesmo mudar a posição de parlamentares em uma votação).				
Aprimoramento da Plataforma de Virtualização - Ferramentas	Contratação de suporte de atualização da plataforma de virtualização, assim como a necessidade de agregação de ferramentas apropriadas de gestão, segurança, disponibilização de novos serviços, etc.	Além de manter a disponibilidade do ambiente, a intenção é possibilitar maior autonomia e agilidade na entrega de servidores virtuais, melhorando a gestão e os recursos de segurança da plataforma.	R\$2.218.129,36	R\$0,00	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE8
Desafio.leg.br	Portal no qual a Câmara dos Deputados convida a sociedade para participar da resolução de problemas do legislativo através de desafios. Nesse modelo, os participantes – membros da sociedade independentemente de <i>expertise</i> , experiência ou credenciais – buscam proativamente usar a tecnologia da informação para criar instrumentos de aproximação com a sociedade, e ao mesmo tempo promover a modernização do ambiente legislativo com a captação de ideias inovadoras, o que possibilitará o acesso a um leque de talentos e conhecimentos altamente abrangente e diverso.	Promoção de inovação no governo e participação popular na resolução de problemas da Administração Pública; Fortalecimento da democracia no processo de busca de soluções; Maior transparência na gestão da Câmara dos Deputados; Estreitamento do relacionamento com o cidadão; Maior número de potenciais solucionadores de problemas comparando com as formas tradicionais de aquisição de soluções; Possibilidade de alcançar mais soluções para o mesmo problema em comparação com as formas tradicionais de resolução de problemas; Forma poderosa de auferir conhecimento em novas disciplinas e comunidades; Fomento à inovação e à incorporação de novas ideias pelo poder público; <i>Networking</i> com comunidades das áreas técnica, acadêmica e cultural; Só há pagamento se a solução estiver a contento; Aprimoramento da eficiência administrativa e da utilização dos recursos.	R\$50.000,00	R\$25.000,00	1º Semestre de 2018	3. Interação OE1
Evolução do Processo de Gestão de Riscos de TIC	Aprimoramento do processo de gestão de riscos relacionados à TIC a partir da concepção e implantação de nova metodologia para sua identificação, avaliação, classificação, priorização e tratamento, da definição de papéis e responsabilidade sobre seu acompanhamento e da elaboração de indicadores estratégicos sobre o processo.	Aprimoramento da qualidade na identificação dos riscos; Possibilidade de priorização dos riscos para definição dos tratamentos adequados; Maior efetividade na prevenção de riscos relacionados à TIC.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE4
Implantação de gestão de capacidade	Prover a gestão da capacidade dos ativos de TIC de modo que esteja adequada às necessidades atuais e futuras da instituição, a custo aceitável.	Aumento do grau de maturidade no que tange ao gerenciamento do ciclo de vida dos ativos de TIC; Implantação de processos e boas práticas de	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE8

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		gerenciamento de ativos de TIC; Gerenciamento e controle dos componentes de TIC (<i>hardware</i> e <i>software</i>) que sustentam os serviços de TIC; Atendimento tempestivo das demandas de TIC; Redução de riscos; Planejamento e otimização de aquisições, com base nos requerimentos e prioridades de negócio; Aprimoramento dos processos de gerenciamento de capacidade e de monitoramento da infraestrutura de TIC.				
Mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação	Elaborar e implantar normatização, processo e sistema para gerir papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação.	Aprimoramento dos processos de provimento de soluções de TIC; Clareza para os gestores, colaboradores e unidades administrativas acerca das responsabilidades que lhes são atribuídas em relação a serviços, sistemas e informações.	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	7. Gestão OE4
Modernização do sistema de imagens do Plenário Ulysses Guimarães	Modernização do sistema de imagens do Plenário Ulysses Guimarães com uso de tecnologia da informação.	Simplicidade e flexibilidade para evoluções e rapidez em solução de problemas.	R\$38.444,26	R\$36.961,63	1º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2
Sistema de reconhecimento de orador pela voz	Solução para identificação do Parlamentar que fala ao microfone por meio do reconhecimento de sua voz.	O Operador do Sistema Eletrônico de Votação teria, com precisão e no tempo exato, o nome do Parlamentar que está falando. Assim, indefinições, atrasos e falhas de identificação seriam eliminados ou muito minimizados.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE
Mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação	Elaborar e implantar normatização, processo e sistema para gerir papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação.	Aprimoramento dos processos de provimento de soluções de TIC; Clareza para os gestores, colaboradores e unidades administrativas acerca das responsabilidades que lhes são atribuídas em relação a serviços, sistemas e informações.	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	7. Gestão OE4

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados

Nome do serviço	Descrição	Área gestora
 CÂMARA DOS DEPUTADOS Portal da Câmara dos Deputados	Portal Institucional da Câmara dos Deputados disponível na internet que reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados; promover a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferecer mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação.	Comitê Gestor do Portal
 e-Democracia Portal e-Democracia	O e-Democracia é um espaço público, virtual e interativo, que tem como objetivo promover a participação colaborativa de cidadãos no processo de elaboração de leis de interesse nacional. Ele é composto por comunidades virtuais temáticas, com acesso restrito aos seus integrantes; e pelo Espaço Cidadão, onde a participação é livre para todos que tiverem interesse de opinar sobre proposições em discussão na Câmara dos Deputados.	Diretoria-Geral/Laboratório Hacker
 Infoleg Aplicativo de Informações Legislativas	Aplicativo para dispositivos móveis com informações das atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Departamento de Comissões
 DADOS ABERTOS Portal de Dados Abertos	O Portal de Dados Abertos fornece dados sobre as atividades parlamentares da Casa a qualquer cidadão que possa se conectar à internet. Esse acesso livre à informação permite que os cidadãos possam fiscalizar, monitorar, conhecer e discutir os gastos, as ações e as decisões das entidades.	Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.
 Fale Conosco	O portal Fale Conosco é um canal que permite o cidadão interagir com a Câmara dos Deputados. Por meio do portal o cidadão pode solicitar informação à Câmara dos Deputados, enviar mensagem ao seu Deputado ou a uma Comissão, sugerir um projeto de lei para Banco de Ideias, manifestar seu posicionamento quanto a fatos políticos ou legislativos, elogiar ou sugerir aprimoramentos para os serviços da Câmara, reclamar sobre mau funcionamento de atividades da Câmara e denunciar ilegalidade ou abuso de poder na atuação da Câmara.	Centro de Documentação e Informação
 Acompanhamento de proposições	O Serviço de Acompanhamento de Proposições permite pesquisas na base de proposições da Câmara, com acesso a detalhes e ao inteiro teor para as proposições que já tenham disponíveis. Nele é possível escolher o tipo de proposição, o número, o ano ou o autor, bem como decidir se quer acompanhar proposições que ainda estejam em tramitação ou não.	Secretaria-Geral da Mesa
 Boletins Eletrônicos	A Câmara oferece o serviço de boletim eletrônico, enviado por e-mail, com informações atualizadas sobre a atuação dos deputados, proposições, notícias. Também é possível receber a programação da TV Câmara e da Rádio Câmara .	Secretaria de Comunicação
 Plenarinho o jeito criança de ser cidadão Plenarinho	O Plenarinho é um programa de relacionamento da Câmara dos Deputados com a comunidade, de caráter educativo, voltado para o universo infantil: crianças de 7 a 14 anos, pais e professores. O programa ancora-se no portal na internet - www.plenarinho.leg.br – e inclui as ações Câmara Mirim e Eleitor Mirim, bem como a produção e distribuição de material impresso. Seu slogan é: “O jeito criança de ser cidadão ”. Por meio de uma linguagem acessível e lúdica, o Portal Plenarinho informa sobre o Poder Legislativo – elaboração de leis e atuação parlamentar -, política, democracia e organização do Estado . Outros temas sociais e educativos relacionados ao cotidiano infantil também são abordados, como saúde, meio ambiente, educação e lazer.	Secretaria de Comunicação

Nome do serviço	Descrição	Área gestora
Câmara dos Deputados Siele (Sistema de Informações Eleitorais) - Visão Geral Sistema de Informações Eleitorais - Siele	O Sistema de informações eleitorais visa facilitar a análise de dados relativos às eleições gerais e municipais. Permite levantar informações de candidatos em relação a local de candidaturas, partidos e desempenho nas urnas. Também é possível pesquisar dados sobre prestação de contas das campanhas, com opções de filtros. Para as eleições municipais, há dados sobre municípios, capitais e faixa populacional. Para entrar no sistema, navegue no Portal Institucional: Deputados/Conheça os Deputados/Informações Eleitorais/Siele.	Consultoria Legislativa
Orçamento da União Portal Orçamento Brasil	O portal Orçamento Brasil permite ao cidadão a consulta dos recursos públicos da União liberados para todo o país, seja por transferências voluntárias ou constitucionais. Possui relatórios com enfoques diversos, incluindo repasses a estados, municípios e entidades privadas, repasses via convênios e também aqueles relacionados a emendas parlamentares.	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Controle Cidadão Controle cidadão	A página da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar foi reformulada para cumprir o que está previsto na Lei de Acesso à Informação, permitindo uma pesquisa mais completa dos gastos dos deputados com a Cota. Agora será possível pesquisar vários deputados ao mesmo tempo, por um período de tempo ampliado, e escolher um ou mais tipos de despesa. Os resultados podem ser agrupados por mês, deputado, partido, unidade da Federação e até pelo CNPJ das empresas que prestaram serviços aos parlamentares. Estão disponíveis 22 tipos diferentes de busca, a fim de viabilizar o controle cidadão das despesas dos representantes do povo na Câmara.	Departamento de Finanças
 Twitter da Câmara dos Deputados	Perfil oficial da Câmara dos Deputados no <i>Twitter</i> , com notícias sobre votações e debates	Secretaria de Comunicação e Assessoria de Projetos e Gestão
 Facebook da Câmara dos Deputados	Página oficial da Câmara no <i>Facebook</i> , mantida com o objetivo de ampliar a divulgação de suas atividades e promover a participação social no debate legislativo.	Secretaria de Comunicação e Assessoria de Projetos e Gestão
 Canal YouTube	Canal da Câmara dos Deputados no <i>YouTube</i> . Permite assistir ao vivo, sem cortes e sem edição, aos debates, às audiências públicas nas Comissões e às votações no Plenário da Casa. Convida o cidadão a ficar por dentro do processo legislativo e acompanhar a discussão de temas que influenciam o seu dia a dia, como saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, política e economia.	Secretaria de Comunicação

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação

Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
Gerenciar Catálogo de Serviços	Compreende as políticas que regulam a manutenção de um catálogo de serviços que tenha informações consistentes, atualizadas e disponíveis para os consumidores de serviços de TIC da Câmara dos Deputados.	- Instrução n. 3, de 27/1/2015 - Institui processo organizacional para gerenciamento do catálogo de serviços de Tecnologia da Informação no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados; - Ordem de Serviço n° 10, de 4/9/2015 - Designa o gerente do processo de gerenciamento do catálogo de serviço de tecnologia da informação e comunicação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec).	Gerenciamento do Catálogo de Serviços (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	Portal da intranet da Câmara dos Deputados e OTRS
Gerenciar níveis de serviço	Processo responsável por estabelecer os níveis de serviço de TIC e por garantir que os mesmos sejam alcançados por meio de um ciclo contínuo de identificação da necessidade, acordos, monitoração, revisão em períodos regulares e execução de aprimoramentos. Visa desenvolver relacionamento próximo com a área de negócio para garantir que a expectativa seja compreendida e o serviço monitorado e avaliado periodicamente para que seja entregue de forma adequada e atenda às necessidades.	Em fase de normatização	Gerenciamento do Nível de Serviços (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	OTRS
Gerenciar Implantação	Define procedimentos para gerenciar as implantações a fim de prover um ambiente estável, minimizando os impactos nos serviços providos pela Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação. Além disso, fornece suporte a outros processos da ITIL por meio de informação sobre a infraestrutura de TI montada a partir do banco de dados de Itens de Configuração, o Banco de dados de gerenciamento de configuração - BDGC.	- Instrução n° 2, de 13/1/2015 - Institui processo organizacional para gerenciamento da liberação e configuração de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados; - Ordem de Serviço n° 1, de 7/10/2016 - Designa o gerente do processo gerenciar implantação de TIC.	Gerenciamento de Liberação e Distribuição e Gerenciamento de Configuração e Ativos (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	OTRS
Gerenciar Incidentes	Define procedimentos de restabelecer a operação normal do serviço (de acordo com níveis de serviço pré-estabelecidos) o mais rápido possível e minimizar o impacto nas operações das áreas de negócio.	- Instrução n. 1, de 21/5/2012 - Institui processo organizacional para gerenciamento de incidentes de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 5, de 31/3/2014 - Designa o gerente do processo de gerenciamento de incidentes de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.	Gerenciamento de Incidentes (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	OTRS
Gerenciar Demandas	Visa entender, antecipar e influenciar as demandas de serviços de TIC originadas	- Instrução n° 1, de 13/1/2015 - Institui processo organizacional para gerenciamento de demandas de Tecnologia da Informação no domínio das	Gerenciamento de Demanda (ITILv3),	eDoc (sistema de gerenciamento eletrônico)

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
	pelos clientes.	atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados; - Ordem de Serviço n. 2, de 13/1/2015 - Designa o gerente do processo de gerenciamento de demandas de Tecnologia da Informação.	ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	de documentos)
Gerir Projetos	Define procedimentos e boas práticas que visam assegurar que os projetos entreguem os resultados esperados dentro do prazo, escopo e custos planejados.	- Instrução n. 2, de 8/4/2014 - Institui o Processo de Gestão de Projetos aplicado à Ditec (PGP-Cenin) como processo organizacional de gerenciamento de projetos a ser adotado nas demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação a serem tratadas como projetos no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 8, de 8/4/2014 - Designa o gerente do Processo de Gestão de Projetos aplicado à Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (PGP-Cenin).	PMBOK 5ª Edição.	Microsoft Office Project Professional. Ambiente Corporativo de Projetos (EPM)
Desenvolver Sistemas de TIC (Siga-me)	Institui procedimentos para construção e manutenção de sistemas no âmbito da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, utilizando princípios de técnicas ágeis.	- Instrução da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação n° 1, de 5/2/2013 - Institui o processo Siga-me como processo organizacional de engenharia de sistema e de <i>software</i> a ser adotado nos projetos de desenvolvimento e de manutenção de soluções e produtos de <i>software</i> no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 7, de 28/7/2015 - Designa o gerente do processo Siga-me.		Sonar, Jenkins, Redmine, Wiki
Fiscalizar Contratos de TIC (Fiscon)	Institui procedimentos para acompanhamento e fiscalização de contratos de TI.	- Instrução n. 3, de 8/11/2012 - Institui o processo Fiscon como processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 6, de 31/3/2014 - Designa o gerente do processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos do domínio da Tecnologia da Informação e Comunicação - Fiscon.		Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço - Sigmas (sistema desenvolvido internamente)
Gerir Orçamento	Institui procedimentos para gestão orçamentária de TIC.	Em fase de normatização.		Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço - Sigmas e Sistema de Gestão Orçamentária - Siorc.
Gerir Riscos	Estabelece procedimentos para identificação e tratamento de riscos associados à gestão de TIC.	Em fase de normatização	Norma ISO 31000:2009 - Risk Management - Principles and Guidelines.	
Prover Solução de TI	Estabelece procedimentos para provimento de soluções de TIC, envolvendo desenvolvimento e/ou aquisição	Em fase de normatização	Processo COBIT 5 BAI03 - Gerenciar identificação e desenvolvimento de soluções.	

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2013

Caracterização da Determinação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
017.607/2014-0	696/2017 - TCU – Primeira Câmara	9.3 (9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5)	Acórdão 696/2017-TCU-1ªC	2/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Câmara dos Deputados				
Descrição da Determinação				
<p>“VISTOS, relatados e discutidos o recurso de reconsideração interposto nos presentes autos de prestação de contas do exercício de 2013 da Câmara dos Deputados, apreciada por meio do Acórdão 5589/2015-TCU-1ª Câmara, que julgou regulares e regulares com ressalva as contas dos responsáveis, com determinações.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos artigos. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. conhecer do recurso interposto pela Câmara dos Deputados para, no mérito, dar-lhe provimento;</p> <p>9.2. com fundamento nos artigos. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas de Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF-313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF-237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF- 358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF-170.479.943-00; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF-385.325.731-34, dando-lhes quitação plena;</p> <p>9.3. recomendar à Câmara dos Deputados, em substituição às determinações contidas nas alíneas “c.3” a “c.7” do item 1.7.1 do acórdão recorrido, que:</p> <p>9.3.1. promova melhorias no processo de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;</p> <p>9.3.2. promova melhoria na definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;</p> <p>9.3.3. promova melhorias no nível de avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;</p> <p>9.3.4. promova melhoria na mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e</p> <p>9.3.5. adote ou promova melhorias no registro de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade;</p> <p>9.4. comunicar o teor deste acórdão, juntamente com o parecer técnico (peças 28), à recorrente e aos responsáveis.”</p> <p><u>TC 017.607/2014-0 - Acórdão n. 5.589/2015-TCU-1ª Câmara – PRESTACÃO DE CONTAS DE 2013</u></p> <p>“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas dos Srs. Henrique Eduardo Lyra Alves, CPF-130.470.197-20; Marco Aurélio Spall Maia, CPF- 475.008.670-34; André Luiz Vargas Ilário, CPF-497.509.509-25; Rosilda de Freitas, CPF- 379.675.177-68; Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva, CPF-534.671.084-15; Fábio Salustino Mesquita de Faria, CPF-021.287.284-28; Jorge Tadeu Mudalen, CPF-956.632.238-00; Simão Sessim, CPF-034.410.677-20; Inocêncio Gomes de Oliveira, CPF-001.776.014-34; Maurício Quintella Malta Lessa, CPF-803.556.334-34; Júlio César Delgado, CPF-819.933.586-68; Antônio Carlos Biffi, CPF-797.963.468-34; Geraldo Resende Pereira, CPF-128.969.181-91; Luiz Gonzaga Patriota, CPF-019.609.704-93; Carlos Humberto Mannato, CPF-574.807.887-20; Wolney Queiroz Maciel, CPF-749.899.104-78; Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira, CPF-002.306.854-04; Vitor Penido de Barros, CPF-010.754.386-91; Sérgio Ivan Moraes, CPF-205.042.250-49; Hidekazu Takayama, CPF-524.993.838-87; Rogerio Ventura Teixeira, CPF-292.707.311-20, dando-lhes quitação plena e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva as contas dos responsáveis Srs Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF-313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF-237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF-358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF-170.479.943-00; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF-385.325.731-34, dando-lhes quitação.</p> <p>(...)</p> <p>1.7.1. Determinar à Câmara dos Deputados com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que, se ainda não o fez:</p> <p>c.1) adote nos processos de governança corporativa, gestão estratégica e gerência de projetos metas explícitas e específicas e indicadores que permitam avaliação objetiva do desempenho da gestão;</p> <p>c.2) promova a integração efetiva entre a gestão de projetos e a gestão de processos, de modo a que a clara identificação de processos estratégicos permita a devida alocação de esforços para a consecução dos objetivos organizacionais, além de permitir que os projetos, ao serem executados, gerem os impactos esperados;</p> <p>c.3) promova melhorias no processo de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;</p>				

- c.4) promova melhoria na definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;
- c.5) promova melhorias no nível de avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;
- c.6) promova melhoria na mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e
- c.7) adote ou promova melhorias no registro de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade”.

Medidas Adotadas

Em continuidade às medidas já adotadas, informa-se que a elaboração de uma Metodologia de Gestão de Riscos para a Casa tornou-se projeto corporativo, ou seja, um projeto de elevada prioridade para a Câmara dos Deputados. Desde então, os avanços produzidos no âmbito do projeto foram:

- 1) Teste piloto da metodologia, em trabalho conjunto entre Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge) e Departamento Técnico (Detec), para gestão dos riscos relacionados ao fornecimento de energia elétrica e iluminação para as sessões plenárias e reuniões de comissões;
- 2) Teste piloto da metodologia pela Central de Compras da Câmara dos Deputados, consistindo na avaliação de riscos inerentes aos processos de compras, contratações e prorrogações contratuais;
- 3) Realização de evento para sensibilização de gestores, orientando-os a preparar suas equipes para a capacitação e a implantação da Política de Gestão de Riscos.
- 4) Realização da primeira ação do Programa de Educação Continuada (PEC) Gestão de Riscos, entre os dias 19 e 26 de outubro de 2017, com 15 servidores capacitados;
- 5) Apreciação, pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), da minuta de ato da Mesa instituindo a Política de Gestão Corporativa de Riscos na Câmara dos Deputados, com os objetivos de:
 - I – implantar modelo corporativo de gestão de riscos;
 - II – implementar governança para a manutenção e o contínuo aperfeiçoamento do modelo corporativo de gestão de riscos;
 - III – identificar, avaliar, tratar e monitorar de modo adequado os riscos a que a Câmara dos Deputados está exposta;
 - IV – auxiliar os gestores de riscos, das diversas instâncias, no processo de tomada de decisões;

Os avanços enumerados acima lançam as bases para a solução das recomendações 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4.

Em resumo, a Câmara dos Deputados fez testes de metodologia, capacitou servidores, sensibilizou gestores e elaborou uma proposta de política de Gestão de Riscos Corporativos, um projeto estratégico de elevada prioridade. Ganhos de escala nessas frentes de trabalho virão ao encontro do completo atendimento das recomendações do Acórdão nº 696/2017-TCU-1ª Câmara.

Quanto ao item 9.3.5, “adote ou promova melhorias no registro histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade”, a Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de investir em documentação eletrônica, com vistas à redução do consumo de papel, maior celeridade dos processos e prevenção de fraudes. Dois projetos corporativos buscam alcançar esse objetivo.

O primeiro deles é o projeto de implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos integrado com uma suíte de *Enterprise Content Management* (ECM), que na Câmara dos Deputados ficou popularmente conhecido por eDoc.

O novo sistema visa garantir a preservação, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade dos documentos, assegurando que estejam em conformidade com a legislação arquivística. Os processos em papel estão sendo gradualmente substituídos por processos exclusivamente digitais. Por determinação da Diretoria-Geral, desde 20/09/2017, todo documento criado na Casa deve ser inteiramente eletrônico.

O segundo projeto corporativo que busca prevenir adulterações em documentos, complementar ao eDoc, é a implantação do Serviço de Preservação Digital. O novo projeto está alinhado com a Lei de Acesso à Informação, com a Política de Preservação Digital (Ato da Mesa nº 48, de 2012), com a Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados (Ato da Mesa nº 47, de 2012), e com a Política de Gestão de Conteúdos Informativos (Ato da Mesa nº 46, de 2012).

Este serviço busca responder a riscos de obsolescência dos equipamentos, deterioração dos suportes, descontinuação de sistemas e bases de dados e descontinuação de determinado formato de arquivo. Esses riscos, se concretizados, poderiam tornar irrecuperáveis as informações contidas em documentos eletrônicos. Portanto, fazendo cumprir o Ato da Mesa nº 48, de 2012, o projeto visa criar um Repositório de Preservação Digital, que será o local adequado para armazenamento do Documento Digital Consolidado (DDC). O DDC é definido como “documento digital que é produzido a partir de sistemas informatizados, numa forma independente desses sistemas e adequada para apresentação e acesso humano, cuja informação é independentemente compreensível”. Com isto, preserva-se a integridade, a autenticidade e o acesso às informações digitais no longo prazo, em conformidade com padrões de preservação digital.

Síntese dos resultados obtidos:

- Metodologia de Gestão de Riscos que englobou o teste piloto na Assessoria de Projetos e Gestão e no Departamento Técnico, realização de evento de sensibilização para gestores, realização de treinamento.
- Implantação do eDoc e projeto do Serviço de Preservação Digital.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço patrimonial

Exercício: 2017

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		941.467.488	1.031.611.765
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	925.737.568	1.016.028.989
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	8.519.550	7.007.135
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	3	6.887.160	8.201.656
VPDs Pagas Antecipadamente		323.210	373.985
Ativo Não Circulante		1.152.918.755	1.150.419.284
Ativo Realizável a Longo Prazo		16.667.303	16.232.580
Créditos a Longo Prazo	4	728.052	728.052
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.555.157	6.555.157
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(5.827.105)	(5.827.105)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	15.939.251	15.504.528
Investimentos		-	-
Imobilizado		1.122.385.684	1.115.750.193
Bens Móveis		145.550.773	148.305.315
Bens Móveis	6, 14	214.294.448	228.516.350
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(68.743.675)	(80.211.036)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		976.834.911	967.444.879
Bens Imóveis	6	981.284.148	969.070.793
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(4.449.237)	(1.625.915)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		13.865.767	18.436.511
Softwares		13.865.767	18.436.511
Softwares	7	35.148.174	34.458.864
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(21.282.407)	(16.022.354)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Diferido		-	-
Total do Ativo		2.094.386.243	2.182.031.048

Balanço patrimonial

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante		20.665.345	15.699.419
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	11.632.699	5.575.598
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		28.075	27.829
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	9.004.571	10.095.992
Passivo Não Circulante		6.127	6.127
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. a Longo Prazo		6.127	6.127
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Exigível		20.671.472	15.705.546
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		2.073.714.771	2.166.325.503
Resultado do Exercício		(86.088.231)	218.899.372
Resultados de Exercícios Anteriores		2.166.325.502	1.820.145.907
Ajustes de Exercícios Anteriores	2, 10	(6.522.500)	127.280.224
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		2.073.714.771	2.166.325.503
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.094.386.243	2.182.031.048

Fonte: Siafi.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

(Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2017	2016	Especificação	2017	2016
Ativo Financeiro	925.741.163	1.016.108.399	Passivo Financeiro	91.916.873	75.499.517
Ativo Permanente	1.168.645.080	1.165.922.650	Passivo Permanente	10.152.869	4.090.741
			Saldo Patrimonial	1.992.316.500	2.102.440.791

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação

(Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016
Atos Potenciais Ativos			
Execução dos Atos Potenciais Ativos		50.821.252	48.627.614
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	11	49.531.763	46.928.398
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-
Direitos Contratuais a Executar		1.289.489	1.699.216
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		50.821.252	48.627.614
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos		1.314.568.856	743.424.304
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		13.280	107.538
Obrigações Contratuais a Executar	12	1.314.555.576	743.316.766
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.314.568.856	743.424.304

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro

(Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Destinação de Recursos	Nota Explicativa	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		222.053.755
Recursos Vinculados		611.770.535
Operação de Crédito		1.000.000
Alienação de Bens e Direitos		600.657
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		610.169.878
TOTAL		833.824.290

Fonte: Siafi.

2. Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas		5.505.150.145	5.683.395.060	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			-	-
Contribuições			-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		158.174.130	2.542.575	2,87%
Venda de Mercadorias		237.172	58.834	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		157.936.958	2.483.741	2,87%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		59.308.844	66.226.878	1,08%
Juros e Encargos de Mora		709.593	1.929.754	0,01%
Variações Monetárias e Cambiais		132.458	46.272	0,00%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1	58.466.793	64.250.852	1,06%
Transferências e Delegações Recebidas	13	5.248.631.111	5.268.261.566	95,34%
Transferências Intragovernamentais		5.247.132.071	5.263.925.405	95,31%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.499.040	4.336.161	0,03%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		27.470.434	333.023.958	0,50%
Reavaliação de Ativos	6, 14	21.759.010	195.028.872	0,40%
Ganhos com Alienação		54.620	546.036	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.568.557	2.404.967	0,10%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15	88.247	135.044.083	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		11.565.626	13.340.082	0,21%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		3.315.271	4.680.811	0,06%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.250.355	8.659.271	0,15%
Variações Patrimoniais Diminutivas		5.591.238.377	5.464.495.688	100%
Pessoal e Encargos		3.045.413.072	2.964.121.037	54,47%
Remuneração a Pessoal	16	2.329.682.749	2.276.246.835	41,67%
Encargos Patronais	16	446.946.103	432.127.668	7,99%
Benefícios a Pessoal		243.670.579	232.523.116	4,36%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		25.113.641	23.223.418	0,45%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	1.679.512.193	1.585.575.300	30,04%
Aposentadorias e Reformas		1.334.441.061	1.253.745.622	23,87%
Pensões		343.464.319	330.574.271	6,14%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.606.813	1.255.407	0,03%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		504.052.795	558.895.773	9,02%
Uso de Material de Consumo		13.406.854	10.711.295	0,24%
Serviços	18	450.685.075	517.842.034	8,06%
Depreciação, Amortização e Exaustão	6, 7	39.960.866	30.342.444	0,71%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		183.322	208.903	0,00%
Juros e Encargos de Mora		162.404	208.524	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais		356	379	0,00%
Aportes ao Banco Central		20.562	-	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	19	105.097.550	82.299.110	1,88%
Transferências Intragovernamentais	1	102.401.915	76.875.955	1,83%
Transferências a Instituições Privadas		14.000	14.000	0,00%
Transferências ao Exterior		941.017	874.766	0,02%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.740.618	4.534.389	0,03%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		85.133.983	95.179.820	1,52%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	2, 5, 6, 14	2.245.887	10.501.825	0,04%
Perdas com Alienação		2.081.653	120.538	0,04%
Perdas Involuntárias		29.745	260.439	0,00%
Incorporação de Passivos		245.994	265.222	0,00%
Desincorporação de Ativos	1	80.530.704	84.031.796	1,44%
Tributárias		478.570	548.690	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		187.563	267.210	0,00%
Contribuições		291.007	281.480	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		171.366.892	177.667.055	3,06%
Premiações		46.282	6.780	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20	171.320.610	177.660.275	3,06%
Resultado Patrimonial do Período		(86.088.231)	218.899.372	100%-

Fonte: Sfiati.

3. Balanço orçamentário

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Receitas Orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo
Receitas Correntes	<u>21</u>	75.368.482	75.368.482	144.147.616	68.779.135
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		59.937.887	59.937.887	137.457.866	77.519.979
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		2.842.899	2.842.899	2.225.699	-617.200
Valores Mobiliários	<u>1, 21</u>	57.094.988	57.094.988	58.466.793	1.371.805
Cessão de Direitos	<u>1, 21</u>	-	-	76.765.374	76.765.374
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		8.960.579	8.960.579	313.032	-8.647.547
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		8.960.579	8.960.579	313.032	-8.647.547
Outras Receitas Correntes		6.470.016	6.470.016	6.376.718	-93.298
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		1.430.865	1.430.865	570.498	-860.367
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.036.985	5.036.985	5.719.872	682.887
Demais Receitas Correntes		2.166	2.166	86.348	84.182
Receitas de Capital		114.213	114.213	54.620	-59.593
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		114.213	114.213	54.620	-59.593
Alienação de Bens Móveis		114.213	114.213	54.620	-59.593
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Subtotal de Receitas		75.482.695	75.482.695	144.202.236	68.719.542
Refinanciamento		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Sutotal com Refinanciamento		75.482.695	75.482.695	144.202.236	68.719.542
Déficit				5.271.949.519	5.271.949.519
Total		75.482.695	75.482.695	5.416.151.755	5.340.669.060
Detalhamento dos Ajustes na previsão atualizada		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

(continua)

Balço orçamentário

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

	Nota Explicativa	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		5.793.498.522	5.795.178.522	5.399.808.526	5.334.493.479	5.334.034.670	395.369.996
Pessoal e Encargos Sociais	22	4.774.265.505	4.763.965.505	4.473.275.745	4.473.275.745	4.473.275.744	290.689.760
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23	1.019.233.017	1.031.213.017	926.532.781	861.217.735	860.758.926	104.680.236
Despesas de Capital		130.275.701	128.595.701	16.343.230	8.438.057	8.179.271	112.252.471
Investimentos	24	130.275.701	128.595.701	16.343.230	8.438.057	8.179.271	112.252.471
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas		5.923.774.223	5.923.774.223	5.416.151.756	5.342.931.536	5.342.213.941	507.622.467
Amortização da Dívida/Ref		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		5.923.774.223	5.923.774.223	5.416.151.756	5.342.931.536	5.342.213.941	507.622.467
Total		5.923.774.223	5.923.774.223	5.416.151.756	5.342.931.536	5.342.213.941	507.622.467

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processados

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Despesas Orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
Despesas Correntes	25	7.032.236	36.447.362	20.187.176	20.165.610	19.163.696	4.150.292
Pessoal e Encargos Sociais		1.821.000	1.550.460	460.780	460.780	1.821.000	1.089.680
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		5.211.236	34.896.902	19.726.396	19.704.830	17.342.696	3.060.612
Despesas de Capital		12.775.025	7.657.919	15.172.959	15.047.472	1.182.829	4.202.642
Investimentos	12.775.025	7.657.919	15.172.959	15.047.472	1.182.829	4.202.642	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Total		19.807.260	44.105.281	35.360.135	35.213.082	20.346.525	8.352.934

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

R\$ (valores arredondados)

Despesas Orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	25	1.727.794	2.376.776	2.095.068	88.247	1.921.256
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.727.794	2.376.776	2.095.068	88.247	1.921.256
Despesas de Capital		3.126.094	133.142	37.301	-	3.221.935
Investimentos	3.126.094	133.142	37.301	-	3.221.935	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
Total		4.853.888	2.509.918	2.132.369	88.247	5.143.191

Fonte: Siafi.

4. Balanço financeiro

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016
Ingressos			
Receitas Orçamentárias	21	144.202.237	73.571.675
Ordinárias		74.858.418	396.533
Vinculadas		144.151.582	73.711.668
Alienação de Bens e Direitos		54.620	546.036
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		144.096.962	73.165.632
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(74.807.763)	(536.526)
Transferências Financeiras Recebidas		5.247.132.070	5.263.925.405
Resultantes da Execução Orçamentária		5.247.128.034	5.263.895.903
Cota Recebida	13	5.247.110.544	5.263.850.099
Repasse Recebido		17.490	45.804
Independentes da Execução Orçamentária		4.036	29.502
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.215	16.635
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2.821	-
Aporte ao RPPS		-	12.867
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		152.773.533	49.995.572
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		717.594	2.405.514
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		73.220.219	44.105.281
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		78.673.083	3.480.879
Outros Recebimentos Extraorçamentários		162.637	3.898
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento		86.218	3.898
Restituições a Pagar		38	-
Valores para Compensação		76.381	-
Saldo do Exercício Anterior		1.016.028.989	1.078.607.108
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Total		6.560.136.829	6.466.099.761

(continua)

Balanço financeiro

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias	22, 23, 24	5.416.151.756	5.251.906.359
Ordinárias		4.777.439.154	4.666.100.230
Vinculadas		638.712.601	585.806.129
Seguridade Social (Exceto RGPS)		623.386.506	553.940.407
Operação de Crédito		8.795.146	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		6.530.949	31.865.722
Transferências Financeiras Concedidas		102.401.915	76.875.955
Resultantes da Execução Orçamentária		27.540.638	76.449.919
Repasse Concedido		387.042	448.021
Cota Devolvida	1, 19	27.153.596	76.001.898
Independentes da Execução Orçamentária		74.861.277	426.036
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-	16.635
Movimento de Saldos Patrimoniais	1	74.861.277	409.401
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias		115.845.590	121.288.458
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	25	2.132.369	4.417.392
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25	35.213.082	111.409.355
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		78.499.574	5.390.093
Outros Pagamentos Extraorçamentários		566	71.618
Valores Compensados		-	71.296
Demais Pagamentos		566	322
Saldo para o Exercício Seguinte		925.737.568	1.016.028.989
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	925.737.568	1.016.028.989
Total		6.560.136.829	6.466.099.761

Fonte: Siafi.

5. Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício: 2017

		R\$ (valores arredondados)	
Especificação	Nota	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		(67.081.996)	(2.868.188)
Ingressos		5.470.029.189	5.340.431.923
Receitas Derivadas e Originárias		144.147.617	73.025.638
Receita Patrimonial	1	78.991.073	2.092.619
Receita de Serviços		313.032	75.836
Remuneração das Disponibilidades	1	58.466.793	64.250.852
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.376.718	6.606.331
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		5.325.881.572	5.267.406.285
Ingressos Extraorçamentários		78.673.083	3.480.879
Restituições a Pagar		38	-
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.247.132.070	5.263.925.406
Valores para Compensação		76.381	-
Desembolsos		(5.537.111.185)	(5.343.300.111)
Pessoal e Demais Despesas		(4.914.187.571)	(4.830.953.899)
Legislativo		(3.236.199.846)	(3.246.551.258)
Previdência Social		(1.678.056.378)	(1.584.406.539)
Educação		(17.490)	-
Encargos Especiais		(74)	-
(+/-) Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento		(86.218)	3.898
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(442.021.560)	(430.008.546)
Intragovernamentais		(441.084.260)	(429.134.477)
Outras Transferências Concedidas		(97.300)	(874.069)
Outros Desembolsos das Operações		(180.902.054)	(82.337.666)
Dispêndios Extraorçamentários		(78.499.574)	(5.390.093)
Transferências Financeiras Concedidas	1	(102.401.915)	(76.875.955)
Valores Compensados		-	(71.296)
Demais Pagamentos		(566)	(322)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		(23.209.424)	(59.709.931)
Ingressos		54.620	546.036
Alienação de Bens		54.620	546.036
Desembolsos		(23.264.044)	(60.255.967)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(21.582.632)	(54.788.822)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(1.681.412)	(5.467.145)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			-
Ingressos			-
Operações de Crédito			-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			-
Transferências de Capital Recebidas			-
Outros Ingressos de Financiamento			-
Desembolsos			-
Amortização/Refinanciamento da Dívida			-
Outros Desembolsos de Financiamento			-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(90.291.420)	(62.578.119)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1	925.737.568	1.016.028.989

Fonte: Siafi.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

1.1 Informações Gerais

A Câmara dos Deputados é órgão do Poder Legislativo, inscrito no CNPJ sob o número 00.530.352/0001-59, e está localizada em Brasília-DF, na Praça dos Três Poderes.

As demonstrações contábeis deste relatório foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UGs) da Câmara dos Deputados constantes da tabela abaixo.

Tabela 45 – Unidades gestoras consolidadas

Órgão	Unidade gestora
01000 – Câmara dos Deputados	010001 – Câmara dos Deputados
	010100 – CD – Projetos financiados com recursos externos
	010101 – CD – Projetos financiados com recursos externos – Exterior
01901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	010090 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Fonte: Siafi.

As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial (BP), balanço orçamentário (BO), balanço financeiro (BF), demonstração das variações patrimoniais (DVP) e demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, abrangem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

1.2 Base de Elaboração

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, bem como em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, a exemplo dos constantes da Lei n. 4.320, de 1964, e da Lei Complementar n. 101, de 2000, e com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao setor público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados faz-se uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a seguir:

a) No ajuste para riscos de não recebimento de créditos, consideram-se a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

b) O valor histórico dos bens móveis adquiridos até 31/12/2009 foi avaliado a valor justo para se obter uma base monetária confiável, a fim de submetê-los ao processo de depreciação. As comissões de avaliação utilizaram o recurso da pesquisa em vários sítios de venda de mercadorias e também fórmulas de cálculo, em que se consideram a natureza e as particularidades de cada grupo de bens, conforme se observa nos relatórios disponíveis no [portal](#)⁴⁵ da Câmara. A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo.

Tabela 46 – Tabela de vida útil e valor residual

Conta contábil	Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.20	Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.09.00	Armamentos	20	15%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

c) O prazo de vida útil estipulado para os *softwares* é de cinco anos.

d) Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que, conforme o Departamento de Material e Patrimônio, os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

1.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

1.4.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/procedimentos-contabeis-patrimoniais/reavaliacao-de-bens-moveis>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

1.4.2 Créditos e dívidas

Os créditos a receber e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os créditos a receber são atualizados anualmente com base na variação da taxa Selic. A última atualização ocorreu no final do exercício de 2017. Os créditos são atualizados pela posição do Sicod – Sistema de Cobrança de Débitos.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual é reduzida ou anulada quando os motivos que a originaram deixam de existir.

A constituição ou baixa por competência dos passivos de 13º salário e do adicional de 1/3 de férias são registradas mensalmente, efetuando-se as compensações dos adiantamentos existentes.

1.4.3 Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. A Câmara dos Deputados possui oito almoxarifados e um estoque de cartuchos para pistolas de eletrochoque, conforme detalhado a seguir.

Tabela 47 – Registros contábeis – almoxarifado

Almoxarifado	Sigla		Conta contábil
Almoxarifado de Material de Consumo I	AMCO I	1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente
Almoxarifado de Material de Consumo II	AMCO II	1.1.5.6.1.03.00	Materiais de construção
Almoxarifado de Material de Consumo III	AMCO III	1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Consumo SIA	AMCO SIA	1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente
Almoxarifado de Material Médico	AMMED	1.1.5.6.1.06.00	Medicamentos e materiais hospitalares
Almoxarifado de Vestuário e Uniformes	AVEU	1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Transportes	ATRAN	1.1.5.6.1.05.00	Autopeças
Almoxarifado de Material Bibliográfico Destinado a Venda	–	1.1.5.1.1.01.01	Mercadorias para venda ou revenda*
Estoque de cartuchos para pistolas de eletrochoque	-	1.1.5.8.1.98.00	Estoques Diversos

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

* Trata-se de livros produzidos pela gráfica desta Casa destinados a venda.

1.4.4 Imobilizado

O imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito a reavaliação e redução ao valor recuperável, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse sistema está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

1.4.5 Intangível

O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *software* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada.

A amortização é calculada pelo método linear ou de quotas constantes e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

1.4.6 Reavaliação

A Câmara dos Deputados realizou os ajustes nos valores dos bens adquiridos antes de 2009, a fim de alcançar uma base monetária confiável. Esse ajuste teve como base, via de regra, o respectivo valor de mercado, respeitando-se as especificações iguais, similares ou aproximadas. Após a adequação da base monetária dos bens móveis, procedeu-se à reavaliação, submetendo-se, inicialmente, os veículos de tração mecânica ao valor de mercado no ano de 2015. No exercício de 2017, foi dado prosseguimento à reavaliação de aparelhos e equipamentos de comunicação, industriais, áudio, vídeo e foto, além de equipamentos de processamento de dados.

A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada a cada dois anos, conforme Portaria Conjunta SPU-STN n. 703, de 2014, o que se deu no exercício de 2016, com base no percentual acumulado, de 17,99%, utilizado para correção da pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para os exercícios de 2015 e 2016.

2 Plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN n. 548 que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito da Câmara dos Deputados, a implantação desses procedimentos é demonstrada conforme tabela abaixo.

Tabela 48 – Procedimentos contábeis patrimoniais – Câmara dos Deputados

Procedimento	Ações
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Os créditos a receber na Câmara dos Deputados estão devidamente reconhecidos no balanço patrimonial. É constituído ajuste para perdas decorrentes de possível não recebimento integral de tais créditos.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Foi publicada em 27/3/2017, a Portaria DG n. 62, de 2017, com objetivo de regulamentar os procedimentos para controle administrativo, reconhecimento e registro contábil de obrigações no âmbito da Câmara dos Deputados.
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Procedimentos implantados.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.

Procedimento	Ações
patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	As obrigações por competência da Câmara dos Deputados já vêm sendo reconhecidas, mensuradas e evidenciadas.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Foi publicada, a Portaria DG n. 62, em 27/3/2017, com objetivo de regulamentar os procedimentos para controle administrativo, reconhecimento e registro contábil de obrigações no âmbito da Câmara dos Deputados.
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>software</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Desde 2010, os <i>softwares</i> adquiridos pela Câmara dos Deputados são mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da respectiva amortização acumulada.
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.	Em 2012, a Casa mostrou-se receosa em estimar de maneira segura o valor de cada <i>software</i> produzido, em razão da inexistência de um sistema de custos, da escassez de recursos humanos disponíveis para tal tarefa e da ausência de normatização que apresente parâmetros específicos para apuração dos insumos utilizados no desenvolvimento desses sistemas. Assim, o seu reconhecimento contábil continua em fase de estudo, tendo sido objeto de consulta à STN, que se limitou a dar orientações gerais, conforme Mensagem CCONT/STN n. 2017/0192856.
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perdas em estoques, tendo em vista que, devido aos tipos de materiais estocados e aos controles existentes, as perdas quando ocorridas são insignificantes.
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	No que diz respeito às IPSAS relacionadas a procedimentos patrimoniais não tratadas em tópicos anteriores, no momento, não se aplicam ao caso da Câmara dos Deputados.

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Tabela 49 – Caixa e equivalentes de caixa

Valores em reais

Detalhamento	31/12/2017	31/12/2016	AV*	AH*
Conta Única – subconta do Tesouro	609.272.033	558.720.624	65,81%	9,05%
UG 010090 – recursos da Conta Única aplicados	609.272.033	558.720.624	65,81%	9,05%
Bancos conta movimento – demais contas	1.286.364	1.512.669	0,14%	-14,96%
UG 010001 – Caixa Econômica Federal	1.286.364	1.512.669	0,14%	-14,96%
Limite de saque com vinculação de pagamento	315.179.171	455.795.695	34,05%	-30,85%
UG 010001	312.870.141	454.560.354	33,80%	-31,17%
UG 010090	2.309.030	1.235.342	0,25%	86,91%
Total	925.737.568	1.016.028.989	100,00%	-8,89%

Fonte: Siafi.

* AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

▪ Conta Única – subconta do Tesouro

Como se observa na tabela anterior, 65,81% das disponibilidades são recursos aplicados na Conta Única do Tesouro decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da CD (FRCD). A variação positiva de 9,5% se deve aos juros auferidos com essa aplicação (R\$ 58,46 milhões).

▪ Limite de saque com vinculação de pagamento

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo.

Tabela 50 – Limite de saque com vinculação de pagamento

Valores em reais

Identificação dos recursos	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
00 – Recursos ordinários	308.770.164	402.000.809	97,97%	-23,19%
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	2.309.030	1.221.993	0,73%	88,96%
51 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	0	555.501	0,00%	-100,00%
53 – Contribuição para financiamento da seguridade social	0	26.392.457	0,00%	-100,00%
69 – Contribuição patronal para plano de seguridade social do servidor	0	22.924.772	0,00%	-100,00%
88 – Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	1.000.000	0	0,32%	100,00%
90 – Recursos diversos	3.099.977	2.700.163	0,98%	14,81%
Total	315.179.171	455.795.695	100,00%	-30,85%

Fonte: Siafi.

Verifica-se que 97,97% do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocado discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Os fatos mais relevantes que ocasionaram as variações são os seguintes:

- ✓ **fonte 50:** a variação positiva se refere a recebimento de recursos oriundos da receita com operacionalização da folha de pagamento (R\$ 76,76 milhões). No entanto, em 2017, houve transferência de grande parte desses recursos (R\$ 74,5 milhões) para o Tesouro Nacional; e

- ✓ **fontes 51 e 53:** as variações negativas se referem à devolução de cota financeira diferida ao órgão central de programação financeira, no valor de 27,1 milhões, para ajuste do saldo invertido na conta cota a programar, tendo em vista inexistência de orçamento na fonte diferida.

Tabela 51 – Cota devolvida

Identificação dos recursos	Valores em reais	
	Valor	
00 – Recursos ordinários	205.637	
51 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	555.501	
53 – Contribuição para financiamento da seguridade social	26.392.457	
Total	27.153.595	

Fonte: Siafi.

Nota 2 – Demais créditos e valores a curto prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores.

Tabela 52 – Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Adiantamentos concedidos	2.633	0	0,03%	100,00%
Tributos a recuperar/compensar	2.707	79.088	0,03%	-96,58%
Créditos por danos ao patrimônio	2.471.421	7.815.385	24,13%	-68,38%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	7.763.298	3.252.432	75,81%	138,69%
	10.240.059	11.146.905	100,00%	-8,13%
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas	(1.720.509)	(4.139.770)	-	-58,44%
Total	8.519.550	7.007.135	-	21,58%

Fonte: Siafi.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Os créditos por danos ao patrimônio englobam os decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) e os apurados em tomada de conta especial (TCE).

– Créditos por danos ao patrimônio de créditos administrativos

Os créditos administrativos são registrados na contabilidade após apurado seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF n. 75, de 2012. A tabela abaixo apresenta o detalhamento desses créditos por dano ao patrimônio.

Tabela 53 – Composição dos créditos por dano ao patrimônio de créditos administrativos

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Crédito a receber por folha de pagamento	1.835.008	1.397.878	74,25%	31,27%
Crédito a receber por dano ao patrimônio	174.249	60.093	7,05%	189,96%
Crédito a receber por dolo, má-fé ou fraude	192.147	118.701	7,77%	61,88%
Crédito a receber de servidor não recolhido no prazo	0	4.299	0,00%	-100,00%
Crédito a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	928	928	0,04%	0,00%
Crédito a receber por multa/juros servidor responsabilizado	663	663	0,03%	0,00%
Crédito a receber por uso indevido de cotas	228.389	68.839	9,24%	231,77%
Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis	39.719	47.612	1,61%	-16,58%
Outros créditos administrativos	319	319	0,01%	0,00%
Total	2.471.421	1.699.332	100,00%	45,43%

Fonte: Siafi.

Como se verifica na tabela acima, os créditos a receber por folha de pagamento é o item de maior relevância (74,25%) com destaque para a importância de R\$ 1.393.174,00, a receber da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Esse valor diz respeito ao reembolso a que a Câmara dos Deputados faz jus por ter realizado o pagamento dos encargos patronais das contribuições previdenciárias no período em que seus servidores prestaram serviço para aquela entidade.

– **Créditos por danos ao patrimônio apurado em tomada de contas especial (TCE)**

Em setembro de 2017, houve o desconhecimento de ativo referente aos créditos a receber por danos ao patrimônio apurado em TCE. De acordo com a nova rotina contábil definida pela STN, os valores pendentes de julgamento pelo TCU devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo só será reconhecido quando da decisão definitiva com imputação de débito por aquele tribunal.

Assim, o saldo constante das contas do grupo Créditos por danos ao patrimônio apurados em TCE, no valor de R\$ 7.033.101,42, foi baixado em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e registrados em contas de controle para posterior identificação dos valores que realmente forem julgados pelo TCU com imputação de débito.

▪ **Outros créditos a receber e valores a curto prazo**

Compreende os créditos e valores realizáveis a curto prazo advindos de direitos obtidos junto a diversos devedores. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos a receber classificados nesse grupo.

Tabela 54 – Outros créditos a receber e valores a curto prazo – composição

Detalhamento	31/12/2017	31/12/2016	Valores em reais	
			AV	AH
Crédito a receber decorrentes de infrações	1.513.082	1.366.565	19,49%	10,72%
Crédito a receber por cessão de áreas públicas	2.004.543	1.769.116	25,82%	13,31%
Crédito a receber por pagamento de despesas de terceiros	137.362	116.429	1,77%	17,98%
Crédito a receber decorrentes de folha de pagamento	887	322	0,01%	17,69%
Crédito a receber de entidades federais	4.107.424	-	52,91%	100,00%
Total	7.763.298	3.252.432	100,00%	138,69%

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber decorrentes de infrações, os créditos a receber por cessão de áreas públicas e os a receber de entidades federais representam 98,22% desse grupo. Em relação aos primeiros, são créditos relacionados a multas contratuais cujos registros mais relevantes estão detalhados abaixo.

Tabela 55 – Infrações mais relevantes

CNPJ	Empresa	Valores em reais	
		31/12/2017	31/12/2016
01.778.268/0001-11	Sérgio Rodrigues dos Passos – PW Engenharia e Construções	720.938	632.699
04.356.735/0001-03	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda. – ME	121.876	106.266
01.579.387/0001-45	Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda.	110.426	107.415
60.872.173/0001-21	Transbrasil S.A.	110.039	110.039
02.674.687/0001-76	Life Defense Segurança Ltda.	73.972	0
13.858.686/0001-06	DJC Tecnologia Comércio e Serviços Ltda. – ME	66.743	60.361
	Demais empresas	309.088	349.786
Total		1.513.082	1.366.565

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber por cessão de áreas públicas compreendem aluguéis devidos à Câmara dos Deputados pela utilização de espaço físico. No decorrer do ano, é efetuado o lançamento do crédito a receber por competência com base nos contratos; depois, com o recebimento dos valores, é feita a baixa. O registro mais relevante nessa conta é o da empresa Central Park Restaurante, no valor de R\$ 1.726.120,53, decorrente de penalidades aplicadas por descumprimento contratual.

Em relação aos créditos a receber de entidades federais, trata-se do registro por competência dos valores a receber relacionados à cessão dos direitos de operacionalização da folha de pagamento. O valor é referente à remuneração mensal de 1,03% sobre os valores líquidos da folha de pagamento a serem pagos pela Caixa Econômica Federal (Contrato n. 2017/159.0) e Banco do Brasil (Contrato n. 2017/160.0) à Câmara dos Deputados.

▪ **Ajustes para perdas**

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a demais créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros. Os valores estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 56 – Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores a curto prazo

Descrição	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
Crédito por dano ao patrimônio de crédito administrativo	(503.513)	(643.210)	-21,72%
Crédito por dano ao patrimônio apurado em TCE	0	(2.444.119)	-100,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber decorrentes de infrações	(644.215)	(488.032)	32,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber por cessão de áreas públicas	(517.836)	(517.836)	0,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber por pagamento de despesas de terceiros	(54.945)	(46.572)	17,98%
Total	(1.720.509)	(4.139.770)	-58,44%

Fonte: Siafi.

Em 2017, houve a baixa de saldo de ajuste para perdas dos créditos por danos ao patrimônio apurados em TCE, no valor de R\$ 2,7 milhões, em razão do desconhecimento do ativo, procedimento previsto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual, o desconhecimento é o processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis.

Nota 3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com objetivo de utilização no curso normal das atividades ou para manutenção do seu patrimônio. A seguir, apresenta-se a composição desses estoques.

Tabela 57 – Estoques – composição

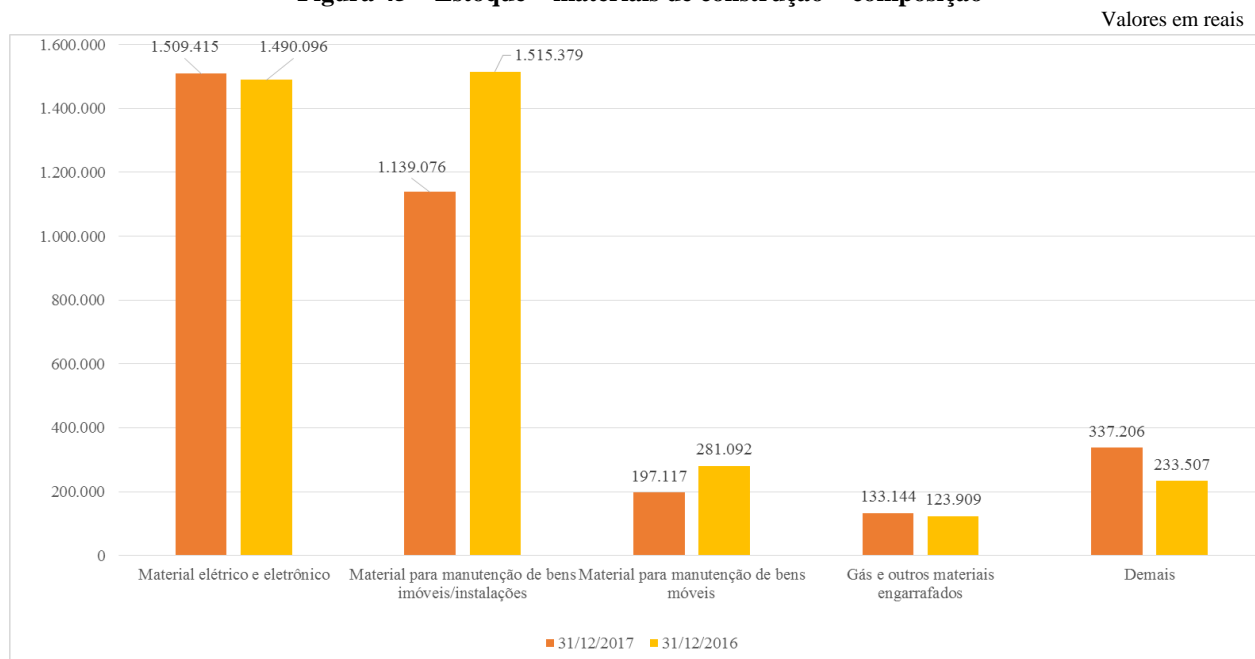
Descrição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Materiais de construção	3.315.958	3.643.982	48,15%	-9,00%
Materiais de expediente	2.759.189	3.425.560	40,06%	-19,45%
Medicamentos e materiais hospitalares	331.920	269.128	4,82%	23,33%
Materiais de consumo	245.151	421.614	3,56%	-41,85%
Autopeças	145.161	169.888	2,11%	-14,55%
Cartuchos para pistolas de eletrochoque	64.075	0	0,93%	100,00%
Mercadorias para venda ou revenda	25.706	47.761	0,37%	-46,18%
Materiais gráficos	0	104.628	0,00%	-100,00%
Importações em andamento – estoque	0	119.095	0,00%	-100,00%
Total	6.887.160	8.201.656	100,00%	-16,03%

Fonte: Siafi.

▪ **Materiais de construção**

Esta conta engloba o estoque do Almojarifado de Consumo II desta Casa. Como se observa na figura abaixo, os itens mais relevantes são os relacionados a material elétrico e eletrônico, material para manutenção de bens imóveis e instalações e material para manutenção de bens móveis.

Figura 45 – Estoque – materiais de construção – composição

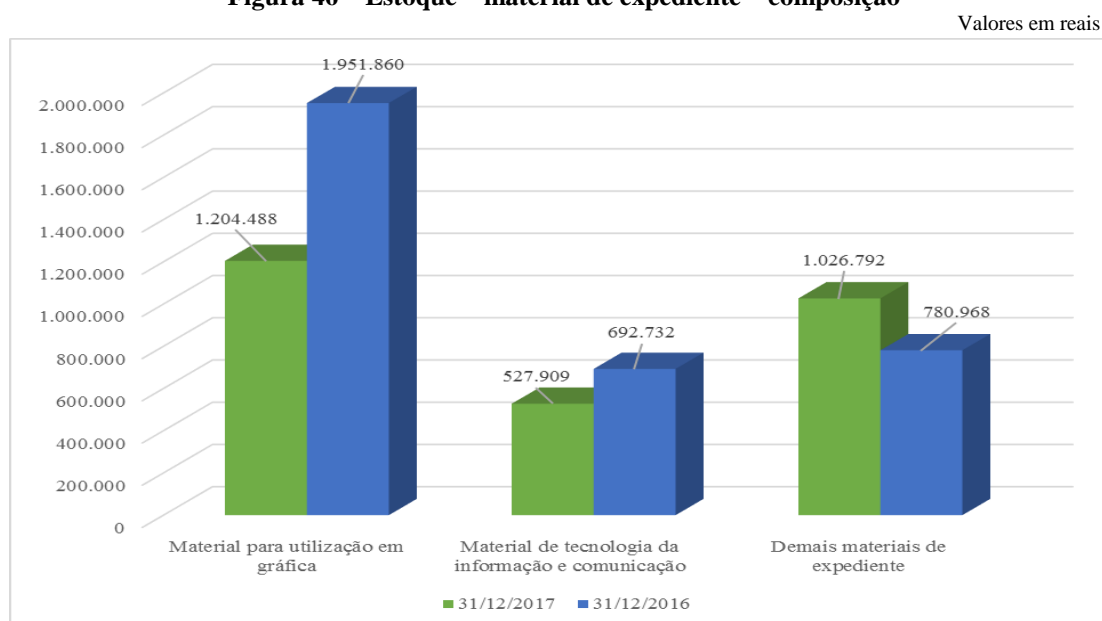


Fonte: Siafi.

▪ **Materiais de expediente**

Essa conta engloba o estoque do Almojarifado de Consumo I da Câmara dos Deputados. Os itens mais relevantes são os relacionados a material para utilização em gráfica e material de tecnologia da informação e comunicação.

Figura 46 – Estoque – material de expediente – composição



Fonte: Siafi.

Nota 4 – Créditos a longo prazo

Compreende os valores a receber de empréstimos e financiamentos concedidos e com vencimento no longo prazo. A tabela abaixo apresenta a composição desses créditos.

Tabela 58 – Créditos e valores de longo prazo

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AV
Empréstimos concedidos a receber	2.698.020	2.698.020	41%
Financiamentos concedidos a receber – exceto FAT	3.857.137	3.857.137	59%
	6.555.157	6.555.157	100%
Ajustes de perdas em créditos de longo prazo			
(-) Ajuste de perdas empréstimos/financiamentos concedidos	(5.827.105)	(5.827.105)	-
Total	728.052	728.052	-

Fonte: Siafi.

Os valores registrados nas contas “Empréstimos Concedidos” e “Financiamentos Concedidos” a receber referem-se ao patrimônio do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e ao convênio celebrado nos anos de 1971 e 1972 com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab – DF).

Nota 5 – Demais créditos a longo prazo

Trata-se de valores a receber por demais transações, com vencimentos no longo prazo, sendo composto pela seguinte conta.

Tabela 59 – Demais créditos e valores a longo prazo

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp	15.939.251	15.504.528	2,80%
Créditos por danos ao patrimônio – créditos administrativos	216.800	0	100,00%
(-) Ajuste de perdas de créditos administrativos	(216.800)	0	100,00%
Créditos por danos ao patrimônio – créditos apurados em TCE	401.614	0	100,00%
(-) Ajuste de perdas de créditos apurados em TCE	(401.614)	0	100,00%
Total	15.939.251	15.504.528	2,80%

Fonte: Siafi.

▪ Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp

O registro é decorrente de aporte a título de adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), nos termos do Convênio de Adesão n. 2013/126, autorizado conforme a Lei n. 12.618, de 2012. Tal aporte destina-se a honrar a contribuição patronal do Plano de Benefícios Previdenciários do Poder Legislativo Federal (LegisPrev).

O valor inicial do adiantamento, no total de R\$ 12,1 milhões, foi contabilizado em 2013, sendo atualizado monetariamente no final de cada ano. Em 2017, a atualização monetária foi de R\$ 434,7 mil.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Após a análise e confirmação dos processos de TCE que já haviam sido julgados pelo TCU com imputação de débito (decisão definitiva), houve o reconhecimento do ativo, no subgrupo “Ativo Realizável a Longo Prazo”, no valor de R\$ 618,4 mil.

O ajuste para perda desses créditos foi de 100%, considerando a natureza, prazo de vencimento e o histórico de recebimento desses valores.

Nota 6 – Imobilizado

▪ Bens móveis

Compreende os bens corpóreos que constituem meios para a produção de outros bens ou serviços. Os bens móveis desta Casa, em 31/12/2017, totalizaram R\$ 214,2 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 60 – Bens móveis – composição

Descrição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Bens de informática	69.704.503	79.168.601	32,53%	-11,95%
Material cultural, educacional e de comunicação	59.583.419	55.219.852	27,81%	7,90%
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	38.313.293	36.569.227	17,88%	4,77%
Móveis e utensílios	33.818.729	31.448.845	15,78%	7,54%
Bens móveis em almoxarifado	8.057.370	21.519.192	3,76%	-62,56%
Veículos	1.099.313	961.462	0,51%	14,34%
Armamentos	1.138.127	496.887	0,53%	129,05%
Bens móveis em andamento	0	642.138	0,00%	-100,00%
Demais bens móveis	2.579.694	2.490.147	1,20%	3,60%
Total	214.294.448	228.516.350	100,00%	-6,22%

Fonte: Siafi.

▪ Bens imóveis

Os bens imóveis em uso pela Câmara dos Deputados totalizavam R\$ 981,2 milhões em 31/12/2017, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 61 – Bens imóveis – composição

Descrição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	844.496.222	842.128.957	86,06%	0,28%
Imóveis Residenciais/Comerciais	516.563.213	516.563.213	52,64%	0,00%
Edifícios	317.434.744	315.067.479	32,35%	0,75%
Terrenos/Glebas	6.418.905	6.418.905	0,65%	0,00%
Armazéns/Galpões	4.079.359	4.079.359	0,42%	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	125.137.088	115.356.874	12,75%	8,48%
Obras em Andamento	123.431.580	115.319.852	12,58%	7,03%
Estudos e Projetos	1.705.508	37.022	0,17%	4.506,73%
Instalações	11.650.838	11.584.962	1,19%	0,57%
Total	981.284.148	969.070.793	100,00%	1,26%

Fonte: Siafi.

A conta de imóveis residenciais/comerciais registra principalmente os apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares. As contas “Edifícios”, “Terrenos/Glebas” e “Armazéns/Galpões” registram imóveis relacionados à execução da atividade-fim do órgão. A conta de obras em andamento registra, principalmente, a construção de um centro de armazenagem e a reforma de apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares.

▪ **Conciliação do valor contábil – bens móveis e imóveis**

As principais alterações ocorridas nas contas de bens móveis e imóveis encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 62 – Conciliação do valor contábil

Descrição	Valores em reais	
	Bens móveis	Bens imóveis
Saldo em 31/12/2016	228.516.350	969.070.793
Aquisições	10.046.831	12.181.681
Reversão da depreciação acumulada	(42.978.403)	-
Reavaliação	20.409.134	-
Baixa de bens por desincorporação	(2.256.159)	-
Outros	556.695	31.674
Saldo em 31/12/2017 (I)	214.294.448	981.284.148
Depreciação Acumulada		
Saldo em 31/12/2016	(80.211.036)	(1.625.915)
Encargo de depreciação	(31.511.042)	(2.823.322)
Reversão da depreciação acumulada	42.978.403	-
Saldo em 31/12/2017 (II)	(68.743.675)	(4.449.237)
Valor Contábil (I + II)	145.550.773	976.834.911

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 7 – Intangível

O valor total de intangível é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. As variações ocorridas no período estão relacionadas principalmente à apropriação de encargos de amortização no valor de R\$ 5.626.502,44.

Nota 8 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias e encargos previdenciários. A composição do saldo desta conta está demonstrada a seguir.

Tabela 63 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo – composição

Pessoal a pagar	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Salários, remunerações e benefícios	1.485.956	1.490.984	12,77%	-0,34%
Férias a pagar	10.146.743	4.084.614	87,23%	148,41%
Total	11.632.699	5.575.598	100,00%	108,64%

Fonte: Siafi.

O valor mais relevante trata de apropriações por competência de passivos decorrentes do adicional de 1/3 de férias da folha de pagamento. Tais registros consistem no reconhecimento das obrigações da entidade em relação ao trabalhador, em função do mês trabalhado.

Nota 9 – Demais obrigações a curto prazo

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher, depósitos e cauções recebidos, bem como indenizações e cartão de pagamento do governo federal (CPGF), conforme demonstrado a seguir.

Tabela 64 – Demais obrigações a curto prazo – composição

Composição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Consignações	5.014.783	5.847.229	55,69%	-14,24%
Depósitos retidos de fornecedores	4.521.636	5.847.229	50,21%	-22,67%
Depósitos retidos pessoal/benefícios	493.147	0	5,48%	100,00%
Depósitos não judiciais	3.893.194	4.212.832	43,24%	-7,59%
Depósitos e cauções recebidos	1.286.364	1.512.669	14,29%	-14,96%
Depósitos de terceiros	2.524.433	2.700.163	28,04%	-6,51%
Depósitos por devolução de valores não reclamados	82.397	0	0,91%	100,00%
Outras obrigações a curto prazo	96.594	35.931	1,07%	168,83%
Indenizações, restituições e compensações	38	25.593	0,00%	-99,85%
Saque – cartão de pagamento do governo	96.556	10.338	1,07%	834,00%
Total	9.004.571	10.095.992	100,00%	-10,81%

Fonte: Siafi.

▪ Consignações

Compreende os valores recebidos em confiança ou em consignações, retidos em folha de pagamento de servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. O item mais relevante trata de depósitos retidos de fornecedores (R\$ 4,52 milhões).

– Depósito retido de fornecedores

A conta “Depósito Retido de Fornecedores” registra os valores de obrigações decorrentes de valores retidos e/ou bloqueados de fornecedores em função de aplicação de multas por descumprimentos de contratos, bloqueios por falta de comprovação de pagamentos a funcionários, descontos referentes a reembolsos de passagens aéreas, entre outros. A tabela abaixo demonstra os valores mais representativos nessa conta.

Tabela 65 – Depósitos retidos de fornecedores

Fornecedor	Valores em reais	
	31/12/2017	AV
Sony Brasil Ltda.	3.080.342	68,12%
City Service Segurança Ltda.	188.494	4,17%
Eletrodata Engenharia Ltda.	157.535	3,48%
MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	155.167	3,43%
Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda.	93.536	2,07%
Life Defense Segurança Ltda.	92.382	2,04%
Outros	754.181	16,68%
Total	4.521.636	100,00%

Fonte: Siafi.

▪ Depósitos não judiciais

Os valores mais relevantes se referem aos depósitos de terceiros de diversas origens (R\$ 2,52 milhões) e ao recebimento de cauções vinculadas a contratos de bens e/ou serviços (R\$ 1,28 milhão).

▪ **Outras obrigações a curto prazo**

A variação ocorrida deve-se, principalmente, à concessão de suprimento de fundos nas modalidades saque e cartão de pagamento do governo federal aos servidores da Casa.

Nota 10 – Ajustes de exercícios anteriores

O saldo de R\$ 6,52 milhões foi influenciado, principalmente, pelo desconhecimento de ativo, referente aos créditos a receber por danos ao patrimônio apurado em TCE (R\$ 7,03 milhões). Assim, após a confirmação dos processos de TCE que já haviam sido julgados pelo TCU com imputação de débito (decisão definitiva), houve o reconhecimento do ativo, no valor de R\$ 618,4 mil.

Nota 11 – Atos potenciais ativos

O saldo dos atos potenciais ativos é composto principalmente das garantias apresentadas nas modalidades de fiança bancária e de seguro-garantia, cujo objetivo é assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas nos contratos celebrados com a Câmara dos Deputados. Somente são recebidos os seguros-garantia de seguradoras registradas junto à Superintendência de Seguros Privados (Susep) e as fianças emitidas por entidades financeiras cadastradas no Banco Central do Brasil. Abaixo, detalhamento das garantias apresentadas, agrupadas por empresas.

Tabela 66 – Garantias contratuais recebidas

Valores em reais

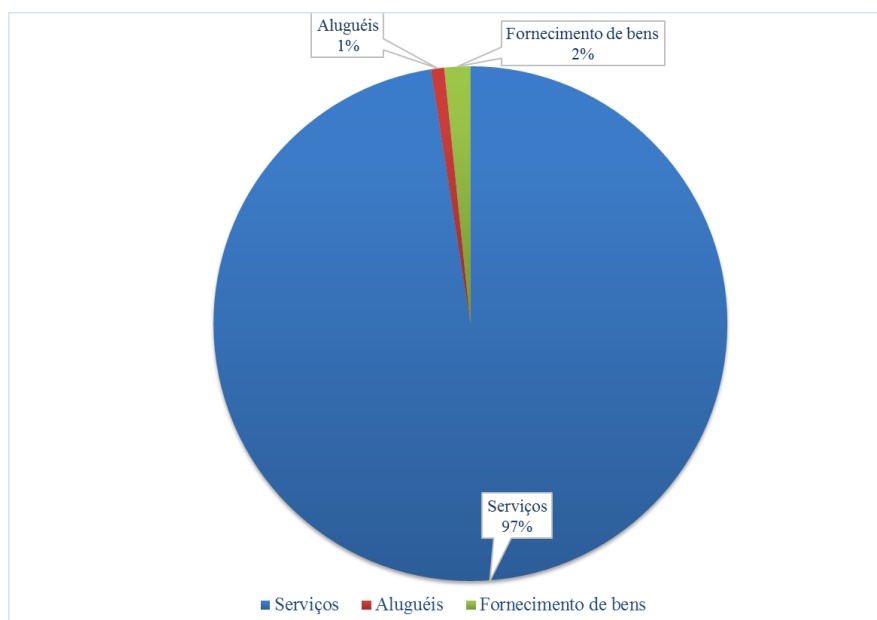
Detalhamento	31/12/2017	31/12/2016
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	8.991.883	7.854.998
Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda.	4.190.585	4.190.585
G.C.E S.A.	4.066.556	3.999.812
Cetro RM Serviços Ltda.	3.213.345	1.720.937
Planalto Service Ltda.	2.693.407	2.693.407
Real JG Serviços Gerais Eireli	2.083.762	2.445.873
Santa Helena Segurança Total S.A.	1.593.275	1.593.275
MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	1.258.102	1.258.102
Soberana Segurança e Vigilância Ltda.	1.188.974	-
EQS Engenharia Ltda.	1.172.399	1.121.982
Digi Soluções de Comunicação Ltda.	1.169.944	939.900
Outras garantias recebidas a executar	17.909.531	19.109.529
Total	49.531.763	46.928.398

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Atos potenciais passivos

O saldo de atos potenciais passivos compreende principalmente os contratos a executar, os quais se subdividem em contratos de fornecimento de bens, aluguéis e serviços.

Figura 47 – Atos potenciais passivos – contratos – composição



Fonte: Tesouro Gerencial.

Como se observa, os contratos de serviços são os mais expressivos, respondendo por 97% do universo dos contratos firmados. Em relação às entidades com os maiores valores, a Caixa Econômica Federal se destaca dentre os demais. Os contratos a executar da Câmara com essa instituição financeira se referem aos Convênios n. 145/2015 e 168/2017, cujo objeto é a mútua cooperação para execução e aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o plano de saúde oferecido pela Câmara a seus servidores.

Nota 13 – Transferências e delegações recebidas

▪ Transferências intragovernamentais

Observa-se na tabela abaixo que quase a totalidade das transferências são recursos recebidos pela Câmara decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.

Tabela 67 – Transferências e delegações recebidas – composição

Composição	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AV
Cota recebida	5.247.110.544	5.263.850.099	99,97%
Outras transferências	21.526	75.307	0,00%
Doações/transferências recebidas	1.499.041	4.336.161	0,03%
Total	5.248.631.111	5.268.261.567	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Reavaliação

A variação expressiva deve-se ao registro de reavaliação de bens móveis no valor de R\$ 20,41 milhões, apurado pela Comissão Especial de Reavaliação de Bens Móveis constituída pela Portaria-DG 216, de 2016.

Tabela 68 – Reavaliação de bens móveis

Valores em reais

Conta		31/12/2017	31/12/2016	AH
Varição patrimonial aumentativa (VPA)	Reavaliação de bens móveis	21.759.010	357.875	5.980%
Varição patrimonial diminutiva (VPD)		(1.349.876)	(125.501)	976%
Total		20.409.134	232.374	8.683%

Fonte: Tesouro Gerencial.

As classes de ativos reavaliados, em 2017, foram as seguintes.

Tabela 69 – Classes de ativos reavaliados

Valores em reais

Descrição	Valor *
Aparelhos e equipamentos de comunicação	268.522
Equipamentos de processamento de dados	6.663.033
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	13.477.676
Máquinas e equipamentos industriais	(4.621)
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	4.671
Mobiliário em geral	(147)
Total	20.409.134

Fonte: Siafi.

* valores líquidos: VPA –VPD.

Nota 15 – Ganhos com desincorporação de passivos

A variação foi decorrente de ajustes efetuados no 1º trimestre de 2016. No encerramento do exercício de 2015, o valor apurado no processo de inscrição do diferido, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi de R\$ 260.439.295,00. No entanto, o valor correto que deveria ter sido inscrito seria de R\$ 133.446.216,00. O registro foi regularizado à conta de ganhos com desincorporação de passivos – baixa de cota diferida, em janeiro de 2016, o que explica a variação ocorrida.

Tabela 70 – Ganhos com desincorporação de passivos

Valores em reais

Conta	31/12/2017	31/12/2016	AH
Ganhos com desincorporação de passivos	88.247	135.044.083	-99,93%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 16 – Pessoal e encargos

No exercício de 2017, o item “Pessoal e Encargos” das Variações Patrimoniais Diminutivas totalizou cerca de R\$ 3,04 bilhões, tendo apresentado um crescimento de 2,74% em relação ao mesmo período do exercício anterior. A tabela a seguir apresenta os principais componentes deste item.

Tabela 71 – Pessoal e encargos

Valores em reais

Conta	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Gratificações	1.613.801.488	1.515.869.587	52,99%	6,46%
Vencimentos e Salários	475.737.573	520.057.552	15,63%	-8,52%
Contribuição Patronal para o RPPS	241.622.853	243.275.685	7,93%	-0,68%
Contribuições Previdenciárias - INSS	198.748.083	184.164.118	6,53%	7,92%
Auxílio-Alimentação	179.412.146	169.962.923	5,89%	5,56%
13º Salário	169.842.601	167.670.952	5,58%	1,30%
Férias	50.630.794	48.266.984	1,66%	4,90%
Auxílio-Creche	29.181.749	25.916.217	0,96%	12,60%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	25.113.641	23.223.418	0,82%	8,14%
Outros	61.322.145	65.713.601	2,01%	-6,68%
Total	3.045.413.073	2.964.121.037	100,00%	2,74%

Fonte: Tesouro Gerencial.

O fato que mais contribuiu para este crescimento foi o reajuste, a partir de janeiro de 2017, de 5% na remuneração (principalmente nas gratificações), concedido pela Lei n. 13.323, de 2016. Embora o montante de pessoal e encargos tenha aumentado, a conta de vencimentos e salários apresentou decréscimo em decorrência de aposentadorias concedidas no período.

Nota 17 – Benefícios previdenciários e assistenciais

O item “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” totalizou cerca de R\$ 1,68 bilhão no exercício de 2017, tendo apresentado um crescimento de 5,92% em relação ao mesmo período do exercício anterior decorrente, principalmente, do aumento no pagamento de aposentadorias. Os seus principais itens e variações estão demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 72 – Benefícios previdenciários e assistenciais

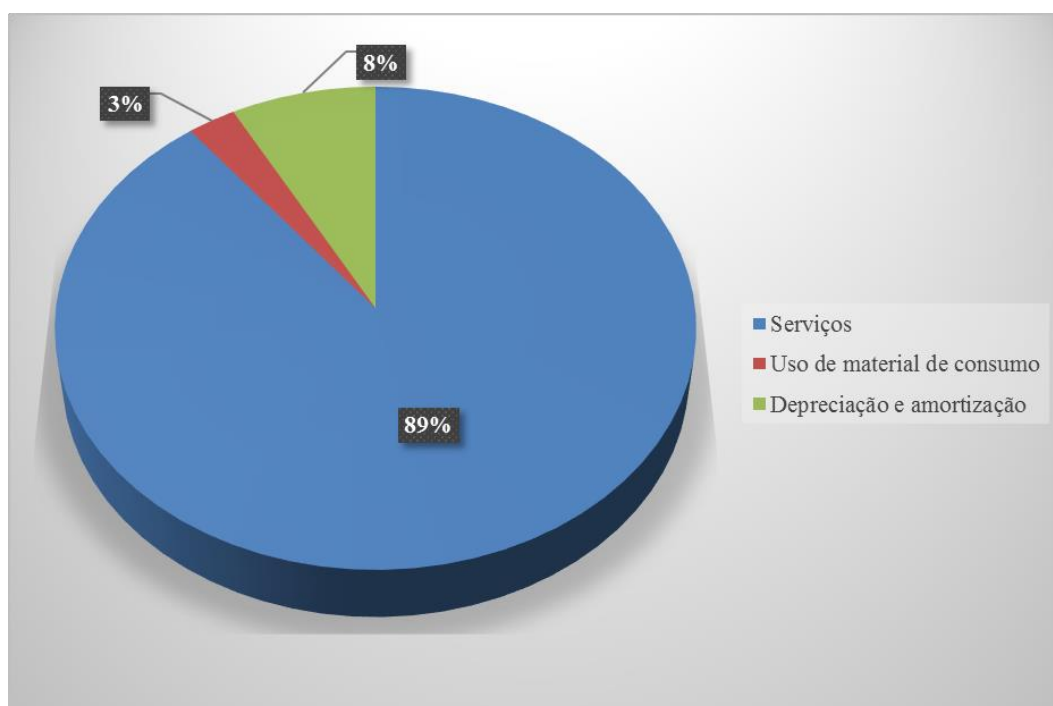
Conta	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Proventos - pessoal civil	1.169.413.298	1.068.427.752	69,63%	9,45%
Pensões civis	320.864.837	308.917.511	19,10%	3,87%
13º salário - pessoal civil 16/91	94.774.546	86.640.351	5,64%	9,39%
Gratificações	53.554.419	47.503.743	3,19%	12,74%
13º salário - pessoal civil - pensionistas	22.599.481	21.656.760	1,35%	4,35%
Outros	18.305.612	52.429.183	1,09%	-65,09%
Total	1.679.512.193	1.585.575.300	100,00%	5,92%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 18 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, alugueis, depreciação, amortização, exaustão, entre outras. O item “Serviços” representa 89% desse grupo:

Figura 48 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição



Fonte: Tesouro Gerencial.

▪ **Serviços**

Na tabela abaixo, observa-se que 98,05% do total de serviços foram prestados por pessoas jurídicas e que os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, os serviços técnicos profissionais e os serviços de transporte, passagem, locação e hospedagem representam 88,89% desse total.

Tabela 73 – Serviços – detalhamento

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AV
Diárias	4.726.222	4.104.964	1,05%
Serviços de terceiros – pessoa física	4.120.239	5.388.937	0,91%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	441.838.614	506.976.252	98,05%
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	250.562.213	273.564.329	55,60%
Serviços técnicos profissionais	85.744.801	112.617.584	19,03%
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	64.314.490	69.365.482	14,26%
Serviços de comunicação, gráfico e audiovisual	19.763.882	24.119.497	4,39%
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros	17.870.317	21.783.170	3,97%
Outros serviços	3.582.911	5.526.190	0,79%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica intra	0	1.371.881	0,00%
Total	450.685.075	517.842.034	100,00%

Fonte: Siafi.

A tabela abaixo apresenta os principais prestadores de serviços nessas rubricas.

Tabela 74 – Principais prestadores de serviços – pessoa jurídica – 2017

Conta	Prestador	Natureza do serviço	Valores em reais
			Valor
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	Locação de mão de obra	86.651.070
	Cetro RM Serviços Ltda.		36.156.521
	Soberana Segurança e Vigilância Ltda.		19.906.927
Serviços técnicos profissionais	Caixa Econômica Federal	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	77.814.977
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	Gol Linhas Aéreas S.A.	Passagens aéreas	19.987.224
	Tam Linhas Aéreas S.A.		18.791.661
Total			259.308.380

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial.

Nota 19 – Transferências e delegações concedidas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras a instituições públicas, privadas e ao exterior de bens e valores. Em 2017, totalizaram R\$ 105,09 milhões, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 75 – Transferências e delegações concedidas

Descrição	Valores em reais	
	31/12/2017	AV
Transferências intragovernamentais	102.401.915	97,44%
Transferências a instituições privadas	14.000	0,01%
Transferências ao exterior	941.017	0,90%
Outras transferências	1.740.619	1,65%
Total	105.097.551	100,00%

Fonte: Siafi.

O item mais expressivo (97,44%) se refere à devolução de cota diferida ao órgão central de programação financeira, para ajuste da cota financeira a programar ao orçamento aprovado (R\$ 27,1 milhões), e transferência de recursos financeiros para o Tesouro Nacional oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos (R\$ 74,5 milhões).

Nota 20 – Diversas variações patrimoniais diminutivas

Este item refere-se, principalmente, ao reembolso de despesas a deputados relativo à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, que totalizou R\$ 163,5 milhões no período.

Nota 21 – Receitas correntes

Na execução orçamentária observou-se arrecadação de R\$ 144,14 milhões (191,04% do total previsto) com destaque para a rubrica “Valores Mobiliários”, que compreende receitas de juros sobre recursos aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional, e para a rubrica “Cessão de Direitos” que compreende as receitas oriundas da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos

Nota 22 – Pessoal e encargos sociais

O grupo “Pessoal e Encargos Sociais” representa 82,59% do total da despesa empenhada. Foram liquidados, em 2017, 100% desse total. Esse grupo compreende despesas como vencimentos, salários, proventos e subsídios, gratificações, obrigações patronais, funções comissionadas e pensões com parlamentares, servidores ativos, aposentados e pensionistas. Os valores empenhados e liquidados a título de pessoal e encargos sociais estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 76 – Pessoal e encargos sociais – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais

Elemento de despesa	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.268.604.562	2.268.604.562
Aposentadoria RPPS, reserva remunerada e reforma militar	1.331.670.316	1.331.670.316
Obrigações patronais	439.370.631	439.370.631
Pensões do RPPS e do militar	342.985.577	342.985.577
Outras despesas variáveis - pessoal civil	48.673.691	48.673.691
Indenizações e restituições trabalhistas	22.957.296	22.957.296
Despesas de exercícios anteriores	12.642.208	12.642.208
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	2.947.050	2.947.050
Contribuição a entidade fechada previdência	3.424.413	3.424.413
Total	4.473.275.745	4.473.275.745

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 23 – Outras despesas correntes

O grupo “Outras Despesas Correntes” corresponde a 17,11% das despesas empenhadas. Em 2017 foram liquidados 92,95% desse total. Os valores empenhados e liquidados a esse título estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 77 – Outras despesas correntes – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais

Elemento de despesa	Despesas	Despesas liquidadas
Locação de mão de obra	259.730.026	235.994.689
Indenizações e restituições	210.074.598	194.067.146
Auxílio-alimentação	179.395.350	179.395.350
Outros serviços de terceiros PJ	141.555.312	132.737.535
Passagens e despesas com locomoção	76.627.442	62.650.725
Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	30.780.259	30.780.259
Material de consumo	10.893.567	9.481.307
Outros	17.476.226	16.110.723
Total	926.532.781	861.217.735

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 24 – Despesas de capital - Investimentos

O grupo “Investimentos” representa 0,30% do total da despesa empenhada. Foram liquidados, em 2017, 51,63% desse total. Os valores empenhados e liquidados estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 78 – Despesas de capital – investimentos – elementos de despesa empenhados e liquidados

Elemento de despesa	Valores em reais	
	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas
Equipamentos e material permanente	10.703.222	5.978.150
Obras e instalações	2.963.859	886.963
Outros serviços de terceiros PJ	2.005.461	1.158.484
Despesas de exercícios anteriores	368.774	311.433
Material de consumo	300.872	101.986
Indenizações e restituições	552	552
Obrigações tributárias e contributivas	489	489
Total	16.343.230	8.438.057

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 25 – Execução orçamentária dos restos a pagar

▪ Execução de restos a pagar não processados (RPNP)

A tabela abaixo especifica o período de inscrição dos restos a pagar e destaca os restos a pagar não processados que foram liquidados no decorrer de 2017 e reinscritos como processados.

Tabela 79 – Execução de RPNP – exercícios anteriores

Ano de inscrição	Valores em reais				
	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	RPNP reinscrito como processado	Saldo 31/12/2017
2010	97.209	-	-	-	97.209
2011	8.372	-	-	-	8.372
2012	132.364	850	1.882	-	129.632
2013	1.093.830	162.539	111	-	931.181
2014	4.224.920	4.084.117	-	-	140.803
2015	14.250.566	5.082.860	7.139.370	69.488	1.958.848
2016	44.105.281	25.882.716	13.205.163	77.565	4.939.837
Total	63.912.542	35.213.082	20.346.526	147.053	8.205.882

Fonte: Tesouro Gerencial.

Do montante inscrito e reinscrito em restos a pagar não processados ao final de 2016 (R\$ 63,91 milhões), R\$ 35,21 milhões foram pagos e R\$ 20,35 milhões foram cancelados em 2017.

Em relação aos pagamentos de RPNP, os grupos “Outras Despesas Correntes” (55,96%) e “Investimentos” (42,73%) são os mais expressivos, representando 98,69% de todo o montante pago.

Figura 49 – Pagamentos de RPNP



Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação aos valores cancelados, o grupo “Outras Despesas Correntes” é o item mais expressivo, representando 85% de todo o montante cancelado. Os elementos de despesas que mais se destacam são os seguintes.

Tabela 80 – Cancelamento de RPNP

		Valores em reais
Grupo	Elemento de despesa	Valor
Outras despesas correntes	Indenizações e restituições	6.928.437
	Passagens e despesas com locomoção	6.307.055
	Outros serviços de terceiros PJ	2.397.483
	Locação de mão de obra	1.344.527
	Outros	365.194
	Total	17.342.696

Fonte: Siafi.

▪ **Execução de restos a pagar processados**

No decorrer do exercício, ocorreu o pagamento de 29% do conjunto de restos a pagar processados que inicialmente era de R\$ 7,3 milhões. Outros R\$ 147 mil que pertenciam ao conjunto de restos a pagar não processados foram liquidados durante o exercício e reinscritos como restos a pagar processados.

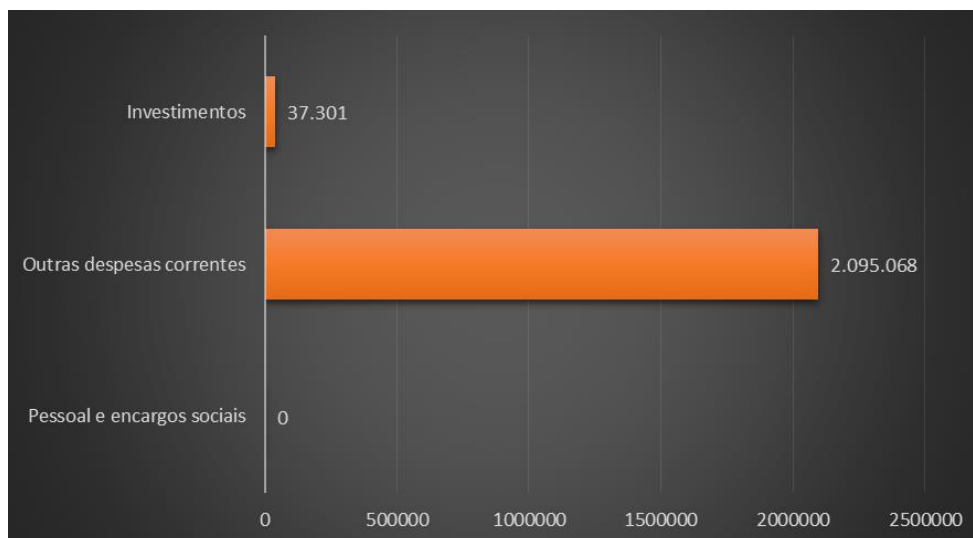
Tabela 81 – Execução de RPP – exercícios anteriores

						Valores em reais
Ano de inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamentos	Cancelamentos	RPNP reinscrito como processado	Saldo 31/12/2017	
2007	191	-	191	-	0	
2010	757	-	398	-	360	
2011	26.857	-	166	-	26.691	
2012	24.532	-	20.183	-	4.349	
2013	3.169.665	-	17.522	-	3.152.143	
2014	1.661.754	13.261	24.194	-	1.624.299	
2015	74.536	16.657	25.593	69.488	101.775	
2016	2.405.514	2.102.451	-	77.565	380.628	
Total	7.363.806	2.132.369	88.247	147.053	5.290.245	

Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação aos pagamentos de restos a pagar processados, o grupo “Outras Despesas Correntes” é o mais expressivo, representando 98,25% de todo o montante pago.

Figura 50 – Pagamentos de RPP



Fonte: Tesouro Gerencial.

Parte do montante ainda pendente de pagamento (aproximadamente 71%) refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Dentre estas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com R\$ 3,08 milhões retidos.